

CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS

TRABALHADORES EM MOVIMENTO

Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR

Segunda metade do século XX e início do século XXI

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA
2015**

CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS

TRABALHADORES EM MOVIMENTO

Horizontes abertos em Marechal Cândido Rondon-PR

Segunda metade do século XX e início do século XXI

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, área de concentração História Social, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
UBERLÂNDIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- S237t
2014 Santos, Carlos Meneses de Sousa, 1983-
Trabalhadores em movimento : horizontes abertos em Marechal
Cândido Rondon-PR : segunda metade do século XX e início do século
XXI / Carlos Meneses de Sousa Santos. - 2014.
168 f. : il.
- Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Movimento
trabalhista - Brasil - História - Teses. 4. Trabalhadores - Marechal
Cândido Rondon - História - Teses. I. Almeida, Paulo Roberto de. II.
Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

CDU: 930

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para reconhecer algo que hoje me parece fundamental, falo do entendimento de que a apresentação de um trabalho autoral nunca é o resultado exclusivo do esforço de seu autor; mesmo que em sua empreitada ele tenha se revelado bastante diligente e singular – algo que, não obstante, pouco influi em seu raciocínio inverso, onde continua sendo de sua única responsabilidade os resultados de seu comprometimento, definido sempre na pessoalidade do pronome que o anuncia.

Sua inserção, ao mesmo tempo animadora e fatigante, expõe as limitações e a altivez de um sujeito que aspira ver a potência de sua obra, mas acaba, quase sempre, deparando-se com as restrições que emergem do alcance de suas ações, ora amparadas na conduta de outros, ora ermo em sua própria circunscrição.

Tais considerações podem parecer mera lamúria deste autor (talvez um tanto afetado pelo desgaste contraído no processo de produção desta tese), mas não me entendam mal, os parágrafos acima dizem de gratidão, um sentimento experimentado conforme fui usufruindo do trabalho e da colaboração de outras pessoas, as quais potencializaram os meus esforços.

Então, nomeio alguns desses sujeitos e instituições que favoreceram minhas pesquisas, onde começo por declarar minha satisfação com o apoio financeiro que me foi concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também fui favorecido pela capacidade estrutural fornecida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (PPGHIS-UFU), seja por meio de suas instalações físicas, seja devido seu aporte de secretaria.

Destaco também o espaço de debate construído nas disciplinas cursadas como pré-requisitos curriculares, propostas pelas Linhas de Pesquisa que compõem o Programa, tais como “História e Cultura”, “Linguagens, Estética e Hermenêutica” e, ainda, à Linha Trabalho e Movimentos Sociais, à qual aproveito para fazer uma menção especial, pois, desde minha iniciação acadêmica, sempre se mostrou aberta às minhas propostas de trabalho, acolhendo e animando os meus caminhos de pesquisa.

Agradeço os centros de documentação que me possibilitaram as consultas em seus acervos, tais como o Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL) e o Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa (NDP), ambos vinculados a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Não esquecendo a recepção

encontrada na Rádio Difusora, a qual permitiu que vasculhasse os seus registros, catalogados e arquivados para pesquisa.

Agradeço às pessoas que aceitaram narrar suas vidas em nossas conversas, que se expuseram às minhas avaliações, que se dispuseram a emitir suas reflexões às questões que propus nas entrevistas. Espero ter conseguido retribuir a amistosidade que me foi concedida, mesmo quando, por ventura, minhas observações tenham destoadado de suas próprias visões. Ainda quanto ao favorecimento de muitos desses contatos, menciono a gentileza e o empenho de Tatiane, que muito contribuiu para que eles se viabilizassem.

Agradeço ainda aos professores que compuseram a Banca de Qualificação e também os que agora aceitaram participar da discussão do meu trabalho em seu Exame de Defesa, com os quais espero manter um diálogo respeitoso e solidário, o que inclui a franqueza da diferença e o desvio da condescendência desnecessária.

Faço um registro especial da minha admiração ao Professor Paulo Roberto de Almeida, alguém que sempre me inspirou, fosse pela agudeza de suas posições e reflexões, fosse pela solidariedade de suas condutas, entre elas a confiança que demonstrou ao aceitar a orientação deste trabalho.

Também faço questão de reconhecer os esforços e o carinho de meus pais, Nilton e Irene, que como se já não bastasse todos os empenhos de grande parte de suas trajetórias para promover minha criação, ainda me receberam (semanalmente) de volta ao lugar onde nunca deixou de ser minha casa, viabilizando e animando minhas estadias em Uberlândia, enquanto cursava as disciplinas exigidas pelo curso. A vocês, sou muito grato. Desejo que contem com muita saúde e disposição para correr atrás do João e do Pedro, que chegaram a pouco nesse mundo, e que poderão ser muito favorecidos em seus processos de aprendizagem se puder contar com suas presenças. Desejo o mesmo para minha irmã, Karla, e o meu cunhado, Rogério, que possamos fazer o nosso melhor na passagem do bastão para seus garotos.

Preciso ainda fazer alguma menção à minha Sogra Querida, penso que talvez ela possa folhear esse trabalho apenas para saber se me lembrei dela e de seu Velho, então, como não quero e nem posso decepcioná-la, agradeço à Senhora, Dona Lourdes, e, também, ao senhor, seu Fabiano, por sempre me tratarem com respeito e alegria; não tenham dúvidas de que o sentimento é mútuo. Claro, não me esqueci do meu cunhando, Glauber, e de sua mulher, Dênis, estaremos sempre juntos.

Por fim, registro meu respeito, admiração e amor à minha companheira de vida; a você Sheille, talvez os adjetivos pareçam termos desgastados, talvez tomem a feição de clichês, pois tento não os poupar para ocasiões como essa, haja vista que procuro sempre exercitá-los

e nomeá-los diariamente. Então, mas do que a qualquer outro, o trabalho que agora apresento não lhe é uma novidade, pois você contribuiu de forma decisiva para que ele fosse tão bom quanto pudesse ser, auxiliando-me nas circunstâncias as mais variadas. Por todo esse carinho dedico esse trabalho a você, minha Linda... O seu amor me ajudou a realizá-lo.

RESUMO

Este trabalho evidencia presenças e imagens da movimentação social de trabalhadores, sendo que tal movimentação foi delineada em um universo de ação pautado por experiências nem sempre claramente associáveis, apesar de compartilharem uma condição de classe que não encontra dificuldades para sua caracterização. Ao destacar aspectos dessa condição comum, firmadas em condutas e avaliações de sujeitos que chegaram e/ou partiram do território de Marechal Cândido Rondon-PR – na temporalidade que compreende a segunda metade do século XX e início do século XXI –, emergiram elementos de diferenciações os mais variados, ora por não serem necessariamente contemporâneos, ora por se afastarem em termos de interesses e valores.

A partir dessa trama, tratei dos horizontes que foram abertos em dinâmicas que revelaram trabalhadores em condutas de aparentes resignações, tanto quanto de confrontações reticentes. Isso tendo em vista o campo de relações vivido ordinariamente por esses sujeitos. Portanto, coloquei no foco da reflexão ponderações e conjecturas elaboradas pelos próprios trabalhadores, percebendo ambiguidades e controvérsias em seus trâmites diários.

Para tanto, utilizei-me de materiais como reportagens jornalísticas (registradas em suportes impressos e radiofônicos) e entrevistas com trabalhadores, além de processos criminais e trabalhistas. Essa documentação foi pensada enquanto fontes históricas, repercutida a partir da possibilidade de evidenciar a materialidade, os termos e os sentidos de sua produção, algo relevante ao ter como referência as ações e as intencionalidades dos sujeitos que os constituíram ou que neles foram envolvidos e/ou referidos.

Palavras-chave: trabalhadores, movimentação social, condição de classe.

abSTRaCT

This work shows presences and images of the social movement of the workers, being such movement outlined in an action universe marked by experiences not always clearly associable, even though they have shared a class condition that has no difficulties in their characterization. By highlighting aspects of this common condition, firmed in conduits and assessments of persons who have arrived and/or have departed the territory of Marechal Cândido Rondon-PR – in the temporality that comprises the second half of the twentieth century and early twenty-first century – have emerged elements of differentiations the more varied, sometimes because they are not necessarily contemporary, sometimes by turn away in terms of interests and values.

As from that plot, I treated of the horizons that were opened in dynamics that revealed workers in conducts from resignation apparent, as much as of reticent confrontations. Considering the field of relations been living ordinarily by these subjects. So, I put in the focus of the reflection the weightings and conjectures elaborated by the workers themselves, perceiving ambiguities and controversies in their daily procedures.

For this purpose, I utilized materials like newspaper reporting (registered in the press media and radio), and interviews with workers, besides criminal and labor lawsuits. This documentation was thought as historical sources, reflected as from the possibility of to evidence the materiality, the terms and senses of its production, something relevant to take as the reference the actions and the intentions of the subjects that have constituted to or that were involved and/or referred to.

Keywords: workers, social movement, class condition.

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	
Zé do Burro e a presença dos trabalhadores	12
 CAPÍTULO 1	
PRESENCAS E IMAGENS DE TRABALHADORES	
1.1 – Dinâmicas da aparente resignação	34
1.2 – Contornos reticentes da confrontação	59
1.3 – Diferenciações em terreno comum	78
 CAPÍTULO 2	
SOBRE MOVIMENTAÇÃO SOCIAL	
2.1 – Partidas ponderadas	88
2.2 – Caminhos conjecturados	106
 CAPÍTULO 3	
TRAJETÓRIAS DESIGUAIS EM PAUTAS RELACIONADAS	
3.1 – Homenagens à desigualdade	121
3.2 – Ascensão de classe no percurso da exploração	134
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	
Quanto à movimentação de trabalhadores	149
 FONTES	
Materiais utilizados e acervos consultados	157
 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	162

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Zé do Burro e a presença dos trabalhadores

Zé-do-Burro, o peregrino que protagoniza a peça de Dias Gomes – intitulada “O pagador de promessas”, encenada pela primeira vez em 1960 –,¹ andou sete léguas, de “sua zona” até Salvador-BA, como modo de recompensar uma graça atribuída a Santa Bárbara. Ele pretendia ofertar uma cruz à santa, como pagamento à benção alcançada, a qual se tratava da cura de um amigo – o burro Nicolau.

Mas sua romaria, elaborada em uma das páginas mais provocantes da dramaturgia brasileira, não contou com o desfecho por ele planejado. Ao contrário, em sua caminhada restou o lamento dos que se sentem incompreendidos, mantendo-se o clamor da interdição: “... moço, eu acho que o senhor não me entendeu... ninguém ainda me entendeu...”.²

Dias Gomes tematizou, a partir dos percalços enfrentados por Zé-do-Burro, a dificuldade de se entender um modo de vida compartilhado por milhares de trabalhadores. Assim, o autor delimitou suas preocupações com o que foi conceituado, por um espectro variado de acadêmicos, como cultura popular.³

Cinco décadas depois, retomo os escritos de Dias Gomes para anunciar, na apresentação desta tese, a preocupação com o modo como textos, segundo Sader e Paoli, “fazem aparecer os trabalhadores na sociedade e na história... no sentido de que a narração *põe em cena* a formação de suas vidas”.⁴

Devo esclarecer, antes que leitores mais impacientes abandonem a leitura, que esse não é um recurso para fazer das próximas páginas um amontoado de resenhas bibliográficas. É antes um expediente para expor e explicar as escolhas que delimitei em meu próprio trabalho.

Esta tese tem um título um tanto indefinido, mas adequado aos propósitos de reconhecer que os trabalhadores que se apresentam “em movimento” são recuperados em um

¹ GOMES, Dias. **O pagador de promessas**. 36º ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

² Ibidem, p. 71.

³ Ao propor algumas considerações sobre as práticas caracterizadas a partir da noção de “cultura popular”, Marilena Chauí indicou, ainda em 1986, que, “Curiosamente, tais situações não são designadas por seu verdadeiro nome, isto é, como luta de classes”. Onde, ao buscar definir o que apresentou como cultura popular, argumentou sobre o autoritarismo de classe vivido na sociedade brasileira, apontando que, “essa é uma sociedade na qual a luta de classes é identificada apenas com os momentos de confronto direto entre as classes (...) – sem que se considere sua existência cotidiana (...)”. Sobre essa discussão, ver: CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, p. 58; p. 56.

⁴ PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 40.

“processo ativo, que se deve tanto à ação humana como a seus condicionamentos”.⁵ Desse modo, o que a “narração põe em cena” é uma determinada ordenação das evidências emersas num campo de relações marcado pela desigualdade, tanto quanto pelo protagonismo de trabalhadores que viveram e vivem as últimas seis décadas.

Trabalhadores que, em algum momento de suas vidas, estiveram presentes na constituição territorial de Marechal Cândido Rondon. Cidade de aproximadamente 50 mil habitantes, localizada na porção Oeste do Estado do Paraná, no Sul do Brasil. Aliás, é preciso ter claro que este texto vai se reportar às condições e os sentidos delimitados em algumas dessas presenças.

Presenças que serão tratadas a partir do projeto de colonização desta área, marcado por empreendimentos que, desde seus primeiros momentos – no início da década de 1950 –, extrapolaram a mera comercialização de terras, estabelecendo-se em atividades agrícolas e agropecuárias, como também em processos de transformação industrial de alguns dos produtos advindos daquelas iniciativas, tais como vinculados à produção de café, arroz, milho, soja, trigo, hortelã, criação de porcos, entre outros. O que, mais de meio século depois, torna-se visível através da emergência de uma variada gama de negócios agroindustriais.⁶

Nesse universo, encontrei evidências da presença de lavradores meeiros, rendeiros e diaristas. Deparei-me com trabalhadores na indústria e no comércio. E, não raras vezes, percebi que eles se reposicionavam, empregando-se ora no campo ora na cidade, conforme o que lhes parecesse mais vantajoso, tendo em vista o espaço de atuação possível de manobrar.

O que significa dizer que, se os interesses e valores que compuseram o papel encenado por Zé-do-Burro custaram-lhe a vida – uma vez que no drama o desfecho flagelante informa sua própria concepção –, fora do limite dos palcos os infortúnios podem ser o ponto de chegada ou a pedra no meio do caminho, mas – ao contrário das pretensões do dramaturgo – dificilmente eles são almejados já no ponto de partida. Talvez os protagonistas dessas relações ordinárias (não apenas personagens ficcionais) visualizem algo mais do que o texto

⁵ Thompson assim justificou a dinâmica do que propôs como o “Fazer-se” da classe operária inglesa nos séculos XVIII e XIX. Logo no Prefácio de sua obra, argumentou que, “Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”. Sobre essas considerações, ver: THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A formação da classe operária inglesa**. V. I – A árvore da liberdade. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

⁶ Apesar da existência numerosa e diversificada de textos sobre essa questão (os quais por certo me foram muito úteis), acredito que seria por demais forçoso atribuir essa formulação a tais autores, uma vez que poder-se-ia dar a falsa impressão de que essas considerações proviriam de um catado de informações, extraídas aleatoriamente de uma página qualquer (como se passíveis de uma soma de detalhes fragmentados, catalogados em uma pretensão de integralidade). Demonstrarei, na constituição da tese, que não se trata disso. De modo mais complexo, atentei-me a seus procedimentos e supostos, tanto quanto suas conclusões – aspectos que nem sempre se revelaram compatíveis.

previamente fixado, atribuindo sentidos mais elásticos onde o olhar analítico só enxerga um fim trágico.

Pois, apesar de, no momento de produção deste trabalho, encontrar-me afastado de muitas das dificuldades diárias que compõem a condição de classe dos trabalhadores, fundamentalmente dos mais empobrecidos, tenho que reconhecer que minha trajetória não se distancia dos sujeitos com quem me coloquei a dialogar. Afinal, logo na infância, visualizei a necessária possibilidade de trabalhar no ramo comercial, vendendo ki-suco, laranjinha, rosquinha e picolé; além de me dispor às circunstâncias de aprendiz em oficinas mecânicas, até procurar ocupações que me pareciam mais significativas e rentáveis, tais como, cobrador de lojas, atendente em distribuidora de bebidas, office-boy em escritório de contabilidade, balconista de lanchonetes, porteiro e atendente call-center.

Mais do que uma lista de trajetórias ocupacionais, e para além de uma tipologia referente ao mundo do trabalho, percebo essa movimentação como um modo de ação circunscrito a uma determinada condição de classe. Uma condição em que os empregos assumidos não foram considerados pela categoria em que se definiam, seja pela rotina de suas atividades, seja pela suposta identidade de seu lugar social. O que se colocou no campo das avaliações, entenda-se um campo pressionado e limitado por um conjunto de urgências expressas na condição de ser trabalhador, foi a própria compreensão do tempo histórico, a partir do olhar/lugar em que me posicionava.

Os recursos minguados de um garoto de 10 anos, conseguidos com as vendas ambulantes de um produto qualquer, desde que essa atividade não impossibilitasse a presença no horário regular da escola, foram fundamentais para uma família que vivia do trabalho do pai em uma chácara de cinco alqueires. Uma atividade que sempre permitiu a fatura de ovos, frango, mandioca, leite, queijo e algumas frutas de estação, mas que, ao mesmo tempo, fazia do dinheiro em espécie algo bem mais complicado de ter em mãos.

A venda desses mesmos produtos, em uma cidade com pouco mais de dez mil habitantes, no interior de Goiás, na década de 1990, não tinha uma constância que permitisse, com tranquilidade, a compra de calçados e roupas, além de alguns produtos de mercado, ambicionados conforme o rendimento das minhas vendas. Ou mesmo quando da contingência de algum dos clientes de meu pai que, por certa ocasião, tenham decidido comprar um queijo a mais, ou mesmo solicitar uma encomenda inesperada de frangos.

A composição de uma imagem que associasse esses variados aspectos foi fundamental para que valorasse que o modo como morávamos, vestíamos, comíamos e trabalhávamos –

episódios reunidos e expressos no modo como éramos vistos e tratados no campo das relações que eram compartilhadas socialmente – instigasse condutas que negassem essa situação como inevitável.

A condescendência na doação de roupas usadas para que meu trabalhasse na roça, apropriada para “pessoas como ele”, de “trabalhos como o dele”; ou, ainda, a avaliação de uma vida no choro incontido de quem lamentava não ter condições de tomar cerveja, mesmo que ocasionalmente. O anúncio tranquilo do dentista, do posto de saúde municipal, dizendo para minha mãe que a dor de dentes que sofria seria tratada com a extração do dente. Um anúncio acompanhado do “esclarecimento” de que caso procurasse um dentista particular, certamente o dente poderia ser tratado sem arrancá-lo.

Nas ocasiões em que, na escola, para participar do campeonato de futebol de salão, precisava lidar com o acordo de meus colegas para que cotizassem o total necessário para comprar uma carga mínima de picolés, o equivalente à venda diária – tudo isso para que pudesse “entregar o carrinho”, após sair a 30 minutos da sorveteria, e garantisse a mesma porcentagem de ganhos sobre a venda de quem devia cumprir a jornada de trabalho que se estendia das 12:00 às 17:00 horas. Uma ação sempre chancelada com um olhar um pouco mais tranquilizado de minha mãe.

Por certo que sabia não estar sozinho nessa condição, mas reconheço que minha presença na academia foi marcada pela provocação de professores que esperavam que associasse minha experiência a de muitos outros trabalhadores. Ao longo de minha formação fui instigado a discutir minha condição de classe, não da posição de quem investiga para entender o que não conhece, por sinal uma posição bastante honrosa, mas sim do lugar de quem deve ter compromissos com o que viveu e que espera vê-lo transformado.⁷

Peço desculpas pela digressão, mas é que, de fato, ela me pareceu necessária, pois instiga as preocupações deste trabalho, sobretudo, a preocupação depreendida com a contrariedade demonstrada por Zé-do-Burro, qual seja, a percepção da dificuldade de entendimento dos sentidos apresentados por trabalhadores sobre suas próprias vidas. Afinal, Dias Gomes chamou a atenção para considerarmos que as aspirações de seu personagem eram

⁷ Refiro-me, fundamentalmente, à relação estabelecida com o Núcleo de Pesquisas e Estudos em História, Cidade e Trabalho, e, posteriormente, com a Linha Trabalho e Movimentos Sociais, no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Devoto um carinho especial à Prof^a. Heloisa Helena Pacheco Cardoso, quem tantas vezes me chamou a atenção para a relevância e a historicidade de minhas questões, acompanhando projetos de iniciação científica, monitorias e orientações de monografia e dissertação. Tenho, ainda, motivos para me sentir agradecido por ter participado da discussão de um conjunto de pesquisas interessadas nos modos de viver e trabalhar de diversos trabalhadores, enfrentando o debate das expectativas, organizações, conquistas, derrotas e contradições desses sujeitos.

válidas, desde que entendidas nos termos de sua própria experiência. Penso que aí está um dos propósitos desta tese (entender, mais do que apenas buscar explicar); incorporar, na elaboração da narrativa, o aprendizado do que é dito pelos trabalhadores, e não apenas listar o que se quer dizer a eles e sobre eles.

Não espero que minha experiência de classe seja entendida como uma espécie de autolegitimidade deste trabalho, nem que seja tomada como uma chave facilitadora na produção do conhecimento histórico. De fato, não acredito ser esse o caso. Mas, trago nesta tese, o incômodo clamor de Zé-do-Burro – aquele alarido ecoante, que fica ressoando em nossas cabeças, como se lamuriando “... moço, eu acho que o senhor não me entendeu... ninguém ainda me entendeu...”.

Então, eis o propósito: entender a movimentação social de trabalhadores, evidenciando imagens expressas em suas presenças em Marechal Cândido Rondon, a partir da segunda metade do século XX. Reconhecer que as presenças destacadas visualizam ações/avaliações de homens e mulheres que chegaram, partiram e/ou retornaram de diversos lugares.

Ao fazer isso proponho argumentar que suas presenças são a afirmação propositiva de seus interesses e valores, assumindo que suas movimentações são mais do que deslocamentos, que suas ações expressam os modos de vida e de luta estabelecidos por um conjunto significativo de trabalhadores. Isto posto, defendendo a tese de que essa disposição interpretativa abre a possibilidade de sair do marco emoldurado em que foi colocada a noção de “movimento social”, passando à dinâmica da “movimentação social” dos trabalhadores.

Espero que as imagens propostas no parágrafo acima, apesar de seu apelo generalizante e seu tom polêmico, tenham como efeito a iluminação do olhar lançado neste trabalho. Afinal, destina-se a delinear a lucidez de escolhas que, apesar das insistentes referências que foram expostas no desenrolar da própria tese, ainda correm o risco de serem declaradas carentes de definições mais consequentes.

Com isso não pretendo que o texto esteja imune a críticas – tanto pelo entendimento óbvio de que essa é uma pretensão vã, como pelo fato de que certamente as reflexões apresentadas podem avançar. Antes, almejo que as divergências sejam reconhecidas pelo seu verdadeiro nome, qual seja, discussão.⁸

⁸ Ao elaborar uma argumentação com esses contornos, tenho em mente as considerações de Spink – e não apenas porque se trate de um psicólogo, como se sacado da cartola por seu efeito terapêutico –, mas porque ao se colocar nas discussões em torno da noção de “campo de pesquisa”, no interior do debate acadêmico firmado pela psicologia social, argumentou algo que (apesar de nossas peculiaridades disciplinares) nos pode ser inspirador. Segundo ele, “[o campo de pesquisa, ou o campo-tema como prefere] não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em

É em busca da deflagração dessa contenda aberta, a qual torne visíveis aspectos das polêmicas que a cerca, que destaco algumas noções conceituais que dizem respeito ao campo em discussão. Todavia, quando menciono o termo “noções conceituais” peço aos teóricos mais herméticos que não tomem *habeas corpus* como sinônimo de *Corpus Christi*.

Pois, conforme sugeriu Thompson, o distanciamento do teorismo de feição sofismática pode não ser o mesmo que ignorância teórica, haja vista que

pode ser de fato o resultado de árduas confrontações, ocorridas tanto nas lutas conceituais (a definição das questões apropriadas, a elaboração de hipóteses e a exposição de atribuições ideológicas na historiografia preexistente) como nos interstícios do próprio método histórico.⁹

Desse modo, recorro ao tom satírico do cineasta, documentarista, Eduardo Coutinho, argumentando que, “tenho má dicção e falo depressa demais, por isso às vezes não me entendem, o que é normal”.¹⁰ Então esclareço, este trabalho não prescindiu de um extenso e denso processo de levantamento, identificação e associação de fontes de pesquisa. Atribui a esses materiais o nome de evidências históricas e lhe conferi o espaço privilegiado para descrição e interpretação da problemática proposta.

A delimitação desse terreno de investigação é bastante significativa, porque entendo que é a partir deste universo de reflexão que emerge a elaboração das interpretações sugeridas, sejam elas aparentemente banais ou supostamente sofisticadas. Foi sobre esse chão – desenhado em meio a processos trabalhistas e criminais, reportagens e matérias de jornais e rádios, além de entrevistas e alguns outros documentos – que busquei o registro da ação de trabalhadores, visualizando suas movimentações sociais, destacando suas dinâmicas de chegadas e partidas nas relações vividas em Marechal Cândido Rondon, no decorrer da segunda metade do século XX e início do século XXI.

vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades”. Ainda segundo as considerações do autor, “Quando fazemos o que nós chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos ‘indo’ ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema. O que nós buscamos é nos localizar psicossocialmente e territorialmente mais perto das partes e lugares mais densos das múltiplas interseções e interfaces críticas do campo-tema onde as práticas discursivas se confrontam e, ao se confrontar, se tornam mais reconhecíveis”. Quanto às suas discussões, ver: SPINK, P. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicologia e Sociedade**. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 36, 2003.

⁹ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria** – ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.9.

¹⁰ COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p.168-169, abr. 1997.

Apelei para as experiências desses sujeitos como indícios de um campo social marcado pela tensão (expresso na desigualdade e em conflitos, mas também em ponderações, dissimulações e mesmo na diferenciação das condutas entre os próprios trabalhadores). Chamei a atenção para as condições de suas vidas, ora em seus espaços de trabalho ora em seus ambientes familiares – destacando seus universos de sociabilidade, recorrendo a aspectos que desenhavam um terreno que lhes era comum; sem, contudo, negligenciar elementos de controvérsias entre os que se debatiam com o que foi definido como condição compartilhada de classe.

Preocupe-me, simultaneamente, em descrever e interpelar os sentidos dessas experiências, utilizando o recurso de exposição das imagens oferecidas na documentação. Com esse caminho metodológico questioneei sobre expectativas e frustrações de trabalhadores que, nas mais variadas circunstâncias, foram flagrados no território e na temporalidade delimitados para a pesquisa, ao mesmo tempo em que a topografia desse território e as marcas dessa temporalidade se constituíam como tal.

Não tive receio em fazer desse foco a dimensão central das visões sobre a movimentação social de trabalhadores, reconhecendo, fundamentalmente, a pró-atividade desses sujeitos, mesmo quando os pontos considerados lhes eram fortemente desfavoráveis. Com isso, repercutei suas vivências como matéria-prima para a compreensão de um processo social estruturado no campo de forças das relações classistas.

Um procedimento que revela (em sua própria elaboração) o desinteresse pelo estudo das relações de classe como algo alheio ao que dinamiza a vida. A proposição desta tese vai ao encontro de pessoas que expressam determinados valores e interesses, balizando-os conforme a materialidade das relações em que se constituíram, tendo como referência o espaço da protagonização de suas emergências históricas, as quais passam a nos fornecer elementos sobre um vasto e diversificado repertório de condutas, estas (agora em nosso tempo) retomadas como passíveis de atualizações ou recusas.

E quanto às sínteses mais abrangentes? Bem... Tenho pouco a dizer. E não porque desconheça as preocupações de historiadores como Emília Viotti da Costa, que veem com ressalva certos contornos analíticos presentes no debate historiográfico sobre a história social do trabalho e/ou trabalhadores.

Segundo a autora, “Há os que consideram fundamental analisar a experiência operária a partir de uma abordagem de tipo estrutural e há aqueles que só buscam reconstruir a

‘experiência’ operária”.¹¹ Essa definição esquemática, proposta pela historiadora no final da década de 1980 e início da década de 1990, tinha como reflexão o conjunto de críticas lançadas às mais variadas perspectivas estruturalistas, generalizadas pelo nome de “abordagens tradicionais”, contraposta pela não menos generalizante “nova historiografia”.¹²

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 29, p.3, jan./jun. 1990.

¹² Como um dos pontos indicativos da própria constituição dessa controvérsia, retomo o Prefácio de Marilena Chauí à obra de Eder Sader, nele a autora argumentou, no final da década de 1980 – momento em que Emília Viotti formulava as posições acima mencionadas–, que, em “Quando novos personagens entraram em cena”, o autor definiu sua posição ao não se voltar “para a análise das *estruturas* (econômicas, sociais, políticas), mas para as *experiências* populares. Não se trata de simples mudança do ponto de vista, mas de crítica às perspectivas estruturais anteriores, que caracterizaram as análises das esquerdas e das ciências sociais onde, por definição e por essência, o cotidiano é encarado como um espaço-tempo onde ‘nada acontece’. Eder nos mostra o que e o quanto aí acontece quando ‘movimentações que antes podiam ocorrer de modo quase silencioso... passam a ser valorizadas enquanto sinais de resistência, vinculadas a outras num conjunto que lhes dá a dignidade de um acontecimento histórico’. [...] Quais as consequências da mudança do foco da análise praticada pelo autor? Desde logo, não partir de definições prévias da política, mas deixar que elas advenham pelas formulações dos próprios sujeitos dos movimentos”. Mas o leitor mais familiarizado com esse debate poderia objetar que nem a prefaciante e o prefaciado são historiadores de formação, o que poderia fragilizar minhas ponderações sobre as discussões no interior da historiografia. Contudo, prefiro ter nessa possível ressalva não um inconveniente às minhas argumentações, mas antes um sinal da amplitude alcançada por essa contenda. A qual, um historiador de formação, poderia ser tanto mais academicamente especializado quanto mais polêmico, o que de fato fez José Carlos Barreiro, dessa feita nomeando a própria professora Emília Viotti como expressão de um paradigma clássico da historiografia brasileira, mas sugerindo, ao mesmo tempo, que tal reconhecimento do relevo de sua produção não deveria ser tomado como salvo indulto, pelo contrário, propôs questionamentos centrais à sua obra, os quais foram motivados pelas implicações contidas na tal “mudança de foco”, mencionada por Marilena Chauí. Barreiro, associando suas ponderações à força inspiradora que poderia advir da apropriação da obra de Thompson pela historiografia brasileira, considerou que, “[Emília Viotti] Discutindo as repercussões da revolução do Porto no Brasil (1820), firma seu pressuposto de atraso político da população, argumentando com o entendimento precário que o homem livre e pobre tinha da palavra *Constituição*. [...] a autora arrola as formas mais disparatadas de entendimento que a população tinha da palavra *Constituição*. O que não se indaga, todavia, é se os próprios agentes, isto é, as camadas populares, legitimavam, naquele momento, canais institucionais ligados à Constituição, como instância privilegiada em que se deveria inscrever a ação política. Ao aferirem a ação política das camadas populares exclusivamente a partir da referência institucional, os autores [inclui também aspectos centrais da obra de Caio Prado Junior] acabaram minimizando aquilo que, em suas obras, se anunciava como possibilidade fértil de recuperação da memória histórica das camadas populares, por não encontrarem outro caminho senão o de caracterizá-las como politicamente ‘atrasadas’. Perde-se, portanto, a possibilidade de reconstruir a experiência em termos amplos, no sentido dado por Thompson a este conceito destes segmentos sociais. O suposto do atraso impossibilita trabalhar com a hipótese das ‘camadas populares’ como portadoras de práticas sociais que não são nem atrasadas nem adiantadas, mas complexas, específicas e ambíguas”. Aqui, a divergência assume contornos explícitos, onde, mesmo no interior do que poderíamos chamar de tradição intelectual marxista, ganha fôlego uma distinção significativa, na qual Kaye, falando das distinções construídas por Thompson no interior da tradição marxista inglesa da segunda metade do século XX, apontou como algo que extrapolava o embate com as práticas dos historiadores e dos cientistas sociais, pois projetava sua oposição a uma determinada prática intelectual (e suas consequências políticas), especificamente o elitismo; o que Barreiro não titubeou de chamar pelo nome de “preconceito” e “negligência” para com as “camadas populares”. Sobre tais referências, ver:

- BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projeções. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 66-67, out. 1995.

- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 12.

- KAYE, Harvey J. **Los historiadores marxistas británicos un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989, p. 163.

Registra-se que, naquele momento (apesar da aspereza de suas posições), Emília Viotti da Costa reconhecia os limites das perspectivas estruturantes mais caricatas – ela chamava a atenção para que se avaliassem as propostas da nova historiografia –, mas insistia em sua tese da não inversão da dialética, pois, segundo suas avaliações, as novas posturas

abandonaram qualquer esforço de totalização. Isso levou ao descrédito e abandono de todos os modelos teóricos. [...] Consequentemente, as questões teóricas que no passado frequentemente se ressentiam da falta de embasamento empírico e se perdiam em debates escolásticos, estéreis e infrutíferos, passaram a um segundo plano, quando não foram totalmente esquecidas. O empirismo virou moda novamente. Não mais como um momento necessário da teoria, mas como um fim em si mesmo. Como se a história inocentemente se revelasse a quem quer que se debruce sobre os documentos. De um processo dedutivo, não dialético, que demonstrava mais do que investigava, e que já parecia saber a história de antemão, passou-se a um processo indutivo que jamais se alça a um nível teórico, e que quando muito se funda na esperança de que a acumulação de dados monográficos venha um dia a permitir a elaboração de uma teoria. [...] Multiplicaram-se os estudos fundados exclusivamente em memórias, depoimentos e entrevistas, como se estes contivessem toda a história, ou, em outras palavras, como se a história se resumisse numa confusão de subjetividades, uma espécie de torre de babel.¹³

Não há dúvidas sobre a contundência dessas argumentações. Afinal, tanto quem se convence, quanto quem não se sente persuadido por essas alegações, reconhecem sua energia, enxergando nelas pontos cruciais de um debate ainda em aberto. De minha parte, preciso manifestar certas desconfiâncias para com essas enunciações, apesar de ter em mente algumas produções (alocadas na indefinida faixa da “nova historiografia”) que, de fato, tendem a suscitar uma reação tão enraivecida como essa.

Tais desconfiâncias se referem à impressão de que esta posição carrega certa pretensão de onisciência em seu emissor. Aqui, o intelectual zeloso (colocando-se acima da discussão em curso), aponta o que seria o “panorama concreto”; empenha-se em denunciar a “historiografia arbitrária, caótica, sem sentido nem direção”;¹⁴ e, por fim, fala da abertura de “caminhos para uma síntese mais fecunda”.¹⁵

Portanto, sugerindo esse cenário de desterro analítico como um “beco sem saída”, a autora se posiciona e se arroga portadora da lucidez necessária a seus contemporâneos. No caso, uma espécie de neoestruturalismo, animado como que por experiências domesticadas – conformadas em seus relevantes campos teóricos, objetivamente controlados, capazes de

¹³ COSTA, Emília Viotti da. A dialética Invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, p. 13-15, jan./jun. 1994.

¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. Op. Cit. p.15.

¹⁵ Ibidem, p.10.

atribuir regularidade e organização sistêmica à “confusão de subjetividades” que alicerçam a “torre de babel” erigida pela disforme e reducionista “nova historiografia”. Nesse caminho, Costa clama abertamente a retomada do “esforço pela totalização”, ao mesmo tempo em que brada pela recuperação do prestígio outrora destinado a certos “modelos teóricos”.¹⁶

O problema que vejo é que essas ossaturas panorâmicas se esforçam (em demasia) para alocar as experiências sociais, tomando-as como índices avulsos, que, na primeira ameaça de desconserto desses arranjos, são suprimidas por suas irregularidades, afastando, portanto, o fantasma da deformação teórica. Com isso, privilegia-se modelos teóricos que se dedicam a delimitar os contornos de experiências sociais insinuadas, mesmo quando suas performances elidem os quadros mais sincrônicos.

Aqui, não condeno o recurso sincrônico, do qual não abri mão na elaboração deste trabalho. Afinal, mesmo um “empirista” sabe que, “esses procedimentos (uma visão geral de toda uma sociedade, ‘congelada’ em certo momento, ou um isolamento sistemático de certas atividades selecionadas em relação ao todo) sempre foram utilizados pelos historiadores”.¹⁷

Porém, enxergo limites a esse encaminhamento, o qual pode acabar por mutilar as evidências históricas e, por conseguinte, a própria visão da história, deformando a narrativa historiográfica formulada – pois pode se distanciar de forma perigosa de sua materialidade. Assim, apesar de ter em mente as objeções de Costa, reconheço que não me sinto demasiadamente sensibilizado por suas questões.

Nesse sentido, diante das peculiaridades desta tese, afastei-me, por exemplo, de marcos explicativos que foram estabelecidos como dispositivos sintéticos mais recorrentes. Ao fazer isso, olhei com reservas determinados enquadramentos, tais como a “colonização do Oeste”, definida pela noção de “atração migratória”, fosse essa marcada por uma população

¹⁶ Isso quando Costa não propõe simplesmente estruturar a noção de experiência, afinal, sempre cabe perguntar, “Quais seriam os componentes relevantes da experiência? O local de trabalho, a região de moradia, o sindicato, as lutas operárias, as relações entre os trabalhadores e outras classes sociais, os partidos políticos, as ideologias, a cultura política, os discursos políticos, o mercado de trabalho, a composição da classe trabalhadora, o tamanho das indústrias, as relações entre o Estado e o trabalho, as formas de acumulação de capital, as crises econômicas locais, a recessão mundial, a presença do capital estrangeiro? Não existirá alguma forma de hierarquia entre essas várias experiências, sendo umas mais determinantes do que outras? Como se articulam? Em outras palavras, como se estrutura (constitui) a própria experiência?”. Partindo de um repertório de questões tão estruturalmente conservador quanto esse, Petersen atacou a noção de “cotidiano”, esta recorrentemente associada à noção de “experiência”, indagando, “Quais são os supostos da cotidianidade que a distinguem da face não cotidiana da vida? (...) Que traços a vida cotidiana de cada época acentua?”. Sobre essas ponderações, ver:

- COSTA, Emília Viotti da. Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. Op. Cit. p.7.

- PETERSEN, Silvia R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 6, p. 36-37, jan./jun. 1992.

¹⁷ Considerações feitas por Thompson, ao discutir a relação entre “estrutura e processo”, as quais se fazem pertinentes a esta reflexão. Ver: THOMPSON, E. P. Estrutura e Processo. In: **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.82.

homogênea (de euro-descendentes) ou heterogênea (composta por uma gama variada de trabalhadores);¹⁸ busquei escapar do emolduramento delineado pela ideia de “expansão da fronteira agrícola”, definida pela “modernização do campo” e sua subsequente agroindustrialização e/ou “reestruturação produtiva”, resultantes do vetor “deslocamento de capital” – este advindo de centros monetariamente mais explorados, tanto em suas potencialidades comerciais quanto industriais.¹⁹

Mas, o mais significativo, ao discutir a vida e as ações de trabalhadores não me prestei a aferir presença e/ou ausência de “movimentos sociais”, tais como concebidos pela literatura social mais ampla.²⁰ Antes, preocupei-me com a movimentação social desses sujeitos,

¹⁸ Sobre algumas dessas perspectivas, ver:

- BALKO, Hugo Ewalt; et al. **Entre Rios do Oeste**: fazendo história. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Lider, 2004.
- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). 3º ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.
- LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.
- OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR – Estudos N.º. 3, 1960.
- PAWELKE, Pastor J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**: Uma pequena história do Oeste do Paraná especialmente do Município de Marechal Cândido Rondon. 2º ed. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.
- SAATKAMP, Venilda et al. **Desafios, lutas e conquistas**: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

¹⁹ Quanto a algumas dessas perspectivas, ver:

- DALMÁS, Sandra R. S. P. et al. Da fronteira agrícola à fronteira agroindustrial: uma análise da concentração das empresas de abate e de processamento da carne de frango no Oeste do Paraná. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano IX, n. 16, p. 48-60, dez. 2007.
- FINKLER, Anna L.; CÊA, Georgia Sobreira S. Atuação dos trabalhadores em frigoríficos da região Oeste do Paraná: as qualificações requeridas. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**. Marília-SP, ano III, n.5, p. 1-13, 2009.
- CARVALHAL, Marcelo D. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. **Pegada**. Revista do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP. Presidente Prudente, v. 8, n.º. 1, p. 77-100, jun. 2007.
- SCHALLENBERGER, Emeldo; SCHNEIDER, Iara E. Migração, Inserção Produtiva e Urbanização da Fronteira Agrícola: Um estudo sobre a Região Oeste do Paraná (1940 a 2000). **Tempo da Ciência**. Toledo-PR, v.15, n. 29, p. 73-95, jan./jun. 2008.
- SEIBERT, Carlos A.; KOLING, Paulo J. A construção do complexo agroindustrial de carne suína no extremo oeste do Paraná (1970-1990): estratégias empresariais e o fazer-se dos trabalhadores. **Anais Eletrônicos – VII Encontro Internacional da ANPHLAC**. Campinas, 2006.
- SILVA, Gabriel R. **A pobreza e a dinâmica espacial do trabalho nos frigoríficos de aves no oeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2010.

²⁰ Ao invés de elencar algumas dessas referências, as quais exigiriam um esforço que não me proponho a empreender, contento-me em sugerir a leitura das considerações formuladas por Medeiros. A autora, tecendo alguns apontamentos sobre “Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas”, abordou o que seriam as “novas e antigas questões sobre as razões e as condições que levam as pessoas a se mobilizar”. Medeiros, apesar de atribuir ao conjunto dessas problemáticas uma crescente preocupação em se “identificar as transformações nas esferas do cotidiano” (incluindo aí algo como o alargamento da “esfera do que se pode considerar como o ‘político’ ”) não se desviou um centímetro da velha preocupação sobre a formação dos “atores coletivos”. Desse modo, não deixou de registrar a permanência da “discussão sobre que tipo de fenômeno pode ser classificado como movimento social”; objetando, apenas, “se a noção de política de conflito, mais abrangente, não seria mais adequada para dar conta das formas mais organizadas de expressão da conflituosidade

definindo, a partir daí, a pauta de questões por eles dinamizada. O modo como se movimentavam passou a ter como visibilidade as condutas que estabeleceram, afastando-me da discussão sobre o “grau de classidade” de suas ações, problemática mais adequada aos que se sentem instigados por uma definição conceitual mais bem estruturada e precisa.²¹

Ao articular um feixe de evidências, essas escolhas compuseram argumentações que deslocaram a visão modular e esporádica do conflito social, passando à tensão vivida diariamente por trabalhadores. Elas sugeriram a pertinência de colocar em debate os modelos teóricos comumente assumidos, tanto quanto certos recortes temáticos, além da problematização das temporalidades mais aceitas. Algo que, enquanto pronunciamento generalizante, seria aceito mesmo por um autor como Hobsbawm, reconhecidamente interessado em temas e temporalidades classicamente definidas. O historiador inglês apresentou essa postura ao tratar da “História operária e ideologia”, ainda na primeira metade da década de 1970.

Eu mesmo assinalei há muito tempo que o “modelo” tradicional de desenvolvimento do movimento operário era uma seleção (parcialmente viciada) de fatos, que classificava alguns como centrais e marginalizava outros, ou os excluía. Ainda hoje os estudantes tendem a escolher seus temas de pesquisa em história dos movimentos operários entre aqueles aceitos e de acordo com a periodização aceita, produzindo assim as longas filas de candidatos que competem por temas de tese em algum ponto das áreas superexploradas.²²

O curioso é que tanto Costa quanto Hobsbawm, historiadores que se colocaram o desafio de dialogar com críticas direcionadas a seus trabalhos, parecem crer que ampliar o

no mundo contemporâneo”. Assim, para além do interesse em “problematizar as condições em que emerge o sujeito coletivo, uma vez que este não está dado, não é prévio, mas se forma no próprio processo do conflito, constituindo identidades essencialmente provisórias e relacionadas”, o texto é elucidativo da visão que busca no horizonte social o encadeamento das noções táticas de “ação coletiva” + “organização institucional” = “luta de classes mais ou menos articulada”. Aqui, o apelo em recuperar “formas pelas quais pessoas comuns vivenciam perdas, ofensas, bem como a maneira como elas enquadram essas experiências” cumpre a função coadjuvante de caracterizar os “processos que formam o ator coletivo”. Afastando-me dos referenciais que delimitam essas preocupações, parece-me curioso o quanto é impensável a dissociação das noções de ação coletiva e luta de classes, absorva que se encontra a discussão em como modular essa energia, apesar das controvérsias militantes em relação à escala hierárquica definidora do grau de importância de suas diferentes institucionalizações. Sobre a integralidade das ponderações da autora, tanto quanto um esclarecimento sociologicamente didático e nada ambíguo da definição e importância da ideia de ação coletiva, ver:

- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, p. 8-9; p. 11; p. 13, jan./jun. 2012.

- TILLY, Charles. Acción colectiva, en apuntes de investigación. **CECyP**, Año IV, nº.6, nov. Buenos Aires, 2000, p.9-32. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59967244/Tilly-Charles-Accion-colectiva>>. Acesso em 21 de setembro de 2011.

²¹ Sobre essa problemática, ver: HOBBSAWM, Eric J. Notas sobre consciência de classe. In: **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º Ed., 2000, p.39.

²² HOBBSAWM, Eric J. História operária e ideologia. In: **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º Ed., 2000, p.19.

universo de questões no debate historiográfico é algo meramente adicional aos modos operantes consagrados (seja propondo novos adendos temáticos, cingindo novas temporalidades e escalas, seja promovendo a junção entre “experiência e estrutura”). Essa avaliação é feita apresentando partes ausentes de uma mesma unidade, a qual passaria a ser complementada pela colagem de fragmentos analíticos até então negligenciados.

Essas posições, apesar do honroso propósito de discussão, insistem em fazer ouvidos mocos às contra-argumentações dirigidas a tal postulado, como as formuladas por Thompson, ao recusar, em definitivo, a metáfora base e superestrutura, alegando que a noção de “experiência” (enquanto termo ausente na tradição marxista) não se destinava a um ponto de junção, pois que, ao contrário disso, aparecia como “*disjunção* entre tradições alternativas e incompatíveis”.²³

Com o sarcasmo que lhe era habitual, o historiador inglês disparou que:

Nem todos os ritos são tão sinceros. Os peregrinos são por vezes críticos e impertinentes. Mas como, em algum lugar de seus corações ainda querem adorar o Absoluto, não repudiam, mas apenas procuram corrigir os ritos. Assim os problemas (que de fato conseguem ver) são reduzidos a pseudoproblemas dentro de um sistema conceptual destinado a repelir a solução que propõem.²⁴

Demonstrando pouca preocupação com os sentidos expressos em tal crítica, os “neoestruturalistas diplomáticos” se arrogam condescendentes com os “empiristas vulgares”. Nesse cenário, definido conforme seus supostos, confirmam sua preponderância intelectual valorando seus próprios procedimentos, ao mesmo tempo em que repreendem seus debatedores. A repreenda, por sinal, é sua arma mais valorada, uma vez que ela é apresentada como portadora da autoridade beligerante de sua prática investigativa. Sua pretensão é formidável, esperam que sejam reconhecidos como capazes de autorizar ou interditar certas questões e problemáticas dirigidas à vida dos trabalhadores.²⁵

Como poderão perceber, as questões que propus não se ativeram à exclusividade de hipóteses definidas em modelos teóricos tidos como mais salientes, fossem elas animadas ou

²³ THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Op. Cit. p.183.

²⁴ Ibidem, p.184.

²⁵ Sobre essa confrontação, é possível indicar a contrariedade de Silvia Lara, que, diante de tais repreendas, argumentou, ainda na década de 1990, que a aproximação com as reflexões thompsonianas encontrou acolhida na historiografia brasileira porque “também aqui há historiadores que consideram os termos abstratos e generalizantes de pouca ajuda para a análise das especificidades históricas...” – afirmativa alimentada pelas constantes advertências de “críticos que insistem em desconsiderar as propostas thompsonianas sobre a relação entre teoria e empiria para simplesmente afirmar que ‘ficar contando casinhos não é fazer história’”. Ver: LARA, Silvia Hunold. *Blowin’ in the Wind*: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 45-46; p. 50, out. 1995.

não por carne humana. As hipóteses das quais parti foram sim construídas por alguém que se debruçou sobre documentos, apesar de acreditar que não tenha sido tão inocente quanto supõe Emília Viotti da Costa, questão que agora fica a critério da avaliação dos leitores deste texto.

Esse é o sentido de uma tese que se fez a partir de evidências que indicam que os trabalhadores estão em movimento; percebendo que, por mais duro que pareça, os horizontes estão sendo abertos em Marechal Cândido Rondon. Aberturas nem sempre fáceis de serem construídas, de percepções quase sempre controversas. Mas nem por isso inexistentes.

Essas considerações reconhecem, na leitura de Richard Hoggart, problemáticas fortemente instigantes. O antropólogo inglês, discutindo as modificações que ocorreram na “cultura das classes proletárias” na primeira metade do século XX na Inglaterra, destacou “modificações que poderiam ser atribuídas à influência das publicações de massa”. Ao buscar delimitar quais trabalhadores das classes proletárias foram mais afeitos à pressão dessas publicações, Hoggart apontou que,

me refiro à maioria que encara a própria vida tal como ela é e sempre foi [...] aquelas pessoas a quem alguns dirigentes sindicais, quando lamentam a falta de interesse manifestada por essa maioria em relação ao movimento sindical, chamam “a vasta massa apática”; a que os autores de canções dão o nome elogioso de “o povo simples”, que as próprias classes trabalhadoras descrevem, mais sobriamente, como “as pessoas vulgares”. Verifica-se no interior dessa maioria uma gama muito vasta de atitudes, podendo no entanto ser delimitada uma faixa central, representativa do maior número. Daqui se conclui que darei menos atenção, por exemplo, às minorias das classes proletárias que manifestam um propósito de ordem política ou religiosa, ou que de qualquer modo se aperfeiçoam pelo seu próprio esforço. Não porque subestime o seu valor, mas porque a influência das publicações de massa se não faz geralmente sentir em mentalidades desse tipo. A atenção que presto às várias atitudes não é, quantitativamente, a mesma que se tornaria indispensável caso esse estudo pretendesse ser um relatório completo da vida do proletariado.²⁶

A definição sobre a “maioria das pessoas do proletariado” reconhece e lida com as diferenças vividas entre os próprios trabalhadores, diferenças que se constituem apesar de compartilharem um terreno comum, chamado pelo autor de “situação de classe”. Hoggart chama a atenção, ao pensar a constituição dessas diferenças, para as identificações e os distanciamentos construídos entre os próprios trabalhadores.

Um movimento de reflexão em que confronta seus próprios valores enquanto trabalhador/pesquisador, ao mesmo tempo em que procura escapar de perspectivas que

²⁶ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. V. I. Lisboa: Editora Presença, 1973, p.27.

definam, fora da historicidade das relações, as identidades de classes. Acrescentaria que, por vezes, mais do que diferenças, emergem acusações do modo como os trabalhadores tratam “a situação de classe” que enfrentam.

Talvez a mais emblemática dentre essas acusações seja a de “vasta massa apática”. Mais emblemática porque ela promove a distinção entre os trabalhadores que lutam e os que não lutam para modificar a condição de classe que lhes é comum.

Hoggart, discutindo o que propôs como “cultura das classes proletárias”, problematizou pontos significativos do que se percebia como apatia da “maioria das pessoas do proletariado”. No entanto, mesmo com um significativo preâmbulo de ressalvas, manteve a distinção entre “as minorias das classes proletárias que manifestam um propósito de ordem política ou religiosa” e a “maioria que encara a própria vida tal como ela é e sempre foi”.

Portanto, parece manter o suposto de que há os trabalhadores que agem politicamente e outros que até agem – não sendo sujeitos apáticos e indiferentes às relações que vivem –, mas que suas ações não seriam políticas; não seriam elaboradas enquanto lutas. Ao justificar suas escolhas, o autor faz com que eu reflita sobre os meus próprios caminhos.

Hoggart, no primeiro volume de *As utilizações da cultura*, um texto de 1952, chamou a atenção para se investigar o modo como esses sujeitos, nominados como “a vasta massa apática”, o “povo simples” ou “as pessoas vulgares”, vivem enquanto protagonistas históricos. Isso me parece fundamental! Mas desconfio que o que reconhecia como político continua exigindo um enfrentamento diferente.

Reconheço luta nas ações dinamizadas pelos trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon e lidaram com tribunais (trabalhistas e criminais), assim como com rádios, jornais e revistas. Percebo suas movimentações enquanto práticas políticas, pois as vejo firmando suas relações de poder.

Esses sujeitos não constituem mais um tipo de trabalhadores a serem investigados como categoria analítica: “os migrantes”, “a vasta massa apática” e/ou uma espécie de fragmento do chamado cotidiano. Não estão sendo percebidos aqui como segundo escalão: mais ingênuos, menos capazes e/ou circunscritos a um cenário secundário.

Esse caminho talvez não agrade os que já estabeleceram as tarefas imediatas das lutas políticas a serem empreendidas pela classe. Mas talvez ajude a compreender a historicidade das relações de poder que enfrentamos no tempo presente. Quiçá ajude na prospecção pela construção e defesa de interesses comuns, no compartilhar valores e no reconhecer diferenças ao se viver condições desiguais.

Diferenças que Dias Gomes apontou nas avaliações de Zé-do-Burro. Nas orientações para a encenação de sua peça, o autor chamou a atenção para as impressões que deveriam ser norteadoras da encenação do peregrino, por exemplo, ao considerar a conduta da própria esposa, sugerindo que Zé-do-Burro “começa a perceber que ela se encontra do outro lado, do lado daqueles que, por este ou aquele motivo, não o compreendem, ou fingem não compreendê-lo”.²⁷

Dessas circunstâncias emergem as visões sobre um problema. Ao se caracterizar aspectos da desigualdade, do terreno identificador da condição de classe de trabalhadores, permanece o universo da controvérsia, manifestado nas variadas avaliações elaboradas por diferenciações entre trabalhadores. Portanto, conserva-se o problema a ser tratado por esses sujeitos. Logo, tratado também nesta tese.

Este trabalho buscou evidências dessas relações e colocou no foco da reflexão as dissidências, tanto quanto as identificações. A partir dessa dinâmica, chamou a atenção para os sentidos de certas noções, como “resignação” e “subserviência”, assim como “resistência” e “tensão”.

Esses procedimentos foram sustentados na seleção de um conjunto de materiais, produzidos em situações e temporalidades variadas, mas reunidos e trabalhados como evidências das relações que os produziram, portanto, tratados aqui enquanto fontes de pesquisa histórica. Essa documentação consiste em autos processuais (processos criminais e trabalhistas); entrevistas orais; jornais impressos, revistas e programas de rádio.

Assim, visualizei a presença de trabalhadores, repercutindo o conjunto de suas avaliações marcadas no terreno comum da condição de classe, tanto quanto das percepções construídas a partir de suas presenças. Procurei manter um olhar atento a esses materiais.

Um olhar que a professora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, ao falar dos desafios do trabalho com as fontes orais – tendo como referência os caminhos da história social –, localizou em um campo de visão mais amplo, apontando que, para além de determinadas especificidades, há um procedimento comum no trato com os documentos a serem evidenciados.

Quando trabalhamos com os acontecimentos, buscando interpretá-los, nos defrontamos com visões diferenciadas, algumas predominantes, outras esquecidas. São memórias registradas em jornais, processos-crime, depoimentos, crônicas e outros, que se transformam em objeto de nossa

²⁷ GOMES, Dias. Op. Cit. p. 98.

investigação, possibilitando-nos compreender os sentidos do que foi vivido à luz das preocupações do tempo presente.²⁸

Esse procedimento metodológico norteou a investigação desenvolvida. Assim, o interesse pelo registro da tensão (mesmo quando pretensamente silenciador das ações de trabalhadores) indicava o desejo em acessar o modo como as presenças desses sujeitos eram anotadas em determinados espaços de relações. Desse modo, observei que era possível visualizar suas atuações em processos crime ajuizados por seus patrões. Afinal, os propósitos daqueles documentos eram urdidos a partir da efetiva materialidade de suas condutas.²⁹

A formulação da inconveniência de determinadas presenças de trabalhadores, assim como da anunciação das adequadas posturas que deveriam ser adotadas por esses sujeitos, confrontaram-se com a corporalidade dos modos de vida de pessoas que, quando abordadas pela imprensa (fosse escrita ou radiofônica) para comemorar a vida tal como ela é, posicionavam-se a partir de consensos reticentes ou mesmo resistências reticenciosas.

Esses olhares, enquadrados a partir da perspectiva classista de suas elaborações, lidaram com as dificuldades de emoldurar o destoante. Fissuras denunciadas pelos próprios articulistas ocupados com a promoção da naturalização da desigualdade, o que Freitas, discutindo a atuação da imprensa na proposição de memórias atribuídas à vida na cidade, argumentou como (ainda assim) significativo, uma vez que

o que incentiva utilizar as práticas de comunicação enquanto fontes é acreditar que não se tem controle dos usos dessa produção, pois por mais que ao produzi-las o jornal lide com as expectativas e necessidades dos moradores, apresentando valores que muitas vezes são significativos para os mesmos diante da trajetória que construíram, os sujeitos reelaboram essas práticas a partir de suas experiências. E, aqueles sujeitos que confrontam essas práticas de comunicação com a precariedade das condições de vida, que enfrentam dia após dia, pelo direito à cidade, recolocam essa prática, articulando-a ao modo de viver que possuem. Saindo do que muitas vezes o jornal estereotipa, ou mesmo abandona, enquanto possibilidades, para a composição contraditória de uma relação de reconhecimento e indagação, sobre os modos de viver que essa imprensa explícita e como os compõem em suas páginas.³⁰

²⁸ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 42, p. 33, jan./jun. 2010.

²⁹ Aqui, conforme supôs Varussa – ao discutir as maneiras pelas quais a Justiça do Trabalho se articulou às experiências de trabalhadores –, entendo que “os documentos, antes que provas que atestam verdades ou definem realidades, ofereciam-se como oportunidades de se estabelecer um diálogo com algumas experiências, as quais se evidenciavam como inumeráveis, levando-se em conta o conjunto massivo de processos”. Sobre as reflexões do autor, ver: VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil**: (décadas de 1940 a 1960). São Paulo: LTr, 2012, p. 19.

³⁰ FREITAS, Sheille S. de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza et al (Org.). **Escritas da história**: política, identidades e imaginários. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p. 216.

Essa disjunção, muitas vezes anunciada em elementos de identificação – leia-se ocasiões em que se prestam homenagens, comemoram-se festividades, promovem-se sessões de caridade etc. –, receberá uma atenção pormenorizada neste trabalho. Esse aspecto da tensão social será alvo de investigações que acompanhará de perto determinadas evidências dessa relação.

Quanto aos trabalhadores, quando não apresentados por esses cerimoniais, pronunciaram suas próprias vozes, ritmadas conforme o relevo do chão em que pisavam e a prospecção de seus interesses e valores. Os espaços para esses pronunciamentos foram construídos ao se promover entrevistas com alguns desses sujeitos. Com isso, não insinuo a ausência de pretensões nos diálogos que propus, nem que, de fato, não tenha definido boa parte da pauta de assuntos tratados nessas entrevistas, pois, em grande parte do tempo, elas se referiram à trajetória desses sujeitos, destacando-se as rotinas e alternâncias de atividades e ritmos de trabalho, assim como os sentidos de mudanças territoriais e/ou expectativas construídas nesses caminhos, além das frustrações enfrentadas ao longo da vida.³¹

No entanto, as narrativas dos trabalhadores com quem conversei delimitaram um diálogo marcado pelo protagonismo dos interlocutores, não apenas do entrevistador. Quando escrevo esta frase, tenho em mente a fala do Senhor Francisco, que, ao autorizar a utilização da gravação de nossa conversa, argumentou que,

Eu autorizo... Pode trabaiaí Carlos... Se for pro bem seu, lógico... Você acha que a gente não vai ajudar um amigo que tá aí lutano pra também entrá nesse campo aí, pra trabaiaí e pra ganhar o seu também? Você tem que mais é fazê. Eu autorizo, você pode ficá sossegado.³²

³¹ Ao conceber o espaço dessas entrevistas como uma oportunidade de diálogo, portanto de contato/confronto entre pesquisador e pesquisado, destaco a leitura instigante dos trabalhos de Alessandro Portelli e Yara Aun Khoury, os quais provocaram minhas reflexões ao sugerirem certas noções e procedimentos. Os pesquisadores, cada qual a partir de suas pautas de trabalho, sugeriram e articularam possibilidades de investigação que são afetas a esta tese. Sobre algumas dessas intervenções, ver:

- KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al (Org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 116-138.

- _____. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, p. 79-104, Jul. 2001.

- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

- _____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

- _____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

³² Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. O entrevistado se chama Francisco. A gravação foi realizada em 19 de novembro de 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

O Senhor Francisco inverteu a condescendência invariavelmente proposta por acadêmicos, os quais parecem supor que entrevistas como essa são uma espécie de resgate histórico de trabalhadores que, de outro modo, não teriam seus feitos reconhecidos historicamente. Portanto, os trabalhos historiográficos os retirariam do ostracismo e os alçariam à luz de sua importância histórica, algo como um ato de justiça, promovido por uma espécie de senhor do tempo.

O historiador lisonjeiro de si aparece, ao menos segundo suas próprias definições, como demasiadamente importante. Apesar de haver evidências que indiquem algo bem menos briosos. De outro modo, seria difícil compreender a solidariedade demonstrada pelo Senhor Francisco, por sinal bastante ciente do lugar que ocupava em nosso diálogo. Um lugar que fazia de sua disposição uma concessão, não um encontro com o assistente social da produção do conhecimento histórico.

Com isso não quero argumentar que o trabalhador não tenha se sentido, em alguns momentos, envaidecido com a atribuição do lugar de narrador que lhe fora oferecido, por certo que pareceu satisfeito com a possibilidade de atribuir sentidos a algumas das escolhas feitas no decorrer de sua trajetória, assim como de anunciar as pressões que lhe dificultou a vida. Tudo isso, apresentava um modo de se fazer entender diante de circunstâncias em que se viu envolvido, mas que nem sempre teve o desfecho por ele desejado, apesar de não abrir mão do propósito de conduzir o seu próprio destino.

Assim como Zé-do-Burro, o Senhor Francisco fez daquele espaço a oportunidade de explicar-se, mas não apenas ao historiador, mas a si mesmo e à sua esposa e filhos, que se encontravam presentes no momento da entrevista. Buscou fazer-se entendido aos olhares de incertos leitores de um trabalho que lhe parecia estranho e imponderável.

O diálogo que lhe fora proposto permitiu expor as interdições de uma vida, permitiu um espaço para anunciar valores que lhe custaram ora menos dinheiro ora mais trabalho. Mas, também, permitiu uma sensação de alívio moral, fosse porque os filhos estivessem criados, “comendo com a mão deles”, fosse porque lutou do modo como achou que deveria ser seu combate pela vida.

Por tudo isso, a produção desta tese se presta à expectativa de contribuir com um processo de anúncio dos interesses e dos valores de trabalhadores como o Senhor Francisco. Presta-se ao desejo de evidenciar relações de poder marcadas pelo que é interdito na vida de trabalhadores, acreditando ser possível confrontar essas interdições.

Ao me convencer da “lógica histórica” proposta por Thompson, tomo como suposto o entendimento de que,

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” para o passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. [...] O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. [...] No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente.³³

Com essa preocupação, organizei o trabalho em três capítulos.

No primeiro, destaquei as “Presenças e imagens de trabalhadores” que haviam se mudado para Marechal Cândido Rondon em momentos e circunstâncias distintas, mas que viveram uma condição de classe que lhes fora comum. Identifiquei essas presenças em jornais e em processos (criminais e trabalhistas). Além de ter conversado com alguns trabalhadores, reconhecendo as entrevistas como possibilidade de diálogo sobre o que buscavam e recusavam para suas vidas, tendo em vista o modo como viviam quando nos encontramos. Essas questões foram pautadas pelo que chamei de “Dinâmicas da aparente resignação”, “Contornos reticentes da confrontação” e “Diferenciações em terrenos comuns”.

No segundo capítulo, propus uma reflexão “Sobre movimentação social de trabalhadores”. Discuti, a partir dos materiais já utilizados no primeiro capítulo, as ponderações promovidas tanto por trabalhadores que deixaram a cidade quanto por homens e mulheres que vinham diariamente trabalhar aqui, repercutindo as conjecturas elaboradas em suas trajetórias. Formulei dimensões de caminhos variados e controversos, confrontando as diferentes possibilidades construídas.

No terceiro, evidenciei momentos em que trajetórias desiguais aparecem em pautas relacionadas, expondo situações estruturadas para pronunciar “Homenagens à desigualdade”. Tratei da expectativa de sucesso, formulada a partir do empreendedorismo capitalista, indicando “A ascensão de classe, no percurso da exploração”. Afinal, trabalhadores se constituíram, mesmo que excepcionalmente, em capitalistas exemplares.

Todos esses tópicos foram pensados como modo de organizar uma reflexão que sempre retornava ao mesmo ponto, qual seja, a percepção da movimentação dos

³³ THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.52-53.

trabalhadores, fossem elas agradáveis às minhas próprias considerações sobre o modo como deveriam agir, ou contrárias às minhas avaliações. Neste último caso, quase sempre ironizei tanto as minhas discordâncias quanto parte das discordâncias registradas em outros trabalhos, até mesmo porque sempre me lembrava da imagem de Zé-do-Burro, angustiado, dizendo ao seu antagonista, “é preciso que me ouça”;³⁴ onde, a despeito de seu clamor, assumia a autoria de seus valores e interesses, declarando que com isso não esperava nenhuma adesão automática, estando ciente de que talvez “ninguém me siga”.³⁵

³⁴ GOMES, Dias. Op. Cit. p. 96.

³⁵ Ibidem, p. 103.

CAPÍTULO 1

PRESENÇAS E IMAGENS DE TRABALHADORES

1.1 – Dinâmicas da aparente resignação

Os horizontes abertos nas ações de trabalhadores irrompem o campo das possibilidades sociais – suas posições apresentam e firmam os limites de suas tolerâncias e expectativas, no mesmo instante em que lidam com o peso das pressões que enfrentam. Essa afirmação não busca estabelecer nenhum teorema da autonomia incondicional, pelo contrário, as frases iniciais apenas cumprem a função de indicar o interesse pelo que é condicional. Trata-se de evidenciar o protagonismo da movimentação social de trabalhadores, observando, no entanto, a materialidade histórica de onde emergem suas condutas.

É preciso reconhecer que essa é uma pauta clivada por ambiguidades. Trabalhadores constroem, quase sempre com muitas dificuldades, posições que podem ser reavaliadas como insatisfatórias; formulam obrigações para com sujeitos que, em vários momentos, são qualificados como antagonistas; apontam para a dureza de circunstâncias que devem ser toleradas, mesmo quando são sugeridas como insuportáveis. Assim, parece possível considerar que há algo de imponderável e controverso no modo como trabalhadores lidam com a condição de classe que compartilham.

Essa dinâmica não me parece marcada pela mera deferência subserviente. A resignação, provavelmente, não é o melhor termo para qualificar as ações de trabalhadores.³⁶ Contudo, essas questões talvez se tornem mais pertinentes quando recolocadas no campo das relações de onde foram depreendidas.

Desse modo, destaco a presença de Rogério na cidade de Marechal Cândido Rondon, interior do Estado do Paraná. Conversei com o trabalhador de 22 anos no final de 2010, quando ele estava a pouco mais de um ano na cidade. Ao ser questionado sobre como foi se estabelecer no que para ele era um novo espaço, elaborou a seguinte narrativa:

Eu vim pra Marechal sem serviço, sem nada. Só com o dinheiro de pagar cinco mês de aluguel... e água e luz durante esses cinco mês... e cumê, né?... Pensei, “em cinco mês eu vou procurar um jeito”... Procurar qualquer coisa... Geral, né? Nas firma tudo. Tudo! Tudin, tudin!
Mas quais, assim, que você passou pra entregar currículo?

³⁶ Chalhoub atribuiu a uma relação estabelecida nesses termos (apesar de preocupado com uma temporalidade e temática distinta) a noção de “ambivalência dialética”. Em *Visões de liberdade*, argumentou que não “seria difícil perceber o alcance dessas observações ao sairmos ao encalço de nossa própria cachorrinha”, o que, na ocasião, em virtude de uma analogia à obra de Voltaire (referia-se a *Zadig*), tratava de investigar “as lutas em torno de diferentes visões ou definições de liberdade, e de cativo [...] uma das formas possíveis de acesso ao processo histórico de extinção da escravidão na Corte”. Ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 23; p. 26.

Eu passei numa firma de sapato que tem aqui embaixo... na... [indústria de leite em pó], ...[indústria láctea], na... [fábrica de biscoitos], no... [refrigerífico de aves]... Mas não tive resultado não. Foi a pior decepção da minha vida... na segunda feira ir procurar serviço... Num achei nada... Na terça-feira saí, mas saí tarde já, porque tava meio desanimado... Falei, “Eu vou sair hoje só a tarde”. Mas eu fui analisando os lugares... eu fui analisando um, analisando outro ... Encontrei a Estofaria... Daí cheguei lá, ele falou, “Óia, eu tô precisando de alguém assim, que nem você”. Eu falei, “Ó o louco” [risos]. Mas o homem era ó... [Faz um gesto com os punhos cerrados, indicando avareza]... Ele falou, “Eu vou te pagar um salário mínimo”. Falei, “Pra começo tá bom”, né? Eu não sei mexer com estofaria [risos]. Eu me encaixei ali... Trabalhei dois meses. Trabalhava todos os sábados (o dia inteiro) e até nove horas da noite, tinha vez durante o meio de semana... era direto nove horas da noite. Eu saía pra lá do Centro lá, de bicicleta, e ia pra minha casa... Que é longe... Daí ele me deu 35 reais de hora no primeiro mês. Eu tinha feito mais de 80 hora... Daí você fica meio chateado, né? Mas você precisava, você fica quieto. Eu fiquei quieto. Fui lá na... [fábrica de biscoitos] de novo, fiz outra ficha lá. Fiz a ficha num dia, no outro já me chamaram. Daí eu trabalhei mais um mês lá... Porque o processo pra você entrar lá é demorado, né? Porque tem exame, entrevista, tem um monte de coisa... Daí eu tava lá e lá... Fazendo os dois... Chegava atrasado lá [estofaria] porque tava lá embaixo [fábrica de biscoitos]... Falava que a minha bicicleta quebrou, chegava lá com o pneu muito, falando que tinha furado, sendo que foi eu mesmo que furava o pneu... A primeira vez que eu mudei o pneu da minha bicicleta ele levou lá na bicicletaria, né? Daí o cara da bicicletaria falou que o pneu não tava furado não, tava muito só [risos]... Daí o cara vai falar, “Pô o cara tá...” [risos] Daí eu comecei furar mesmo... Eu sei que eu fiz 18 furo na minha bicicleta, né? 18 furo! Eu furei 18 vez o pneu da minha bicicleta ... Eu gastava, né? Mas eu sabia que eu ia sair. Daí eu entrei na... [fábrica de biscoitos], me colocaram eu de assistente de massajista... pesar produto... Me jogaram no reprocesso... que é muito ruim o reprocesso... Pra você mudar os biscoitos de segunda, então avoa muito pó em você. Muito pó... E fica ruim... Um cheiro ruim... Um lugar isolado... Nem o protetor auricular consegue abafar todo o barulho, né? Daí foi indo, foi indo, foi indo... Daí eu comecei me acertar lá dentro lá... resolver alguns pequenos problemas. [...]

Daí eu fiquei oito meses lá... Achei esse serviço no sítio... Meu cunhado que falou... Mas daí... No sítio foi assim, tava precisando de uma pessoa lá, só pra fazer meio-dia... Daí eu pegava de 15 pra meia-noite na... [fábrica de biscoitos]... até 15 pras seis lá. Daí saía da... [fábrica de biscoitos] ali, 15 pras seis, até 15 pra o meio-dia lá no sítio... Dois serviços ainda. Daí foi indo... Foi conversando... Foram gostando do meu serviço... E chamaram eu pra ir embora pra lá. Agora eu tô lá, de serviço-gerais.³⁷

O fragmento citado acima, retirado de uma entrevista de 27 páginas – extraídas de uma conversa de pouco mais de uma hora –, traz em sua extensão a narrativa de um processo que expressa buscas e recusas de certas condições de vida. Rogério, motivado pelo interesse de sua mulher, com a qual estava casado a pouco mais de dois meses, saiu de Altônia-PR, distante aproximadamente 150 quilômetros de Marechal Cândido Rondon, para ficar próximo

³⁷ Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. O entrevistado se chama Rogério. A gravação foi realizada em 29 de outubro de 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

do sogro: “Ela falou: ‘Eu vou embora ... Nós tinha que ir embora lá pra perto do meu pai... Meu pai tá doente e tudo’ ”.³⁸

A decisão moral, tendo em vista a valorização dos laços familiares que envolveram sua chegada à cidade, exigiu, por sua vez, a disposição pelo enfrentamento de um dos aspectos mais contundentes de sua condição de classe, qual seja, a necessidade do emprego. Nesse caminho, a condição de trabalhador demandou o cálculo dos limites de suas possibilidades, as quais foram visualizadas a partir do alargamento pressionado das alternativas consideradas.

A generalização dos possíveis empregadores parecia fazer do trabalhador uma presa fácil diante das expectativas da exploração capitalista, afinal, constituía-se em uma necessidade percorrer, de porta em porta, os empreendimentos comerciais e industriais estabelecidos na cidade. A indistinção atribuída a esses negócios aponta o entendimento de que patrão é patrão, em que o campo das probabilidades de emprego estaria delimitado “Nas firma tudo. Tudo! Tudin, tudin!”.

Se para os capitalistas, fundamentalmente interessa os rendimentos do capital investido, Rogério parece indicar que, em determinadas circunstâncias, o que de fato importa aos trabalhadores são os ganhos advindos do trabalho. O que, em virtude de um universo de possibilidades compartilhadas (leia-se compartilhada entre trabalhadores, inclusive por Rogério, que acabava de chegar à cidade), fazia emergir uma lista comum de oportunidades de emprego identificadas por sujeitos como ele; comunicadas conforme a expressão que assumiam na cidade, passíveis de serem compreendidas também por mim, que o entrevistava, apesar de nunca ter efetivamente trabalhado e/ou considerado a ideia de ocupar-me em tais atividades.³⁹

Desse modo, enumerou um conjunto variado de empreendimentos, desde os que contavam com maior relevo (fábrica de biscoitos, derivados de leite e industrialização de frangos), até os que apareciam como menos expressivos (fábrica de calçados, oficinas de

³⁸ Ibidem.

³⁹ Nesse ponto, gostaria de chamar à atenção para os sentidos expressos no espaço de comunicação aberto em nosso diálogo, um espaço desenhado pela interpretação formulada pelo trabalhador. Para tal, destaco as considerações do Professor Alessandro Portelli, que argumentara que, “a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo de possibilidades expressas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada”. Instigado por suas ponderações, avaliei a narrativa de Rogério como uma dessas oportunidades para se repercutir o horizonte de possibilidades comunicáveis a partir de sua presença na cidade. No que diz respeito ao conjunto das reflexões promovidas pelo autor, ver: PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. Op. Cit. p. 70.

estofados, entre outros, como lanchonetes, também indicadas por Rogério como uma das alternativas significativas de emprego). Uma listagem classificatória, mas não restritiva, que permite compreender a ênfase atribuída ao que seria sua busca irrestrita por emprego, onde percorrer as “firma tudo” não indica nenhuma totalidade, mas sim determinada representatividade desse universo, pouco importando a função e/ou instalação ocupada – algo que deveria ser percebido como expressão de seu compromisso familiar.

Tal conduta aponta sua visão sobre essa dinâmica, tanto no que diz respeito à sua inserção (associada a muitos outros que dependem do trabalho para levarem suas vidas), quanto dos que poderiam ser os prováveis empregadores, diferenciando-os no conjunto da topografia social que tomava parte. Mas, mesmo imbuído dessa disposição, não encontrou nenhuma garantia de emprego, pelo menos não no tempo e com os contornos que lhe fosse mais conveniente. Olha que era segunda-feira, e “segunda-feira é um dia bom, porque o povo veja que você tem vontade de trabaiaí... Porque... na segunda feira o cara procurá serviço, né? Tá querendo trabaiaí memo... porque precisa, né?!”.⁴⁰

Contudo, a “precisão” não significou buscas atabalhoadas, pelo contrário, exigiu avaliações que minimizassem constrangimentos desnecessários, afinal o interesse era conquistar um emprego e não ser tratado como alguém dispensável e impotente frente à necessidade de conseguir ganhos com o seu trabalho. Reconhecer esse caminho é entender porque, mesmo diante de uma condição tão desfavorável, é legítimo se apresentar como astuto, capaz e honrado – haja vista que a condução de seu intento lhe proporcionara certa conquista, uma vez que a família estava instalada e vivendo de seus próprios esforços.

Esse mesmo caminho, aparentemente assentado – caso fixemos o olhar aos pontos iniciais, ou seja, os pontos em que trabalhadores exercem o que poderia ser apresentado como deferência patronal, expressa no contentamento com a conquista do emprego –, também pode indicar que algo inicialmente sugerido como uma conquista pode passar a ser tratado como indesejável, ou mesmo recusável. De outro modo teríamos dificuldades para entender como o alívio (e mesmo satisfação) com o ingresso na estofaria e depois na fábrica de biscoitos foram contrapostos pelo efetivo abandono dessas atividades.

E o mais significativo, esses abandonos não me parecem que sejam resultados de meras renúncias, como se depreendidos da pura extenuação (mais sensível do que reflexiva), antes são indicativos de que a subordinação de trabalhadores a determinados processos de produção não se equivalem ao simples consentimento das concepções patronais. Acredito que

⁴⁰ Rogério. Op. Cit.

a movimentação de Rogério nos oferece uma evidência do modo como trabalhadores concebem e vivem essas relações de poder, flagrantemente marcadas pela desigualdade, mas também por suas atuações enquanto sujeitos históricos (e não apenas como vetores de uma dinâmica social que os relegariam a precariedade e, por conseguinte, a degradação).⁴¹

Ao se reportar às relações mantidas no período em que trabalhou na estofaria e na fábrica de biscoitos, Rogério deixou transparecer a tensão contínua na qual processava suas condutas e avaliações, apesar de afirmar que a dependência do emprego, tanto quanto as dificuldades em construir outras possibilidades, o faziam “ficar quietin”. Mas ficar “quietin”, porque precisava, não pareceu o mesmo que ter aceitado e/ou elaborado simbolismos, ideologias e/ou mentalidades alienantes que autolegitimassem a condição vivida. Pelo contrário, o sentimento é o de quem se encontrava chateado, sendo que ficar “quietin” não pareceu nenhuma deferência que apontasse para uma espécie de servilismo voluntário. Aqui, a resposta pareceu bastante pragmática, tratava da materialidade da desigualdade e do espaço da exploração.⁴²

Porém, apontar a materialidade da desigualdade e a força da exploração como condição em que emergia o pragmatismo expresso em ficar “quietin”, não significa argumentar que esta é a única opção possível aos trabalhadores. O próprio Rogério, ao declarar ter furado por 18 vezes os pneus de sua bicicleta – maneira vislumbrada para tornar legítimos seus momentos de atrasos e/ou ausências, enquanto procurava se empregar em outro local –, acenou para o modo como o repertório de ações desses sujeitos pode ser bastante

⁴¹ Ao ter em vista essas argumentações, gostaria de reconhecer meu débito com as reflexões da Professora Yara Aun Khoury, que tantas vezes chamara a atenção para a sugestão de trabalho incitada pelas formulações do Professor Alessandro Portelli, segundo as quais as narrativas precisariam ser entendidas como memórias advindas de atos interpretativos. O que, conforme a professora, poderia suscitar a compreensão de que nesse ponto teríamos um plano de trabalho que permitiria ver nas fontes orais a oportunidade para evidenciarmos as ações dos sujeitos na história, marcados por esses que seriam seus “atos interpretativos”, pensados como indicativos de sua própria potência social. Assim, deveríamos recolocar o modo como concebemos a elaboração da escrita da história, muitas vezes ligada na exclusividade do conteúdo que fora narrado, e menos interessados em seus processos de visões, os quais definiam os conteúdos das narrativas. Khoury, sempre fizera questão de localizar suas argumentações como expressão de um grupo de trabalho voltado à discussão de uma problemática comum, para além da heterogeneidade das pesquisas, assim como da variedade de suas conclusões. Quanto a algumas de suas inserções nesse debate, ver:

- KHOURY, Yara Aun. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes et al. (Org.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 22-43.

- _____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. Op. Cit. p. 116-138.

- _____. Narrativas orais na investigação da história social. Op. Cit. p. 79-104.

⁴² Essas considerações reconhecem algo de instigante nos trabalhos de James C. Scott, fundamentalmente em suas discussões sobre as relações de poder vividas pelos camponeses empobrecidos na Malásia. A defesa sobre as “formas cotidianas da resistência camponesa”, apesar das reticências que apontam para ações “fragmentadas e difusas”, sugere noções como “a dureza do cotidiano” e “adaptação pragmática”. Esses termos fazem referência à recusa do autor em aceitar que condutas aparentemente subservientes sejam tomadas como “consentimento normativo” e/ou “hegemonias simbólicas”. Sobre essa problemática, ver: SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

diversificado; assim como a fala, supostamente resignada, pode não passar de uma mera dissimulação.

Tendo como referência o conjunto das relações em que se viu envolvido, pareceu-lhe plausível reconhecer que uma das alternativas para se livrar de circunstâncias de trabalho pouco satisfatórias podia ser buscada ao procurar outros empregos, mesmo que inicialmente tivesse que trabalhar duas jornadas, lidando com a simultaneidade das atividades de trabalho para que fora contratado. Aqui, a indistinção patronal saiu do foco, passando à repercussão do modo como as distinções podiam render-lhe condições mais favoráveis, seja através da avaliação de elementos como remuneração e extensão da jornada de trabalho, seja ponderando sobre a preferência e/ou maior indisposição com a realização de certas funções.

A alternativa em evidência pode parecer bastante questionável, mas nem por isso deixa de ser uma alternativa. E, principalmente, parece atribuir poucos elementos que sustentem alguma argumentação analítica sobre a apatia e/ou imobilismo dos trabalhadores. De outro modo, como entender a disposição para uma jornada de trabalho tão intensa? Como perceber a estratégia dos furos nos pneus da bicicleta, pensados como modo de justificar seus atrasos e, ao mesmo tempo, manter sua suposta condição de trabalhador comprometido com os interesses do patrão?⁴³

⁴³ Diante dessas indagações, novamente gostaria de destacar as intrigantes reflexões de Scott, outra vez contundentemente interessado na defesa das “formas cotidianas de resistência” (focado em sua habitual discussão sobre as ações camponesas). O autor, em sua argumentação, associou as noções de “exploração normal” e “resistência normal”, declarando que, “ocorreu-me que a ênfase sobre rebelião camponesa estava mal posta. Ao invés disso, pareceu-me muito mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas contundente, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. Essas formas Brechtianas de luta de classe têm certas características em comum. Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite. Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz “entre revoltas” para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo”. Toda essa ênfase, no entanto, esforçava-se em esquivar-se de contestações que talvez fossem entendidas como banais por Scott, onde, certo do teor das possíveis críticas (fundamentalmente as provenientes da vigilante ortodoxia marxista), alegava, já de antemão, que “Seria um grave equívoco, como o é no caso das rebeliões camponesas, romantizar abertamente as ‘armas dos fracos’. É improvável que elas façam mais do que afetar marginalmente as várias formas de exploração com que os camponeses se defrontam”. Aproveitando a deixa do autor, poderia dizer que seus textos, tanto quanto a sua definição de “formas cotidianas de resistência camponesa”, são demasiadamente ambíguos e reticentes, o que, a meu ver, não torna menos relevante sua disposição em perceber nas ações individualizadas de camponeses (aquelas que costumam ficar à margem da categorização balizada pela ideia de confrontação coletiva) o que chamou pelo nome de luta de classe, mesmo que adjetivada pela subclassificação de “Brechtianas”. Mais do que a própria definição de formas cotidianas de resistência (que tem por qualidade o reconhecimento de um horizonte de lutas que antes era percebido como a dimensão da ausência dos conflitos), aqui o ganho mais expressivo talvez advenha da ampliação do cenário e dos atores que são visualizados como pertencentes à dinâmica de tensão classista. A centralidade desse aspecto, agora maximizado, torna-se (conforme os interesses desta tese) particularmente significativo. Sobre as reflexões do autor, ver:

Todavia, nessas circunstâncias, as mudanças e/ou conquistas foram marcadas por certas permanências, definidas pelo sentimento de continuidade da dureza em que se viam envoltas; chegando, por vezes, a dificultar a mensuração das possíveis melhorias (uma vez que a saída da estofaria, em favor de sua nova ocupação, como assistente de masseiro na indústria de biscoitos, colocava no mesmo plano a satisfação do abandono daquela atividade e a lástima pelos termos em que se processava a nova tarefa, por ele alcançada a duras penas).

Contudo, essa imagem, por certo bastante significativa para entendermos suas próprias avaliações (ao narrar o modo como se insere nessas relações), não pode nos levar à questionável vitimização generalizante dos trabalhadores; uma vez que ela não alija do horizonte o reconhecimento de melhorias, ao menos no que se refere a determinados alívios e satisfações, tanto quanto dinamiza certas expectativas, tais como nos permite visualizar a experiência de Rogério, a qual não precisa ser tomada como representativa (no sentido de termos em sua conduta a postura padrão e/ou média dos trabalhadores) para reconhecermos que essa é uma possibilidade de ação e avaliação desses sujeitos ao se posicionarem nesse campo de forças.⁴⁴

Mas, nesse cenário, parece imperativo indagar sobre qual seria a nova alternativa construída pelo trabalhador Rogério, haja vista que o sentimento de dureza permanecia como fio condutor de sua narrativa. No entanto, a alternativa pode passar despercebida caso se espere uma resposta contundente ou radical; a não ser que estejamos dispostos a reconhecer o radicalismo da ação pragmática, fundamentada na dedicação e no empenho mantidos nas atividades de trabalho – “... foi indo, foi indo, foi indo... Daí eu comecei me acertar lá dentro lá... resolver alguns pequeno problema...”.

Quais problemas assim?

Toda farinha lá tem um lote... Tinha pessoas que pegavam a farinha errada.
E só de você pegá na mão sabe a textura dela, você sabe se ela vale ou não

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 219, jan./jul. 2011.

⁴⁴ Sobre as dificuldades em sustentar um argumento nesses termos, Portelli defendera (ao tratar dos sentidos em se trabalhar com “narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais”) que, “A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade, para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, à mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe essas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. Mas esta miríade de diferenças individuais nada mais faz do que nos lembrar que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme”. Aqui, antes que uma deformidade metodológica (irrecuperável e nefasta), a dificuldade ao operar um procedimento de pesquisa com esses contornos aparece como uma questão pertinente à problemática investigada, esta percebida a partir de um suposto de reflexão que reconhece nos contornos dessa dificuldade a própria peculiaridade da dinâmica social. Ver, PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. Op. Cit. p. 72.

vale. Então, esses pequeno probleminha, né? Ou então... Os moedô de açúcar, nós falava moinho de açúcar... ele travava. Eu era um dos único que tinha o dom de destravar ele rápido. Mas era uma coisinha boba, né? É que eu achei o jeito... Então, eu destravava ele rapidinho... Mas ichi, a minha mão aqui cortou... cansou de cortar... várias vezes... pra destrancar ele... porque a correia... você pega na correia e na roda, no volante dele... Daí você faz assim [faz um gesto com as mãos, como se estivesse girando um volante]... Então, a correia acaba pegando e prensando seu dedo contra o volante. Então, machuca. Daí foi indo... Eu consegui isso daí. Daí jogaram eu no moinho de açúcar uns dia... O turno, até hoje, da... [fábrica de biscoitos], que moeu mais açúcar, em três, foi o que eu tava. Que daí era dois só jogando açúcar, e eu na bica tirano. A bica você tem que sê super rápido, se não o moinho tranca. Porque ele é caracol... E se você dar duas pisada pra cima assim [faz um gesto de controle com os pés]... ele tranca... Porque o açúcar soca. Então, você tem que pisar uma vez só... E tem que dá mais ou menos o peso, né? Depois você tem o canequin pra você tirá o que passá... Porque é tudo pesado. É 25 quilo... 25 quilo e 100 grama não vai passá... É 25 quilo, se não vai acusar no sistema, porque sai uma etiquetinha, né? Daí foi indo assim... Daí falaram, “Você é bão ô Rogério”... Daí me jogaram eu pra fazê... Falaram assim, “Você não quer uma oportunidade pra você aprender fazê massa?”. Eu falei, “Quero”. Fui aprendê fazê massa de waifair! Fui... Comecei fazer massa de waifair... Abriu uma linha lá... Compraram uma linha lá da China lá... Veio, montaram, né? Daí eles falaram se eu quisesse trabalhar nessa linha. Mas a linha era pra você fazê duas massa por hora! É dez minuto cada massa! Então, daí eu falei, “Eu quero”. Mas daí eu tive que aprendê fazê creme... Daí foi onde eu comecei a fazer creme e massa.⁴⁵

Meses de esforços, caracterizados por uma paciência fastidiosa, mas nem por isso inativa, não teriam sido em vão, afinal a diligência na realização de suas funções permitiu sua distinção entre o conjunto dos trabalhadores, supostamente ainda menos preocupados com o bom andamento dos negócios que envolviam a produção de biscoitos (ao menos parecia essa a impressão patronal, haja vista a própria premiação dirigida ao desempenho demonstrado por Rogério). Os elementos dessa distinção, que passaram, em grande medida, por dedicação e empenho no cumprimento de suas funções no complexo industrial, poderiam ser confundidos com colaboração e comprometimento patronal, caso não tivesse durado aproximadamente oito meses e se não partisse do próprio trabalhador a decisão de por fim a tamanho contentamento com as benesses que a ele eram destinadas.

A suposta satisfação, relacionada às habilidades desenvolvidas e à ascensão de cargos no processo de produção da empresa, assumiu um peso relativo, semelhante ao atribuído quando do período dedicado às atividades na estofaria, o qual fora marcado pelo lema do “ficar quetin” – afinal, tanto quanto na ocasião anterior, o emprego lhe era imprescindível. Mas, novamente, fora indispensável enquanto não encontrasse outro que lhe parecesse mais

⁴⁵ Rogério. Op. Cit.

vantajoso; desse modo, assim que encontrou o que procurava, um local de trabalho por ele definido como mais significativo, a indústria de biscoitos também se tornou dispensável.

A saída de um emprego, tendo em vista o interesse por outro, pode proporcionar as circunstâncias das já conhecidas dificuldades adicionais, onde a realização de atividades simultâneas, a ampliação das horas de trabalho, os deslocamentos e as incertezas convivem com a expectativa de melhoria na condição de vida. E sendo assim,

Por que você achou que era melhor sair da... [fábrica de biscoitos] e ir pra lá [sítio]?

Por causa do aluguel, água, luz e energia [risos]. Você ganha leite, ovo, frango, porco, tudo, né? [...] Por causa da casa que é muito boa, né? A energia!... Eu tenho duas geladeira em casa, aquilo lá come uma energia, porque tem uma nova e uma véia, né? E a geladeirinha véia é só energia que vai. Tem ferro, ventilador, batedeira, um monte de coiseraiada lá. E ferro, pra passar lá em casa?! Vichi! Nossa! Imagina só, seis pessoa pra passá!⁴⁶

Uma filha pequena, ainda de colo, fruto da relação com a atual mulher; outras três meninas egressas de uma união anterior; portanto, quatro crianças e a esposa, todos a serem sustentados com os rendimentos advindos de seu trabalho. Ao considerar as necessidades da família, pareceu pertinente avaliar como significativo os ovos, frangos, porcos e os litros de leite, assim como os custos com o aluguel e com as contas de água e energia, sem falar o interesse pela ampliação da “coiseraiada”, tais como geladeiras, ferro, ventilador, batedeira e jogo de sofá, sobre os quais me confessou restar algumas faturas a serem quitadas. Ambições proporcionadas com o novo trabalho no sítio.

Ao avaliar as melhorias apontadas, Rogério, no entanto, não deixou de destacar as contrariedades que compunham a nova circunstância, revelando suas próprias impressões sobre os limites das conquistas alcançadas por ele.

A sujeira lá é esquisito... Porque é um lugar que tem muita bactéria... o porco tem muitas doenças nas fezes, né? E você vai lavá, então vai mexer com fezes. Então, não é aquela coisa que eu gosto mesmo de exercê, né? Mas, em nível de salário, lá agora tá melhor do que na cidade, né? Então, você tem que esperá estabilizar mais um pouco. Mas, provavelmente, logo eu vou saí de lá e vou procurar serviço na cidade de volta.⁴⁷

A permanência da condição de classe, portanto da própria exploração de classe, delimitada em sua posição de trabalhador (expressa na dependência social do trabalho

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

enquanto mercadoria), interpela as expectativas de sujeitos como Rogério, onde o desejo de viver bem é tensionado pelos condicionantes que envolvem o serviço de granjeiro e suas atribuições de mantenedor de porcos.⁴⁸

Mais uma insatisfação a princípio tolerada pelo trabalhador; mas, tanto quanto as que anteriormente haviam sido admitidas, essa também pode vir a ser questionada, e não apenas porque a tem na conta do indesejável; mas, inclusive, porque está atento à construção de possibilidades que aliviem mais essa opressão, mesmo que também essas alternativas não cheguem a fugir dos contornos mais abrangentes da exploração de classe – o que, em último caso, ainda precisa ser definido, e isso ainda está por vir, portanto seus desdobramentos ainda aguardam o desenrolar dessas tensões, talvez menos previsíveis do que se costuma supor.⁴⁹

⁴⁸ A despeito de Marx ter conferido a trabalhadores análogos a Rogério a imagem generalizante do que definiu como “a população nômade”, quando de seus estudos sobre “o processo de produção do capital” no século XIX (enquadrada no ponto destinado à “ilustração da lei geral da acumulação capitalista”, a qual, em sua dinâmica sistêmica, “ora a lançaria nesse ponto, ora naquele”, “de acordo com sua necessidade”) – portanto, algo distante dos propósitos sustentados nesta tese, bem mais interessada na aproximação dos aspectos que dizem respeito às experiências dos trabalhadores; pouco acrescentaria à sua centenária reflexão da “força de trabalho” utilizada como “mercadoria”, respaldada na voraz ambição capitalista, sempre interessada na “absorção de mais-trabalho”, seja por meio das velhas formas “absolutas”, seja amparada nas emergentes formas “relativas” de exploração. O que, portanto, ainda sugere sua pertinência materialista da interpretação histórica de nosso tempo, apesar da polifonia de sentidos a ela atribuída neste percurso de mais de meio século (fazendo crer, por vezes, que tradições marxistas distintas falam línguas quase incomunicáveis entre si). Ver: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁴⁹ Thompson, discutindo a relação entre patrícios e plebeus na Inglaterra do século XVIII, perguntava-se “até que ponto e em que sentido” empregava o conceito de “hegemonia cultural” como modo de estruturar o “campo de força comum” que atribuía à dinâmica de tensão vivida por aqueles sujeitos. O historiador inglês, em uma problemática análoga a que estou propondo (tendo em vista a repercussão da potencialidade da ação de trabalhadores no universo das relações de poder em que se viam envolvidos), argumentou que, “é evidente que a hegemonia da *gentry* sobre a vida política da nação foi eficazmente imposta até a década de 1770. Nem as blasfêmias, nem os episódios esporádicos de incêndios criminosos a questionam, pois não pretendem suplantam o domínio da *gentry*, mas apenas puni-la. Os limites do que era politicamente possível (até a Revolução Francesa) ficavam expressos externamente em formas constitucionais e, inerentemente, dentro das mentes humanas, eram tabus, expectativas limitadas e uma disposição a adotar formas tradicionais de protesto que em geral tinham a intenção de lembrar à *gentry* seus deveres paternalistas”. Todavia, apesar da operacionalização dessa noção conceitual enquanto um recurso de estruturação de sua reflexão, Thompson advertia que, “Mas também é necessário dizer o que essa hegemonia *não* acarreta. Ela não acarreta que os pobres aceitem o paternalismo da *gentry* nos próprios termos da *gentry* ou segundo sua autoimagem consagrada. Os pobres podiam se dispor a conceder sua deferência à *gentry*, mas apenas por um preço, que era substancial. E a deferência era frequentemente desprovida de qualquer ilusão: a partir de baixo, podia ser vista em parte como autopreservação necessária, em parte como extração calculada do que poderia ser conseguido. Visto dessa maneira, os pobres impunham aos ricos alguns dos deveres e funções do paternalismo, assim como a deferência lhes era por sua vez imposta. Ambos os lados da questão estavam aprisionados num campo de força comum. [...] O que quer que tenha sido essa hegemonia, ela não envolvia a vida dos pobres, nem os impedia de defender seus próprios modos de trabalho e lazer, de formar seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão de mundo. Isso nos alerta contra levar a noção de hegemonia longe demais e a áreas inadequadas. [...] Essa hegemonia [...] fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e subordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas. Por fim, uma cultura plebeia independente assim tão robusta poderia ter nutrido até expectativas alternativas, desafiando essa hegemonia. Mas essa não é a minha leitura do que ocorreu [...] embora essa hegemonia cultural possa definir os limites do que é possível, e inibir o crescimento de horizontes e expectativas alternativos, não há nada determinado ou automático nesse processo. Essa hegemonia só pode ser sustentada pelos governantes pelo exercício constante da habilidade, do teatro e da concessão. [...] Por isso, não posso aceitar a visão, popular em alguns círculos estruturalistas e

Mas, mesmo no limite dessa faixa, não tão flexível quanto gostaríamos, há movimentação social de trabalhadores, o que fica indicado com a visão formulada pela narrativa de Rogério. Nesse enquadramento (mais ou menos elástico), a dinâmica de tensão não me pareceu irrelevante. O arranjo das linhas de opressão foi deslocado continuamente, portanto contestado em vários pontos de sua pretensão de legitimidade. Sobre esses reposicionamentos, o peso desses rearranjos no conjunto das relações de opressão me parece de difícil precisão. Todavia, omitir ou ignorar essa percepção, quando da análise social das relações de poder que envolvem os trabalhadores do final do século XX e início do século XXI, não me parece factível, pelo contrário, soa (antes) uma negligência histórica inquietante.

Nesse caminho, podemos inferir que a decisão pelo campo e/ou cidade, como parte de ponderações que informaram a identificação dos aspectos de pressão social anunciadas por Rogério, deu-se a partir de suas expectativas de vida; assim como a busca de empregos foi avaliada a partir do que reconheceu como suas necessidades, empregando-se ora em atividades comerciais, ora industriais e/ou agropecuárias. Aqui, não houve categorizações prévias, nem mesmo ethos corporativos, que delimitaram o campo de atuação que construiu e constrói em suas alternativas.

Porém, é preciso reconhecer que essa disposição foi a alternativa construída por Rogério (ao considerar suas possíveis ações enquanto trabalhador). No horizonte das possibilidades, visualizadas por esses sujeitos, esse caminho pode ser também ignorado, quando não recusado. É importante ter claro que a controvérsia e a diferença emergem da condição compartilhada por trabalhadores, sendo necessário incorporar o entendimento de que

marxistas na Europa Ocidental, de que a hegemonia impõe uma dominação abrangente aos governados – ou a todos que não são intelectuais – chegando até o próprio limite de sua experiência, e implantando em suas mentes, no momento do nascimento, categorias de subordinação, das quais eles são incapazes de se livrar e que sua experiência não é capaz de corrigir. Isso pode ter acontecido aqui e ali, mas não na Inglaterra, não no século XVIII”. Tenho ciência de que a exagerada extensão dessa nota é algo que deveria ter sido evitada, mas, de fato, entendo que ela pode contribuir de forma significativa com a discussão a que ela se refere. Até agora, sugeri uma forte desconfiança aos sentidos despertados pelo conceito de hegemonia, em parte porque a “visão” a ele atribuído em “alguns círculos estruturalistas e marxistas”, apesar da recusa explicitada por Thompson, ainda é muito forte, para não dizer academicamente predominante. Desde que fique acertado os sentidos que estou atribuindo ao campo de forças que envolvem a movimentação social de trabalhadores (sentidos que reconhecem nas ponderações de Thompson sugestões relevantes), pouco me incomoda em definir essa dinâmica em termos de hegemonia de classe, assim como também não pretendo fazer nenhuma defesa do que seria (ou deveria ser) o “verdadeiro” sentido desse conceito – não vejo proveito em algo assim. Quanto a uma discussão ainda decorrente desta problemática, se uma posição teórica com esses contornos seria ou não marxista, Thompson também propôs algumas considerações a esse respeito (refiro-me ao seu trabalho sobre a *Miséria da teoria*), sobre as quais tendo a me declarar contemplado. Ver:

- THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 78-79.

- _____. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Op. Cit.

viver uma mesma condição, atuando inclusive por sua alteração, não significa, pelo menos não necessariamente, erigir um posicionamento comum.

É preciso (por que não?) investigar as ações de trabalhadores que, mesmo desencontradas (seja no tempo e/ou no espaço), apontam para uma composição que não é unissonante, mas que, mesmo sendo polifônica, revela-se uma composição capaz de identificar e impactar o universo de exploração e opressão em que ecoa as marcas de suas muitas presenças. Com isso, torna-se premente reconhecer que suas condutas de aparente resignação carregam mais do que deferência subserviente, pois há algo, nessas mesmas condutas, que revelam uma relutância ambivalente – não abertamente aversiva, mas nem por isso abertamente deferente. Essa investigação chama a atenção para se observar o que está fora das amotinações em marcha, ou ausente das listagens de assinaturas das atas de instituições associativas.⁵⁰

Nesse sentido, os mesmos motivos que me instigaram a apresentar Rogério, faz com que eu apresente Osvaldo. Este trabalhador, que é conhecido por muitos como Mineiro, teve sua presença em Marechal Cândido Rondon registrada pelo jornal O Presente, empresa de comunicação fixada na própria cidade.⁵¹ Folheei essa documentação exaustivamente,

⁵⁰ Mesmo um autor identificado por seu interesse pelas “multidões”, tal como fora Thompson, reconheceu algo de significativo em uma proposta assim, o que declarara ao associar suas discussões com as de Scott, pesquisador interessado em ações “individualizadas” e “cotidianas” de camponeses. Fizera isso quando retomava o debate sobre sua polêmica argumentação do que chamou pelo nome de “economia moral”. Thompson sugeriu que “o professor Scott levou o debate para mais adiante (e para os flancos) em sua obra *Weapons of the weak* [Arma dos Fracos], entrando num território no qual as comparações podem ser examinadas com proveito. Esse território não é apenas o das formas tenazes de resistência ao poder que os fracos e pobres possuem: ‘o ridículo, a truculência, a ironia, os pequenos atos de não submissão, a dissimulação [...], a descrença nas homilias da elite, os esforços contínuos e dolorosos de defender o que é seu contra desvantagens esmagadoras’. É, igualmente e ao mesmo tempo, os limites que os fracos podem impor ao poder”. Ainda quanto a essas comparações proveitosas (mesmo que advindas de projetos distintos), Thompson, apesar de ciente de que Scott não empregara literalmente a terminologia de “economia moral”, sugeriu algo ainda mais amplo em sua reflexão; segundo ele, “Grande parte do debate altamente interessante que se desenvolve atualmente, sob a rubrica de ‘economia moral’, desde estudos africanos e asiáticos a latino-americanos ou irlandeses, tem pouco a ver com o meu emprego do termo em 1791, referindo-se antes à dialética social da mutualidade desigual (necessidade e obrigação) que jaz no centro da maioria das sociedades. O termo ‘economia moral’ ganhou aceitação porque é menos incômodo do que outros termos (como ‘reciprocidade assimétrica dialética’) com os quais poderíamos ser atormentados. [...] Se empregamos a terminologia de classe, a ‘economia moral’ então pode se referir nessa definição ao modo como as relações de classe são negociadas”. Nesse ponto, preciso declarar que emprego os termos de “movimentação social de trabalhadores” e “condicionalidade das relações classistas” inspirado nesta compreensão, qual seja, “referir-se ao modo como as relações de classe são negociadas”. Assim, procuro colocar em discussão a recorrente imagem social da “reciprocidade assimétrica dialética”, o que está sendo feito em circunstâncias e aspectos da vida de trabalhadores que são invariavelmente afastados do que se supõe como sendo a dinâmica das relações classistas. Sobre as ponderações do autor, ver: THOMPSON, E. P. Economia moral revisitada. In: **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 260-261.

⁵¹ O jornal O Presente surgiu no final do ano de 1991, daquela data até este momento passou a circular cinco dias por semana (de terças a sábados), em mais de 26 municípios: dos quais se faz atuante de forma mais expressiva em 20 deles, sendo esses Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Guaíra, Palotina, Maripá, Nova Santa Rosa, Toledo, Quatro Pontes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Santa Helena, Diamante do Oeste, Missal, Itaipulândia, São Miguel do Iguçu, Medianeira, Céu Azul, Matelândia e Serranópolis do Iguçu

provavelmente com a mesma paciência fastidiosa demonstrada por Rogério quando de sua permanência em seus empregos. O material, arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná (CEPEDAL) – com a preservação completa de sua periodicidade (aproximadamente duas décadas) –, ofereceu-me, em meio a milhares de páginas, o encontro com a narrativa que expôs as imagens que temos sobre este trabalhador.

O diário, em uma edição especial – de comemoração do aniversário de 49 anos da cidade –, indicou o “rondonense que se dedica como boia-fria há 40 anos”.⁵² Quando, em 2009, Rogério chegava à cidade, Mineiro, de 72 anos, já era morador do lugar a aproximadamente 40.

E como síntese da trajetória deste trabalhador, o jornal comemorava “o rondonense que é bastante conhecido por ser disposto, estar sempre animado e ter sempre trabalhado como boia-fria”.⁵³ Essa espécie de perseverança corporativa foi sugerida como valor, sendo traduzida na afirmação de que “ ‘Nunca trabalhei em firma, sempre em serviço braçal’, se orgulha o aposentado”.⁵⁴

Por certo que ser “boia-fria” não significou realizar apenas essa atividade de trabalho por todo esse tempo, haja vista que trabalhadores como Mineiro parecem sustentar essa classificação justamente por se disponibilizarem a realizar as mais variadas atividades de trabalho, sendo esta talvez uma das suas mais significativas caracterizações.

Mas essa observação certamente pareceria desnecessária frente às pretensões da reportagem editada pelo jornal, uma vez que o sujeito da reportagem não era o trabalhador, mas sim a cidade, que teria proporcionado condições claramente satisfatórias ao conjunto de seus moradores, mesmo a trabalhadores como Mineiro – “ ‘Gosto de Rondon, daqui vou pro cemitério’. A afirmação é do trabalhador volante”.⁵⁵

Contudo, parece ser prudente não confundir a fala atribuída a Mineiro com as mesmas pretensões sustentadas na reportagem. É preciso reconhecer que o encontro entre o trabalhador e o jornal, apesar da desigualdade entre os interlocutores, não deixa de ser um diálogo, por vezes marcado pela tensão entre seus protagonistas.

(Isso sem deixar de mencionar a onipresença virtual, veiculada na internet, por meio de sua página oficial). Hoje o periódico conta com uma tiragem de cinco mil exemplares, estimando um universo diário de leitores entre 40 e 50 mil. Este número é inferido pela própria empresa de comunicação, referenciada por resultados de pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE; segundo o qual, cada exemplar de jornal é lido por pelo menos cinco pessoas. Sobre tais esclarecimentos, agradeço seu Diretor Administrativo, Paulo Rodrigo Coppetti, que, diante dessas indagações, atendeu-me prontamente.

⁵² RONDONENSE se dedica como boia-fria há 40 anos. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2009, p.34.

⁵³ Ibidem.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

Quando chegou em Marechal Rondon, Mineiro conta que conseguiu adquirir uma chácara em São Roque [distrito], onde produzia para o sustento de sua família. Lá, ele contava com a ajuda de sua esposa e cinco filhos. Cultivava algodão, milho, mandioca, hortelã, entre outros produtos. “Também arrendava terra, andava dez quilômetros para trabalhar em outras terras. Muitas vezes derrubava a mata em outras terras, com autorização do dono, para plantar hortelã, quando estava quase pronto para a colheita chegava o dono da terra e dizia que queria ela de volta. Daí eles entravam com o maquinário”, conta o idoso.

Segredo

Mineiro, pela disposição, não aparenta ter 72 anos. Ele diz que o segredo está no trabalho. “Tem que aproveitar a saúde, só com a aposentadoria não dá”, diz. [...] Ao ser questionado sobre a chácara, Mineiro se mostra magoado e diz que teve que vender, não dando mais detalhes. Veio para a cidade e não conseguiu mais comprar outra terra. Não foi difícil concluir qual é o grande sonho do trabalhador. “Minha vontade era ter uma terrinha, poderia ser pequena, apenas para ter uma horta”, revela.

Bom de braço

O trabalho braçal na roça diminuiu, mas Mineiro diz que para ele nunca faltou. “Sou mais avançado no serviço, isso dá lucro para o patrão, por isso arranjo serviço”, conta. No momento, Mineiro trabalha numa lavoura de mandioca, uma das poucas culturas que ainda utiliza serviço braçal, onde corta ramas para que posteriormente seja passado defensivo. “Não tenho vontade de fazer outra coisa, me acostumei com o serviço pesado”, afirma. [...] “Hoje o maquinário está por cima, quem tem tá com tudo”, comenta.

Mineiro não vê o maquinário ou defensivo como um inimigo, mas como um avanço. “Mas baixou o preço da Mão-de-obra”, observa.

Trabalho traz saúde

A vida do boia-fria não mudou, diz Mineiro. “A boia ainda é fria, mas acostumei”, ironiza. Os serviços de antes – quebrar milho, plantar, carpir – praticamente não existem, pontua. “Gostava de trabalhar sozinho, hoje gosto mais de trabalhar com outras pessoas, a gente vai contando os casos e a hora passa mais rápido”, relata.⁵⁶

Para além das pretensões formuladas na reportagem, o trabalhador pareceu pouco disposto a referendar o enredo positivado que lhe fora proposto. A sua vida, destacada no jornal para ilustrar o que deveria ter sido um conjunto de conquistas advindas de sua presença na cidade, afirmou uma visão sobre a qual a própria imagem pode oferecer um espectro contraposto. Afinal, a identificação de mudanças não ignorou o estado de permanência das tensões, marcado por dificuldades, segundo o qual, “A boia ainda é fria...”.

No que diz respeito, por exemplo, à mecanização da produção agrícola, uma iniciativa patronal que afetou de maneira significativa seu modo de vida, a intervenção do/a jornalista, diante da avaliação elaborada pelo trabalhador, pareceu-me muito destoante. A postura onisciente que modulou a narrativa suprimiu do texto as anotações que explicariam o

⁵⁶ Ibidem.

entendimento formulado pelo próprio trabalhador, qual seja, o “avanço” teria contemplado quem “está por cima, quem... tá com tudo”; enquanto aos trabalhadores, afastados daquelas possibilidades, restou a redução dos valores pagos pelo dia trabalhado, ou mesmo a falta e/ou escassez de emprego.

O fato do/a jornalista agregar, à reportagem, fragmentos de uma entrevista previamente realizada com o trabalhador, citando-os no material final, não criou a unificação de posições por ele/ela pretendida. Pelo contrário, talvez tenha indicado justamente o que gostaria de silenciar – o encontro de sujeitos distintos, que apresentaram avaliações dissonantes ao tratarem de um mesmo ponto em questão.

Ao que me consta, Mineiro foi bastante claro ao afirmar a disposição necessária para se manter nesse mercado de trabalho, onde o pragmatismo – assim como nas ações firmadas por Rogério – aparece como orientação de suas condutas, “Sou mais avançado no serviço, isso dá lucro para o patrão, por isso arranjo serviço”.

Assim, o trabalhador define uma relação antagonizada, apesar das matizações firmadas por sua presença supostamente aquiescente no interior da genealogia histórica proposta. Sua aparição nesse enredo confirma o processo de mudanças, mas não deixa de sugerir seu sentimento de opressão depreendido do bojo dessas transformações.

A despeito do que aponto como omissões, a imagem (formulada e oferecida na reportagem) dedica-se, por meio de certo ufanismo, à comunicação de sentidos voltados à naturalização das relações em desigualdade, revestindo-se, ainda, de uma espécie de condescendência pluralista, animada que é pelo suposto de uma retórica do reconhecimento da diferença; segundo a qual,

A história fala de pioneiros que se tornaram empresários, grandes agricultores ou políticos. Mas muitos que ajudaram a desbravar Marechal Cândido Rondon ficaram esquecidos ou sem destaque na linha do tempo do município. Eles foram, e alguns ainda são, trabalhadores, que, com a força do seu braço e seu empenho, ajudaram a modificar a mata para a cidade.⁵⁷

O paralelismo pluralista, mantido nas matérias jornalísticas, promove a dissociação de trabalhadores rurais com os proprietários de terra, ou seja, não apresenta a convivência conflituosa dos “novos personagens” com os sujeitos tradicionalmente celebrados, os quais – após arrendarem suas terras para trabalhadores como Mineiro – “quando estava quase tudo

⁵⁷ TRABALHADOR, às vésperas de completar 90, demonstra força do rondonense. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2011, p.46.

pronto para a colheita, chegava... e dizia que queria ela de volta. Daí eles entravam com maquinário”.⁵⁸

O editorial do periódico, não interessado em explorar essa associação, apesar da dissimulada (mas incisiva) interpelação presente nas visões oferecidas pelo trabalhador, preferiu passar os seus pouco mais de 18 anos de existência fomentando uma espécie de protagonismo vanguardista de proprietários proeminentes, fossem eles rurais ou urbanos. E, apesar de manter essa postura por todo esse tempo, arroga-se agora a mão justiceira que pretende tingir, com experiências de trabalhadores, as páginas de jornal que já foram delineadas com a grandeza dos que “está por cima”.

Mas Mineiro parece não ter facilitado o trabalho dos jornalistas. Pois, mesmo quando esses se dispuseram a estender-lhe o famigerado gracejo bajulador, eis que fez emergir o pragmatismo, identificado pelo/a repórter como ironia, ou apenas pela franca indisposição para com os enquadramentos em que lhe dirigiram as questões propostas. Ações que permitem formular a compreensão de que reconhecer mudanças (ou “avanços”, como preferiu o/a jornalista) não implicou em deixar de esclarecer o tom antagonista de suas percepções sobre esse processo.

Afinal, para este, mas também para muitos outros trabalhadores, os últimos 40 anos marcaram a mudança de um tempo “onde [se] produzia para o sustento de sua família” – quando, juntamente com sua esposa e filhos, cultivavam, mesmo que em pequena quantidade, algodão, milho, mandioca, hortelã, entre tantos outros produtos. O domínio da propriedade, mesmo que pequena, assim como o arrendamento (pago com a produção do seu próprio trabalho), não compõem mais as possibilidades das relações que muitos desses sujeitos mantêm no tempo presente. O que não quer dizer que a visão dessas possibilidades não continue existindo enquanto expectativas, mesmo que distantes.⁵⁹

Mineiro, apesar da fala saudosista – extraída não dos céus, mas sim de sua própria trajetória –, lida com as mudanças, inclusive a partir da análise de seus contrastes com aspectos passados, os quais são reconhecidos como alterados. Dessa operação interpretativa,

⁵⁸ RONDONENSE se dedica como boia-fria há 40 anos. **O Presente**. Op. Cit.

⁵⁹ A respeito da visualização de algumas dessas imagens, destaca-se o trabalho de Pagliarini. O autor, evidenciando um espectro variado de trajetórias e motivações, tratou do que considerou como o processo de urbanização do município de Marechal Cândido Rondon. Com tal preocupação, buscou compreender, “através do diálogo com as memórias e viveres de ex-trabalhadores rurais”, a dinâmica de mudanças vivenciadas por esses sujeitos, argumentando que, “a vida urbana se produz numa esteira de tensões, carências e reivindicações. A cidade é percebida, assim, como espaço e objeto de disputa”. Ver: PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade: memórias e viveres ruralurbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009, p. 7.

ele retira um repertório de elementos que permite expor suas críticas ao que se vive no presente. Suas posições, tanto quanto as de Rogério, não assumem uma forma afrontiva ou abertamente contestatória, mas, Mineiro, a seu modo, empreende sua crítica por meio do elogio ao passado – e não de um passado idílico, pois também nele a vida foi apresentada por seus percalços, mas porque, ainda assim, parecia-lhe menos dificultoso e/ou mais prazeroso, ao menos quando comparado com o momento da entrevista concedida ao jornal O Presente. Na indução desse raciocínio, pontua os contrastes como resultado do rompimento de compromissos que eram assumidos por padrões, tais como a interrupção da prática de cessão de terra à meia, o que por ele é percebido como uma perda.

Mas, ainda assim, não seria o saudosismo mera resignação? O jornal parece crer que sim. A reportagem conseguiu com que o trabalhador declarasse seu suposto conformismo, atribuindo a ele o entendimento de que, “Não tenho vontade de fazer outra coisa, me acostumei com o serviço pesado”. Essa frase, ornamentada com as aspas, parece um troféu exibido na página do jornal. Supõe a força de um projeto de mudança social que encontrou nos trabalhadores o consentimento do que é legítimo e desejável, ou, ao menos, necessário e irreversível.

Nessa pauta, o sentimento depreendido a partir da noção de “costume”, termo destacado na reportagem para indicar uma espécie de preferência e satisfação abstrata sobre o que é vivido, ganha contornos questionáveis. Fico com a inconveniente impressão de que o repórter busca provocar nos possíveis leitores a compreensão de que o trabalhador compartilharia de uma espécie de anuência para com os destinos de sua vida – como se, menos do que a consideração das pressões em que se viu envolvido, mantivesse certo gosto tradicional pelo estado das coisas.

Confesso que esse drama não conseguiu me convencer da suposta aquiescência manifestada pelo trabalhador. E mais, não consigo deixar de pensar na última frase atribuída ao que seria o mais novo personagem da história, “Gostava de trabalhar sozinho, hoje gosto mais de trabalhar com outras pessoas, a gente vai contando os casos e a hora passa mais rápido”.

Pergunto-me se a pauta dos “casos”, destacados por Mineiro como uma espécie de entretenimento, teria a mesma pauta apresentada no jornal. O que diria o senhor Osvaldo aos demais “boias-frias”? Será que, entre um serviço e outro, falaria da satisfação com as condições do trabalho que realiza, assim como do contentamento com os ganhos que ele proporciona? Ao invés disso, não lamentaria aspectos que fizessem referência às saudades de sua terra e de um modo de vida cada vez mais afastado de sua realidade? Não cantaria o

refrão qualquer de uma canção, o qual dissesse algo sobre porque o mundo em que vive não é um “reino encantado”?

Ao avaliar que, apesar de aposentado, ainda precisava continuar trabalhando como diarista, que sentimento nutria diante das condições de sua vida? Ao desejar que as horas trabalhadas passassem “mais rápido”, comemoraria o “avanço” experimentado nessas últimas décadas?

Não acredito em um enredo tão faustoso assim. E considero que o próprio Osvaldo se encarregou de apontar a dissensão, mesmo quando aceitou compor o cenário da comemoração do estabelecido.

Ainda nesse ponto (a apresentação da imagem de trabalhadores como índices colaborativos da ordem social instituída), também chama a atenção o registro da presença de trabalhadores que se quer tiveram suas considerações/ponderações assinaladas na documentação consultada; o que, em muitos casos, surge como o padrão de formulação mais recorrente. Pois, diferentemente dos fragmentos de falas atribuídas a Mineiro, eles apenas aparecem como indicadores de notificações anunciadas por um narrador onisciente, o que, tanto quanto nas circunstâncias que envolveram aquele trabalhador, essas anunciações também podem ser revestidas com certa simpatia e deferência.

Todavia, essa postura, ampliada exponencialmente em sua envergadura unidimensional, revela as marcas das ações de trabalhadores que foram e são incorporados aos noticiários sociais – por certo que devidamente localizadas a partir dos olhares classistas que as atribuíram determinada visibilidade. Apesar de, quase sempre, permitirem inferências que vão além desses enquadramentos, evidenciando a própria relação que operou o “como” e o “porquê” de certo emolduramento, tal como observamos na interpretação da documentação anterior.

Percebi-me irrecuperavelmente envolvido com essa problemática quando, vasculhando as atas do programa jornalístico Frente Ampla de Notícias – produzido pela Rádio Difusora do Paraná, desde a segunda metade da década de 1960 –, deparei-me com muitas dessas ocasiões. Em uma delas, encontrada entre as centenas de encadernações arquivadas na própria emissora, sediada em Marechal Cândido Rondon, descobri a menção feita a Alcindo, que “atendia também pela alcunha de baiano”.⁶⁰

⁶⁰ Esse arquivo, bem acondicionado e relativamente organizado (inclusive contando com toda a encadernação do material preservado), alimenta mais do que trabalhos como este. Ele projeta, em sua própria materialidade, a imagem tutelar de seus proprietários, os quais se arrogam os guardiões de uma determinada memória, segundo a qual, “A Rádio Difusora conta a história do município de Marechal Cândido Rondon e da região Oeste do Paraná desde 14 de novembro de 1966, através de suas reportagens diretamente dos locais em que a notícia está

O material em questão fora confeccionado como roteiro a ser seguido por seus apresentadores, os quais, enquanto elementos de estruturação do programa, deveriam ser lidos por eles. Difícil saber se, de fato, tenham utilizado esses materiais do modo como foram elaborados, inclusive porque as gravações, que permitiriam mensurar e/ou ampliar sua reflexão, foram perdidas. O que, a meu ver, dificulta o trabalho, mas não torna essa documentação inutilizável. Pois, de todo modo, nos oferece, entre outras coisas, as visões de seus produtores sobre a movimentação de trabalhadores, tenham ou não sido pronunciadas conforme suas formulações.

Alcino, que não tivera registrada suas avaliações sobre sua presença em Marechal Cândido Rondon (pelo menos não de modo que as pudéssemos agora apresentá-las em um trabalho historiográfico), teve sua vida encerrada com apenas três meses de permanência no lugar em que viera morar. Baiano morreu em 1969, trabalhando como motorista, mesmo ano em que Mineiro chegava à cidade.

Ao transportar troncos de árvores, os quais serviam como matéria-prima para a indústria madeireira, o trabalhador de 43 anos perdeu a vida descarregando o caminhão no pátio da empresa. Sobre o evento, a Rádio Difusora, em seu programa Frente Ampla de Notícias, elaborou o seguinte noticiário:

Acidente em serviço traz o triste acontecimento de uma tarde como a de ontem. Nossa reportagem foi conhecedora de um acidente fatal que enlutou uma numerosa família aqui de Mal. Cândido Rondon. A Vila Guaçu foi palco ontem à tarde de um acidente fatal. Teriam os senhores Reinholdo, Jacó e Alcino, carregado em Novo Horizonte, uma carga de madeira, composta de duas toras de grande peso, uma medindo 4 metros, e outra com 6 metros e meio. Esta madeira era destinada a Serraria Guaçu, na localidade do Guaçu. Até lá nada de anormal acontecia. Ao chegar no destino o caminhão que era dirigido por Alcino, teve preparado o lugar para a descarga. Afrouxados os cabos que prendiam as grandes toras, foram retirados os calços que seguravam em cima da carroceria do caminhão a tora menor. No momento da descarga, e quando o veículo pendeu para o lado, a segunda tora desprendia-se, rolando logo em seguida. Algumas das pessoas que faziam a descarga tiveram tempo de pular por cima das madeiras ou correr pelos lados. Somente Alcino não teve tempo suficiente para isso, e foi

acontecendo (nas chamadas reportagens externas), bem como através de transmissões especiais, mas sobretudo através de seu programa 'Frente Ampla de Notícias' [...] Ao assumirmos a direção da emissora [...], encontramos um arquivo precário dos textos desse noticioso. Realizamos a classificação expurgando os textos relativos às notícias nacionais e internacionais, ordenando apenas as relativas à região e ao município. Esperamos que o trabalho desta coletânea possa interessar estudiosos da vida, costumes e atividades de nossa região". O inconveniente (de um projeto assim) é ter que aguardar anos, talvez décadas, para esperar aparecer os interessados por tal documentação; observando, a partir daí, que costumes e atividades da vida serão catalogados em meio ao arquivo construído. E o mais significativo, só depois averiguar os sentidos atribuídos a tais fragmentos, aferindo desse modo a correspondência entre expectativas nutridas e realizações empreendidas. Afinal, nunca é possível ter clareza sobre o teor do que sobrevirá. Ver, WINTER, Elio E. Editorial. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, s/d. Documentação consultada no acervo da própria empresa.

infeliz. A ponta do grosso tronco de árvore veio atingir o peito e o abdômen, rolando por cima do mesmo. A morte foi instantânea. Sofreu fratura nos ossos da bacia, costelas e esmagamento do pulmão, fígado, e intestinos. O médico que esteve presente e com o qual falamos na manhã de hoje, atestou a causa mortis por hemorragia interna e por pressão exercida sobre o corpo da vítima. Todas as providências foram tomadas. [...] Sem vida o corpo de Alcino foi transportado para o Hospital aqui em Mal. Cândido Rondon, onde recebeu os curativos e foi entregue a família. Alcino era casado com dona Maria, deixando a lamentar este triste acontecimento mais 6 filhos menores. Alcino era muito bem quisto, com um grande círculo de amizades, mesmo fazendo apenas três meses que havia fixado residência em nossa cidade.⁶¹

Parece-me pertinente associar essa narrativa àquelas experiências de trabalhadores que, apesar de terem “ajudado a desbravar Marechal Cândido Rondon” – “modificando a mata para a cidade” –, “ficaram esquecidos ou sem destaque na linha do tempo do município”.⁶²

Porém, mais do que pontuá-la como mais um índice alusivo à “linha do tempo do município”, essa narrativa deve ser analisada a partir dos sentidos expressos na relação que a produziu; portanto, deslocada da exclusividade de suas intencionalidades originárias, o que a torna suscetível a realinhamentos. Até mesmo porque o noticiário radifônico, assim como a imprensa escrita, pode oferecer uma boa oportunidade para se evidenciar o interesse pela naturalização da desigualdade. Pois, apesar de qualificar os eventos narrados como “triste acontecimento”, empenhou-se em descrevê-lo como um “acidente de serviço”.

O “acidente fatal” teria causado a “morte instantânea”, mas “todas as providências” teriam sido tomadas. O trabalhador, que foi “infeliz”, uma vez que não conseguiu se desvencilhar das toras de madeira, aparece, na imagem sugerida pelos radialistas, como responsável por sua própria morte. Talvez, caso não tivesse morrido, fosse responsabilizado, junto com os demais companheiros de trabalho, por provocar o “acidente de serviço”. Afinal, a fatalidade pode ter causado algum prejuízo aos donos da indústria madeireira.

À esposa, filhos e amigos, talvez o anúncio apresentado na rádio não os tenha parecido tão ultrajante como sugeri, talvez chegasse a ser mesmo prestigioso, tendo em vista seu tom solene, próprio de um respeitoso obituário. Não porque estivessem dispostos a ignorar os riscos do trabalho exercido por Alcino, algo que os carregadores/descarregadores de madeira, oficiais de madeireira e derrubadores de mato conheciam muito bem, mas sim porque qualificava sua trajetória como a de “alguém que era muito bem quisto”.⁶³

⁶¹ MORTE brutal leva o chefe de uma família. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 06 de maio de 1969. Documentação consultada no acervo da própria empresa.

⁶² TRABALHADOR, às vésperas de completar 90, demonstra força do rondonense. Op. Cit.

⁶³ Formulo essa nota apenas para indicar o quão expressivo é o número de processos cíveis e criminais que fazem menção a ferimentos e mortes de trabalhadores ocupados nas atividades de derrubada de mato e serrarias.

A deferência, pronunciada para que todos da cidade pudessem ouvir, não partia de um lugar qualquer, era emitida do espaço das pessoas eminentes, dos que podiam criar, manter e dirigir as ações de algo como uma rádio. O proprietário da empresa de comunicação, fundada dois anos antes do noticiário aqui apresentado, por diversas ocasiões fez questão de declarar que “nos primeiros cinco anos de atividade a Rádio Difusora não se mantinha financeiramente. Todo mês era obrigado a tirar dinheiro do bolso para cobrir as despesas da emissora”.⁶⁴ Um gesto que se fazia possível graças aos rendimentos de suas propriedades rurais e industriais, que de algum modo se beneficiavam dos serviços prestados por pessoas como Alcindo.

Aqui é possível observar como o esforço pela naturalização da desigualdade demanda custos, mesmo quando os investimentos são de risco. Afinal, nada garantia que a densa descrição fisiológica da “causa mortis”, apresentada na narrativa, retirasse de cena a discussão sobre as implicações sociais da morte do trabalhador, onde a “pressão exercida sobre o corpo da vítima” talvez seja uma imagem bastante significativa para remeter-se à sua condição de classe, a qual o instigava a realizar atividades como a que acabou vitimando-o.⁶⁵

Esse olhar, que acaba nos oferecendo o registro da presença de trabalhadores na cidade, expressa a relação de desigualdade de onde emerge. Formula, na imagem proposta, os sentidos que atribui à realidade vivida, uma realidade que se pretende consensualmente apreendida. Essa proposição, contudo, pode (ela mesma), por mais ambivalente que pareça, constituir-se enquanto resposta a determinadas dissonâncias sociais, em que, mais do que apenas a afirmação de uma ideologia alienante, pode ser, antes, réplicas dirigidas a possíveis interpelações a esses misticismos. Logo, tendo em vista a dinâmica do campo de forças

Refiro-me a solicitações de indenização, reclamações trabalhistas e outros tantos desacordos ou conturbações. Esse material se encontra arquivado no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP/UNIOESTE, Campus de Toledo.

⁶⁴ ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Alberto Lamb**: Uma história que merece ser contada. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006, p.101.

⁶⁵ Schlosser, discutindo “a modernização agrícola no Extremo Oeste paranaense” a partir da “análise dos discursos produzidos na Rádio Difusora do Paraná”, atribui um papel determinante às atuações desse meio de comunicação. Segundo a autora, “o rádio foi o caminho utilizado para informar e repetir determinados valores aos agricultores, incitando o desejo de mudanças que permitiu a promoção das novas ideias e a incorporação das novas técnicas no campo.” [...] “A estrutura jornalística representada pelo discurso noticioso cria e recria no ouvinte as circunstâncias apropriadas para o consumo e a aplicabilidade da mensagem”. Schlosser se mostrou atenta às estratégias ardilosas dos “discursos”, evidenciando o modo como as “mensagens” buscavam se identificar com as questões afeitas aos agricultores, um modo de se aproximar desses sujeitos. Porém, fez da pretensão formulada na inserção radiofônica sua correspondência com a “incorporação”, “consumo” e “aplicabilidade da mensagem”. Desconfio que essa equação não seja tão exata assim, exigindo uma atenção maior sobre o modo como os “ouvintes” percebem essas anúncios não apenas como “aprendizado”, como se eles se portassem passivamente diante das mensagens que lhe são destinadas. Sobre as discussões da autora, ver: SCHLOSSER, Marli S. **Nas ondas do rádio**: a visualização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001, p. 14; p. 21.

mantido, apresenta uma tentativa de reafirmação do que está sendo contrariado (afinal, tal experiência indica que o “avanço social” foi mortal, ao menos para sujeitos como Alcino).

Essas contrariedades, por sua vez, podem ser expressões do que quase sempre é visto como inexpressivo, pois surgem como interpelações que se revelam a partir do que em certos casos se chama de a “mera” existência do destoante, da “simples” presença da contradição – haja vista que a materialidade das experiências de trabalhadores, mesmo que aparentemente dissociadas, podem provocar determinadas respostas. Essas respostas, que em determinados momentos são enquadradas em posturas que se aproximam dos interesses de trabalhadores (chegando, em algumas circunstâncias, a se apresentarem como colaborativas), procuram acomodar certas ocorrências, mesmo quando são sugeridas, por elas mesmas, como denúncias sociais.

De outro modo, como pensar o anúncio que apresenta o “fato que também é um alerta”? O qual foi igualmente elaborado pela Rádio Difusora, desta vez em fevereiro de 1970.

Fomos informados na manhã de hoje que, num galpãozinho localizado nos fundos da casa do senhor João nesta cidade, há um doente jogado à própria sorte e que está esperando a morte que sobrevirá a qualquer momento. Trata-se do senhor Edvino, de nacionalidade alemã, solteirão e que há longos anos vinha prestando seus modestos serviços como churrasqueiro e também pintor. Esse farrapo humano, aguarda que o fim de seus dias mereça um pouquinho de compreensão cristã, e um lenitivo das suas dores por parte daqueles que estão investidos em funções relacionadas com a saúde pública e a atenção que todo o indivíduo humano deve merecer. Algumas almas caridosas estão ainda prestando-lhes socorro, atenção que não pode ficar somente nisso. É o apelo que pela primeira vez estamos fazendo nesse sentido com vistas com quem de direito.⁶⁶

Não há dúvidas de que o “apelo” não se pautou pela discussão das relações que estabeleceram a condição vivida pelo senhor Edvino. Afinal, não há questionamentos sobre porque suas farras e diligentes atividades de trabalho, reconhecidas pelo próprio periódico, não lhe garantiram uma situação mais favorável em sua velhice. O que, pelos motivos até agora sugeridos, também não causam nenhuma perplexidade – pois já propus algumas inferências a respeito do ânimo e dos supostos que informam esses registros, os quais aparecem envoltos em um repertório variado, apropriado para tratar dessas e de diversas outras horas do dia.

⁶⁶ OUTRO fato que também é um alerta. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 09 de fevereiro de 1970. Documentação consultada no acervo da própria empresa.

No entanto, a sua condição foi destacada como “fato” a ser apresentado na rádio. E mais, o tom firmado no noticiário foi o de reivindicação, onde instituições do poder público foram incitadas a atuar em auxílio do trabalhador. Desse modo, por tal evidência, sugiro que esta imagem constitui uma resposta à presença da inconveniência. A rigor, uma presença solitária, mas, como notamos, nem por isso inexpressiva. Afinal, sua potência, vista desse ângulo, é flagrantemente perceptível. Sua força provocadora produziu, no mínimo, a narração de sua existência à posteridade, que agora toma ciência de sua presença social – O que, por certo, não foi fruto de nenhuma “mera” benevolência patronal.

Também estou ciente de que o enredo da narrativa está centrado na indistinção social, aquela que se remete a “todo o indivíduo humano”, fazendo com que a desigualdade pareça algo contingente, quase um acidente de percurso – tornando a experiência da exploração e da opressão noções silenciadas. Mas, ao mesmo tempo, essa mesma indistinção liga o senhor Edvino a outro espectro, também significativo.

Refiro-me ao fato do trabalhador em questão ser de nacionalidade alemã, observe que esse alemão, que em 1970 já se encontrava a longos anos na cidade, não é proprietário, nem foi qualificado como colono ou pioneiro. Quando me deparo com essas imagens, não raras ao considerar o universo da documentação consultada, lembro-me do trabalho de Oberg e Jabine, os quais fundaram muitos dos marcos recorrentemente apontados ao se falar da história de Marechal Cândido Rondon e do “Oeste do Paraná”.⁶⁷

Os autores, em suas pesquisas (realizadas ainda na segunda metade da década de 1950), classificaram a “população colonizadora” do seguinte modo:

Os colonos de origem germânica e italiana constituem a numerosa classe média de fazendeiros independentes e comerciantes. Também ocupam os cargos mais importantes na Prefeitura e na Companhia de terras [...] luso-brasileiros aparecem na parte mais baixa da escala social, representados pelos trabalhadores caboclos que vieram em busca de trabalho. Esses estão fora da sociedade dos colonos [...] Numa situação parecida, porém pior ainda, estão os trabalhadores temporários paraguaios.⁶⁸

Essa composição social, clivada em etnias, sustentou algumas qualificações que se projetaram em certas pretensões de “colonização”. A tipificação de grupos sociais

⁶⁷ O município de Marechal Cândido Rondon se constituiu como tal apenas em 1961. De 1953 até sua emancipação compõe, enquanto distrito, o território do município de Toledo. Contudo, apesar de Oberg e Jabine terem realizado grande parte de suas pesquisas entre 1954 e 1956, os autores já consideravam o distrito de General Rondon como cidade de General Rondon, não obstante estarem cientes de que se tratava de uma área distrital; ver, OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Op. Cit.

⁶⁸ Ibidem. p.51.

homogêneos, apoiada em um denso levantamento estatístico, buscou indicar a expressiva proporcionalidade dos germânicos diante dos luso-brasileiros e paraguaios.⁶⁹

Nesse cenário, supôs-se que, “obviamente”, caberiam aos germânicos e italianos a tarefa de “colonizadores”. Esses sujeitos comporiam a “sociedade dos colonos”, uma espécie de clube dos eminentes, associando-os à imagem de “fazendeiros independentes e comerciantes”.

Mas o caráter dessa argumentação aponta já de partida certas delimitações étnicas, afinal se trata de germânicos e italianos na condição de proprietários, fossem eles rurais ou urbanos. Nada dizem sobre pessoas como o senhor Edvino, que além de não ser proprietário, também não ocupou “os cargos mais importantes na Prefeitura e na Companhia de terras”.

Nesse caso, parece claro que a diferença étnica não cindiu a condição de classe, uma vez que os proprietários não se identificaram com o “farrapo humano”, nem o distinguiram dos que prestavam “modestos serviços”. Assim, o trabalhador Edvino teve sua presença registrada no espaço dos que “aparecem na parte mais baixa da escala social”, “representados pelos [...] que vieram em busca de trabalho”.

Tanto quanto na experiência social indicada na imagem construída sobre Edvino, os desvios dos enquadramentos propostos pela “colonização étnica” confrontaram, e ainda hoje confrontam, as pretensões de um estado de exploração legítimo, firmado na preponderância dos “eurodescendentes”. As relações entre proprietários e trabalhadores continuam indicando o que de fato são, um espaço de desigualdade tensionado por condições e interesses assimétricos. A expectativa de superação desse desacerto continuou sendo um dos empenhos mantidos por determinados colonos, onde as páginas de jornal, programas de rádio, assim como uma grande quantidade de trabalhos historicistas (acadêmicos ou não), constituíram-se em investimentos recorrentes.⁷⁰

⁶⁹ Essas estatísticas foram inicialmente apresentadas por Oberg e Jabine, sendo, posteriormente, retomadas em várias circunstâncias. Saatkamp, por exemplo, compilou essas referências em seu trabalho sem, sequer, atribuir os créditos necessários. A fórmula recorrente é a seguinte, “A população do Município de Marechal Cândido Rondon é constituída na sua maioria por habitantes descendentes de europeus, procedentes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No ano de 1956 havia 95% de famílias alemãs, 5% de famílias italianas e luso-brasileiras [...]”. Ver: SAATKAMP, Venilda et al. Op. Cit. p.85.

⁷⁰ Alguns autores, em momentos diferenciados e com temáticas distintas, apresentaram-se, em determinados trabalhos, para sintetizar o projeto de colonização que teria se estabelecido no território de Marechal Cândido Rondon. O qual, por sinal, contou com diferentes configurações nessas últimas seis décadas, marco escolhido como o início do “novo tempo”, ou, conforme as palavras de Saatkamp, a “segunda das duas grandes fases históricas vividas no município”, que teria se constituído “a partir de 1946 e vai até a época atual”. Sobre algumas dessas referências, ver:

- BALKO, Hugo Ewalt et al. **Entre Rios do Oeste**: fazendo história. Op. Cit.

- PFLUCK, L. et al (Org.). **Congregação Evangélica Luterana “Cristo”**. 50 Anos de vida em Cristo. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

Pouco afeitas a essas estratégias, as ações de trabalhadores como Rogério e Mineiro, assim como as imagens atribuídas a Baiano e Edvino, sugerem que a aparente resignação, tanto quanto as supostas deferências, não turvaram o discernimento que mantiveram sobre o que foi vivido, que o pragmatismo de suas atuações aponta para um estado de mobilização e dinamização das relações de classe, não de apatia.

As avaliações desses trabalhadores, por vezes controversas e ambíguas, precisam ser vistas a partir da condicionalidade de relações desiguais (no caso, emergidas em um campo específico, pois limitado e pressionado pelo contrapeso da exploração e da opressão). Parece claro que o repertório das possibilidades, expresso na diferenciação de seus caminhos e alternativas (de fato, pouco associáveis, principalmente quando se tem em mente a clássica ideia de ação coletiva), surge do modo como enfrentam uma condição que lhes é comum, tanto quanto lhes é comum a expectativa de alteração dessa condição – o que os anima, mesmo em um terreno acidentado, para um estado de tensão constante.⁷¹

Ao avistar este horizonte, podemos, agora, apontar para momentos em que a aparente subserviência cede espaço para a aberta dissimulação classista; onde a confrontação também se expressa em respostas calculadas, sendo, muitas vezes, essas posições contestadoras definidas de modo reticente.

- GREGORY, Valdir et al. **Mercedes**: uma história de encontros. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2004.

- _____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Op. Cit.

- MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Linha Guará** – “Nas Trilhas da História”. Marechal Cândido Rondon: Secretaria Municipal de Educação/Projeto Lembranças Vivas, 1998.

- PAWELKE, Pastor J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**: Uma pequena história do Oeste do Paraná especialmente do Município de Marechal Cândido Rondon. Op. Cit.

- SAATKAMP, Venilda et al. **Desafios, lutas e conquistas**: história de Marechal Cândido Rondon. Op. Cit.

⁷¹ Tilly, ao definir o que deveria ser percebido como caracterizações fundamentais da noção de “ação coletiva”, argumentou que o primeiro, de seus quatro traços elementares, seria estabelecido pela seguinte constante, “siempre ocurre como parte de la interacción entre personas y grupos antes que como una performance individual”. Uma referência assim, marcada por passos sistematicamente concatenados, pode tornar bastante turva as imagens que sugiro para a reflexão da movimentação social de trabalhadores. Ainda sobre as ponderações do autor, ver: TILLY, Charles. *Acción colectiva*, en apuntes de investigación. Op. Cit. p.13-14.

1.2 – Contornos reticentes da confrontação

Quando a presença de trabalhadores é notada a partir da visibilidade do conflito, torna-se evidente que as aparentes deferências ou subserviências não são as únicas condutas manifestadas como expressão da tensão ordinária das relações classistas. A quebra de compromissos pode expressar o rompimento de um equilíbrio marcado por questionamentos, os quais parecem sempre prontos a irromperem do chão das desigualdades, mesmo quando essa dinâmica pode revelar-se pouco prudente aos trabalhadores.

Essas são as circunstâncias indicadas na ação de Detilde, quando buscou a atuação policial como modo de lidar com os inconvenientes que eram criados por Paulino, trabalhador empregado nas terras de sua família.

[Detilde], brasileira, casada, de afazeres domésticos, residente e domiciliada em Linha Curvado, Município de Marechal Cândido Rondon-Paraná, devidamente assistida por seu marido, Sr... [Alpino], pelo presente, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, Representar contra o indivíduo de nome... [Paulino], que é brasileiro, casado...

1º. – ... [Paulino] disse que... [Detilde] era uma “puta, égua e ladra”. Aliás, já dissera isso ao sogro dela, ao afirmar “a égua do teu filho está roubando minha plantação de mandioca”.

2º. – [Paulino] é acostumado a se referir a qualquer Senhora desrespeitosamente... por termos injuriosos e de maneira debochada em demasia.

[...]

Senhor Delegado, isto posto, pede-se seja a presente recebida como representação ou queixa contra... [Paulino]... para o fim de ser, contra o mesmo, tomada a providência cabível, culminando o pedido com a retratação do mesmo.

Marechal C. Rondon, 18-4-1964.⁷²

Encontrei tal evidência, assim como as relações nela indicada, em um processo criminal preservado e arquivado no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP/UNIOESTE. Aqui, tanto quanto nas investigações levadas a cabo nos acervos do jornal O Presente e do programa radiofônico Frente Ampla de Notícias, exerci o já declarado

⁷² PARANÁ. Poder Judiciário. Queixa Crime. Proprietários rurais se queixam de ofensa moral cometida por trabalhador rural. Comarca de Toledo. **Processo Criminal**, [Marechal Cândido Rondon], n°. 08/64, abr. 1964. Essa documentação encontra-se arquivada no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP/UNIOESTE, Campus de Toledo. Registra-se que os nomes atribuídos a requerentes, requeridos e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação da consulta e utilização dessa documentação.

empenho fastidioso da pesquisa,⁷³ haja vista que esse material, que compõe a *Coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo*, é um dos mais de dois mil processos catalogados, correspondentes às primeiras três décadas da segunda metade do século XX.⁷⁴

Como referência a esses calhamaços, podemos argumentar que a “queixa” de Detilde é um desses vestígios históricos que, como sugeriu Ginzburg – ao se referir às possibilidades investigativas de processos criminais como fontes de pesquisa histórica, quando interessado nas relações vividas pelo moleiro Menocchio (em sua obra *O queijo e os vermes*) –, eles nos aparecem como “um fragmento perdido, que nos alcançou por acaso (...) o qual só através de um gesto arbitrário podemos incorporar à nossa história”.⁷⁵ Arbitrário sim, mas nem por isso sem inteligibilidade – como indicou o próprio Ginzburg.⁷⁶

Essa documentação permite construir o feixe de questões proposto nesta tese; onde, quase cinco décadas após sua produção, esse material está sendo sugerido como oportunidade para se identificar a confrontação de interesses e valores, mantidos nas relações de poder firmadas entre trabalhadores e patrões. Fontes judiciais que, conforme as peculiaridades que informam os termos de seus registros, estão delineadas em posições de protagonistas que se revelam nos assentamentos formulados por escrivães (tracejados por seu crivo oficioso e pela translucidez de seu olhar), mas também pelas presenças interpeladoras dos sujeitos neles indicados, o que, por certo, é sua efetiva razão de ser.

⁷³ Quando formulo essas frases, tenho em mente a declaração até certo ponto tediosa de Chalhoub, quando de sua menção às pesquisas com processos criminais – referentes à obra *Visões da Liberdade* –, em que expôs a seguinte sequência, por ele definida como uma espécie de “disciplina espartana”, “descia os maços das estantes, abria-os, espanava o pó, esmagava implacavelmente as traças e baratas que encontrava pelo caminho, e fichava os processos conforme eles iam aparecendo. Como ainda não sabia bem aonde queria chegar, os dias no arquivo eram longos e sonolentos”. Ver, CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Op. Cit. p. 20.

⁷⁴ Sobre a catalogação, ver: BOSI, Antonio de Pádua (Org.). *Catálogo da coleção dos Autos Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

⁷⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 26.

⁷⁶ Ao explicar os sentidos e os propósitos de se trabalhar com o processo inquisitorial enquanto fonte de pesquisa histórica, no caso o processo dirigido a Domenico Scandella, explicara que sua questão fazia menção a uma problemática bastante ampla, imersa em um universo historiográfico extenso e controverso, no qual se posicionaria a partir da apresentação desta que ainda era percebida como uma evidência bastante enigmática. Desse modo, argumentou que seu trabalho se tratava de “uma investigação que, no início, girava em torno de um indivíduo, sobretudo de um indivíduo aparentemente fora do comum, e acabou desembocando numa hipótese geral sobre a cultura popular – e, mais precisamente, sobre a cultura camponesa – da Europa pré-industrial, numa era marcada pela difusão da imprensa e a Reforma Protestante, bem como pela repressão a esta última nos países católicos. Pode-se ligar essa hipótese àquilo que já foi proposto, em termos semelhantes, por Mikhail Bakhtin, e que é possível resumir no termo ‘circularidade’: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo (exatamente o oposto, portanto, do ‘conceito de absoluta autonomia e continuidade da cultura camponesa’ que me foi atribuído por certo crítico)”. Ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Op. Cit. p. 10.

Afinal, a patroa foi qualificada pelo trabalhador por adjetivações como “puta, égua e ladra”, uma vez que, por contrapartida, a distinta senhora teria lhe “roubado [...] [a] plantação de mandioca”. Em vista a flagrante visão do conflito oferecida nessa documentação (ela mesma a própria materialidade do desentendimento entre os sujeitos nela implicados), sugiro a expressividade de evidências como essa ao se considerar o repertório de embates suscitados na dinâmica das relações classistas – a despeito do já mencionado sentimento de inexpressividade atribuído a episódios como esse, tidos, por muitas apreciações, como de “mera” ocasionalidade, pois perdidos em atitudes personalistas e fragmentárias (portanto, elaborados por atuações pouco elucidativas, fundamentalmente quando se supõe o confronto social manifesto pelo que deveria ser dimensionado em um universo mais amplo e associado de trabalhadores).⁷⁷

De minha parte, recupero esse fragmento para destacar o clamor lastimoso formulado na ação da Sra. Detilde, que teria compreendido essa correlação (de fato definida nas delimitações de sua experiência) como ofensiva à sua honra, uma espécie de desrespeito à sua moralidade, tanto quanto à sua própria autoridade na direção das relações mantidas na propriedade da família, principalmente quando essa se referia a um trabalhador, o qual, conforme seus princípios patronais, deveria portar-se de forma subordinada. E é neste conjunto de aspectos, remetido à semântica de sua imagem na relação social de poder (a qual permite inferências que extrapolam as dimensões de seu contorno pessoal), que tal evidência se torna ainda mais expressiva aos propósitos dessa discussão.⁷⁸

Diante da efetiva quebra da expectativa por uma deferência consentida à sua posição patronal, a conduta da Sr. Detilde nos permite evidenciar os meandros da movimentação de trabalhadores ao lidarem com a constante pressão patronal exercida em favor da aquiescência à subordinação. O que nos incita a perceber que, apesar da mobilização dos elementos de desigualdade que envolve esses antagonistas, a imagem em questão revela justamente o reverso da pretensão demonstrada por Detilde, indicando, antes, a insubordinação de Paulino.

⁷⁷ Entre outras, ver as seguintes ponderações historiográficas:

- COSTA, Emília Viotti da. *A dialética Invertida: 1960-1990*. Op. Cit.

- _____. *Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha*. Op. Cit.

- PETERSEN, Silvia R. F. *Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana*. Op. Cit.

⁷⁸ E com tal explicação não sugiro nenhum menosprezo aos elementos de individualidade indicados na documentação, pois, como salientou Ginzburg, “se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar estas últimas. Não é um objetivo de pouca importância estender às classes mais baixas o conceito histórico de ‘indivíduo’”. Ver, GINZBURG, Carlo. Op. Cit. p. 20.

Com esse desconcerto, as argumentações oferecidas pela queixosa trataram de explicar a ausência dessa deferência como resultado de uma sequência de discórdias provocadas pelo que deveria ser tomado como produto do caráter inato daquele trabalhador, alguém “acostumado a se referir a qualquer Senhora desrespeitosamente”. Tal imagem buscava, claramente, descaracterizar a especificidade das relações de poder que eram estabelecidas, oferecendo o entendimento da banalização das condutas do trabalhador. Pois, mesmo que Paulino costumeiramente assim se comportasse, isso não retiraria o teor da condição efetivamente mantida, qual seja, tratava-se do desentendimento entre patrão e empregado.

De tal modo, Detilde, apesar de “devidamente assistida por seu marido” – filho do proprietário das terras onde moravam, na área rural de Marechal Cândido Rondon –, assinou ela mesma a “queixa”. A petição, elaborada pelo advogado, procurou na autoridade policial o desfecho do conflito entre patrão e empregado, no caso, a retratação reclamada por Detilde, frente às acusações que foram atribuídas a Paulino (Talvez mais uma dessas “simples” e variadas tentativas de afirmar o papel de preponderância patronal que não lhe fora gratuitamente reconhecido).

O deferimento da solicitação, por parte do delegado, estabeleceu a possibilidade de abertura do processo judicial, o qual fora encaminhado à vara criminal. O encadeamento dessa relação aponta para um dos aspectos que comumente se atribui como distintivo da condição social mantida por patrões, os quais custeiam advogados, relacionam-se satisfatoriamente com a polícia e são, em muitas oportunidades, atendidos prontamente por juízes.

Quanto a Paulino, segundo a documentação, ocupava as terras da família de Detilde na condição de trabalhador assalariado, usufruindo ainda de ganhos conseguidos com parcelas de colheitas advindas de plantações que por ele fossem cultivadas. Há poucos meses na propriedade, o trabalhador de 23 anos (casado e pai de dois filhos), quando atendeu a convocação judiciária para prestar suas declarações, teve suas argumentações registradas nos seguintes termos:

O... sogro da queixosa ofereceu o seu galpão para o declarante morar. Que após acertarem um pagamento... mensal, o declarante passou a morar naquele galpão. Que o declarante passou a plantar em suas terras. Que passados cinco meses o... [sogro da queixosa] pediu ao declarante que saísse do galpão, mas o declarante queria antes repartir as plantas que eram sócios para depois sair do galpão. Como até o momento nada desse certo o declarante continuou no galpão. Que... quando o declarante estava na rua [povoado de Curvado] com um saco de milho nas costas foi abordado pela sra... [Detilde] que lhe dizia que ia arrancar a MANDIOCA dos homens que se diziam ser homens bons, que todos queriam ser santos. Que o declarante não deu atenção as palavras de... [Detilde] e após deixar o milho em sua casa

voltou para pegar um cesto de alfafa. Que nesta ocasião foi novamente abordado e... [Detilde] passou a lhe chamar de cachorro, de culhudo etc [...] Que então o declarante foi para sua residência. Que no mesmo dia quando o marido de... [Detilde] foi colocar milho no galpão do declarante este aproveitou a ocasião e disse que: “Olha... [Alpino] tua mulher parece puta, anda correndo aí na estrada atrás da gente”. Que diante disso o... [Alpino] prometeu ao declarante que ia por freios na mulher e que queria continuar amigo do declarante. Sendo-lhe ainda perguntado quando tinha ofendido a sra... [Detilde] e porque, respondeu: nunca teve discussões com... [Detilde] e nem lhe disse palavras alguma.⁷⁹

Na narrativa elaborada pelo escrivão, é notória a atuação do trabalhador no sentido de deslocar as acusações formuladas pelos patrões. Ele destaca a necessidade de tomar parte nos resultados do seu trabalho, o que era um acerto proposto pelo próprio patrão, no momento da oferta de emprego. O que, segundo o declarante, poderia ser constatado inclusive com a disponibilização do galpão da propriedade para sua moradia, ou, ainda, a cessão de terras para o cultivo à meia. O rompimento desse acordo, principalmente após os trabalhos realizados em certos plantios, era algo indesejado por Paulino, mesmo com os desentendimentos mantidos com a Sra. Detilde, reconhecidos como um fato dado, apesar das controversas existentes sobre as causas da discórdia.

O pedido para que desocupasse o galpão da propriedade, abandonando a moradia da família e a colheita das lavouras que havia cultivado, soava como uma afronta, a qual lhe pareceu legítimo e necessário questionar. Um questionamento marcado pelo confronto, pois estaria enfrentando as insinuates advertências pronunciadas pela Sra. Detilde, incluindo intimidações com sentidos dúbios, como a de que teria sua “MANDIOCA” arrancada, o que parece ter impressionado até mesmo o escrivão, que registrou em letras maiúsculas a palavra de sentido duvidoso, com conotação claramente ameaçadora.

Desse modo, observa-se que as supostas ofensas públicas – assim como as acusações promovidas pela patroa –, também foram apontadas pelo trabalhador; onde, no povoado próximo às terras em que moravam, era caçado, recebendo nomeações tidas como desrespeitosas. No entanto, nada disso estaria sendo respondido pelo trabalhador, uma vez que “o declarante não deu atenção as palavras de... [Detilde]”. Por certo que essa argumentação, de fato bastante prudente (tendo em vista a eminência do julgamento de suas contestações como “mera” difamação), deveria ser sustentada por Paulino, uma vez que ele também buscava banalizar as acusações da patroa, “Olha... [Alpino] tua mulher parece puta, anda correndo aí na estrada atrás da gente”.

⁷⁹ Ibidem. Termo de Assentada. Auto de Declarações.

Diante do delegado de polícia e do juiz, a reticência de suas posições aparece como dissimulação, como condutas calculadas, onde, “Sendo-lhe ainda perguntado quando tinha ofendido a sra... [Detilde] e porque, respondeu: nunca teve discussões com... [Detilde] e nem lhe disse palavras alguma”. Aqui, nos contornos dessa imagem, revela-se os termos do que aponto como confrontação reticente. Por essa visão, não vejo a reticência como consentimento, muito menos como deferência gratuita. Mas, antes, como reconhecimento do terreno acidentado de onde emerge a conduta de trabalhadores, inclusive das condutas abertamente contestatórias – as quais podem, em certas ocasiões e apesar de seus vínculos fragmentários e personalistas, tornarem-se publicamente conhecidas e institucionalmente tratadas.

Nesse ponto, a narrativa judiciária, que se supõe acima dessas relações – uma vez que se pretende organizadora desse campo de forças –, lida com verdades contrapostas, com interesses que se antagonizam. Aqui, apesar do empenho das partes na reivindicação pela onisciência de suas alegações, clamor comum aos protagonistas, suas formulações devem ser entendidas pelo que de fato são, no caso, posições dissidentes.

Nesse sentido, o que há de inquestionável nessa documentação é justamente a evidenciação da dissidência, ou seja, o registro da experiência da dissensão. Essa experiência aponta para a convivência conflituosa na relação estabelecida entre trabalhadores e patrões, assim como para a movimentação desses sujeitos frente à projeção de seus interesses. Essa dinâmica se afasta da suposta subserviência dos trabalhadores, caminhando para a afirmação de antagonismos, construídos a partir da efetiva desigualdade das relações classistas em que se vinculam.

Todavia, é preciso ter claro que esse é o registro da ação patronal que pretendeu enquadrar o trabalhador ocupado em sua propriedade, reconhecendo em suas condutas ações que lhe pareciam indesejáveis e inconvenientes, tais como insubordinação e falta de deferência. A pressão sobre Paulino, a qual já limitava parte de seus interesses, tornou-se ainda mais efetiva, onde a defesa da moralidade patronal permitiu a criminalização das expectativas de ganhos com o seu trabalho, graças à centralidade atribuída às suas possíveis hostilidades.

Essa ação, construída nas queixas crime, não chegava a ser uma excepcionalidade entre as décadas de 1950 e 1960. Ela dizia respeito à intensificação das atividades rurais no

território de Marechal Cândido Rondon, inicialmente fundadas em empreendimentos pouco mecanizados, portanto carentes de uma mão de obra significativa.⁸⁰

Essa condição justificava a oferta generosa recebida por Paulino, onde foi agraciado com o galpão da propriedade da família de Detilde. No mesmo sentido, talvez seja possível entender porque o trabalhador pôde declarar que o patrão, no caso Alpino, “prometeu ao declarante que ia por freios na mulher e que queria continuar amigo do declarante”, não sendo essas alegações contestadas por nenhum dos patrões que testemunharam no processo.

É necessário reconhecer que os empregadores, principalmente os proprietários rurais (tendo em vista a convivência próxima com seus empregados, fossem eles agregados, assalariados e/ou rendeiros), indicaram muitas circunstâncias que lhes pareceram insolência. O que, tanto quanto nas circunstâncias narradas por Detilde, pode ser observado também na queixa registrada por Vilmar. O agricultor, que solicitou a abertura de inquérito policial contra o trabalhador Gilberto, argumentando que,

- 1... ultimamente o requerido vêm lhe faltando ao respeito, bem como aos seus familiares.
2. Que, num sábado, o requerido tentou pegar a mulher do requerente “a força”, tendo a mesma dado alarme, tendo sido socorrida pelo requerente.
3. Que o requerido já era useiro e vezeiro em usar de condutas repreensíveis.⁸¹

O trabalhador, solteiro, de 22 anos, nascido em Santo Cristo-RS, trabalhava a pouco menos de um ano na propriedade de Vilmar, em Novo Três Passos, área rural de Marechal Cândido Rondon. Apesar de negar as acusações – alegando que, na verdade, havia sido

⁸⁰ A proposição de um esquema temporal, fundado em marcos de legitimação dos empreendimentos de proprietários rurais crescentemente capitalizados, estabeleceu “duas fases socioeconômicas” para a área de Marechal Cândido Rondon, as quais teriam culminado com “o desenvolvimento e progresso atual”. A primeira fase seria caracterizada pela “exploração de riquezas naturais por companhias estrangeiras”, iniciada em 1900 e finalizada em 1946; enquanto a segunda fase seria caracterizada pela “colonização e ocupação da terra pela Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ”, ação empreendida a partir de 1946. Contudo, a “segunda fase” ainda se distinguiria em dois momentos, o momento dos pioneiros (entre as décadas de 1950 e 1960) e o momento da mecanização agrícola (fundamentalmente a partir do início da década de 1970). Essa genealogia apologética foi travestida nas seguintes sentenças do historismo: “Os pioneiros, no início da colonização, para o plantio da mandioca, faziam a cova com a enxada e colocavam a muda que era coberta com o solo. Mais tarde, o uso do arado facilitou este trabalho. Atualmente, esta técnica está sendo substituída pela máquina”; “... a mecanização, em pouco tempo, tomou vulto, modificando a estrutura agrária do município”. Sobre essa construção, largamente assumida (inclusive em certos círculos acadêmicos), ver: SAATKAMP, Venilda et al. Op. Cit.

⁸¹ PARANÁ. Poder Judiciário. Queixa Crime. Proprietário rural se queixa de ofensa moral cometida por trabalhador rural. Comarca de Toledo. **Processo Criminal**, [Marechal Cândido Rondon], n.º. 14/65, jun. 1965. Essa documentação encontra-se arquivada no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP/UNIOESTE, Campus de Toledo. Registra-se que os nomes atribuídos a requerentes, requeridos e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação da consulta e utilização dessa documentação.

demitido por razões desconhecidas –, testemunhas lhe atribuíram falas bastante comprometedoras. Um professor do povoado de Novo Três Passos teve sua fala registrada nos seguintes termos:

O declarante... conheceu... [Gilberto] e logo perguntou ao mesmo o que ele fazia por aqui. Que... [Gilberto] trabalhava de agregado de... [Vilmar]. Que... [Gilberto] ainda adiantou ao declarante que ia ficando naquela casa porque a patroa era muito boa para ele, que de vez em quando ele... [Gilberto] passava a ser o patrão da casa.⁸²

Outra testemunha complicou ainda mais sua situação, tendo o escrivão narrado sua fala da seguinte maneira:

... já há onze meses o declarante conhece a... [Gilberto], e que já por diversas vezes... [Gilberto] contou ao declarante que trabalha na casa de... [Vilmar]. Que trabalha lá não pelo dinheiro, mas sim pelas boas relações que tem com a esposa de... [Vilmar]. Que pode manter com a mesma relações sexuais a hora que quiser. Que... [Gilberto] ainda afirmou que a hora que quer possui a esposa de... [Vilmar] e fica dono da casa.⁸³

Tornar-se “dono da casa”, “ser o patrão da casa”, para além das circunstâncias narradas, podem ser expectativas que compõem os interesses do trabalhador. A difamação, caso seja essa a realidade, pode referir-se a algo mais do que delírios de um amor não correspondido, ou mesmo volúpias de um caluniador pervertido. Pode aludir à insatisfação com o modo como se encontra sua vida, onde, confrontada com o modo de vida dos patrões, manifesta seu desagrado desonrando os que são responsabilizados por atividades intensas de trabalho, moradias pouco confortáveis, ganhos diminutos, entre outros aspectos de sua condição de classe.

Essa relação, apesar de todos os elementos de tensão destacados na narrativa do escrivão, sustentou-se por quase um ano, a despeito do entendimento patronal de que “o requerido já era useiro e vezeiro em usar de condutas repreensíveis”. A detonação do conflito pareceu eminente até o momento de sua efetiva consumação. Esse estado de latência evidencia o teor das relações classistas, apontando para as vicissitudes de uma relação de exploração aparentemente fixa e consolidada.

Assim, percebe-se nas queixas crime os olhares atribuídos aos trabalhadores, onde o inverso dessa relação é insinuado nas motivações que mobilizaram os enquadramentos

⁸² Ibidem. Termo de Assentada. Primeira Testemunha.

⁸³ Ibidem. Termo de Assentada. Segunda Testemunha.

propostos nas ações patronais. Essas ações, que talvez se constituíssem no reconhecimento de certos limites fixados por trabalhadores, apontam para a afirmação das ambições patronais. Afinal, a exploração não é algo que prescinde do explorado.

A centralidade desse entendimento compeliu patrões a buscar por trabalhadores, mesmo que desgostosos com muitas de suas posturas, arriscando-se diante de suas aspirações. Backes, ao tratar de trajetórias de trabalhadores que se envolveram com o cultivo das plantações de hortelã – onde hoje é a cidade de Mercedes-PR, mas que até 1993 compunha o território de Marechal Cândido Rondon –, ofereceu uma imagem bastante significativa dessa busca por força de trabalho. Ao conversar com um senhor de nome Geraldo, o autor formulou, a partir desse diálogo, a seguinte narrativa:

Cheguei ali na Rodoviária de Rondon. Frio... Frio, frio. E eu... Tínhamos aquela malinha pequeninha do lado. Sentei ali... Fiquei sentadinho ali, de repente chegou um gaúcho lá. Aí o gaúcho... “Oh! Vamo morar comigo piá?” Eu pensei assim, “Não!”. Um barbudão... Eu falei, “Não vou morar com esse homem não!”. – “Vamos? Vamos morar comigo? Eu preciso... eu tenho só duas meninas lá... e eu preciso de um machinho lá comigo”. Eu olhei bem... e falei, “Já estou num beco sem saída”... “Tá, eu vou”.

Construindo as significações de sua trajetória, pelo relato o senhor Geraldo demonstrou que o Oeste do Paraná era um lugar com possibilidades de fixação. Ele que rumara ao desconhecido estava assim aprendendo os sentidos daquela migração. Já havia conhecido alguém que lhe ofereceu trabalho. Num primeiro momento hesitou em aceitar a primeira proposta que lhe foi feita. A hesitação pode ser interpretada como fruto do estranhamento que vivera. Decidiu acompanhar aquele homem, pois interpretou que naquele momento não tinha outra opção... para quem não conhecia nada, já havia conhecido um “gaúcho barbudão” [...]

Aí, peguei e entrei naquela Kombi, mas estava meio ressabiado. Aí ele pegou a minha mala, olhou minha malinha, assim, dentro. Aí ele me levou lá na loja, comprou roupas para mim, comprou roupas de frio. Calçados eu não tinha, aí ele comprou tudo para mim e me levou aqui para o Guavirá... ali eu fiquei cinco anos. Aquele homem me ensinou tudo: trabalhar com trator, tratar os porcos. [...]

O senhor Geraldo, pelas forças das circunstâncias que se apresentaram naquele momento, precisou fazer-se trabalhador no lugar de destino [...].⁸⁴

Nascido em Ipoté-MG, o senhor Geraldo teria saído da casa dos pais aos 11 anos de idade, sendo que, buscando uma vida melhor, foi ao encontro de um irmão que morava em

⁸⁴ BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira**: memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009, p.46-47.

São Paulo. No entanto, a insatisfação com os ganhos e as atribuições advindas da venda de picolés e as entregas de jornal na capital paulista o motivaram a buscar outras possibilidades.

Geraldo, empenhado nessas buscas, teria chegado a Marechal Cândido Rondon em 1973, onde fora recepcionado, ainda na rodoviária, pelo “gaúcho barbudão”. O proprietário rural não sabia quem era aquele menino, nem mesmo tinha conhecimento de sua chegada, mas tinha plena clareza do que estava procurando, “Eu preciso... eu tenho só duas meninas lá... e eu preciso de um machinho lá comigo... Vamo morar comigo piá?”.

As informações sobre a trajetória do trabalhador estão presentes na narrativa de Backes devido ao interesse em caracterizar o que seria os “estranhamentos” identificados por esse sujeito ao fixar-se na nova área, delimitada pelo autor como “fronteira Oeste do Paraná”. Assim, as “significações da trajetória” de Geraldo estão no foco das problemáticas que compõem sua discussão, atribuindo destaque à intensidade do frio, à barba e a linguagem gauchesca do futuro patrão, como também às hesitações diante da oferta de emprego.

Mas o encontro entre o trabalhador e o patrão, mais do que indicar estranhamentos, aponta para a condicionalidade das relações classistas. A necessidade do emprego, tanto quanto o interesse pelos serviços que seriam prestados pelo trabalhador, marcam as avaliações firmadas no relacionamento narrado por Geraldo. Nesse ponto, o “beco sem saída”, mencionado pelo entrevistado, talvez faça referência não à falta e/ou existência de opções para se estabelecer no novo lugar, mas sim às limitadas opções que lhe estavam disponibilizadas.

Ao me distanciar da preocupação e da interpretação proposta por Backes, não vejo Geraldo “fazer-se trabalhador no lugar de destino”, mas sim inserir-se nesse território a partir da condição de trabalhador que o acompanhou por toda a sua vida. Essa permanência sim, parece um “beco sem saída”.

Quanto às atividades desenvolvidas com o trator, o cuidado com os porcos, a capina de roçados e a ordenha das vacas, essas práticas, de fato, podem ter sido incorporadas ao seu repertório de trabalho. Afinal, isso foi, em grande parte, o que se aprendeu nos cinco anos em que viveu com a família do “barbudão”. Em troca, recebeu roupas, calçados, abrigo e alimentação. Nesses termos, assentados à maneira da condescendência patronal, o trabalhador foi agregado à família do pequeno proprietário rural, tornando-se o machinho da casa.

O sentimento de Geraldo, diante dessa convivência, pareceu-me bastante reticente, onde a ambiguidade manifestada em uma de suas afirmações talvez sirva de metáfora para a

comunicação de seu próprio drama, “O homem tanto gosta de mim lá que Deus o livre”.⁸⁵ Essa rogação, supostamente lisonjeira, a de que Deus o livrasse de uma relação tão satisfatória, foi concretizada quando, por sua própria decisão, deixou a propriedade e foi trabalhar nas plantações de hortelã.⁸⁶

Se entre as décadas de 1950 e 1980 a latência das tensões classistas em Marechal Cândido Rondon foi vivida por trabalhadores fundamentalmente a partir dessas condicionalidades mantidas nas relações diárias com os patrões (demonstrando pouca visibilidade institucionalizada em suas ações), no final da década de 1980 um volume crescente de trabalhadores passou a formular suas posições conflitantes em ações institucionalizadas. E, falando da peculiaridade dos registros processuais (fossem criminais, cíveis ou trabalhistas), esses sujeitos passaram, agora de forma acentuada, da posição recorrente de interpelados para a de interpeladores.

Em Marechal Cândido Rondon, no final da década de 1980, tornou-se uma prática, relativamente comum, trabalhadores frequentarem os espaços judiciais na condição de proponentes de reclamações e queixas.⁸⁷ Essa mudança sinaliza uma alteração no modo de se encaminhar a confrontação das posições mantidas entre trabalhadores e patrões, apesar da evidente permanência dos elementos da reticência.⁸⁸

Assim, tal como permite visualizar a documentação indicada, a confrontação se fez presente de modo constante na constituição territorial de Marechal Cândido Rondon, não deixando de compor a cena social. Porém, essa confrontação se tornou cada vez mais visível,

⁸⁵ Ibidem. p. 48

⁸⁶ Em outra oportunidade, Freitas e eu propomos algumas considerações a respeito das relações mantidas entre pequenos proprietários rurais, peculiarmente definidos como “colonos”, e trabalhadores rurais sem terra, fossem eles agregados, rendeiros e/ou assalariados. Naquela ocasião (um trabalho produzido para discussão em um projeto de extensão universitária, direcionado a alunos de graduação e pós-graduação, assim como a professores empregados na rede estadual de educação), chamamos a atenção para as distinções e desigualdades mantidas entre esses sujeitos, que, em muitas ocasiões, são associados, indistintamente, por noções como “trabalhadores rurais” e/ou “camponeses”. Sobre nossas argumentações, ver: FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre colonos e trabalhadores: Produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná – Segunda metade do século XX e início do século XXI. **Escritas**. Araguaína. Em Submissão.

⁸⁷ Este aspecto se deve, em grande medida, à intensificação das queixas ajuizadas na Vara Trabalhista. Uma mensuração quantitativa e setorial dessas ações foi realizada por Varussa, ver: VARUSSA, Rinaldo José. Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações. **Tempo da Ciência**. Cascavel, n. 25, set. 2006, p.145-156.

⁸⁸ Isso não significa dizer que antes desse momento não havia a elaboração de processos trabalhistas, tanto quanto de ações criminais e cíveis propostas por trabalhadores, o que ocorria (no território em questão) desde a segunda metade da década de 1950. Também não argumento que a flagrante intensificação dessas ações tenham se dado sem controvérsias, inclusive entre os próprios trabalhadores – o que, sem dúvida, justificaria uma pesquisa à parte. O que coloco em destaque é, tão somente, a mensuração dessas ações, que teve sua ampliação facilitada, em parte, pela instalação das Varas do Trabalho na cidade de Toledo (1989) e Marechal Cândido Rondon (1993).

pelo menos aos olhos de historiadores que farejavam vestígios institucionalizados dos enfrentamentos sustentados por esses sujeitos.

Os trabalhadores que se encontravam na cidade fizeram-se presentes em maior número nos gabinetes judiciais, fossem eles empregados em comércio e/ou empresas de serviços, indústrias e/ou atividades domésticas. Esses sujeitos congestionaram as agendas dos juízes.⁸⁹

As confrontações entre empregados, patrões, advogados, juízes, testemunhas e escrivães, tornaram-se cada vez mais presentes nos gabinetes das Juntas de Conciliação e Julgamento presididas por juízes trabalhistas. E foi investigando as milhares de páginas de processos em que foram registrados esses encontros que me deparei com as anotações sobre Zonete, as quais, como tantas outras anotações (referentes a muitos outros “reclamantes”), surgiram entre as centenas de caixas que compõem o acervo de Processos Trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Marechal Cândido Rondon, arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL/UNIOESTE).

Essas anotações fizeram saltar aos olhos a potência de trabalhadores que se apresentaram interpeladores também em uma dimensão institucional. Zonete, no final do ano de 1991, quando ainda precisava deslocar-se à Toledo (distante aproximadamente 40 km) para apresentar sua queixa trabalhista, não fez dessa dificuldade um empecilho para a confrontação judicial com sua patroa, a qual demitiu Zonete de suas atribuições de empregada doméstica quando esta foi lhe comunicar que estava grávida.

A trabalhadora, nascida em Capitão Leônidas Marques-PR, buscou na ação trabalhista uma possibilidade de lidar com a desigualdade vivida na cidade de Marechal Cândido Rondon. Ela trabalhou e morou na casa de Válcia por aproximadamente um ano, onde devia “fazer todo o serviço, tais como, cozinhar, arrumar a casa, lavar roupas e ainda cuidar das crianças da reclamada”.⁹⁰ Válcia, ao contrário dos patrões anteriormente mencionados – os quais eram proprietários rurais –, tinha seus ganhos advindos de seu trabalho como funcionária pública municipal. Para realizar as atividades domésticas na casa da trabalhadora

⁸⁹ Quanto aos trabalhadores rurais, alguns apontamentos de suas ações na Vara do Trabalho de Marechal Cândido Rondon foram anotados por Varussa. Destaca-se, em suas considerações, a disposição em sair da estrutura institucional da Justiça do Trabalho, passando às percepções de trabalhadores que buscaram as ações trabalhistas. Ver: VARUSSA, Rinaldo José. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (Década de 1980 a 2000). *Diálogos*, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

⁹⁰ PARANÁ. Poder Judiciário. Reclamação Trabalhista. Comarca de Toledo. **Processo Trabalhista**, [Marechal Cândido Rondon], n°. 2.375/91, dez. 1991. Essa documentação encontra-se arquivada no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL/UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Registra-se que os nomes atribuídos a reclamantes, reclamados e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação da consulta e utilização dessa documentação. Observa-se, ainda, que devido à constituição da Junta de Conciliação e Julgamento de Marechal Cândido Rondon (em 1993), o Processo Trabalhista foi transferido para a nova Comarca, onde teve sua numeração redefinida, passando a contar com o n°. 233/93.

Válcia, a trabalhadora Zonete recebia remuneração mensal, mas não tinha sua carteira de trabalho assinada.

Quando da dispensa de seus serviços, Zonete não recebeu o que julgava fazer jus, sendo que ainda alegou ter sido maltratada. Por certo que, nas avaliações do advogado, o conjunto dos direitos reclamados podia ser bem mais extenso do que as pretensões da própria trabalhadora.

Os custos dessa ampliação não deixaram de ser notados pela patroa, que logo na primeira audiência com o juiz tentou um acordo, que acabou frustrado, tendo em vista a recusa da trabalhadora – “A reclamada coloca nesta oportunidade o emprego à disposição da reclamante, sendo que esta esclarece que não concorda em retornar ao emprego pelos seguintes motivos: ‘o pessoal lá é muito ruim e as crianças incomodam muito’ ”.⁹¹

A contestação da relação de trabalho está firmada nas possibilidades legais de certas conquistas, fossem elas monetárias ou morais. A trabalhadora, ao procurar o advogado e promover a reclamação trabalhista, buscava recolocar, em outros termos, a relação de poder em questão. Notem que essa é a imagem de uma relação assimétrica e tensa, apesar de ser mantida entre duas trabalhadoras, onde a visão, agora enquadrada a partir do olhar de uma trabalhadora, sugere um envolvimento que aparece como arbitrário e predominantemente favorável à patroa, tendo em vista a demissão e a própria recusa de um acerto trabalhista que lhe fosse mais favorável, motivações explicáveis para a demanda jurídica.

O relacionamento com o advogado, por sua vez, justificava-se porque esse sujeito conseguia colocar-se no campo da atuação das exigências e do cumprimento legal, espaço em que, sem sua mediação, Zonete sequer seria reconhecida como protagonista diante do juiz de direito. A partir dessa associação, o trabalho do advogado era perceber e construir situações de ilegalidade trabalhista, buscando conseguir, no confronto com o juiz e com o advogado da patroa, os maiores ganhos possíveis.

Esses prováveis ganhos foram, em muitos casos, divididos entre trabalhadores e advogados, um modo encontrado por trabalhadores para viabilizar os custos com o processo, tanto quanto utilizado pelos advogados para ampliar o universo de seus possíveis clientes. O que permite entender, pelo menos em grande parte, o interesse dos bacharéis pelas causas dos trabalhadores que os procuraram/procuram (ou mesmo dos que por eles foram/são procurados). Desse modo, assim como nos processos criminais, os processos trabalhistas não contam sequer com uma frase escrita por trabalhadores (tendo em vista os ritos firmados nos

⁹¹ Ibidem, Termo de Audiência.

trâmites dos tribunais), apesar de suas presenças marcarem a pauta dos documentos que compõem o litígio.

Mas, como já havia indicado por meio da apresentação de matérias e notícias produzidas por jornal e rádio (quando da enunciação das dinâmicas de aparente resignação), também as presenças conflitivas de trabalhadores, que vieram para Marechal Cândido Rondon, não foram anotadas apenas em ações judiciais, por mais que essas se remetessem às mais variadas circunstâncias. Por vezes, o fato de ocuparem determinadas áreas da cidade foi suficiente para instigar a emergência de outros espaços de confrontação.

Certas imagens atribuíram visibilidade ao que deveria ser contido, identificaram o que foi censurado. As imagens da repreensão talvez sirvam para nos atentarmos ao fato de que determinadas condutas de trabalhadores formulam elas mesmas suas posições classistas, que essas posições podem prescindir de manifestos e/ou atos e associações institucionalizadas, firmando-se apenas em suas próprias posturas, por si só elucidativas do campo de forças de onde emergiram e emergem.

Quando comerciantes estabelecidos na área central da cidade contestaram a presença de trabalhadores que se “aglomeravam” próximo aos seus estabelecimentos, fazendo do local um ponto de emprego (caracterizado por uma diversificada oferta de mão de obra), a confrontação foi formulada nas páginas do jornal *O Presente*:

Na esquina das ruas Santa Catarina e Tiradentes, no centro de Marechal Cândido Rondon, todos os dias aparecem diversos desempregados, que permanecem no local à espera de uma oferta de trabalho.

Divergências

A presença dos desempregados provoca divergências de opinião entre os comerciantes e lojistas próximos ao ponto de aglomeração. Alguns reclamam do número de pessoas e acusam que existem homens que chegam bêbados no local, causando alvoroço e brigas entre eles. Mesmo com esses problemas, os comerciantes acreditam que essas pessoas precisam trabalhar, mas concordam que deveria existir um local fora do centro da cidade para abrigar os desempregados.⁹²

Na reportagem, a noção de “divergência” se apresenta como o próprio termo de dissimulação do confronto. Os comerciantes, ao tratar da “presença dos desempregados”, problematizaram o “ponto de aglomeração” que forçava uma convivência indesejada. Segundo esses sujeitos, a aglomeração era sinônimo de “alvoroço e brigas”, tornando o espaço desagradável e prejudicial aos seus negócios.

⁹² ESQUINA vira ponto de emprego no centro. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 07 de agosto de 2003, p.7.

Os trabalhadores, por sua vez, qualificaram o “ponto de aglomeração” como a visibilidade necessária para que conseguissem um emprego – ou ao menos essa era a expectativa de Alberto que, há apenas dois anos e meio na cidade, sustentou sua presença naquela área com a seguinte argumentação: “Conseguir serviço é difícil. Se a gente não ficar aqui, vai conseguir emprego onde? Esse lugar já é conhecido de todo mundo. Quem precisa vem procurar a gente”.⁹³

No mesmo instante em que trabalhadores como Alberto foram apresentados como uma espécie de tumultuadores (gente sem muito proveito, mas perturbadores), ele aparece para afirmar sua relevância. Aponta que a presença que imprimem naquela área da cidade diz respeito à forma encontrada para facilitar o contato com possíveis empregadores, que os procuravam para realizar as mais variadas atividades de trabalho. Essas “necessidades” eram resolvidas por pessoas como ele; portanto, a despeito do olhar antipático daqueles que se julgavam organizadores daquele espaço, seria legítima sua presença naquela área.

Todavia, por mais ambíguo e estranho que pareça, os proprietários também manifestam sensibilidade para com os trabalhadores, afinal a condescendência classista é uma variante recorrente no repertório de conduta desses sujeitos, seja ela mais ou menos convincente. E como empreendedores que são, não deixaram de apresentar soluções que lhes pareciam bastante razoáveis. Segundo o proprietário de uma relojoaria, “eles devem ser remanejados para um local com menos movimento, onde tenha passagem de caminhões, com um teto e estrutura”.⁹⁴

Diante de uma “opinião” tão prodigiosa, a reportagem, como vimos no fragmento citado acima, acabou assumindo essa alternativa. Sua reafirmação pareceu sugerir que essa posição fosse considerada como a mais pertinente, a que beneficiaria todos os envolvidos, inclusive os trabalhadores, que por certo estariam interessados em um teto para abrigar-se enquanto aguardavam por algum emprego.

Esse oásis – fora do centro da cidade, com menos movimento, possuindo teto e estrutura – foi sugerido como um lugar apropriado para abrigar esses trabalhares. Porém, mesmo esse empreendimento, planejado no final de 2003, parece não ter sido levado a cabo, pelo menos nunca me deparei com essa paisagem encantada.

Quanto ao “remanejamento” daqueles trabalhadores da área central, preciso testemunhar que quando cheguei à cidade, em meados de 2010, não consegui visualizar nada

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem.

que indicasse que aqueles sujeitos tivessem ocupado aquele espaço algum dia. Apesar de se fazerem presentes em outras áreas, delimitando outros territórios de trabalho.

Essa dinâmica, por mais que em muitos aspectos indique um processo de perda por parte dos trabalhadores, aponta para questionamentos e (consequentemente) para determinados limites que foram fixados por esses sujeitos. Essa dinâmica faz com que as contestações que lhes foram dirigidas sejam percebidas neste trabalho não como ataques gratuitos; mas, antes, como respostas patronais que buscaram sustentar e/ou intensificar as possibilidades de domínio e as pretensões da exploração e opressão de classes.

E com tal argumento, novamente aponto para a condicionalidade das relações classistas. E quando me refiro à ideia de tal condicionalidade, entendida como um campo de forças marcado pela permanência da desigualdade (não obstante toda a movimentação dos trabalhadores na própria constituição da dinâmica desse percurso, deslocando marcos significativos de opressão), preciso esclarecer que essa condicionalidade nem sempre foi (ou é) previsível. Parece complicado explicar algo assim, principalmente quando já existe um desfecho dado, o qual sugestiona a confirmação das teses da determinação social. Mas, de todo modo, assumo o entendimento de que a constância de um estado de exploração não implica ou implicou na definição desse estado como uma estabilidade previamente definida, garantida por alguma entidade de poder que funcione como um dispositivo afastado da historicidade que a constituiu.⁹⁵

Entendo que as contrariedades, sustos, desgastes e clamores (advindos dos mais variados suportes de onde nascem e ecoam o brado dominante) são mais do que “meros” percalços em um trajeto já delineado, mantido por um sistema estruturalmente abstrato. Antes disso, talvez esses arroubos nos indiquem porque e como “simples” presenças de trabalhadores lhes são desconcertantes e/ou preocupantes. Esse foco de visão (de fato, quase míope, por desconfiar da capacidade de enxergar com nitidez o que está situado no indefinido) não reivindica nenhuma perspicácia visionária, também não se arroga profética; destina-se, tão somente, a considerar as movimentações de trabalhadores nesse campo de forças, mesmo em suas ações tidas como “banais”, “despretensiosas” e ou “inconsequentes”. O que espera que seja feito sem tomá-las como variáveis de “meros” contratempos e

⁹⁵ Já tratei dessas questões neste mesmo capítulo (no ponto 1.1). Formulei essa problemática quando das discussões em torno da noção de hegemonia, onde sugeri as considerações de Scott e Thompson, as quais apontei como bastante instigantes. Ver,

- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. Op. Cit.

- _____. Formas cotidianas da resistência camponesa. Op. Cit.

- THOMPSON, E. P. Economia moral revisitada. Op. Cit.

- _____. Patrícios e plebeus. Op. Cit.

imprevistos burgueses – logo, evitando a denotação de algo sem grande importância, por vezes até calculado, mas tido como irrelevante.

De outro modo, seria difícil notar a visibilidade relâmpago atribuída a Diane pelo jornal *O Presente*. O qual destacou sua presença afirmando que ela “tem chamado a atenção das pessoas em Marechal Cândido Rondon por ser travesti e ter um ponto fixo na cidade, onde mantém contatos para a prática da prostituição”.⁹⁶

Há pouco mais de dois meses morando na cidade, registrou-se a inconveniência de suas condutas em uma página inteira de jornal, na qual se apresentou uma entrevista com a trabalhadora de 20 anos. O que, a meu ver, parece um empenho expressivo por parte do periódico. Então, vejamos, de forma mais aproximada, os sentidos de tal intervenção.

O Presente: Como é seu trabalho em Marechal Cândido Rondon?

Diane: [...] Respeito a sociedade, estou fazendo meu trabalho, não sou uma pessoa vulgar, sou descente e moro em uma casa de família.

[...]

O Presente: O que lhe trouxe para Rondon?

Diane: Vim dar uma mão para a minha tia, que teve bebê e o marido dela é caminhoneiro, então vim ajudar. Como eu estava meio sem rumo passei a trabalhar aqui. Minha intenção não era essa, porque minha tia havia me falado que era cidade pequena, que aqui não havia isso, que não existia prostituição na rua [...] Ela disse que eu passaria por certos tipos de preconceitos [...] (palavras dela).

[...]

O Presente: Quanto tempo pretende ficar em Rondon?

Diane: Não tenho previsão de quando vou embora. Sou imprevisível. Hoje posso estar aqui e amanhã posso não mais estar. Fico enquanto está bom para mim.⁹⁷

A visibilidade do questionamento se apresentou no próprio formato da exibição jornalística, afinal se tratou de interpelações elaboradas em uma entrevista, assemelhando-se a uma postura inquisitorial. Em função dos contornos dessa trama, Diane, logo na primeira indagação, mostrou ter clareza sobre a pauta em discussão, onde tratou logo de atuar contra a banalização de sua imagem, buscando afastar-se das caracterizações do exotismo.

Ciente de que sua presença na cidade não era apontada com muita satisfação, tratou de esclarecer o modo como avaliava suas condutas, argumentando que “Não tenho previsão de quando vou embora... Fico enquanto está bom para mim”. Seus compromissos, firmados a partir de seus próprios interesses, foram indicados como respostas a questionamentos que lhe

⁹⁶ TRAVESTI chama a atenção da população rondonense. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 1 de agosto de 2006, p.7.

⁹⁷ Ibidem.

pressionava a certas mudanças, fossem de cidade ou de seus modos de vida. Todavia, sua postura parece atributo daqueles que tem experiência no trato das repreensões.

Tamanha firmeza se justificava, afinal teria vindo a Marechal Cândido Rondon responder a uma conduta moral, auxiliando a tia em seu resguardo pós-parto. Mas, para além da solidariedade manifestada e de suas escolhas afetivas, as dificuldades advindas de sua condição de classe a instigaram a uma alternativa de trabalho bastante controversa, mesmo diante das avaliações promovidas entre os trabalhadores. Uma vez que a prostituição, em muitos casos, é um modo reprovado de auferir ganhos, inclusive por parcelas significativas de trabalhadores.

Por certo que essa reprovação foi percebida por Diane antes mesmo das admoestações indicadas em seu contato com o jornal. No momento da entrevista, ela apresentou as insinuações sugeridas por sua própria tia, que “havia me falado que era cidade pequena, que aqui não havia isso, que não existia prostituição na rua... Ela disse que eu passaria por certos tipos de preconceitos”.

Ao não ignorar as repreensões advindas de sua atuação como prostituta, fez questão de esclarecer os motivos que a levaram a considerar essa possibilidade de trabalho:

O Presente: Sua atividade vale à pena financeiramente?

Diane: Sou maquiador profissional, cabeleireiro e sempre tive meu emprego, mas hoje não consigo mais pensar em ter que trabalhar 30 dias para ganhar um salário de R\$ 600 a R\$ 1 mil. Depois que comecei a trabalhar na noite, há cerca de um ano e meio, não consigo mais. Eu tenho coragem de fazer isso e faço.⁹⁸

Parece claro que uma conduta assim exige alguma coragem. Coragem para sair de casa travestido de mulher, exibindo uma diferenciação flagrantemente provocadora; coragem para aceitar as circunstâncias de uma atividade de trabalho que implica na cessão do próprio corpo. Em contrapartida, os ganhos seriam relativamente compensatórios, tanto quanto seria relativamente compensatória a desobrigação da rotineira jornada de trabalho mensal. Então, “tenho coragem de fazer isso e faço”.

Mas os jornalistas, não completamente satisfeitos, propuseram uma espécie de aritmética moral, sugerindo uma equação final: “**O Presente: Você é feliz?** **Diane:** O que é felicidade? Não saberia nem definir o que é felicidade. Não saberia dizer se R\$ 1 milhão me faria feliz, se um amor me faria feliz, não sei dizer”.⁹⁹

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

Tais confrontações, longe de se revelarem autoconfortantes, exigem disposição para determinados enfrentamentos, os quais não devem ser ignorados e/ou tratados como irrefletidos – e isso não por pedantismo acadêmico, mas sim porque eles podem ser demasiadamente caros aos seus propositores (apesar de, por vezes, parecerem-nos como triviais). Como nos indica Diane, essa disposição ponderada ainda pode apresentar-se em diferenciações manifestadas entre os próprios trabalhadores, ao lidarem com condições que lhes são comuns. Essas diferenciações nem sempre foram ou são harmônicas, pelo contrário, podem se revelar bastante conflituosas.

A diferenciação, tanto quanto a identificação manifestada entre trabalhadores, compõe o universo de suas relações. Portanto, passemos a considerar, em um foco mais aproximado, valores que foram corriqueiramente defendidos e censurados, interesses que foram firmados e contestados.

1.3 – Diferenciações em terreno comum

A condição de classe atribuída aos trabalhadores, materializada em relações de poder que lhes são aqui associadas (e ora por eles assinaladas e/ou assumidas) como adversas, não estabelece nenhuma aproximação mecânica entre esses sujeitos. Ao viverem a desigualdade como território compartilhado, a tensão e o conflito podem se expressar na reprovação de determinadas posturas, tanto quanto na condenação de certas atitudes.

O peso desses desentendimentos, tendo em vista suas avaliações sobre a identificação e a solidariedade de classe, revela-se longe de algo que poderíamos definir como marginal. Parece mesmo que sua relevância é recorrentemente apontada como bastante significativa, o que torna necessário algumas considerações mais específicas a respeito das manifestações desses desacordos.

Tais ponderações emergem a partir da identificação de evidências como a que formulou a seguinte imagem, destinada à visibilidade de uma determinada circunstância vivida por um jovem trabalhador de 19 anos, acusado confesso de crime de abuso sexual contra menor. No início de 2009, quando se encontrava há poucos meses na cidade, sua presença foi destacada nas páginas policiais do jornal *O Presente*, onde a narrativa elaborada firmou-se nos seguintes contornos:

... veio morar na casa de uma tia em Marechal Cândido Rondon, na busca de um emprego. Os abusos, conforme o acusado, aconteceram na residência. A criança acabou se queixando do primo aos seus familiares e os responsáveis pelo menor o denunciaram às autoridades competentes.¹⁰⁰

O trabalhador, que se encontrava detido na delegacia da cidade, teria cometido “os abusos” contra um primo de quatro anos. O acontecimento teria como cenário a residência de sua tia, mãe do garoto que sofreu as agressões sexuais. A tia era a mesma que o acolhera após ter saído de Toledo-PR, buscando empregar-se em Marechal Cândido Rondon. Se num primeiro momento a solidariedade de classe (matizada pelos laços familiares) se manifestou em favor do sobrinho – tendo em vista o reconhecimento das dificuldades com o desemprego –, no segundo momento, quando se dá “os abusos”, ela foi interrompida. Ao lidar com as

¹⁰⁰ RPAZ tenta justificar abuso dizendo que também já foi vítima. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 14 de fevereiro de 2009, p.20.

queixas indicadas pelo filho, a tia do acusado não titubeou, sobrevalorou seu núcleo familiar e rompeu os vínculos até então estabelecidos, denunciando-o às autoridades.¹⁰¹

Desse plano de visão surge a compreensão de que há um senso compartilhado entre os trabalhadores, o qual, apesar da força de sua ambiguidade, versa sobre o reconhecimento do lugar social que ocupam. O que, como se pode observar, não significa dizer que esse senso desconsidere as controvérsias que emergem nas diferenciações que formulam ao lidar com esse lugar. Nessa pauta, os desarranjos entre trabalhadores podem surgir até em circunstâncias

¹⁰¹ O reconhecimento desses diferentes (e legítimos) aspectos – que no caso em questão dizem respeito à visualização das identificações em torno dos laços familiares e das pressões advindas da condição de classe –, não compartilha de perspectivas que ligam esses e outros sentimentos de aproximação (tais como etnia e gênero) ao que seria a existência de múltiplas identidades na dinâmica de ação constituída por trabalhadores. Segundo supõe essa concepção, haveria um momento (pretérito) em que o sentimento de classe se constitui enquanto uma “identidade mestra”, sendo que na contemporaneidade, a qual se caracterizaria como um momento de crise da modernidade, a classe deixaria de apresentar sua espécie de atração unificadora. Ora, se estamos dispostos a reconhecer agora que uma atração assim nos parece questionável, não precisamos, no roldão, simplesmente atestar que ela tenha ocorrido no passado. De todo modo, um dos autores que figuraram em muitas das notas de rodapé desses trabalhos, nem sempre antipáticos ao conceito marxista, foi Stuart Hall; onde, segundo sua compreensão, “nenhuma identidade – por exemplo, de classe social – pode alinhar todas as diferentes identidades com uma ‘identidade mestra’ única, abrangente, na qual possa, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas”. Enxergando o que seria a força dessa indicação, Homi K. Bhabha, com trabalhos mais extensos e linguagem mais rebuscada, parece está ocupando cada vez mais o lugar que antes era fundamentalmente destinado a Hall. Bhabha recolocou essa perspectiva nos seguintes termos: “O afastamento das singularidades de ‘classe’ ou ‘gênero’ como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses ‘entre-lugares’ fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. Desse modo, o que poderia ser a crítica de categorizações analíticas (fechadas em modelos teóricos demasiadamente abstratos e vigorosamente funcionalistas), o que a meu ver cumpriria um papel relevante, ganhou destaque justamente pelo seu inverso, ou seja, tornara-se, em muitas circunstâncias, mais um “dispositivo discursivo” destinado à multiplicação exponencial das abstrações tipificadoras, tornando possível inclusive supratipos como “entre-lugar” e “hibridismo”; os quais, levados ao paroxismo, parecem tornar-se “objetos de pesquisa” com fim em si mesmo, onde se define à priori um plano de investigação historiográfica interessado em demonstrar o que seria o “entre-lugar”, o “hibridismo” e/ou as “interfaces”. Diante das peculiaridades da discussão deste trabalho, considero que algumas pesquisas se enveredaram por esses caminhos, inclusive investigações bastante significativas (algumas delas chegando a contribuir com várias das reflexões apresentadas nesta tese). Ver:

- BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira**: memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009). Op. Cit.

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 19-20.

- DUARTE, Geni R.; LAVERDI, Robson. Migrações e outros deslocamentos: perspectivas de investigação. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 12, jan./jun. 2008, p. 171-181.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 20-21.

- LAVERDI, Robson. Narrativas interseccionais de gênero e classe nas experiências de mulheres migrantes. In: **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**. Florianópolis, ago. 2006. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Robson_Laverdi_17.pdf.

- _____. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Op. Cit.

- PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade**: memórias e viveres ruralurbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). Op. Cit.

de identificação e compromissos (onde rompimentos podem se revelar em espaços e momentos de aproximação).¹⁰²

Aqui, o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelo sobrinho, o qual havia legitimado sua presença como hóspede na casa dos familiares, não se manteve quando se realizou a denúncia criminal. Dessa vez não contou mais com a cumplicidade anteriormente apresentada, a qual poderia ter o livrado da prisão, caso esse fosse o desejo de seus denunciante. Todavia, não foi esse o desfecho, pois as condutas do trabalhador foram tomadas como repreensíveis entre os próprios trabalhadores (por motivações notadamente legítimas, assim como socialmente compartilhadas).¹⁰³

Naquele instante, a força da imagem de condenação por violência sexual, diante da sensibilidade por ela despertada, associava trabalhadores, ação policial e imprensa. Todos apareciam com o olhar voltado para o mesmo campo de visão, por mais que os lugares sociais de onde se lançava o olhar fossem distintos. Ali, a condição de trabalhador, vivida pelo acusado, não desmobilizava a adesão estabelecida. Pelo contrário, partira de trabalhadores o apelo para a ação policial, assim como para a elaboração da imagem da repreensão.

Essa adesão, formulada por uma imprensa que coleciona tais episódios como símbolos da degradação de seus protagonistas (animando suas páginas policiais com eventos concebidos por um tom marcadamente pitoresco), também não encontrava dificuldades para

¹⁰² Tratei de alguns dos aspectos que envolvem essa discussão quando da realização de minha dissertação de mestrado. Os quais, ainda de forma mais específica, foram precisamente destacados em três determinadas intervenções, advindas do conjunto daquelas reflexões. Ver:

- SANTOS, Carlos Meneses de S. Sobre condições comuns e alternativas distintas: trabalhadores buscando espaços e construindo histórias – Uberlândia em fins do século XX e início do século XXI. **Historia & Perspectivas**. Uberlândia, v. 25, n. 46, jan./jun. 2012, p. 283-328.

- _____. Sobre narrativas e movimentação social dos trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI. **Diálogos**. Maringá, v. 16, n. 1, jan./abr. 2012, p. 281-303.

- _____. Apontamentos sobre valores e interesses de trabalhadores ao se viver a cidade: Uberlândia em fins do século XX e início do século XXI. In: I Simpósio de Graduação e Pós-Graduação em História. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 07 a 11 de maio de 2012. p. 67-78.

- _____. **Ser Trabalhador na Cidade**. Relações de Classe em Uberlândia. Fins do Século XX e Início do Século XXI. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

¹⁰³ Fui advertido, no momento da Qualificação da tese, a considerar que mesmo que os trabalhadores não tivessem procurado o jornal e/ou a ação policial para tratar o caso de “abuso sexual”, desviando-se assim da exposição desse evento (por certo que uma exposição por muitos motivos indesejável), isso não implicaria, por sua vez, em apoio ou aprovação de classe e/ou familiar – pelo contrário, talvez indicasse justamente a preservação de suas posições, diante de situações lastimosas e imponderadas. Não tenho dúvidas de que essas são advertências bastante razoáveis, sobre as quais estou de pleno acordo. Todavia, minhas argumentações estão pautadas sobre a efetiva exposição das circunstâncias narradas na evidência. Desse modo, sendo esse o desfecho – o que implica em dizer que reconheço essa manifestação como possibilidade histórica –, reflito sobre essa problemática a partir de uma experiência que me parece elucidativa de um conjunto de questões afeitas à centralidade da tese por ora colocada à apreciação; qual seja, a imprevisibilidade da inconveniência de presenças e imagens de trabalhadores a partir de aspectos controversos de sua movimentação social. Portanto, tais advertências, antes de se revelarem contrárias às considerações por mim formuladas, talvez indiquem os limites da reflexão proposta. Dito isso, sou grato às ponderações da banca, as quais me permitem expor determinadas limitações, ao mesmo tempo em que aprendo com tal exercício.

uma pronta ação policial, reconhecidamente familiarizada com a repressão a esses sujeitos, inclusive quando de motivações questionáveis, o que efetivamente não era o caso do evento narrado. Portanto, um enredo amplamente ambientado entre os interlocutores daquele drama, vivido por trabalhadores.¹⁰⁴

E com isso não proponho uma espécie de reprovação ao encadeamento dos acontecimentos que levaram à prisão do jovem trabalhador; antes, indico como a defesa de certos valores por parte de trabalhadores pode apoiar-se em dispositivos de poder que dificilmente lhes são e/ou seriam simpáticos. Pois, tanto a polícia quanto a imprensa não são essencialmente percebidos como favoráveis aos seus interesses.¹⁰⁵

Desse modo, a associação construída não me pareceu gratuita, ou mesmo obra de alguma falta de compromisso de classe. Apesar de parecer premente reconhecer que o distanciamento vivido por esses trabalhadores, fruto do vigor de suas peculiaridades, aponta, em sua movimentação, para a afirmação das “autoridades competentes”, mesmo que tenhamos em conta que essa afirmação possa ser pontual, fragmentária e/ou dissimulada; portanto, também sujeita a certo fluxo contínuo de contestações.

O que me leva (novamente) a um dos argumentos centrais dessa tese, onde tal legitimação não é vista como previamente definida (ou ainda assentada no que poderíamos declarar como resultado de mistificações alienantes). Mas sim, que essa legitimação é engendrada conforme a pauta dos interesses nela constituídos. E foi a partir de tais interesses, os quais se revelaram próprios às posições dos sujeitos que os impetraram, que foram definidas/redefinidas suas condutas. Essa dinâmica indica que as aproximações, mesmo quando alentadas nas ligações familiares, não garantem compromissos incondicionais. A valoração dessas condutas pode revelar-se aparentemente contraditória, mas nem por isso desprovida de ponderações e causalidades.

¹⁰⁴ Em certa ocasião, quando utilizava cartas formuladas e remetidas por trabalhadores a um determinado programa televisivo (o qual se apresentava supostamente comprometido em atender determinadas solicitações de seus telespectadores), discuti os meandros dessas associações. Ao fazer uso desses materiais enquanto fonte de pesquisa histórica, argumentei sobre a tênue consistência daqueles laços de aproximação – tendo em vista as distintas intencionalidades, tanto quanto as desiguais possibilidades de seus protagonistas. Ver, SANTOS, Carlos Meneses de S. *Uberlândia, cidade em disputa – Relações classistas em fins do século XX e início do século XXI. Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 1, jan./jun. 2010, p. 189-217.

¹⁰⁵ Tratei de uma problemática análoga a essa questão quando utilizei fichas de reclamação do funcionamento do sistema público de transportes em Uberlândia-MG. Naquela ocasião, deparei-me com formulações em que trabalhadores se utilizavam do preenchimento das fichas para solicitarem que as autoridades responsáveis pelo serviço público punissem os motoristas e cobradores de ônibus que, segundo suas avaliações, faltavam com o devido comprometimento exigido na realização de suas atribuições, o que lhes afetava, uma vez que causavam transtornos à dinâmica que mantinham na cidade. Esses materiais registravam, entre outros episódios, a não observância das paradas nos pontos de embarque e desembarque, mesmo quando os ônibus estavam relativamente vazios e a parada era aparentemente solicitada. Ver, SANTOS, Carlos Meneses de S. *Apontamentos sobre valores e interesses de trabalhadores ao se viver a cidade: Uberlândia em fins do século XX e início do século XXI*. Op. Cit.

E essa argumentação, de contornos delicados (tendo em vista a crueza do episódio narrado), ainda pode tornar-se mais clara na medida em que nos afastamos de questões tão moralmente repulsivas – no caso o estupro de um garoto de quatro anos. O que, em si mesmo, sugestiona o entendimento de algo naturalmente condenável, como se afastado dessa dinâmica de circunspeção aqui sugerida.

Ao propor avançar na construção dessa problemática, retomo a conversa que tive com Rogério, no final de 2010. Naquele momento questionei-o se havia algum parente que também morava em Marechal Cândido Rondon, a pergunta supunha a abertura de uma pauta que lhe permitisse falar do relacionamento que mantinha com outros trabalhadores, entendendo que o universo familiar poderia indicar uma aproximação mais efetiva. Sua resposta não contrariou a hipótese da aproximação, como também não refutou a anunciação das controvérsias que marcavam sua experiência.

Eu tenho uma irmã que mora aqui em Marechal, mas nós num... Nós conversa, né? Mas cordialidade só. Nós não tem aquela afinidade de nós chegá e conversar muito assim. Ajuda e tudo... Eu mais que ajudo, né? Eu mais que ajudo eles do que eles me ajuda, né? Porque eu sô bobo e eles acaba me sugano. Me sugano. Ela e o marido dela me suga. Porque a minha mulher é irmã do marido dela, né? Então ajunta a minha irmã e o marido, que é meu cunhado duas vez, né? E eles fica me sugano. Então, daí você sabe que a pessoa tá aproveitando de você, né? E depois tem uma criancinha de nove meses, e toda vez fica jogando a criancinha no mei das conversa. Então, você sente dó. E fala, “Eu vou perder!”, mas fazer o quê? Tem a criancinha... deve água, luz, aluguel... Mas o marido dela não faz pra bebe... É só no boteco, boteco, boteco, boteco, boteco... Ganhou o PIS esses dia, 50 pila em boteco... Além de falar: “Não. 50 pila eu vou dá pro Rogério, pra dá uma amenizada na conta dele lá”, né? Mas num dá. Num dá. Gastou na cachaça! Mas num me paga. O pai dele, que tá doente, que é o meu sogro, eu que tenho que ajudá, porque ele não ajuda. Então, é uns caso venérico isso daí. E nós trabalha na mesma firma, ele trabalha no frigorífico lá e eu trabalho na granja, né? Mas é do mesmo dono.¹⁰⁶

Em sua narrativa, a aproximação foi nitidamente admitida, tanto quanto abertamente problematizada. Sua irmã, uma entre seus oito irmãos, compunha seu campo de convivência, mesmo que sem muitas afinidades. Aliás, segundo suas próprias considerações, tratava-se “[de] cordialidade só”. Contudo, a solidariedade pareceu um valor afetivo bastante evidente, apesar da compreensão de que esse sentimento não contava com um equilíbrio satisfatório, onde acreditava que “eu mais que ajudo eles do que eles me ajuda”.

¹⁰⁶ Rogério. Op. Cit.

Um relacionamento nesses termos guarda seus próprios questionamentos, sendo recorrentes as ponderações sobre sua pertinência. Uma vez que perceber-se como “bobo” e julgar-se “sugado” não permite uma avaliação muito positiva desse convívio. O que, tendo em vista a legitimidade de tais ponderações, torna ainda mais evidente a força da identificação da condição social que lhes é comum, a qual parece exercer um apelo considerável, capaz de suscitar a manutenção de vínculos profundamente questionáveis.

Nesse ponto, a sensibilização demonstrada frente às dificuldades com os custos da moradia e os cuidados com a filha recém-nascida são destacados como aspectos que justificariam seu envolvimento. Pois, apesar de “você sabê que a pessoa tá aproveitando de você”, mesmo assim “você sente dó”, sendo que, a despeito das reticências, é a identificação, definida em meio a ambiguidades, que pede passagem, que irrompe o horizonte demarcado em diferenciações vividas a partir de um terreno comum.

Rogério, ao falar da irmã, ainda promoveu sua associação com o cunhado, aliás, “cunhado duas vez”, tendo em vista que também é irmão de sua mulher. Assim, atribuiu à família da irmã possibilidades e dificuldades sociais semelhantes à sua, inclusive porque ele e o cunhado trabalhavam para o mesmo patrão, mesmo que em atividades distintas.

Os cuidados mantidos na granja de porcos foram associados às atividades de matança no frigorífico, reconhecendo aí um universo compartilhado de trabalho e ganhos. Pois, fora o próprio cunhado que lhe indicara a ocupação na granja, quando Rogério ainda trabalhava na fábrica de biscoitos.

Porém, o reconhecimento dessas condições comuns, tanto quanto o indulto condescendente conferido a determinadas discordâncias, revela-se no mesmo instante em que se afirma a diferenciação de outros valores – esses, segundo suas ponderações, bem menos toleráveis. Enquanto Rogério assevera o interesse em administrar seus ganhos com o provimento dos filhos e da esposa, seu cunhado, por sua vez, “não faz pra bebe... É só no boteco, boteco, boteco, boteco, boteco”. A repreenda se mostra contundente, manifestando-se na condenação de valores descomprometidos com sua própria família, incluindo um pai doente, que não era assistido pelo filho que gastava seus ganhos de trabalhador com o consumo desmedido de “cachaça”.

Esses questionamentos, bastante emblemáticos ao se considerar o modo de vida de trabalhadores, também podem ser observados na relação de proximidade estabelecida entre marido e esposa. Foi assim que Salete, habitando o mesmo teto que o marido, suplicou, em seus cadernos de novena (por ocasião do “Quinto dia da Novena de Exaltação da Santa Cruz”), que ele ponderasse sobre a essencialidade de seus compromissos.

... que nada pai possa tirar a concentração de sua família e seu trabalho, que ele saiba discernir o que é o bar e sua família pai. O fim de semana já tá aí de novo e eu já fico apreensiva, sei que o Senhor está agindo nele pai, mas ele não deixou de ir ao bar e é de lá que vem as brigas.¹⁰⁷

Salete, que se mudou para Marechal Cândido Rondon no final da década de 1990, havia saído da cidade de São José das Palmeiras-PR, distante aproximadamente 60 km. Quando a entrevistava, no início do ano de 2012, interessado em assuntos que dissessem respeito a esse processo de mudanças em sua vida, ela interrompeu nossa conversa para mostrar os três cadernos em que havia formulado suas súplicas. As brochuras, uma para cada ano, compreendendo o período de 2009 a 2011, eram compostas por uma mescla de provérbios e versículos bíblicos imiscuídos a um repertório de lamentos e expectativas advindas dos sentimentos a respeito de sua própria vida.

E surpreendido por sua iniciativa – a qual, a seu modo, buscava lidar com o campo de questões que a incomodava –, indaguei:

E como é que a senhora começou a fazer as intenções?

Começo... Eu tinha um problema sério aqui em casa, o meu marido bebia na sexta, aí quebrava tudo, era terrível. Daí aconteceu isso no sábado, segunda feira eu tava triste, tava tomando chimarrão, e não sabia desse programa, sabe? E daí eu deixei o rádio ligado... e começo... e as mulher dando depoimento, o que acontece na vida delas, de marido brigá, né? E também de doença, né? Dizendo que com a reza acalmou. Primeiro dia eu fiquei assim... Que aquele dia não tava me batendo nada, sabe? (...) No segundo dia, eu escutei de novo. Aí eu falei, “Não. Isso aqui é um aviso pra mim” (...) Sabe o que eu tava fazendo na hora? Eu tenho o fogão à lenha aqui... “Filha para o que você tá fazendo” – o padre falou. Daí eu fiquei prestando atenção. “Largue o alho que vai queimar” – porque é a hora que você tá fazendo comida, todo mundo tá fazendo naquela hora. “Presta atenção um pouco no que eu vou falar”. Daí ele falou assim, “Hoje é o dia de uma grande graça, você pode ser concebida se você quiser”. Meu Deus, aquilo me arrepiou, sabe?! Larguei tudo que eu tava fazendo e corri para o caderno, e comecei a fazer a novena.¹⁰⁸

As novenas, instigadas a partir de instruções de uma determinada programação religiosa, transmitida em cadeia de rádio e televisão, permitia à Salete a elaboração da profusão de seus sentimentos, narrados em episódios variados (tais como circunstâncias de doenças, pedidos de emprego e expectativas quanto à estabilidade familiar). Suas orações,

¹⁰⁷ SALETE. [Caderno de Novena]. Novena de Exaltação da Santa Cruz. Santa Helena, 2010. Escritos suplicantes registrados em novenas de celebrações do cristianismo católico. Caderno II. A documentação foi cedida ao pesquisador pela própria autora, a qual está sendo nomeada por pseudônimo.

¹⁰⁸ Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A entrevistada se chama Salete. A gravação foi realizada em 30 de janeiro de 2012, na cidade de Santa Helena-PR. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, que apresentou Sheille e eu à entrevistada.

apesar das diretrizes canônicas, eram direcionadas às relações que mantinha ordinariamente, tanto quanto eram estabelecidas por parentes e pessoas mais ou menos próximas. Essa homilia em corrente lidava com um universo de experiências densamente compartilhado, porém penetrado a partir de suas considerações. Esse ponto de visão também nos oferece esse limiar turvo que versa sobre aproximações e afastamentos mantidos por trabalhadores.

Suas súplicas, que partiam de alguém que até então se definia como “católica apostólica relaxada”, talvez fossem apresentadas a mim devido à dificuldade de comunicar um assunto que parecesse melindroso, principalmente porque o marido estivera pressente em boa parte do tempo em que conversamos. Afinal, o seu conteúdo aponta que a diversão nos bares pode encontrar oposição não apenas entre os patrões. Essa oposição também pode ser elaborada dentro de sua própria casa, por sua própria família, a partir da repreensão formulada pela esposa, que se empregava como diarista.

Nesse sentido, a moralidade cristã, tanto quanto as brigas, podem ser percebidas como um modo de lidar com as expectativas de enquadramento. Nesse caso, a confrontação surge do interesse por certa noção de harmonia, assim como a censura nasce do desejo pela manifestação de certos compromissos. Desse modo, essas confrontações não se revelam apenas no antagonismo de interesses, antes seus protagonistas pisam o mesmo chão acidentado, falam de caminhos comuns e expectativas compartilhadas, apesar das diferenciações conflituosas.

Pai querido e de infinita bondade e misericórdia... dai a meu esposo e eu o dom da mansidão, discernimento nas palavras para não nos magoar. São Judas Tadeu interceda junto ao Pai para a cura e libertação do alcoolismo e fumo. Meu marido é uma pessoa especial, muito trabalhador, mas quando bebe perde as medidas das palavras e eu que não tenho paciência já perco a cabeça e acabamos brigando, nos liberta e nos conceda a paz em nosso lar.¹⁰⁹

Talvez essa libertação não fosse algo tão ambicionado por seu esposo, talvez nem atribuísse à suas ações motivos que justificassem sua repreensão, o que não quer dizer que não se interessasse pela “paz em nosso lar”. De todo modo, o pedreiro não pareceu demonstrar o mesmo interesse religioso apresentado por sua esposa, que destinava boa parte de seu tempo a escritos que sustentavam a expectativa de que ele pudesse vir a frequentar a igreja e abandonar os vícios.

Nesse mesmo caminho, sua persistência está firmada no interesse pela disciplina e pela dedicação ao trabalho a ser realizado pelo marido, assim como na limitação dos espaços

¹⁰⁹ Ibidem. Novena de São Judas Tadeu. Caderno III, 2011.

de sociabilidade. A proposição desta “paz” se viabilizaria pelo compromisso com a “mansidão”.

Esses atributos são apontados como interesses por uma vida melhor, onde, tanto quanto tornar mais confortável sua condição de classe (superando limitações e pressões materializadas em seus modos de vida), apresenta ambições que buscam tornar menos conflitantes certas diferenciações.

Com tal preocupação, sustentada em reivindicações de uma relação valorada a partir de maior cumplicidade e companheirismo, surge (mesmo que fugazmente), em meio às centenas de páginas dos cadernos de novena, a tão sonhada imagem de felicidade: “Pai querido e misericordioso, obrigado por mais esse dia que se inicia, obrigado pela noite bem dormida, obrigada pelo meu marido ter ficado em casa com nós, sua família, amém”.¹¹⁰

Ao considerar essas posições, clivadas por caminhos e valores destoantes, aponta-se para a movimentação de trabalhadores; uma movimentação marcada por identificações e distanciamentos constantemente variáveis, sendo que essa dinâmica parece pouco afeita a delimitações generalizantes, assim como a enquadramentos estruturalistas. Sua vitalidade parece desafiar expectativas de alinhamentos previamente fixados.

Por tudo isso, a suposta resignação, a confrontação dissimulada e reticente, assim como as diferenciações manifestadas entre trabalhadores, compôs e compõe a visão que ofereço ao universo imbricado das relações classistas. Trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon lidaram com esse campo social. A condicionalidade de suas atuações territorializaram as áreas da cidade e do campo, marcando propositivamente suas posturas.

Contudo, muitos trabalhadores partiram em busca de outros horizontes de possibilidades. Também não são poucos os trabalhadores que apesar de morar em outras cidades vêm diariamente à Marechal Cândido Rondon trabalhar. Interessado nessa movimentação, passo a destacar, agora que temos uma imagem mais delimitada sobre a dinâmica de ação de sujeitos que vieram para Marechal Cândido Rondon, os sentidos das avaliações construídas pelos que partiram, ou pelos que diariamente comparecem à cidade.

¹¹⁰ Ibidem.

CAPÍTULO 2

SOBRE MOVIMENTAÇÃO SOCIAL

2.1 – Partidas Ponderadas

Para trabalhadores, sair de uma determinada cidade pode ser mais do que mudar de endereço, pode ser mais do que deslocar números nas estatísticas populacionais. A partida pode ser acompanhada de ponderações sobre o que se espera deixar para trás, assim como de indicações sobre o que se avalia como possível de ser encontrado no novo destino.

Essa formulação de recusas e proposições indica um campo de relações marcado pela movimentação de trabalhadores. Essa movimentação, por sua vez, oferece a oportunidade para se discutir os sentidos de certas renúncias, assim como a afirmação de determinadas perspectivas.

Sobre essa pauta, conversei com o Sr. Francisco. O trabalhador, de 50 anos, realizou, em grande parte de sua vida, atividades relacionadas à operação de máquinas agrícolas. Contudo, no final de 2010, quando o questionei sobre por que morava em Marechal Cândido Rondon e trabalhava na cidade de Quatro Pontes-PR, distante aproximadamente nove quilômetros, apresentou um percurso mais amplo do que eu supunha.

Lá em Quatro Pontes, o Senhor está trabalhando de operador?

Ali não. Ali eu tava assim... como é que diz o outro? Mei na diária... trabaiano por dia... Eu trabaia de pedreiro, né? Comecei trabaia de servente, aí comecei a aprendê... Porque todas coisa que eu vou mexê, que eu não sei, eu começo aprendê, sabe? Porque diz que a gente hoje tudo o que ocê sabe ainda é pouco, né? Então, comecei a aprendê... fui indo, trabaiano... Aí já me passaram pra trabaia de meia-cuié, né? Já comecei a assentar tijolo, rebocá, fazendo essas coisa. Aí, dali surgiu um serviço pra mim em Nova Santa Rosa, numa feclaria, pra fazê manutenção na firma... só fazê manutenção... de solda, essas coisa, né? Qualquer coisa eu fazia... Aí o cara... o que ele tratou comigo ele, como diz o outro, mijô pra trás, né? Aí, eu peguei e parei deles... porque ele não garantiu o que ele falô... Aí, eu fiquei ali em Nova Santa Rosa memo, trabaiano de pedreiro ali pruns cara... Peguei conhecimento com os cara ali e fiquei trabaiano ali de pedreiro com eles... E de lá resolvi vim pra cá... Aí surgiu um serviço aqui pra mim, numa metalúrgica, né? Que a gente é soldador, é tudo, né? Aí, vim pra cá, né? Cheguei aqui... agora também... o serviço aqui o cara já também já deu pra trás... Trabaiei quase três mês com ele, daí ele começou dá uma enroladinha, enrola pra aqui e enrola pra lá... e eu já não gosto dessas coisa de enrolado, sabe?... E aí eu falei: “Não... Isso não vai me dá certo”... Parei também. Agora... aí que eu parei... o meu cunhado me chamou, “Ó... você vem ajudar a fazer uns negócio aqui piá”. Mexer com fibra, essas coisa... fazê peça... fazê moldagem de fibra... Aí eu tô lá ajudando ele agora.

Em Quatro Pontes?

Em Quatro Pontes (risos).¹¹¹

¹¹¹ Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. O entrevistado se chama Francisco. A gravação foi realizada em 19 de novembro de 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

O sorriso do Sr. Francisco, ao confirmar que estava trabalhando em Quatro Pontes, pareceu ironizar sua própria inconstância frente aos lugares que procurou para morar e/ou trabalhar. Afinal, a imprevisibilidade de suas ponderações o levou de volta para um dos lugares de onde partira.

Quando falou de sua presença anterior em Quatro Pontes, destacando suas atividades como auxiliar de construção, buscou me situar diante de uma trajetória que não fazia desta cidade um lugar desconhecido. Por sinal, foi ali, no final da primeira década do século XXI, que decidiu não trabalhar mais com máquinas agrícolas.

Para o Sr. Francisco esse marco era algo bastante significativo, pois se tratava de deixar os serviços nas fazendas e procurar outras ocupações na cidade. Essa mudança foi acompanhada da disposição em atuar como servente, o que, apesar dos ganhos incertos com a atuação como diarista, proporcionara-lhe o aprendizado como pedreiro. Essa nova atividade passava a compor o repertório de suas possibilidades de trabalho, ampliando o universo de suas alternativas, o que o fazia reconhecer a pertinência de algo recorrentemente apontado por trabalhadores, “a gente hoje, tudo o que ocê sabe ainda é pouco”.

Mas, para além do aspecto vitimizador que é predominantemente atribuído a esta fala, observo que, na boca do Sr. Francisco, ela, apesar de aparecer como modo de lidar com a necessidade de empregar-se, também surge como modo de viabilizar determinadas recusas. Uma vez que lhe permite deslocar-se entre empregadores, constituindo alguma mobilidade diante de circunstâncias que lhe pareçam muito desfavorável.

A possibilidade de realizar atividades variadas permitiu ao trabalhador manter-se na cidade, onde apenas nos últimos três anos já havia passado por Quatro Pontes, Nova Santa Rosa e Marechal Cândido Rondon, empregando-se como servente, pedreiro, soldador, entre outras ocupações. Atuou tanto na prestação de serviços quanto em empreendimentos industriais, fosse como diarista ou mensalista.

Assim, quando entrevistei o Sr. Francisco minha intenção era conversar com um trabalhador que havia se mudado recentemente para a cidade, o que permitiria discutir como vivia e o que esperava viver no novo lugar. No entanto, alguns meses após nossa conversa, ele já havia se mudado novamente, indo morar em uma cidade no interior de Santa Catarina.

Minha catalogação lidava com a dificuldade de enquadrar o que estava em movimento, onde a classificação do trabalhador apontava para problemas analíticos bastante inconvenientes. A saída foi redefinir sua experiência, vendo-a como indicativa daqueles sujeitos que deixavam a cidade em busca de novos horizontes. Mas, ao mesmo tempo,

precisei reconhecer que essa era uma delimitação do meu trabalho, mas não da vida do Sr. Francisco.

Esse, por sua vez, comprometia-se em “aprender o que não sabia” e “ir pegando conhecimento”. O desafio, assumido pelo trabalhador, sustentava a decisão de deixar para trás a estabilidade conquistada em mais de 30 anos como operador de máquina. Uma decisão que lhe parecia suficientemente justificável, mas, ao mesmo tempo, reticente:

Eu decidi assim... Não é que eu decidi assim de parar com tudo de uma vez com o maquinário, sabe? Eu não decidi muito... Porque até hoje, se a gente arrumar um serviço bom assim, eu ainda vou trabaiaí... se fô pegar um serviço bão... Mas que seja um serviço bão, que compensa, né? Porque... cê, às vez, pegá a sua família e jogá aí num sítio ou numa fazenda aí pra não ganhar bem, também não adianta, né? Não funciona, né? Mas é o seguinte, eu resolvi e falei assim: “Eu vou dá um tempo... Eu vou fazê outro serviço”. E fiquei trabaiano assim, aprendi fazê essas outras coisa e tô aí... Eu tô na lida, né? E... volto assim... Não vou dizer que eu não volto a trabaiaí com maquinário, até volto, mas eu tenho que pegá um serviço bão... se não, não. Qualquer servicin eu não vou não.

O senhor tá preferindo ficá na cidade?... Até mesmo porque agora os meninos também já não são mais meninos, né?

Já tá praticamente ficando só eu e ela em casa, né? [aponta para a esposa] Aí não adianta também ficá em fazenda mais, né Carlos? Porque... Eu acho que, como diz o outro, a parte da gente a gente já fez, que foi criá os filho, né? E já tão aí comendo com a mão deles, né? Que nem dizia o meu pai, “Já tão comeno ó... Já tão comendo com a mão deles... Então, eles tem que se virá”... É assim que ele falava (risos). Por isso que eu falo pro cê, se fô pra mim ir pro sítio ou pra uma fazenda tem que ser... eu tenho que ganhar bem, tem que ser perto da cidade, porque se for longe eu também não vou, né? Pode ganhar bem, mas se for longe eu também não vou, né? Se eu fô... vai só eu e a minha esposa, e daí às vez entra numa fazenda, num lugar desconhecido lá, que tem que trabaiaí às vez a noite inteira, e a coitada fica lá sozinha, jogada pra lá, isso também não funciona, né? Não funciona! Então, também não vou assim... Pode pagar bem, mas se fô desse tipo eu também não vou... Então, tem tudo isso, né? Tem tudo essas coisa.¹¹²

A “decisão” de abandonar o trabalho como operador de máquinas agrícolas se firmava em algo mais amplo do que a identificação das funções e dificuldades atribuídas a essa atividade, ainda que tal condição apresentasse um conjunto de atribuições que justificasse uma avaliação como essa, afinal, “você vai trabaiano muito com maquinário você cansa muito, você se arrebeta muito... é muito serviço, você cansa, né? Eu tinha vez de eu fazê em cima de um trator 36 hora, 48 hora, em cima de um trator, sem pará... Era assim!”.¹¹³

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

Para o trabalhador, circunstâncias como essas poderiam até ser ocasionalmente toleradas, desde que avaliadas como um “serviço bom”. Essa noção permite inferir que ele reconhece o trabalho como cansativo, mas reivindica ganhos e condições de vida percebidas como satisfatórias.

Por certo que a definição do que é satisfatório é bastante controversa, apontando para delimitações fixadas na própria dinâmica da confrontação de posições e interesses classistas. Contudo, a valoração das insatisfações apontadas pelo Sr. Francisco foram bastante claras, “vai só eu e a minha esposa, e daí às vez entra numa fazenda, num lugar desconhecido lá, que tem que trabaia às vez a noite inteira, e a coitada fica lá sozinha, jogada pra lá, isso também não funciona, né? Não funciona!”.

Nas palavras do trabalhador, suas ponderações consideram “tudo isso, né? Tem tudo essas coisa”. O que “funciona” e o que “não funciona” é avaliado em um campo de relações e compromissos afetivos que extrapola as atividades de trabalho, por vezes até mesmo os ganhos, os quais são significados a partir da identificação de uma condição de classe ampla e complexa.¹¹⁴

Nesse sentido, destacou-se, ainda, o compromisso com a criação dos filhos, que precisavam ser providos até o momento em que passassem a “comer com a mão deles”, exigindo, a partir daí, que eles comessem a “se virá”. Um valor compartilhado entre trabalhadores, estruturado em expressões que os associam em provérbios – “como diz o outro” –, tal qual os ensinamentos atribuídos ao seu falecido pai; e, agora, afirmado como valores aos filhos. Uma conduta que legitima culturalmente as mudanças pretendidas pelo Sr. Francisco, afinal, “a parte da gente a gente já fez”.

Desse modo, “decidir” e “resolver” são verbos que indicam ações que se remetem a todo esse universo, onde as decisões são constantemente reavaliadas, uma vez que as definições lidam com as condicionalidades presentes no campo das relações sociais: “Eu decidi assim... Não é que eu decidi assim de parar com tudo de uma vez... Eu não decidi muito... Porque até hoje, se a gente arrumar um serviço bom assim, eu ainda vou trabaia... se for pegar um serviço bom”. Enquanto isso, “fiquei trabaiano assim, aprendi fazê essas outras coisa e tô aí... Eu tô na lida, né?”.

¹¹⁴ Essa reflexão é compartilhada em um debate formulado por Yara A. Khoury, segundo o qual a “trama imbricada da experiência social”, em suas “várias dimensões”, instiga a “passar do mundo do trabalho para o mundo dos trabalhadores”. Uma escolha expressa no “interesse pela ampliação da noção de classe com a qual fomos e vimos trabalhando”. Sobre essa discussão, ver: KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p.124.

Se hoje a lida é na cidade, tendo em vista o cansaço com o trabalho nas lavouras mecanizadas, aponta que as fazendas nem sempre foram espaços intoleráveis. Na década de 1970, “na época que eu comecei trabaíá em fazenda”,¹¹⁵ a lida era outra. O modo em que se vivia como agregado, apesar da dureza, aparece, décadas depois, bem mais recompensador que os dias atuais. Assim, o cansaço com as atividades de trabalho realizadas no campo indicam algo mais que o acúmulo repetitivo dos anos, pois podem se remeter a um processo de transformações avaliado como indesejado:

Hoje na fazenda é pouca gente... Hoje é só os operadô... Hoje não tem... Naquele tempo, nessas fazenda, tinha muito povo que morava, né? Que era mais manual, né? Tocava mais manual... Era mais animado. Hoje... na fazenda ali mesmo, nós era em cinco tratorista, nós tomava conta de tudo... nós plantava e colhia 300/400 alqueire... só nós em cinco, né? Às vez, quando chegava na época da colheita, quatro ia colher e um ia puxá no caminhão... E lá na fazenda já tinha silo e secadô, tudo na fazenda, não precisava levar pra cidade, armazenava tudo dentro da fazenda memo... E às vez arrumava um por dia pra ficá passando o produto na máquina, limpano e jogano no silo... Cinco pessoa fazia tudo... cinco/seis pessoa.¹¹⁶

A preocupação com a solidão da mulher, tendo em vista o esvaziamento vivido nas fazendas, justifica-se pela falta de animação entre trabalhadores, pela carência de sociabilidades. O sentimento de perda, perante o reconhecimento da ausência do “povo que morava” e compartilhava esses espaços de trabalho, é formulado na imagem do desterro.

O abandono, ou mesmo a drástica redução da produção manual, tornou desnecessário grande parte daqueles trabalhadores, ou ao menos desnecessário aos patrões. Haja vista que sentimentos como o do Sr. Francisco apontam para outra direção.

Ainda é preciso considerar que essa é a avaliação de alguém que não foi efetivamente dispensado de suas atividades na área rural, portanto menos disposto a acusações revanchistas. Porém, a tentativa de se desvencilhar dessas relações a partir de iniciativas firmadas em sua própria conduta, elabora um julgamento pouco simpático aos rumos tomados nessas últimas quatro décadas.

A presença de colheitadeiras, caminhões, silos e galpões utilizados na secagem e armazenamento das lavouras, apontam não apenas para a alteração do processo de produção, mas assinalam também transformações nos modos de vida de muitos trabalhadores, incluindo as frustrações experimentadas por sujeitos como o Sr. Francisco. No entanto, o mesmo processo histórico que instigou esse trabalhador a chegar e partir de Marechal Cândido

¹¹⁵ Francisco. Op. Cit.

¹¹⁶ Ibidem.

Rondon no final da primeira década do século XXI, era objeto de discussões já na década de 1970.

A mecanização da produção agrícola, cada vez mais associada a propriedades de amplas dimensões territoriais, instigava certas problemáticas sociais. Nessa perspectiva, determinados apontamentos foram realizados a partir da constatação da redução do número de alunos matriculados em escolas da área rural.

O fato da diminuição do número de alunos em algumas escolas chamou a atenção para o fato de que muita gente tem deixado o município em busca de melhorias, o que nem sempre é encontrada. Possuidores de pequenas áreas que recebem a pressão das dificuldades sem conseguir um bom nível de vida para si e para sua família acabaram por vender sua área, o que geralmente ocorre com a venda feita a um vizinho de melhores posses e que incorpora essa terra à sua área. Seria inicialmente a entrada para a era da mecanização. Por outro lado o término do minifúndio é até certo ponto um objetivo do INCRA, apesar do binômio TRIGO/SOJA ser sempre uma dúvida para todos os agricultores, pois quando ocorre uma frustração de safra, todo o sistema regional padece pelo mesmo efeito. Uma escola do interior do município em 1975 tinha 240 alunos. Em 1976 esse número foi reduzido para 200 alunos e atualmente, no encerramento do ano letivo de 1977 estava com menos de 132 alunos. É de se esperar uma redução para 1978. Outra escolinha do interior que antigamente contava com 52 alunos teve o seu efetivo reduzido para 17 apenas.¹¹⁷

O programa jornalístico, produzido pela Rádio Difusora, notou o que seria uma espécie de debandada de pequenos proprietários rurais da área de Marechal Cândido Rondon. O noticiário reconheceu que muitos desses proprietários não usufruíam “um bom nível de vida para si e para sua família”, apontando a “busca de melhorias” como fator de impulsão da dinâmica de evasão.

Porém, tendo em vista um suposto atabalhoamento que estaria expresso nessa iniciativa, assumiu o entendimento de que nem todos encontravam o que iam buscar – desfecho que seria provocado, em grande medida, por uma espécie de erro de cálculo. Assim, apesar da pretensa direção elitista, marcada pela repreensão a essa movimentação, o noticiário não deixava de supor a condicionalidade social das ações desses sujeitos, que partiam em busca do que esperavam ser “uma vida melhor”.¹¹⁸

¹¹⁷ A máquina está substituindo o homem. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 21 de dezembro de 1977.

¹¹⁸ Não há muitas dúvidas quanto ao entendimento de que grande parte desses deslocamentos teve nas ações de seus protagonistas o ânimo impulsionador para a decisão final da saída dessas áreas rurais (mesmo que em decorrência de uma propulsão induzida e pressionada). O que, por certo, não torna menos expressiva a compreensão de que muitos desses sujeitos foram efetivamente expulsos e/ou dispensados das porções de terra que ocupavam enquanto agregados ou arrendatários – isso para não falar dos efetivos confrontos, os quais

E mais, chegou a apresentar, inclusive com enorme crueza, os propósitos que legitimariam a conduta de mecanização da produção agrícola, indicando o fomento da supressão do minifúndio e consolidação da monocultura como política de Estado. Desse modo, a progressiva diminuição do número de alunos nas escolas rurais permite evidenciar o desterro apontado pelo Sr. Francisco, pois a escolarização não chegava a ser uma particularidade de proprietários rurais, mas também aparecia, mesmo que de modo mais limitado, como possibilidade para rendeiros, meeiros, agregados e assalariados.

No entanto, bastavam as eventuais “frustrações de safras” para que a desconfiança atribuída ao predomínio de monoculturas agrícolas, ainda que mecanizadas, passasse a se manifestar em críticas formuladas inclusive por parcelas significativas do patronato, até entre os que tivessem passado anos se beneficiando desses empreendimentos. Esses momentos, mesmo que circunstanciais, expunham a dependência econômica de cidades como Marechal Cândido Rondon frente a esse padrão de produção social.

Em episódios dessa natureza, o opressor, diante de algumas frustrações e determinadas contestações, comportava-se como oprimido, apresentando a superação de suas dificuldades como anseio e interesse de toda sociedade:

A frustração da safra de soja e a perspectiva pouco alentadora de uma safra tritícola, ameaçam a dispensa em massa de empregados [...] tanto empresas de pequeno e médio porte começam a eliminar parte de seus quadros. A queda do movimento econômico e financeiro do município tem diminuído a receita das empresas, que se veem num ponto insustentável de manutenção da despesa fixa a níveis anteriores. A ordem geral tem sido de “contenção de despesas”. A falta de dinheiro vem degolando o próprio comércio, enquanto que as construções são paralisadas e a demissão de funcionários torna-se mais frequente. O trabalhador não encontrando oferta de emprego, se evade do município, buscando centros menos dependentes de safras agrícolas [...] Esta colocação demonstra claramente o que está ocorrendo no município de Marechal Cândido Rondon, gerando sob todos os pontos de vista, uma evasão de mão-de-obra em busca de melhores locais de sobrevivência, ou ainda permanecendo, o que faz gerar um grave problema social.¹¹⁹

definiram a morte de vários desses trabalhadores. Esse processo não foi tranquilo e talvez nem tenha chegado ao seu fim. Quanto a essas questões, Freitas e eu apresentamos algumas considerações, tendo em vista o interesse pela discussão da relação vivida entre pequenos proprietários rurais (definidos como colonos) e trabalhadores rurais sem terra. Essa investigação, mesmo que não diretamente ligada aos estudos da evasão rural, indica que houveram conflitos encarniçados, muitos deles pouco avaliados, tendo em vista o apelo conceitual de um modelo teórico que tende a nivelar e associar esses diferentes e desiguais sujeitos a partir da noção de camponeses, esses por sua vez contrapostos a grandes proprietários rurais. No que diz respeito às nossas reflexões, ver: FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre colonos e trabalhadores: produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná – Segunda metade do século XX e início do século XXI. Op. Cit.

¹¹⁹ MÃO de obra disponível em Marechal Cândido Rondon. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 27 de abril de 1978.

Essas comoções, fartamente elaboradas na programação do noticiário Frente Ampla de Notícias, buscaram associar a insatisfação de trabalhadores rurais sem terra, pequenos/médios/grandes proprietários rurais, comerciantes, industriais e trabalhadores urbanos. A fórmula explicativa do que era reconhecido como problema social supunha a seguinte sequência: frustração de safra = queda do movimento econômico e financeiro = diminuição de receita das empresas = desemprego = evasão de trabalhadores.

Essa espécie de mecânica social afetaria a todos indistintamente, onde não seria possível responsabilizar os patrões pelo desemprego, ou ainda pelas demais dificuldades vividas por trabalhadores. Portanto, o problema social seria resultado de questões estruturais.

Antes de passarmos a examinar o modo como trabalhadores se colocaram nessa temporalidade (para além desses marcos explicativos), gostaria de sugerir certas ponderações sobre o que essas demarcações deixam para trás. Pois, por certo que a movimentação de trabalhadores não surgiu na área de Marechal Cândido Rondon a partir das definições apontadas nos contornos anteriormente propostos.

Disso sabia Alvino, que ainda na década de 1960 deixou a cidade para trabalhar em um distrito rural de Chapada dos Guimarães, no Estado de Mato Grosso. O trabalhador, que se empregara em uma serraria, teve sua ausência anotada nos noticiários da Rádio Difusora a partir do anúncio das circunstâncias de sua morte, aliás, de seu assassinato.

A divulgação da ocorrência policial, espaço largamente utilizado para tratar da vida de pessoas como Alvino, indicou o que ele encontrara nos empreendimentos madeireiros do Mato Grosso.

Após vários anos empregado, Alvino [...] certo dia teve um acidente, ficando temporariamente imobilizado para o trabalho. Como seria de justo, Alvino teria direito a indenização, mas o proprietário não pensou assim e acabou matando com vários tiros seu empregado de vários anos [...] Feito o serviço o proprietário mandou avisar a família que Alvino teria ido embora para o Paraguai.¹²⁰

Alvino, filho de uma família de descendentes de italianos, vindos do Rio Grande do Sul para Marechal Cândido Rondon, parece não ter aguardado o “momento histórico” adequado para deixar a cidade, ao menos o mais adequado à cronologia historicista, que supõe que entre as décadas de 1950 e 1960 esses sujeitos chegavam; que a partir de meados da

¹²⁰ Já se encontra na cadeia, matador de empregado. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 29 de abril de 1972.

década de 1970 muitos partiram em bando; e que esse fluxo passa a reequilibrar-se a partir da década de 1990.

O trabalhador não aguardou uma década para ir empregar-se nas emergentes serrarias do Mato Grosso, sendo que sua partida ainda se torna mais controversa quando associada ao entendimento de que a década de 1960 foi apontada como o apogeu das atividades madeireiras na área de onde partira. Nesse sentido, não haveria nenhum elemento historicista que autorizasse sua ausência da cidade. Haja vista que naquele momento existia uma grande oferta de empregos naquela atividade.¹²¹

Mas o fato é que Alvino se ausentou, no mesmo momento em que outros chegavam. E mais, devemos ainda considerar que o trabalhador julgou que as relações que puseram fim à sua vida poderiam ser mais vantajosas do que as disponíveis em Marechal Cândido Rondon.

Essa observação é apenas um indício do protagonismo da movimentação desses sujeitos, o qual oferece evidências para considerarmos que as definições de época não conformam suas experiências. Pelo contrário, talvez elas sugiram elementos que exijam colocar em discussão determinadas definições generalizantes e sintéticas do que constituiria a experiência social padronizada de certos períodos.

O marco de evasão de trabalhadores, consagrado nos anos posteriores à segunda metade da década de 1970, sugerido como “desrondonização”, constituiu-se em uma

¹²¹ Diante de uma questão com tais contornos, lembro-me do trabalho dos sociólogos Renato Duarte e Wilson Fusco. Os autores, tratando do que apontaram como migração e emprego precário, promoveram a comparação de trabalhadores que identificaram como “imigrantes cearenses”, presentes no setor de confecção de vestuário da capital paulista, com trabalhadores do “mesmo ramo industrial” da cidade de Toritama, de pouco mais de 20.000 habitantes, localizada no Agreste pernambucano. Os pesquisadores, percebendo que o primeiro grupo correspondia aos mesmos pouco mais de 6.000 trabalhadores da “cidade nordestina”, utilizaram-se dos microdados do Censo de 2000 para indicarem uma conclusão que me pareceu bastante intrigante ao buscarem compreender a movimentação desses sujeitos. Segundo eles, “De um modo geral, a informalidade se mostrou expressiva nos dois contextos, embora um pouco mais elevada em Toritama [...] a maioria dos trabalhadores na atividade de confecção, nas duas cidades, era mal remunerada, tinha jornadas de trabalho acima do padrão, não possuía carteira assinada e poucos contribuíam para a Previdência Social. Considerando os custos monetários e não monetários da vida na capital paulista, não ficou evidente que os imigrantes cearenses estudados estivessem em melhor situação que os trabalhadores de Toritama”. Tendo em vista suas ponderações, eles parecem perguntar, “o que, então, foram fazer esses nordestinos na cidade de São Paulo?”. O reconhecimento de uma condição comum aos trabalhadores, apesar do que apontam como contextos distintos, parece não indicar aos autores nenhuma explicação mecânica das alternativas buscadas por esses sujeitos, haja vista que nem mesmo essas alternativas ficaram muito claras aos olhos dos acadêmicos. Se a explicação não está unicamente na “jornada de trabalho acima do padrão”, na má remuneração, nem na sonegação do direito previdenciário, o que é que, conjuntamente com essas questões (haja vista a fixação de limites que essa condição exerce no modo de vida dos trabalhadores), compõe o repertório de interesses nas avaliações formuladas ao se colocarem em movimento? Que custos, monetários ou não, esses sujeitos estão valorando nos projetos de suas vidas? O que estão colocando em questão ao buscarem outros horizontes de possibilidades? Apesar do estado de perplexidade, essas foram questões pouco exploradas pelos sociólogos. Ver: DUARTE, Renato Santos; FUSCO, Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, mai./ago. 2008, p. 346.

explicação da dinâmica de transformação social.¹²² Essa explicação se tornou ainda mais evidente com as desapropriações compulsórias de áreas que integrariam o reservatório da usina hidrelétrica da Itaipu Binacional, no início da década de 1980, mais um episódio que supostamente afetaria a todos (indistintamente), prejudicando o que seria o mais expressivo setor produtivo, uma vez que a constituição do lago reduziu efetivamente as áreas cultiváveis.¹²³

Fosse pelo advento da mecanização, por frustrações de safras ou perdas compulsórias de parcelas da área cultivável, tornava-se cada vez mais evidente o apelo patronal pela diversificação da produção agrícola e ampliação de empreendimentos industriais. Esse apelo dispunha do argumento de que, desse modo, seria possível fixar os pequenos proprietários no campo, gerar emprego aos trabalhadores ociosos e aumentar o fluxo financeiro e econômico no comércio da cidade.

Essa proposta se constituiu no clichê patronal das últimas décadas. Não faltou criatividade na elaboração de projetos que ofereciam lucros garantidos a pequenos proprietários, seja criando porcos, peixes, caramujos, frangos, abelhas e/ou ordenhando vacas; seja cultivando mandioca, milho, soja, trigo, fumo, ervilha, pepino, girassol, algodão, entre tantas outras variedades, quase tudo pensado como matéria-prima para a industrialização.¹²⁴

¹²² O esforço pelo dimensionamento da “desrondonização” chegou a ser tratado em um relatório produzido pelo Departamento Municipal de Estatística, em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura. O documento procurou indicar, por meio da análise das fichas de matrícula e transferências escolares, de que áreas do município partiam o maior contingente de pessoas, assim como o destino indicado por esses sujeitos. A catalogação desses dados ligou a “desrondonização” com o processo de adensamento populacional dos grandes centros urbanos, ou mesmo com o afluxo de pessoas para projetos de colonização no Norte do Brasil ou no Leste do Paraguai. Ver: A desrondonização nas escolas. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 26 de dezembro de 1977.

¹²³ Silva, em seu trabalho de conclusão de curso, apontou em sentido inverso ao da indistinção, indicou diferenciações e desigualdades mantidas entre trabalhadores e proprietários que viveram o processo de desapropriação de terras impulsionado pela constituição do reservatório da usina hidrelétrica da Itaipu Binacional. Discutindo essas dinâmicas no território de Santa Helena-PR, a autora apresentou um leque significativo de evidências, trabalhando com uma gama variada de fontes. Sobre suas considerações, ver: SILVA, Tatiane Karine M. da. **Trabalhadores e Proprietários na “Terra das Águas”**: conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena-PR (1960-2013). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2013.

¹²⁴ Freitas e eu apresentamos algumas imagens sobre esse processo, que por certo é bem mais denso e complicado do que a mera descrição dos interesses registrados nos projetos de seus proponentes – haja vista a presença de trabalhadores rurais sem terra contratados para atuarem em propriedades quase sempre anunciadas como de produção familiar; ou ainda a não menos tensa relação entre esses pequenos proprietários e os interesses dos empreendimentos agroindustriais (em suas crescentes exigências por padronização e produtividade das matérias-primas, além de uma política de preços nem sempre entendida como vantajosa por parte dos produtores). Ver:

- FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre pretensões e percalços agroindustriais: Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. **Caminhos da História**. Montes Claros. 2014. No prelo.

- _____. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização – Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. **Antíteses**. Londrina, v.7, n. 14, jul./dez. 2014.

Esse setor, por sua vez, surgiria do solo para permitir a redenção dos trabalhadores. Surgir, nesse caso, era pura força de expressão, uma dessas frases de efeito emitidas com a pretensão de dividir o tempo em antes e depois, ou, ao menos, redefinir a atividade industrial por excelência, diferenciando-a de estruturas quase irreconhecíveis diante das novas técnicas de produção. Uma vez que desde a delimitação territorial de Marechal Cândido Rondon, ainda na década de 1960, a indústria madeireira, ceramista, cerealista, metalúrgica, frigorífica, entre outras, tinha suas máquinas atuando por aqui.

Assim, muitos foram os empreendimentos reformulados ou criados, quase sempre com algum dinheiro público, advindo de administrações governamentais. Afinal, a promessa era de que todos seriam beneficiados. Desse modo, a partir dessas pretensões, é preciso reconhecer que o processo de constituição de alguns desses empreendimentos lograram êxito.¹²⁵

Essas realizações, no entanto, constituem matéria de controvérsia até os dias atuais. Eduardo, um trabalhador de 23 anos, teve sua posição registrada pelo jornal *O Presente* em meados do primeiro decênio do século XXI. O jornal, ao apresentar uma reportagem sobre “rondonenses que buscam melhorar de vida fora do país”, indicou a trajetória do sujeito que partia “pela quarta vez ao Japão para trabalhar”.

Ao que parece, esse trabalhador não se entusiasmou muito com as possibilidades de emprego criadas na cidade.

[Eduardo]... já foi para o Oriente por três vezes, para trabalhar, e pretende ir novamente [...] “A primeira vez que fui foi em 1997 e fiquei apenas por um ano. Durante este período fiquei estudando o idioma japonês e trabalhando. A segunda vez, em 2000, fiquei apenas trabalhando numa empresa de peças automotivas. A última viagem foi no ano passado, quando fiquei até o final do ano, e novamente trabalhei numa empresa automotiva”, conta.

[...]

“Em nossa região somente as pessoas que são apadrinhadas conseguem emprego. Eu já deixei currículo na cidade inteira e não consigo arrumar um serviço, apesar de ter boas referências”. [...]

Conforme o rondonense, se for para trabalhar com serviço braçal, então é melhor trabalhar no Japão. “Um homem no Japão ganha um salário de 1.035 ienes por hora, sendo que 105 ienes correspondem a um dólar... informa.”¹²⁶

A presença/ausência inconstante de Eduardo na cidade de Marechal Cândido Rondon é marcada pelo entendimento de que as possibilidades de emprego não atendiam às suas

¹²⁵ Destaca-se algumas feclarias, moinho de cereais, fábrica de óleo, fábrica de ração, fábrica de produtos lácteos, fábrica de bolas, fábrica de biscoitos, confecções, além de frigoríficos de suínos, peixes e aves, entre outros empreendimentos.

¹²⁶ RONDONENSES buscam melhorar de vida fora do país. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 12 de dezembro de 2004, p. 7.

expectativas enquanto trabalhador. Não é que apenas não conseguia “arrumar um serviço” – ficando sem nenhuma alternativa –, é que “se for para trabalhar com serviço braçal [ocupação que povoava o horizonte de suas possibilidades], então é melhor trabalhar no Japão”.

Portanto, Eduardo deixou evidente o entendimento de que não realizava uma das atividades mais desejadas por trabalhadores, fossem eles brasileiros ou japoneses, chegando a qualificar o emprego industrial como um serviço braçal, termo altamente pejorativo na valoração elaborada entre os trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, destacou a distinção entre os ganhos conseguidos ao realizar serviços semelhantes em territórios distintos. E o fundamental, ressentia-se em não conseguir “arrumar um serviço” que não fosse classificado como braçal (situação que talvez o fizesse reconsiderar as temporadas no Japão).¹²⁷

Contudo, ele supõe que essa possibilidade não é para todos, muito dificilmente para os trabalhadores mais empobrecidos; a não ser para os que consigam alcançar alguma distinção, apontada como expressão de determinado “apadrinhamento”. Desse modo, a conquista de postos de trabalho mais bem remunerados e/ou com maior prestígio social surgiria como um feito positivado.

Entretanto, sair do país em busca de ganhos relativamente satisfatórios exigia avaliações e posturas bastante pragmáticas, uma vez que a intenção era receber salários japoneses, repatriando-os à cidade, gastando o mínimo necessário no mercado japonês.

O que fez Orlando e Sandra, que também partiram para o Japão. Ao final do primeiro ano de trabalho naquele país, o casal voltou para reencontrar a filha, que ficou sob responsabilidade de parentes; mas, também, retornaram para conferir as aquisições obtidas com o dinheiro que conseguiram juntar em um ano de serviço.¹²⁸

Economias de um “período sem beber cerveja”, comendo “carne em absoluto regime de contenção” e “fazendo todas as horas extras possíveis”.¹²⁹ Limitações justificadas pela

¹²⁷ Marcelo D. Carvalhal, apresentando algumas conclusões sobre sua pesquisa “Territorialização e transformações no mundo do trabalho – O mapa do emprego em Marechal Cândido Rondon”, apontou que “... as grandes corporações buscam de forma geral a redução substancial dos custos de produção, escolhendo entre as alternativas possíveis a combinação de mão de obra barata e ‘dócil’, frágil legislação trabalhista e ambiental, além de requerer dos trabalhadores a formação profissional adequada para a exploração do capital, que implica tanto em habilitações técnicas, quanto num comportamento produtivo adequado”. Essa parece uma leitura bastante acurada das intenções sistemáticas da acumulação capitalista; todavia, experiências como a de Eduardo indicam que também os trabalhadores territorializam suas expectativas, revelando-se significativo reconhecer suas presenças para além do vetor força de trabalho. Caso tenhamos em mente a existência dos trabalhadores enquanto sujeitos históricos, talvez seja necessário reconhecer suas próprias pretensões, observando o modo como vêm lidando com as presunções capitalistas. Sobre a integralidade das considerações do autor, ver: CARVALHAL, Marcelo D. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. Op. Cit p. 78-79.

¹²⁸ CASAL de rondonenses ganha em um ano no Japão o que levaria 15 anos no Brasil. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 23 de janeiro de 1993.

¹²⁹ Ibidem.

valorização do que concebiam como sendo a expectativa de uma vida melhor para a família, onde os percalços, ao menos em princípio, seriam tolerados por um tempo específico, supostamente provisório.

Uma movimentação aparentemente definida pela resignação, mas, também, deliberadamente responsável pela impulsão do enfrentamento das restrições até então suportadas. Consentimentos que de outro modo dificilmente se estabeleceriam, tal como foram recusadas as circunstâncias pouco alentadoras vividas no território brasileiro, tendo em vista a flagrantemente incapacidade de proporcionarem o que era ambicionado para suas vidas.

A ausência de pessoas como Eduardo, Orlando, Sandra e tantos outros trabalhadores, que buscaram como destino países como Japão, Estados Unidos, Canadá, Áustria, Alemanha, entre vários outros centros mais rentáveis, parecem interpelar empresários radicados em Marechal Cândido Rondon.¹³⁰ Os quais, diante das condutas da evasão, apelam para a acusação da imprevisibilidade intempestuosa dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que apresentam a legitimidade da exploração com uma contundência bastante agressiva.¹³¹

Esses contornos foram expressos em um dos editoriais do jornal *O Presente*, quando este se propôs a questionar o que aparecia, diante da coalizão dos interesses pautados em suas páginas, quase como indolência desses sujeitos quando atuavam como trabalhadores na cidade. Esse encaminhamento foi formulado ao discutir a redução da jornada de trabalho, associando suas preocupações a dos demais capitalistas nacionais.

Duas coisas estão claramente caminhando na contramão da lógica. Primeiro, a questão da jornada de trabalho. As pessoas têm cada vez mais necessidade de ganho, mas, ao mesmo tempo, pelo menos em parte, se posicionam a favor da redução da jornada de trabalho. E aí nasce a segunda questão. Senão vejamos, quando um trabalhador, insatisfeito com o que sabe fazer no Brasil ou pelo que recebe, vai ao Japão, por exemplo, para buscar outra oportunidade. Ele em nenhum momento pede para trabalhar somente 40 horas semanais, nem para ter mais do que dez dias de férias, nem para ter outros direitos trabalhistas. Então, o que se percebe é que as pessoas quando querem ganhar mais sabem que precisam trabalhar mais.

¹³⁰ Algumas das anotações que repercutem o que seriam os sentidos dessas territorializações na vida dos trabalhadores podem ser observadas em:

- EX-MORADOR rondonense fala sobre experiência nos EUA. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 02 de março de 2004, p. 07.

- MÃES de rondonenses na Áustria vivem angústia. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 15 de fevereiro de 2006, p. 08.

¹³¹ Sobre os olhares patronais que registraram essas movimentações, propus algumas questões mais específicas em: SANTOS, Carlos Meneses de S. Horizontes Abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder – Sociedade Civil. **Anais...** Uberlândia: UFU, 20 a 22 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/032.pdf>>.

Se alguém quer dobrar o salário no Brasil é só se sujeitar a fazer o que faz no Japão: trabalhar até mais de 16 horas por dia, ter no máximo dez dias de folga por ano sem qualquer direito trabalhista. Claro, ainda assim não vai ganhar o que ganharia lá, mas em compensação ficaria morando na sua cidade [...] Poderia continuar vivendo com sua família e não teria a despesa de uma viagem longa e cansativa para cada dois ou três anos visitar o Brasil. Ninguém, ou talvez quase ninguém, trabalha no Brasil como trabalha quando chega no Japão. E a questão é simples, trabalha com mais dedicação e muito mais responsabilidade porque ganha muito mais, não porque tem muito mais direitos, aliás, não tem direito algum. Mas aqui no ocidente pensamos assim, estamos sendo ensinados – certo ou errado – que podemos trabalhar menos e continuar na mesma miséria e parece que estamos levando esse ensinamento a sério.¹³²

A questão é ardilosa, uma vez que parece indagar, “O que estão querendo esses trabalhadores? Trabalhar menos e ganhar mais?!”. O suposto contrassenso, diante das condutas destes sujeitos, pretende indicar que suas vidas poderiam ser mais satisfatórias caso se empregassem nos empreendimentos de capitalistas locais, desde que se sujeitassem a longas jornadas de trabalho, abrissem mão de direitos trabalhistas e, por que não, deixassem de beber cerveja e comer carne. Afinal, não se submetem a essas circunstâncias quando se deslocam para outros países, quando pretendem ganhar mais?

O cálculo da satisfação ainda incorpora avaliações subjetivas, indicadas enquanto variáveis de uma equação bastante complexa. Já que, mesmo que se sujeitassem às condições anteriormente mencionadas, ainda não conseguiriam os mesmos ganhos. O que poderia ser compensado com o fato de poder “morar na sua cidade”, “continuar vivendo com sua família” e não se desgastar em cansativas viagens em eventuais retornos a Marechal Cândido Rondon, poupando os gastos com esses deslocamentos. Observem quanto interesse pela qualidade de vida dos trabalhadores!

E como uma espécie de adágio encaminizador da questão, buscou no pragmatismo, expresso nas avaliações de trabalhadores, a afirmação de que: “se percebe que as pessoas quando querem ganhar mais sabem que precisam trabalhar mais”. Essa formulação indica, ainda, que, tendo em vista essa oferta, esperava contar com o comprometimento dos trabalhadores, que deveriam se comportar “com mais dedicação e muito mais responsabilidade”.

Por fim, propõe a velha retórica da indistinção social, formulada na consideração de que, “aqui no ocidente... estamos sendo ensinados que podemos trabalhar menos e continuar na mesma miséria e parece que estamos levando esse ensinamento a sério”. Quando me

¹³² CONTRASTES... **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 15 de abril de 2008, p. 2.

deparo com declarações como essa, fico imaginando o que o editor do jornal qualifica como miserável em sua vida, ou mesmo na condição de vida dos patrões destes trabalhadores.

Mas, muitos trabalhadores, quando deixam a cidade, não vão necessariamente para áreas tão longínquas, podendo se encaminhar para lugares bem mais próximos. Esse foi o caso de Claudete, que, com a idade de 11 anos, saiu de Marechal Cândido Rondon para morar em um Distrito da cidade de Santa Helena-PR, distante aproximadamente 45 km. Seu pai e os irmãos também deixaram a cidade, mas tomaram rumos diferentes, encaminharam-se para o Paraguai, onde trabalhariam com a derrubada de matas.

Quando conversamos, em janeiro de 2012, narrou sua mudança para o distrito de São Clemente, onde morou com sua madrinha, no final da década de 1980.

A minha madrinha veio aqui pra eu morá com ela... mas ela já havia arrumado um outro homem ali, daí nós não se acertemo... a gente sabe quando a pessoa não presta, né? Ai eu falei, “Sabe do que mais...”, eu falei pra madrinha, “Eu vou pra Vila”... era pertin... Eu falei, “Eu vou vê se arrumo um emprego lá, nem que ganho só pra mim estudá e dormir”... Daí ela falou assim, “Meu Deus! Será que tu vai conseguir”? Eu falei, “Eu tenho fé que eu vou conseguir”. E me mandei aqui pra Vila.

Você conhecia alguém?

Conhecia nada.

Mais aí você morou onde?

Eu vim... Aqui tem o mercadinho... aí eu vim ali e contei tudo a minha história... Daí eu falei tudo pra ela, ela falou assim, “Vamos lá na minha irmã. Eu acho que ela vai te gostá”... Daí fumo lá... Daí ela falou, “Eu fico com a menina, pode deixá a menina aqui. Eu vou matriculá ela na escola... Ela vai ganhá estudo... Eu vou dá comida pra ela, ela vai morá aqui em casa... e vou dá roupa ainda pra ela”. Misericórdia, comi o pão que o Diabo amassô lá dentro daquela casa [...] Fui bastante escravizada...

Como é que era isso?

Ela prometeu pra irmã dela que ia me dá o estudo... e o que eu precisasse, né? Então, ela não me deu o estudo pra começá... ela não foi me matriculá como ela tinha falado... Na verdade, foi assim, de manhã cedo cê levantava a primeira coisa era tirá leite, tratá os porco, tratá as galinha, fazê tudo o serviço... quando era nove hora tu entrava pra dentro e tomava café. E daí nós tomava café e ia pra roça, ficava até umas onze hora... onze e pouco [...] A tarde o meu serviço era limpá a casa e ajudá lavá roupa.¹³³

A falta de acerto na casa da madrinha, após afastar-se do pai e dos irmãos, pressionou para que se ofertasse à realização de serviços domésticos, apesar de sua pouca idade. A garota precisava obter, com seu trabalho, ao menos teto e comida, embora mantivesse a expectativa de prosseguir seus estudos.

¹³³ Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A entrevistada se chama Claudete. A gravação foi realizada em 30 de janeiro de 2012, no distrito de São Clemente, cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, que apresentou Sheille e eu à entrevistada.

A pequena vila de São Clemente, mesmo que fosse um lugar desconhecido, parecia apresentar-lhe certas possibilidades de trabalho. De fato, não encontrou dificuldades em conseguir um empregador, uma vez que as atividades rotineiras de um sítio requerem determinada mão de obra, que quando batem à porta solicitando ganhos mínimos, sugeridos com tom de caridade, parece uma tentação aos patrões.

Assim, a exposição de sua triste trajetória encontrou acolhida, ainda que a suposta solidariedade não tivesse passado de promessas não cumpridas. Os três meses que passara na casa da então patroa, foram marcados por muito trabalho, sintetizados na imagem de que “fui bastante escravizada”.

As rotinas diárias, cadenciadas na moralidade da retribuição e no peso da necessidade, sugeriu que o pão de cada dia parecia amassado pelo próprio Diabo. Mas, quando foi acusada de roubo (o que ficou posteriormente reconhecido como inverdade) não titubeou, e fez da circunstância a legitimação para o ponto final daquela relação:

... eu falei: “E daqui pra lá [faz menção ao que seria a parte interior da casa] se tu qué limpo, tu limpa, se não, não precisa limpá nunca mais”. E peguei minhas roupa e virei as costa. Ela falô: “Onde é que tu vai loca?” Eu falei: “Pra cá tem mais moradô, alguém vai me pegá”.¹³⁴

A confrontação surge até mesmo de onde parece pouco provável. Afinal, fora o entendimento de que por certo haveria outros patrões interessados em seu trabalho, nada lhe sugeria que sua insubordinação fosse uma prática recomendável. Mas a prudência, que até então havia sido mantida, apesar do forte ritmo de trabalho, foi abandonada diante da afronta moral. Além do mais, já havia se familiarizado com determinadas atividades, como “tirá leite, tratá os porco, tratá as galinha, fazê tudo o serviço...”.

Ciente da centralidade dessas atribuições em um lugar como São Clemente, foi atrás do que esperava encontrar:

... quando eu cheguei no sítio assim... eu vi aquela senhora no tanque lavando os galãozão, já velha também, lavando os galãozão de leite. Eu pensei: “Piedade! Tomara que ela me pega. Eu sou nova, ela vai me pegá pra ajudá”, né?” Cheguei lá, eu falei: “Bom dia. Como é que é o nome da senhora?” Ela falô: “Lodovica. E você menina perdida, dá onde tu é?” Eu falei: “Eu sou de Rondon, vim morá na madrinha...” e comecei contá tudo minha história, né?... Daí ela falô assim: “Vamo fazê o seguinte, tu é nova... eu preciso de uma menina memo... Vamo fazê o seguinte Dete (ela me chamava de Dete), tu vai... de manhã tu vai me ajudá fazê as coisa, vamo na roça fazê o que tem que fazê, de tarde, que é quente, tu vai pra escola. Eu

¹³⁴ Ibidem.

vou te dá tudo o que tu precisa, tu precisa de comida, tu precisa de roupa, tu precisa de calçado... o que tu precisá. E nos domingo, se tu qué tomá um sorvete, eu vou te dá esse dinheiro"... Ela falou assim, "Eu não sou desses que vão fazê o que tavam fazendo pra ti". E lá eu fiquei três anos.¹³⁵

A vida e os serviços de sítio passavam a compor sua experiência, onde sua disposição para o trabalho proporcionava o que os patrões definiam como tudo o que precisava – entenda-se comida, roupas, calçados e uns trocados para o sorvete. Essa suposta benevolência ainda parecia digna de consideração, afinal o que fora acordado estava sendo cumprido, conforme a distinção moral afirmada pela nova patroa.

A “menina perdida” encontrava a pequena proprietária rural “fixada no campo”, “atolado de serviço”, disposta a admitir ajudantes com a história de Claudete. Desse modo, a jovem trabalhadora teve sua expectativa atendida quando conseguiu ser “pega” pela velha senhora, com a qual manteve alguma cordialidade.

Cordialidade, contudo, não é o mesmo que apego, tendo em vista que logo encontrou o homem com quem decidiu se casar, um irmão da amiga de escola com quem tomava sorvete aos domingos. Em três anos deixou a propriedade e foi “tentar a vida ao lado do marido”.¹³⁶

Quando Claudetes, Franciscos, Alvinos, Eduardos, Orlandos e Sandras “tentam a vida”, movimentando-se em busca de relações que lhes pareçam mais satisfatórias, surgem enquadramentos expressos em noções como a de “evasão”, formulando sentidos ora de uma impulsão mecânica, ora de ações impensadas e intempestuosas. No entanto, a imprevisibilidade e a inconveniência de suas condutas parecem indicar um desarranjo frente a determinadas pretensões. De outro modo, qual seriam as motivações das comoções elaboradas na Rádio Difusora e no jornal O Presente, citadas anteriormente?

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ Como já indiquei, em outra oportunidade Freitas e eu elaboramos algumas questões quanto ao envolvimento de trabalhadores como Claudete e proprietários rurais como a senhora Lodovica. Naquela reflexão privilegiamos os pontos de diferenciação e desencontro entre esses sujeitos, apontando para o universo de tensão que marca suas relações, tendo em vista aspectos como exploração e opressão. Tenho ciência, no entanto, que a maneira mais usual de abordagem desse campo de relações é o da aproximação de tais posições. Privilegia-se, em muitas ocasiões, a evidência de condições aproximadas, independentemente do lugar social ocupado por proprietários, haja vista caracterizações que dizem respeito às suas limitadas e oscilantes possibilidades enquanto patrões rurais. Nesse caminho, destacam-se, inclusive, produções de fôlego, sustentadas por pesquisas extensivas.

Sobre algumas dessas investigações, ver:

- DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais**: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

- FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre colonos e trabalhadores: Produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná – Segunda metade do século XX e início do século XXI. Op. Cit.

- ____; SANTOS, Carlos Meneses de S. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização – Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. Op. Cit.

- GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). Op. Cit.

Diante do empenho de tais intervenções, talvez seja o caso de considerarmos que os protagonismos e as ponderações (firmadas nas posturas de trabalhadores) apontam um caminho comum de atuação – mesmo quando esse caminho se define em avaliações e sendas distintas. A potência dessa energia, por vezes desprezada em seu vigor, dinamiza forças que se colocam em atenção e empreendem uma custosa vigília, preocupada com a identificação da demarcação de posições tomadas como malquistas e/ou intrigantes.

Esse entendimento também permite avaliar essa relação em uma direção contrária, no sentido imposto por trabalhadores que vêm à Marechal Cândido Rondon trabalhar, mas que retornam, todos os dias, para as cidades de onde partiram. A movimentação desses sujeitos compõe um campo de atuação que possibilita entender os aspectos que integram sua condição de classe, tanto quanto o repertório de expectativas e recusas que emergem dos julgamentos sobre essa condição.

2.2 – Caminhos conjecturados

A despeito das posições que poderiam ser identificadas às dos trabalhadores anteriormente mencionados, a máxima da retórica patronal, firmada na argumentação da criação de empregos para os trabalhadores ociosos de Marechal Cândido Rondon, tornou-se cada vez mais incisiva. O empenho na constituição de empreendimentos industriais se firmou em ações cada vez mais contundentes, o que intensificou a proposição de medidas que possibilitariam que os novos postos de trabalho fossem ocupados por trabalhadores da cidade. Onde as ocupações ofertadas eram apresentadas como uma espécie de patrimônio desses sujeitos.

No entanto, todo esse comprometimento precisaria ser identificado e correspondido por trabalhadores. Afinal, aos empresários cabiam empreender e gerir, mas não operar máquinas. Assim, quando uma indústria de biscoitos erguia 8.032 m² de estrutura física na cidade de Marechal Cândido Rondon, em 1998, o industrial anunciava orgulhoso seu suposto compromisso em fornecer empregos exclusivamente aos trabalhadores da cidade: “todos os operários que atuam na obra são rondonenses, pré-selecionados através de entrevista e demais documentos que comprovam que são moradores em Marechal Cândido Rondon já há algum tempo”.¹³⁷

Contudo, menos de dois anos depois, em plena atividade de produção, era interpelado por um dos vereadores da Câmara Municipal sobre quantos funcionários de fato eram “rondonenses”. A discussão, registrada no jornal *O Presente*, trouxe a justificativa do industrial, que já não parecia tão convicto com o compromisso assumido quando pleiteava dinheiro público para a construção do empreendimento privado:

No ofício enviado à câmara de vereadores o empresário destaca o desafio da empresa em adentrar no mercado de biscoitos atuando com funcionários despreparados tecnicamente e desmotivados [...]
Atualmente [...] possui 160 funcionários rondonenses e apenas 6 que vieram de outros municípios, sendo que estes são pessoas de áreas específicas, com formação e experiência no trabalho que desempenham. O ofício enviado à câmara [...] conclui dizendo: “Contratamos pessoas que residem no município há mais de dois anos, sendo que tal requisito não está registrado em nenhum documento legal, mas partiu única e exclusivamente da diretoria e do seu compromisso com o povo rondonense”.¹³⁸

¹³⁷ FAVILLE já está gerando 50 empregos em Marechal Cândido Rondon. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 24 de abril de 1998, p. 28.

¹³⁸ FAVILLE responde questionamento da câmara de vereadores. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 1999, p. 17.

Os trabalhadores da indústria pareciam não retribuir com grande motivação todo o empenho destinado a oferecer-lhes emprego – ou pelo menos parecia ser essa a percepção do patrão. O empresário contava com um agradecimento mais fervoroso por parte de seus funcionários, principalmente em virtude de todo seu “compromisso com o povo rondonense”, materializado com o projeto de “desenvolvimento industrial local”. Ao invés disso, destacava um estado de ânimo dos trabalhadores que soava quase como ingratidão.

Talvez reconhecesse, naquele momento, algo sugerido por Marilena Chauí já na década de 1980, onde, segundo suas considerações, “há clara diferença entre ‘ter que trabalhar para outros’ e desejar ‘servir o patrão’ ”.¹³⁹ Assim, a avaliação do empresário pareceu deixar em aberto sua “firmeza moral”, uma vez que a contratação exclusivamente de trabalhadores da cidade não compunha nenhuma cláusula contratual que deveria obrigatoriamente ser cumprida.

Desse modo, sua posição ainda não era radicalmente revisionista, preferindo eleger o despreparo técnico dos trabalhadores como uma das causas centrais das dificuldades enfrentadas, as quais poderiam comprometer sua competitividade no mercado de biscoitos. Em outros termos, demonstrava preocupação com os custos e a dinâmica de produção, os quais julgava ser necessário que fossem mais enxutos e rígidos, mesmo que já apresentassem uma condição de trabalho que – conforme sugerido pelo próprio industrial – não vinha entusiasmando grande parte dos trabalhadores.

Já um frigorífico de aves, também emerso do projeto de “desenvolvimento industrial local”, não demorou muito para rever seu compromisso com os “trabalhadores rondonenses”, se bem que nesse caso é mais difícil definir se foram os empresários ou os próprios trabalhadores que descumpriram o “compromisso” de “juntos trabalharem para o desenvolvimento local”.

A partir de uma parceria firmada entre a Prefeitura de Mercedes e o Frigorífico de Aves [...] ficou acertada a contratação de moradores no município para trabalhar na unidade avícola de Marechal Cândido Rondon. Pela parceria, a administração municipal arcará com as despesas de locomoção (ônibus), além das inscrições, até amanhã, dos interessados em trabalhar na área de produção do frigorífico. Para se inscrever os candidatos devem comparecer munidos de todos os documentos pessoais e se dirigir ao Banco Social, onde [...] [receberão] as instruções para o preenchimento da ficha de inscrição ao cargo de auxiliar de produção.

Vagas

¹³⁹ CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. Op. Cit. p. 58.

De acordo com o prefeito [...] para esta primeira etapa serão disponibilizadas 40 a 45 vagas, sendo que a seleção será feita a partir da semana que vem, pela própria... [empresa], sendo a contratação imediata. “Para nós da administração municipal esta parceria é muito importante, pois, dadas as nossas dificuldades de investimentos na geração de empregos nesse momento no nosso município, garante empregabilidade a muitas famílias que estão esperando esta oportunidade. Vemos que a... [empresa], ao longo de sua existência, cresceu e vem se consolidando de forma sólida, contribuindo para o progresso e o bem-estar social e econômico da região Oeste, beneficiando agora, diretamente, com empregos nossos munícipes”, destacou.¹⁴⁰

A unidade industrial de abate de aves, com compromissos de exportar grande parte de sua produção, não demorou um ano para alargar o espaço de atuação na busca por trabalhadores, sendo que essa conduta deslocou a noção do projeto de “industrialização local” para uma noção de “industrialização regional”, redefinindo sua área de ocupação. Agora, em uma escala ampliada, emergia um território delimitado pelo “progresso e o bem-estar social e econômico da região Oeste”.¹⁴¹

O título da matéria, exibida no jornal *O Presente*, de outubro de 2005, sugere o anúncio de vagas como uma concessão aparentemente inusitada, “Moradores de Mercedes podem trabalhar no Frigorífico”. A cidade em questão está situada a 20 km de distância de Marechal Cândido Rondon, um percurso com duração estimada em 30 minutos.

Os termos da parceria pareciam bastante satisfatórios aos industriais, uma vez que não haveria acréscimos aos custos da produção – haja vista que os gastos com o deslocamento dos trabalhadores seriam mantidos com dinheiro público. Além disso, talvez esperassem encontrar nos trabalhadores de Mercedes um estado de ânimo mais propulsor para suas atividades de

¹⁴⁰ MORADORES de Mercedes podem trabalhar no Frigorífico Copagril. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 06 de outubro de 2005, p. 10.

¹⁴¹ Sobre os sentidos expressos nessas noções de “região” e “localidade”, instigam-me algumas ponderações apontadas por Corrêa. O autor, ao pautar uma discussão sobre a noção de região, chamou a atenção para a necessidade em qualificar melhor o que apontou como conceito chave para os geógrafos. Nesse sentido, argumentou que: “Admitimos, em realidade, que os diversos conceitos de região que os geógrafos desenvolveram constituem respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram e observam o mundo real”. Por certo que Corrêa tinha em mente que não apenas os geógrafos exerciam “muitos olhares sobre o espaço do homem”, sendo que a academia não se constituía no único berço de onde nasciam os conceitos de região. Contudo, suas preocupações parecem focadas no entendimento de que a “diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como sociais é razão de ser da própria geografia como um saber dotado de uma relativa autonomia”. Essa proposição, eminentemente acadêmica, suscitou um debate acentuado no interior desse campo de produção do conhecimento. Mas, mais do que isso, provoca-me a pensar sobre como essas noções de região, tais como os sentidos apresentados no jornal *O Presente*, elaboram “respostas aos múltiplos ângulos com que eles observaram... o mundo”. Assim, apesar de apontar para a historicidade das definições de particularidades geográficas, acredito que Corrêa pensava em definições de áreas bem mais fixas do que a que estou sugerindo. Quanto às minhas inferências, expus algumas considerações mais específicas em outro trabalho. Ver:

- CORRÊA, Roberto Lobato. A Região. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 191.

- SANTOS, Carlos Meneses de S. Horizontes Abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. Op. Cit.

produção, talvez acreditassem em uma gratidão maior do que a observada nas ações dos “rondonenses” que não vinham atendendo o chamado para ocupar posições nas esteiras de abate.

Meia década depois, a concessão inicial se transformaria em uma conduta padrão, abertamente justificada como “carência de mão de obra qualificada”. E mais do que isso, a dirigente da associação industrial chegou a lamentar o que chamou pelo nome de “troca-troca”, promovido por trabalhadores que, após passarem por processos de treinamentos, oferecidos pelas empresas, abandonavam aquelas ocupações e se dirigiam a outras atividades de trabalho.

... a preocupação do setor é que se tornou comum o trabalhador, depois de passar por todo o processo de qualificação, trocar de emprego. “As empresas lamentam isso, mas o profissional não está valorizando o próprio currículo e isso não é interessante. É importante o colaborador valorizar a empresa que deu a oportunidade de trabalho e que está investindo em treinamentos para que possam crescer juntos”.¹⁴²

Segundo a dirigente, apresentada em uma reportagem elaborada para indicar essa preocupação com o recrutamento de trabalhadores, há uma desvalorização dessas “oportunidades de trabalho”. Os trabalhadores não retribuiriam, ao menos não em escala necessária, as vantagens oferecidas para que pudessem “crescer juntos” com a empresa. Em outros termos, não se mostravam comprometidos com esses empreendimentos. Um comportamento percebido não como ocasional, mas sim como sistemático e compartilhado por um universo significativo de trabalhadores.

Frente a essa relação, empresários seriam impelidos a buscar por trabalhadores fora dos limites de Marechal Cândido Rondon. Essa foi a posição adotada, por exemplo, pelo frigorífico de aves anteriormente mencionado, que além dos 1.800 trabalhadores empregados, “teria condições de oferecer mais 200 vagas, mas a dificuldade em preencher é constante. Cada vez mais buscam-se colaboradores em cidades mais distantes... ‘Ficar desempregado só para quem quer’, comenta... [o gerente]”.¹⁴³

Dona Nirva, também conhecida como Paraguaia, era, em julho de 2012, um dos quase 2.000 funcionários daquela indústria. Ao conversamos sobre sua presença nessa atividade, ela apontou a ofensiva empresarial em um distrito da cidade de Santa Helena-PR, distante

¹⁴² MÃO-DE-OBRA qualificada ainda é uma carência. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 1 de julho de 2010, p17.

¹⁴³ Ibidem.

aproximadamente 45 km de Marechal Cândido Rondon: “eles avisa... eles passa com som ali... [na rua do distrito] bota no rádio que falta gente, que eles precisa de gente”.¹⁴⁴

Nascida no Rio Grande do Sul, de onde se mudara para o Paraguai com três anos de idade, já estava há mais de 11 anos no distrito de Santa Helena, onde foi morar com o marido e os quatro filhos quando deixaram o Paraguai, no final da década de 1990. Há um ano e meio, avaliou ser mais proveitoso deixar o serviço como doméstica para empregar-se no frigorífico de aves.

Mas, por certo que dona Nirva não foi trabalhar no frigorífico simplesmente porque a indústria estava à captura de trabalhadores, provavelmente tinha suas próprias expectativas, definidas em avaliações que eram pertinentes a seus interesses.

Foi por causa que todo mundo falô que eu não ganhava bom o salário... aí disse: “Por que não pega ali no frigorífico [em Marechal Cândido Rondon] ou na... [frigorífico de aves em Medianeira]? Tu ganha mais, tu ganha serviço nas coisa... tu consegue fazê alguma coisa, tu quer comprar uma coisa...”. Daí eu pensei: “agora que as criança já tão grande, daí agora eles podem se virá... daí é de carteira assinada...” daí eu pensei: “agora eu vou entrá lá...”. Daí entrei lá dentro.

E por que a senhora preferiu ir pra Rondon?

Na... [frigorífico de Medianeira] eu achava muito ruim porque tem que tomá três banho no dia e só tem um dia de folga, na... [frigorífico de Marechal Cândido Rondon] é sábado e domingo... por isso que eu quis entrá lá... porque pelo menos sábado e domingo faz o serviço em casa, faz uma coisa e outra.¹⁴⁵

Os ganhos de um terço do salário mínimo, assim como a inexistência de registro do vínculo de trabalho, foram tolerados por mais de uma década. Uma vez que, após o marido abandonar-lhe com os quatro filhos pequenos, julgou que deveria exercer uma atividade que lhe permitisse acompanhar mais de perto o crescimento dos filhos. Assim, quando as crianças cresceram (passando a “se virá”), foi atrás de ganhos mais satisfatórios e dos registros legais da relação de trabalho.

Essas expectativas se remetiam ao interesse em “fazê alguma coisa... comprar uma coisa”, tendo em vista a regularidade dos ganhos e a consequente possibilidade de aberturas de créditos, facilitando a aquisição de certos objetos, como a desejada máquina de lavar roupas; ao mesmo tempo em que viabilizava sua aposentadoria, afinal já se encontrava com

¹⁴⁴ Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A entrevistada recebeu o pseudônimo de Nirva. A gravação foi realizada em oito de julho de 2012, em um distrito da cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, que apresentou Sheille e eu à entrevistada.

¹⁴⁵ Ibidem.

45 anos e nunca tivera a carteira de trabalho assinada por nenhum de seus muitos patrões. Desse modo, decidiu empregar-se na indústria frigorífica, uma atividade de produção com forte demanda de mão de obra. Tal como anunciado anteriormente pelos próprios empregadores.¹⁴⁶

A escolha pela unidade de produção de Marechal Cândido Rondon pareceu bastante pragmática, afinal “pelo menos” teria dois dias de folga na semana, contando com algum tempo para fazer “o serviço em casa”, um momento para realizar suas próprias atividades. Ainda sobre essa escolha, ficaria livre da necessidade de tomar três banhos no dia, uma das exigências da unidade de produção de Medianeira, a qual definitivamente não a agradava.

Assim, parecia distinguir o “relativamente satisfatório” do “declaradamente ruim”, até mesmo porque os ganhos eram muito parecidos, girando em torno de um salário mínimo; o que não deixava de ser uma melhoria significativa quando associado aos ganhos anteriores, advindos de suas atividades como empregada doméstica. Aliás, essa foi uma associação recorrente, uma vez que esse foi o parâmetro material de onde emergiu suas ponderações.

Eu acho melho tá trabaiaando lá [frigorífico] do que ficá assim... trabaiaando por mês de empregada.

Por que a senhora acha isso?

Eu acho por causa que... tu tá esfregando roupa ou lavando a casa, tu fica muito abaixando... e lá eu tenho um serviço que fica em pé direto, não castiga as costa... só movimenta os braço... daí, pra mim, eu acho melhor trabaia lá.

E não cansa o braço?

Cansa! Fica o dia inteiro... e tem que sê ligeiro, né? Pra tirá pele alí também tem horas que tu cansa... que... às vez tem que pegá umas caixa... quando enche de carne eu tenho que pegá caixa pesada... daí outra pessoa me ajuda... Eu tenho um pouco de problema na coluna, já me judiei bastante, né? Mas... Dói tudo o braço assim”.¹⁴⁷

Ter problemas na coluna, adquiridos em anos de atividades de trabalho, a permite considerar que “um serviço que fica em pé direto” pode ser melhor do que outro que “fica muito abaixando”. Não porque seja agradável ficar em pé e movimentar o braço o dia inteiro, mas porque pode parecer pior realizar movimentos intensos com a coluna, a qual já foi bastante judiada.

¹⁴⁶ O diretor presidente de um dos mais significativos frigoríficos de aves do Brasil, localizado na cidade de Palotina-PR, distante aproximadamente 45 km de Marechal Cândido Rondon, ao tratar da problemática do recrutamento de trabalhadores, afirmou, para uma plateia de acadêmicos – aspirantes a gestores empresariais –, que “A falta de gente para trabalhar nas indústrias é a única barreira que temos para continuar crescendo”. Sobre a visibilidade dessa pauta, ver, FALTA de gente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de maio de 2005, p. 2.

¹⁴⁷ Nirva. Op. Cit.

Nesse sentido, tornava-se desnecessário informar dona Nirva de que a atividade de trabalho no frigorífico é exaustiva e nociva à sua saúde, afinal ela tem oportunidade de aferir o cansaço e as dores em seu próprio corpo, não necessitando de textos e palestras que a esclareça sobre a matemática dos movimentos fisiológicos como provas científicas de sua própria exaustão.

Ao procurar a trabalhadora em um dos seus dias de folga, o que para ela era algo bastante significativo, a intenção não era promover nenhuma formação sobre a precariedade de sua rotina de trabalho no frigorífico, muito menos identificar os elementos de sua suposta alienação e/ou degradação frente à condição que se submetia; pelo contrário, era justamente discutir porque, apesar de ciente de todos os inconvenientes mencionados, buscava empregar-se em empreendimentos como o frigorífico de aves em Marechal Cândido Rondon. Sendo que deixava sua casa às quatro da madrugada e só retornava após cinco da tarde.

Essa rotina, tanto quanto a problemática da condicionalidade de suas presenças neste empreendimento industrial, também foram discutidas com Márcio e Sandra, ambos moradores do mesmo distrito em que vivia dona Nirva. Durante nossa conversa, questionamos se, diante tanto empenho para a contratação de trabalhadores, os diretores da empresa não solicitavam que indicassem possíveis funcionários; o que responderam do seguinte modo:

Márcio: Eles pede... mas ninguém qué mais í... acho que não tão conseguindo... ninguém qué mais, né? Que daí uns entra lá e daí já não qué mais trabaíá... E daí vem aí e já esparramam a conversa, aí já tá desanimando já.

Sandra: Já levou corrida e tudo, né... [Márcio]?

Márcio: Os cara fala: “Não... fulano falou que lá é o bicho de sete cabeça, eu não quero trabaíá lá não”.

Sandra: “Aquilo é um inferno, um inferno”... tem gente que fala... “É bicho feio”.

E essas pessoas que não querem trabalhar lá, elas vão fazê o quê?

Márcio: Fica aí trabaíando por dia pros outros... trabaia pra um hoje e pra outro amanhã... e vai indo.

Sandra: Fica pedindo cesta básica... é assim. Daí a prefeitura de Santa Helena dá cesta básica e a de Rondon também dá... Aí põe eles em mau costume, pedindo em vez de trabaíá.¹⁴⁸

Márcio já trabalhava a mais de três anos no frigorífico, tendo recebido oferta para se tornar coordenador de turma, o que aguardava ocorrer em breve, enquanto Sandra trabalhava

¹⁴⁸ Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. Os entrevistados receberam os pseudônimos de Márcio e Sandra. A gravação foi realizada em oito de julho de 2012, em um distrito da cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, que apresentou Sheille e eu aos entrevistados.

a pouco mais de um ano e meio, sem muitas expectativas quanto a promoções, uma vez que sabia que sua pouca escolaridade dificilmente permitiria sua ascensão profissional – o que não a impedia de considerar como positiva sua ocupação na sala de cortes. Assim como dona Nirva, a trabalhadora também não tinha muito apreço pelos longos anos dedicados como empregada doméstica, sendo que, segundo suas considerações, “trabaiá lá é bem melhor do que rodo e vassoura”.¹⁴⁹

Apesar de suas presenças nessa atividade, tanto Márcio quanto Sandra sabiam que o ingresso e a permanência na indústria eram pontos controversos entre os trabalhadores. As controvérsias, por vezes, manifestavam-se em posições distintas e acusações recíprocas, revelando-se no distanciamento sustentado entre os próprios trabalhadores.

Ao ofertar vagas disponibilizadas pelo patrão, os trabalhadores corriam o risco de levarem “corrida e tudo”; sendo que, ao recusar as ofertas, trabalhadores também eram qualificados, inclusive por outros trabalhadores, como pedintes e encostados. Afinal, conforme Sandra, “trabalhá tem que trabalhá... seja lá, ou em outro lugar, tem que trabalhá, não é verdade?”.¹⁵⁰

A polêmica sobre o modo de lidar com a condição comum de classe, tendo como aspecto a necessidade do emprego, permitiu a constituição de imagens infernais contrapostas, onde os serviços como diarista, tanto quanto a regularidade fabril, foram apontados como indesejados.

No entanto, o que parece mais relevante é perceber que essas ponderações emergiram de sujeitos que se dispuseram ao deslocamento diário e ao trabalho no frigorífico, sendo que, a despeito de suas condutas, reconheciam que “ninguém qué mais í... acho que não tão conseguindo... ninguém qué mais, né?... uns entra lá e daí já não qué mais trabaiá... E daí vem aí e já esparramam a conversa, aí já tá desanimando já”.

Essa percepção torna pertinente a preocupação patronal anteriormente mencionada. Afinal, os lamentos dos empregadores também advêm das condicionalidades das relações classistas, apontando para a movimentação de trabalhadores que vêm recusando esses postos de trabalho. Contudo, os lamentos capitalistas, tanto quanto as recusas dos trabalhadores, não são apostásicos. Márcio, em sua narrativa, ofereceu uma imagem emblemática da dinâmica dessa relação:

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem.

Quando eu entrei parecia que tinha mais gente, agora parece que tem pouca gente, porque quando eu entrei tinha duas máquina de peito... que desossa o peito, né? Hoje tem quatro... aumentou mais duas, por falta de gente... Porque a desossa... Você olha lá na desossa tá cheio numa semana, põe os novato... ensina e tal. Aí os cara... você olha lá... você olha lá naquela mesa não tem mais ninguém... talvez um/dois... Aí eles só pode apelá pelas máquinas, porque aquela carne... tem saída, né? Vai pra exportação. E daí como é que eles vão deixá aquele negócio sem? Se não tem ninguém pra trabaiá, pra bota ali, eles vão tê que vê alguma máquina pra colocá!... Vai chegá num ponto que eles vão tê que colocá quase só máquina... porque a desossa é o que mais dá dinheiro.¹⁵¹

A redução do número de trabalhadores é contraposta pelo aumento do número de máquinas. Sendo que o ambiente onde se observa a variação não é aleatório, uma vez que a visão sobre a “mesa da desossa” aponta para a área de produção voltada para a exportação, “o negócio que mais dá dinheiro”.¹⁵²

Ônibus cheios de trabalhadores vindos de outras cidades fora a resposta aos “descomprometidos trabalhadores rondonenses”, já as máquinas parecem se constituir como revide aos “descomprometidos trabalhadores da região Oeste”, que também começam a dar sinais de sua ingratidão:

Sandra: Passa quatro ônibus aqui.

Márcio: Mas, já teve mais.

Quando teve mais, eram quantos?

Márcio: Eram seis... vinha de São José [trata-se de São José das Palmeiras], Luz Marina, Guaiá, El Dourado do Mato Grosso, Assis [refere-se a Assis Chateaubriand], Toledo... Tem gente que levanta uma hora da manhã pra vim trabaiá ali... Já foram buscar em quantos lugá aí home... e não consegue... nunca tem gente que dá... sempre faltando gente.¹⁵³

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Aqui, ainda se revela expressiva a centenária reflexão proposta por Marx, firmada na compreensão de que a maquinaria expressa o processo de “luta entre capitalista e trabalhador”. O autor, ao destacar a “luta entre o trabalhador e a máquina” (na constituição da “indústria moderna”), apontou para o “movimento luddita”, evidenciado na Inglaterra do século XIX, como resposta dos trabalhadores industriais àquela emergente forma de exploração. Apesar de Marx supor a inexperiência daqueles trabalhadores diante daquela nova configuração, chegando a declarar seu entendimento de que aqueles operários não distinguiam “a maquinaria de sua aplicação capitalista”, algo controverso mesmo no interior da tradição marxista (desenvolvida a partir de suas proposições), fica clara sua intenção em visualizar os conflitos e as tensões presentes naquela dinâmica social. Essa sugestão interpretativa me parece bastante valiosa, instigando-me à sua percepção no início do século XXI, quando empresários consideram a inserção de inovações técnicas no processo de produção industrial não de forma aleatória, como se orientada por alguma mentalidade progressista, mas, antes, como expressão da “luta entre capitalista e trabalhador”, conforme nos indica a visão oferecida por Márcio. (Observem, apenas, que o motor dessas relações não precisou ser empurrado por “coletivos” de quebradores de máquinas, mas pela “mera” ausência/renúncia de trabalhadores a esses postos de trabalho). Quanto às reflexões marxianas, ver: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 488-489.

¹⁵³ Márcio e Sandra. Op. Cit.

A alteração de escalas e rotas compõe a territorialidade das relações sociais, uma vez que as posições de trabalhadores e patrões expressam a confrontação de interesses desencontrados. Entretanto, os que se desencontram não habitam necessariamente áreas distintas, também podem ocupar um mesmo terreno, marcado por visões e valores destoantes, mesmo quando se manifestam em aparente consenso.

Um desses aparentes consensos pode ser notado na avaliação de que a recusa de trabalhadores pelos postos de trabalhos, tais como os do frigorífico de aves, trata-se de “pura” acomodação e preguiça. Pois uma observação apressada poderia associar, a meu ver, de modo equivocado, o entendimento de um trabalhador – como Sandra, que afirmou que esses sujeitos ficam “pedindo cesta básica... pedindo em vez de trabalhá” – com o de patrões, que lamentam o “troca-troca” e a falta de disposição para as ocupações disponibilizadas.

É preciso ter claro que o entendimento patronal ocupa condição e posição de classe distinta da apresentada por trabalhadores, apesar de serem formulados em frases semelhantes, as quais não suprimem as desigualdades, nem associam automaticamente esses sujeitos. Senão, vejamos como o arauto patronal de Marechal Cândido Rondon apresenta, nos termos da acomodação assistencial, a indisposição de trabalhadores frente à oferta de empregos que não eram preenchidas na cidade.

A taxa de desemprego no Brasil subiu [...] Segundo especialistas, o aumento do desemprego já é reflexo da crise econômica mundial.

Em muitos cantos, dizem os empresários, a crise ainda não chegou. Caso de Marechal Cândido Rondon, onde, recentemente, a Indústria de Bolas [...] chegou a anunciar que, provavelmente, vai contratar mais. A reclamação, então, é que falta qualificação no momento de contratar o trabalhador.

Chegamos, então, a uma contradição. Pois bem, o Plano Setorial de Qualificação implantado pelo governo federal tinha objetivo de preparar para o mercado de trabalho, numa fase inicial, cerca de 200 mil integrantes de famílias que recebem Bolsa Família. Contudo, apenas 5%, 18,5 mil brasileiros se interessaram pelo plano.

Presume-se que quem quer trabalho e também melhorar de vida, não hesitaria em integrar o Plano de Qualificação. Mas a prática não se aplicou à teoria, pelo menos neste caso. Para ficar em outro exemplo próximo da nossa região, as agências do trabalhador têm, todo início de ano, dificuldades no recrutamento de trabalhadores para preencher vagas temporárias em agrícolas, cooperativas [...]

Ou a nossa região é privilegiada e não apresenta desempregados, ou ainda, nossos trabalhadores são todos com ótima qualificação, a ponto de não precisar se dispor a empregos temporários, ou o protecionismo governamental tem sido excessivo, ao ponto de as pessoas preferirem salários desemprego, bolsas famílias, vale gás, vale leite... etc.

Isso nos leva a crer que realmente precisamos fazer um levantamento das necessidades profissionais que temos e promover a formação de nossos trabalhadores. Mais ainda, promover a conscientização para que

compreendam que mais vale aprender a pescar do que receber o peixe nas mãos.

Essa falta de pessoal para vagas de trabalho só pode ser comemorada quando for comprovada que há na região níveis irrisórios de desemprego e que os postos de trabalho gerados estão sendo ocupados por pessoas satisfeitas com suas atividades.¹⁵⁴

O editorial do periódico promoveu a associação das relações vividas na cidade com um espectro mais amplo. No cenário expandido, apresentou a “taxa de desemprego no Brasil”, a “crise econômica mundial” e os tímidos resultados do “Plano Setorial de Qualificação”, destinado a trabalhadores desempregados que contavam com o auxílio da assistência social.

Esse “nível elevado”, uma espécie de sobreposição dos “fragmentos” (onde se situariam Marechal Cândido Rondon e/ou “nossa região”), serve para apontar o “arrojo” e o “empreendedorismo” dos empresários da cidade, que vinham livrando seus moradores do “desemprego” e da “crise”. Ao mesmo tempo em que serve para indicar a acomodação e indisposição de trabalhadores para o trabalho, não apenas na cidade, mas em todo território nacional.

Esse quadro emoldurava uma visão que dispunha, numa mesma imagem, trabalhadores desempregados – providos com “salários desemprego, bolsas famílias, vale gás, vale leite... etc” –, e uma significativa oferta de empregos, que não vinha sendo suprida por essa força de trabalho ociosa. Assim, supunha-se uma “contradição”, pois, “na teoria”, presumia-se que quem quer trabalho não hesitaria em participar de cursos de qualificação, nem se recusariam a aceitar empregos, mesmo que temporários. A “contradição” parece traduzir-se na seguinte questão: “O que fará o industrial que explora a produção de bolas?”, “O que será das agrícolas e cooperativas?”.

A retórica patronal, com o sarcasmo presunçoso que lhe é característico, não deixou de delimitar algumas alternativas a essa questão, para a qual o jornal construiu e apresentou o que seria um problema bastante urgente. Claro, também encaminhou possíveis soluções e delineou caminhos, tal como se exige de um órgão de imprensa comprometido com os destinos de sua comunidade.

Como uma espécie de comitê gestor dos interesses patronais, indicou a urgência em fazer “um levantamento das necessidades profissionais” (dos empregadores é claro) e, por conseguinte, “promover a formação de nossos trabalhadores”. Não se esquecendo da famigerada “conscientização, para que compreendam que mais vale aprender a pescar do que

¹⁵⁴ QUEM quer emprego? **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 27 de fevereiro de 2009, p. 2.

receber o peixe nas mãos”. É pena que essa homilia não oriente a conduta destes profetas, destinando-se fundamentalmente a quem os serve, mas dificilmente a eles, que são servidos.

De todo modo, o momento seria de ação, de produção de respostas a esse cenário. Afinal, não haveria motivos para comemoração, não antes que “os postos de trabalhos gerados” fossem “ocupados com pessoas satisfeitas”. A satisfação supunha a associação entre trabalho e melhoria de vida dos trabalhadores, no mesmo instante em que era diagnosticado o desinteresse de trabalhadores pelos trabalhos ofertados. Assim, parece pertinente evidenciar que condições de vida possuíam os trabalhadores empregados nos empreendimentos que estavam disponibilizando vagas em seus processos de produção.

Rosilene e seus quatro filhos foram apresentados em uma reportagem do mesmo jornal, no mesmo ano da produção do editorial acima citado. No momento da reportagem, o periódico completava 18 anos de circulação, ocasião em que resolveu, “ao invés de comemorar com uma grande festa... ajudar quem realmente precisa”.¹⁵⁵ No caso, a precisada morava na cidade de Quatro Pontes, tinha 29 anos e cuidava sozinha dos quatro filhos menores. E o fundamental, diante da questão aqui discutida, “trabalhava em um frigorífico de aves em Marechal Cândido Rondon”.

O dia 04 de outubro de 2009 vai ficar marcado na história de Rosilene e de sua família. O que era para ser um domingo comum, tornou-se um domingo pra lá de especial, talvez um dos mais marcantes de sua vida.

[...] Vida difícil. Mora de favor com a mãe do namorado da filha, mas tem a esperança de, daqui a algum tempo, ter um cantinho só seu. Tem necessidades, sim, como qualquer outra família, de qualquer outro município.

[...] Rosilene não entendeu nada. Não era para menos, era uma surpresa. Ela não sabia que naquele dia o Jornal O Presente completava 18 anos e que o presente quem ganharia era ela.

A tão sonhada cama, o colchão, mesa com cadeiras, guarda-roupa, pia e botijão de gás, que a quatropontense há tanto tempo queria, estavam ali, diante de seus olhos. Aos poucos, sendo descarregados para dentro da casa onde mora. Se fosse para ela comprar tais móveis, dificilmente conseguiria, mesmo um a um, nas atuais circunstâncias em que vive. Por isso, a partir de domingo, Rosilene nunca mais esquecerá do O Presente, jornal que até então nunca tinha ouvido falar, mas que agora, indiretamente, fará parte do seu dia-a-dia.¹⁵⁶

A jornalista, que registrara a ação coordenada pela empresa de comunicação, pareceu não identificar nada do que poderíamos apontar como condição de “satisfação” na vida de

¹⁵⁵ FEIDEN, Ana Paula W. Um domingo diferente e muito especial em Quatro Pontes. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 06 de outubro de 2009.

¹⁵⁶ Ibidem.

Rosilene, apesar dessa trabalhadora empregar-se em um dos mais comemorados empreendimentos do arrojo empresarial erigido na cidade Marechal Cândido Rondon. Pelo contrário, a visibilidade que lhe foi atribuída se refere justamente à atuação que buscava auxiliar uma pessoa necessitada. Pois, fora escolhida pelo jornal justamente por ser caracterizada como alguém possuidora de uma “vida difícil”.

Aqui, as doações nomeiam as carências de uma trabalhadora, a qual não possuía cama, colchão, mesa com cadeiras, guarda-roupas, pia, botijão de gás e, ainda, morava de favor. Essa condição, não era a de um trabalhador desempregado, assistido por programas sociais, remetia-se a um trabalhador industrial, que sonhava em ter utensílios domésticos básicos, que tinha esperança de sustentar sua própria moradia. Foi atrás dessas expectativas que o jornal chegou até Rosilene.¹⁵⁷

O evento de atendimento dessas carências fazia do acontecimento uma ocasião festiva. Ao mesmo tempo em que atuava no silenciamento das relações de onde emergiam as dificuldades da vida daquela família. Uma vez que suas necessidades seriam comuns a “qualquer outra família, de qualquer outro município”. Como se esses atributos não fossem peculiares às famílias de trabalhadores e à condição de classe que lhes é comum.

Os presentes ofertados pelo jornal pretendiam uma aproximação com Rosilene, assim como com aqueles que se identificassem com ela, trabalhadores que “até então nunca tinha ouvido falar” no O Presente. Apesar de ser comercializado em Quatro Pontes e em mais duas dezenas de cidades, contanto com uma tiragem diária de mais de cinco mil exemplares.

¹⁵⁷ Silva, propondo-se a “compreender as implicações do emprego industrial no Oeste do Paraná, especificamente nas indústrias frigoríficas de aves, refletindo sobre as possíveis transformações para a vida dos trabalhadores”, argumentou que, “se por um lado o emprego possibilitou acesso à carteira de trabalho assinada, por outro, apresenta degradação da vida dos trabalhadores, dentro e fora do trabalho. Assim é perceptível que a pobreza não se manifesta apenas nos trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho formal, mas no âmbito do emprego formal”. A proposição dessa questão, tanto quanto sua conclusão, parecem bastante pertinentes, afinal as evidências apontam para esse desfecho. Todavia, essa composição, antes de colocar-se como uma problemática social, supõe-se a confirmação ilustrativa do que seria a tese estruturalista da “insuficiência do sistema metabólico do capital para o conjunto dos trabalhadores”. Esse encaminhamento se justifica pelo entendimento de que essa “entidade fisiológica de domínio social” estaria diante de um cenário definido por uma “grande quantidade de força de trabalho sobrando, seja no município em que está localizado o frigorífico [Marechal Cândido Rondon], seja nos municípios da região [...] pois há grande reserva de mão de obra”. Espero que as questões que sugeri neste ponto sirvam para compor fileiras na evidência das dificuldades enfrentadas por trabalhadores que ingressaram e ingressam nesses postos de trabalho, mas antes indiquem a inconveniência de se sustentar uma argumentação tão distante da condicionalidade das relações classistas fixadas por trabalhadores, estes caracterizados por Silva como “força de trabalho sobrando” e “reserva de mão de obra”, o que, ao contrário do que procurei indicar, pode sugerir certa imobilidade e/ou apatia por parte dos trabalhadores. De outro modo, o “sistema metabólico do capital”, por mais que animado por trajetórias aparentemente subservientes de trabalhadores, nada teria a dizer sobre a experiência social desses sujeitos, assim como sobre o universo de suas movimentações. Sobre a discussão do autor, ver: SILVA, Gabriel R. **A pobreza e a dinâmica espacial do trabalho nos frigoríficos de aves no oeste paranaense**. Op. Cit. p. 7; p. 150.

Toda essa contundência lidava com experiências como a de Rosilene, a qual materializava o entendimento de que trabalhar em empreendimentos como o frigorífico não excluía a necessidade de auxílios caritativos, fosse por meio de programas governamentais, ou por ações condescendentes de empresários, como os proprietários do jornal O presente – que, ao invés de realizar um grande churrasco para seus funcionários, resolveu, naquele ano, atender algumas das muitas listas de carências arquivadas nos centros de assistência social.

Diante dessas circunstâncias, as evidências sugerem que a aproximação não se equivale à composição de interesses comuns, sequer entendimentos compartilhados. A busca pela aproximação pode revelar a própria expressão do distanciamento e da desigualdade. E quanto a isso não há frases similares ou imagens fotográficas que deem jeito. Para além das pretensões dirigentes, o alinhamento entre desiguais continua parecendo presunção.¹⁵⁸

Mas, e quando trabalhadores passam a ser destacados e comemorados nas memórias de consagração dos processos sociais de exploração? Seus supostos consentimentos se confrontariam com quais condições? Esses sujeitos apontariam quais expectativas? E mais, será possível um trabalhador se desvencilhar de sua condição de classe? Será possível identificar e compartilhar, de fato, condições e interesses comuns a patrões? Se possível, em que circunstâncias e de que modo essa mudança de posição se constituiria? Passemos a avaliar essas questões a partir da trajetória de trabalhadores que vieram para Marechal Cândido Rondon “mudar de vida”.

¹⁵⁸ Olhando para essas aproximações e suas aparentes composições, Silva e Carvalhal, propondo uma discussão sobre pobreza, trabalho e dinâmica territorial em Marechal Cândido Rondon, apontam o Programa Bolsa Família, um dos benefícios geridos pelo Centro de Referência de Assistência Social, como programa assistencialista. A noção de assistencialismo sugere a fórmula estática e determinista recorrente, ou seja, “controle social dos que sofrem com a condição de pobreza”. O curioso é que apesar de terem conversado com os trabalhadores que se inseriram no programa, os pesquisadores saíram convictos de que essas pessoas consentiam os termos dessa relação, por vezes com certa gratidão: “Sujeitam-se [...] a viverem de doações do Governo, como se não fossem capazes de gerir sua própria existência, sendo partícipes do processo de controle social dirigido pelos programas sociais assistencialistas aos mais pobres”. Além de evidenciar a condição de pobreza desses trabalhadores, motivo pelo qual me parece que as entrevistas foram largamente utilizadas pelos geógrafos, a intervenção quase nada tem a dizer sobre o modo como os trabalhadores percebem e lidam com essa possibilidade de auferir certos ganhos. Nessa perspectiva, pouco dialética, apesar deste termo ocupar boa parte das páginas do texto, os trabalhadores recebem, ganham, são auxiliados... mas não conquistam nada, não buscam coisa alguma; são passivos e cordatos, apenas sofrem com o “controle social dirigido pelos programas sociais assistencialistas”. Dar-me-ia por satisfeito em saber que as questões desta tese tenham suscitado procedimentos de outra natureza, mais interessados na ambivalência dessas relações. Sobre a discussão dos autores, ver: SILVA, G. R. da ; CARVALHAL, M. D. Pobreza, Trabalho e Dinâmica Territorial em Marechal Cândido Rondon - PR. In: VI Seminário do Trabalho – Trabalho, Economia e Educação no século XXI, *Anais...* UNESP, Marília, 2008, p. 09.

CAPÍTULO 3

TRAJETÓRIAS DESIGUAIS EM PAUTAS RELACIONADAS

3.1 – Homenagens à desigualdade

Neste último trecho do trabalho, aponto para uma problemática bastante polêmica ao se discutir a movimentação social de trabalhadores. Falo, principalmente, do modo como se enlaçam as imagens colaborativas que vinculam trajetórias desiguais. Pois, tendo em vista a versão mais recorrente de associação dessas imagens, apresentam-se determinadas experiências como ilustração da satisfação com o estabelecido, destacando o que seria a consonância de suas condutas – sugestionando que esta pauta se remeteria ao consentimento com a vida tal como ela se apresenta e/ou se apresentou.

Afinal, as imagens da autolegitimidade patronal, que se ocupam em indicar circunstâncias e personagens em relevo e distinção social, tanto quanto informar certas perspectivas, também são compostas (e por vezes propostas) por trajetórias de trabalhadores. Tais experiências são acolhidas em enredos de aproximações (os quais versam sobre supostas homenagens e reconhecimentos), por certo que devidamente articulados em um invólucro protetor que trata da pretensa legitimação da desigualdade estabelecida.

Essa aspiração, no entanto, revela-se algo questionável, uma vez que manifesta o entendimento de que é possível que nem todos partilhem dos sentidos positivados de uma sociedade progressivamente aperfeiçoada, o que justificaria a importância de ações afirmativas para se apresentar a genealogia do suposto desenvolvimento social. O qual, de outro modo, poderia não ser visualizado por muitos.

Assim, o silenciamento das experiências de trabalhadores não é a única estratégia de enquadramentos de classes. As memórias do “desenvolvimento social”, tanto quanto um arranjo composto por diferentes rudimentos e variadas tonalidades, também exibem cenários visivelmente pluralistas, em um dos quais o Sr. Oswaldo buscou localizar-se, apontando sua importância social.

O senhor de 78 anos, bateu à porta do jornal O Presente, na segunda metade da primeira década do século XXI, para comemorar o que seria os 57 anos de derrubada da primeira árvore da área onde se constituiria a cidade de Marechal Cândido Rondon. Ele procurou a imprensa para comunicar sua importância como derrubador de mato, afirmando sua relevância enquanto “desbravador”.

Poucos lembram o que Oswaldo não esquece [...] completaram 57 anos que foi derrubada a primeira árvore em Marechal Cândido Rondon, quando ainda era chamado General Rondon, distrito de Toledo. O pioneiro realizou visita à redação [...] para compartilhar a história do nascimento do município. Ele

afirma que veio acompanhado de outros dois funcionários da Colonizadora... Oswaldo é o único dos três que ainda vive. Ele conta que a primeira árvore derrubada estava plantada no local onde atualmente é a Delegacia de Polícia Civil. “Trabalhamos até o dia 18 de julho roçando cerca de 12 alqueires de mata, da área onde hoje é a delegacia, até onde é o Hospital Filadélfia, até onde é a prefeitura e até onde é o Hospital Rondon”, relata.

O pioneiro [...] tinha apenas 21 anos quando veio a Rondon trabalhar, sem máquinas, somente com foice, machado e serrote. “Durante uma semana nós três tivemos que dormir no chão, no meio do mato, até que foi construído um barracão pela... [Colonizadora]. Nesses dias, às vezes ficávamos assustados com o rugir de tigres que se aproximavam, mas eles eram espantados com o fogo das fogueiras. Quando estávamos aqui, comíamos palmito e carne de caça, porque havia bastante animais naquela época” [...]

Primeiras famílias

Oswaldo lembra das primeiras famílias que chegaram ao novo lugar para morar. “A família Weirich veio no mês de abril de 1950, e em 1951 chegaram várias outras famílias”, comenta.¹⁵⁹

O lugar de “pioneiro” é atribuído a um sujeito sem posses, leia-se sem “colônia”. Desse modo, o Sr. Oswaldo é reconhecido como um “pioneiro desbravador”, o que o diferenciava do “pioneiro colonizador”, possuidor de terras.¹⁶⁰

Caracterizações patronais à parte, a reportagem sugere certa importância ao Sr. Oswaldo, que se deslocou à redação do jornal para “compartilhar” o que classificaram como “a história do nascimento do município”. No entanto, apesar da ênfase atribuída à ação de “compartilhar”, os jornalistas pareciam cientes de que, na verdade, “poucos lembram o que Oswaldo não esquece”.

O trabalhador procurava indicar que fora ele e outros trabalhadores quem derrubaram as árvores, que dormiram no chão e no mato, que se confrontaram com animais selvagens, que buscaram comida dentro das matas.¹⁶¹ Com 21 anos de idade veio à Vila de General

¹⁵⁹ PIONEIRO lembra 57 anos da derrubada da primeira árvore. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 08 de março de 2007, p. 9.

¹⁶⁰ Essas tipificações se tornaram cada vez mais indefinidas nos trabalhos historicistas que buscaram aproximar os desiguais. As identificações propostas procuraram, em muitos casos, distinguir na generalização. Como representativo dessa perspectiva, destaca-se o trabalho conjunto realizado por Balko, Iurkiv e Portz, que, ao construírem uma genealogia sobre Entre Rios do Oeste – um dos ex-distritos de Marechal Cândido Rondon, que se emancipara em 1993 –, trouxe a apresentação do então Prefeito, que esclareceu suas pretensões como mecenas a partir da seguinte preocupação: “trazer à tona a vida e a luta de pessoas que fizeram e ainda fazem História [...] Mais do que um livro este trabalho também é uma homenagem a todos os pioneiros que acreditaram num futuro promissor, com muito trabalho, dificuldades e esperanças desbravaram e deram forma ao município que hoje vivemos [...] Através das páginas poderemos viajar por entre as experiências vividas que serviram de régua e compasso, para traçar o caminho do tempo dos primeiros desbravadores até os dias de hoje. As histórias de vida surpreendem revelando seu fluir contínuo. Mostrando que o novo é a cada momento, caminhando para ser sempre melhor”. Entre o conjunto dos desbravadores apresentados é possível encontrar grandes proprietários rurais ao lado de rendeiros, grandes comerciantes e industriais irmanados com trabalhadores diaristas. Sobre essa formulação, ver: BALKO, Hugo E. et al. **Entre Rios do Oeste: fazendo história**. Op. Cit.

¹⁶¹ Quando me deparo com “lembranças” como essas, não consigo me esquecer das memórias de um grande proprietário rural da cidade, o qual declarou que uma de suas várias propriedades “era uma área com muita pastagem em meio à própria mata e que tinha muitos brejos. Esse aspecto, de capim com água, favorecia a

Rondon operar foices, machados e serrotes da Companhia Colonizadora. “Nesses dias”, demarcaram o impulso inicial para a “derrubada da primeira árvore” e a “chegada das primeiras famílias”, destacando, a partir de aspectos que valorizavam sua própria trajetória, a atuação da Colonizadora como limiar de um novo tempo.¹⁶²

O “novo lugar”, rememorado mais de meio século depois, emerge expresso em uma espécie de cartografia da transformação, fixado num território delimitado por seu próprio trabalho. Assim, a circunscrição é balizada a partir da paisagem dos dias atuais, esses ligados há um tempo onde, sem máquinas, foram os seus braços que proporcionaram o “nascimento do município”. Contudo, é preciso notar que a confiança demonstrada pelo Sr. Oswaldo, a qual lhe autorizou procurar a redação do jornal, foi nutrida em décadas de anunciação de sua importância social.

Sobre a recorrência dessas anunciações, destaca-se a cobertura feita pela Rádio Difusora quando houve uma homenagem aos pioneiros, prestada por dirigentes do Lions Clube. No final da década de 1970, o Sr. Oswaldo aparecia entre proprietários rurais, comerciantes, industriais, médicos, advogados e autoridades municipais. Celebravam a suposta superação de “um tempo em que tudo era mais difícil”, onde, por fim, “todos os problemas foram superados”.

proliferação de répteis, especialmente cobras”. Sendo que quando decidiu fazer a derrubada da mata, “como havia muitas cobras, ele ofereceu aos trabalhadores, além do salário, uma gratificação por cobra capturada ou morta. Ele conta que todo dia eram capturadas, em média, duas ou três cobras. No período [aproximadamente de seis meses] foram capturadas ou mortas 287 cobras, na sua grande maioria cascavéis, urutus e jararacas, todas peçonhentas”. Claro que o “pioneiro colonizador” rememora pesaroso esse episódio, apesar de declarar-se aliviado, pois, segundo suas considerações, “nenhum acidente aconteceu com os trabalhadores”. Sobre esses e outros causos da soberba patronal, ver: ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Alberto Lamb**: Uma história que merece ser contada. Op. Cit. p. 119-120.

¹⁶² Schneider, apesar de associar de forma mecânica as noções de “produção discursiva” e “produção de consensos”, aponta, em sua investigação sobre a “estrutura narrativa” elaborada “por” e “sobre” a Empresa Colonizadora, certas considerações sobre o modo como parte significativa da produção historiográfica, para além da “variedade de seus emissores”, “esforçou-se apenas em destacar as particularidades do programa implementado pela colonizadora, uma vez que estas conferiam identificações específicas ao ‘Oeste do Paraná’”. Em outras palavras, grande parte das publicações reforçam as imagens produzidas pela própria empresa colonizadora, aceitando-a de forma acrítica e, assim, contribuindo para a preservação de determinadas caracterizações sobre a constituição sócio-política deste espaço (...) observa-se uma certa fidelidade ao que a empresa escreveu sobre si mesma e sobre a região, a partir da aceitação de um vasto complexo narrativo que faz dela o centro irradiador da história do Oeste paranaense”. Por certo que Schneider não estava preocupado com as experiências de pessoas como o Sr. Oswaldo, as quais foram generalizadas em seu trabalho a partir do termo migrante, estes, por sua vez, insinuados como possivelmente apáticos, desorganizados e sem qualificação; desqualificações sugeridas como hipótese, “ainda que prematura”, para explicar porque esses sujeitos não questionaram os “discursos” emitidos pela Colonizadora. Nas palavras do próprio autor, o “ponto fulcral” de sua investigação era tornar questionável o procedimento historiográfico que atribuía um lugar de destaque aos dirigentes da Companhia Colonizadora, apresentando a “História Regional do Oeste do Paraná” como marcada por “certa imaturidade no que tange a experiência na produção e debate intelectuais”. Sobre o conjunto de suas considerações, ver: SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra**: Produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Curitiba: Aos quatro ventos, 2002, p. 14.

Durante a reunião festiva de ontem, o Lions Clube prestou, significativamente, uma homenagem aos pioneiros que vieram construir Mal. C. Rondon [...] a qual contou com a totalidade dos membros do clube, terminando com um jantar nas dependências do Concórdia. O clube, dirigido pelo Dr. Dietrich, contou ontem com convidados como o Chefe de gabinete da prefeitura Municipal, que no ato representou o prefeito. Estavam presentes representantes do Rotary Clube [...] e da Cajumar [...] O destaque da festiva de ontem do Lions era sem dúvida a presença dos pioneiros rondonenses nas pessoas do Sr. Benno e sua esposa dona Alice, Oswaldo e sua esposa Adelina, Lauro e sua esposa dona Nair e ainda o Sr. Erich. O mestre de cerimônias, indicado pelo presidente para a reunião, foi nosso colega Elio Winter. Coube ao Sr. Valmor a saudação aos convidados e visitantes. Após o jantar, o presidente do Lions iniciou a apresentação dos pioneiros, referindo-se a cada um separadamente [...] Depois, Hippy, que se incumbia na reunião de ontem como diretor animador, deixou os pioneiros à vontade, e fez com que todos tivessem a oportunidade de falar a respeito do início da colonização rondonense. Sempre disposta, a primeira a falar, entoando um palavreado simples e animador, dona Alice que chegou à Mal. C. Rondon no sétimo mês da sua gestação contou em tópicos daquilo que aqui existia. Carrapatos e mosquitos foram os primeiros problemas enfrentados. Lembrou dona Alice que aqui, tudo era mato, céu e os bichos, mas havia a necessidade de acreditar em Deus e assim, todos os problemas foram superados, pela vontade e pela coragem, sobretudo pelas palavras de conforto de um para com o outro, nos piores momentos. Grávida, dona Alice não sabia que estava gerando gêmeos, que nasceram numa choupana na localidade de Porto Britânia, com o auxílio de uma parteira de 75 anos, que somente falava o guarani. Do casal de gêmeos, somente Cláucia vive; o garoto morreu em consequência de uma difteria. Lauro e Benno contaram muito a respeito das caçadas, pois na maioria dos casos a alimentação era feita com base nos produtos da rica fauna existente na época, especialmente antas e porcos do mato. Sal e banha eram produtos difíceis de se encontrar, mormente quando de uma temporada de chuva, o que impedia a locomoção à distância [...] Até a mandioca, prato tão comum, era difícil de ser conseguida. Oswaldo, ao falar, destacou a viagem feita à pé até Toledo, abrindo picadas pelo meio do mato em dezembro de 1.949, a qual levou 20 dias. A festa do casamento do Sr. Oswaldo também foi muito comemorada [...] Dentre os vários fatos lembrados durante a reunião do Lions, o fato pitoresco ressaltado quando uma vara de porcos do mato acabaram comendo todo o sabão e toda a roupa que estava para ser lavada à beira de uma vertente [...] Ao final, os pioneiros apresentaram aos presentes alguns dos utensílios, armas e ferramentas que foram usados na época e que ainda hoje são guardados com carinho, como recordação daqueles tempos em que tudo era mais difícil. O presidente do Lions concluiu as declarações agradecendo pelo que os convidados proporcionaram aos integrantes do clube momentos interessantes. Os pioneiros são hoje membros honorários do Lions Clube, havendo o presidente do clube feito a entrega de um distintivo do Lions ao Sr. Oswaldo, através da pessoa do Dr. Friedrich, o associado mais antigo da entidade de serviço.¹⁶³

O derrubador de mato teve sua presença registrada pela distinção que lhe fora atribuída pelos poderosos da cidade – sendo que o “homenageado” foi recepcionado em

¹⁶³ LIONS Clube homenageou ontem os pioneiros. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 02 de agosto de 1978. Registro que os trechos sublinhados foram destacados por mim – o autor.

reunião festiva, agraciado com jantar e contemplado com honrarias. Ele foi apresentado como convidado, apontado como destaque e anunciado com saudações.

Assim, atribuíram-lhe a posição de narrador, devendo sentir-se “à vontade” para que se remetesse ao enredo previamente delimitado, uma vez que esperavam que ele se referisse ao “início da colonização rondonense” – O “tempo em que tudo era mais difícil”. Essa definição pareceu presumir o nivelamento entre os pioneiros, afinal aquela seria uma “época de dificuldades”, comum a todos os “primeiros rondonenses”.¹⁶⁴

“Nesses dias”, alimentavam-se com caças, conviviam com as matas, debatiam-se com carrapatos e mosquitos; lidavam com as dificuldades impostas pela falta de estradas, sofriam com as mortes prematuras em decorrência da difteria e se remediavam com a velha parteira paraguaia. Desse modo, o “tempo da construção” é contraposto ao “tempo da comemoração”, momento onde a obra aparecia realizada – com “todos os problemas superados”. Portanto, ocasião adequada para homenagear os “pioneiros que vieram construir Mal. C. Rondon”, nomeando-os “membros honorários do Lions Clube”.

Com essa pauta definida, o Sr. Oswaldo encontrou ambiente propício para declarar as agruras de sua vida. Desse modo, retomou, em sua trajetória, os muitos dias embrenhados no interior das matas, ora limpando terreno para a construção de casas, ora desmatando para o cultivo de lavouras, ora abrindo estradas. Esse rosário de dificuldades, fazia do trabalhador um narrador privilegiado, satisfazendo o clube de patrões, que, por sua vez, declararam-se agradecidos com “momentos tão interessantes”.

Esses sujeitos pareciam se divertir com fatos que sugeriam como pitorescos, tal qual o caso dos porcos do mato, que teriam comido sabão e roupas na beira das vertentes d’água; ou mesmo os percalços enfrentados na realização do casamento do Sr. Oswaldo; ou ainda os bailes com poucas damas e muitos cavalheiros. Isso sem falar dos extemporâneos instrumentos que lhes foram indicados para o deleite de suas curiosidades.

Contudo, as homenagens e as gratidões não garantiram uma velhice confortável ao Sr. Oswaldo, que parecia não compartilhar do ambiente em que se supunha não existir mais problemas. Ao contrário, o trabalhador, assim como fora procurar o jornal O Presente para

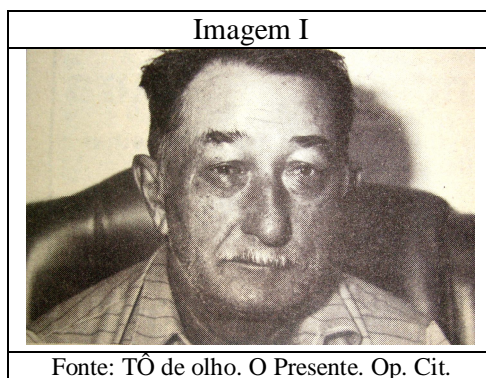
¹⁶⁴ Sobre essa versão do nivelamento social, Oberg e Jabine afirmaram, ainda na década de 1950, que “não existem classes ou grupos de pessoas desamparadas, existem trabalhadores que vieram em busca de serviço. Às vezes, não é fácil encontrar trabalho ou um local para viver. Em alguns casos, a Companhia tem fornecido moradia gratuita e, em outros, tem permitido o cultivo de terras sem pagamento de aluguel. Dessa forma, mantém-se uma provisão de trabalhadores sem dificuldades demasiadas para eles e suas famílias”. Sobre a suposta benevolência assistencialista da Colonizadora, registrada a pedido da própria empresa de terras, ver: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Op. Cit. p. 41.

compor o cenário do “desenvolvimento social”, também procurou o periódico para falar de seu descontentamento com os resultados de uma vida inteira de trabalho.

O descontentamento, por sua vez, foi pronunciado duas décadas depois da homenagem promovida pelo Lions Clube e uma década antes da celebração dos 57 anos de “derrubada da primeira árvore”.

O pioneiro Oswaldo, que chegou em Marechal Cândido Rondon em novembro de 1949, continua lutando pela sua aposentadoria. Com 68 anos de idade, trabalhando a 47, Oswaldo até hoje não conseguiu se aposentar. Ele diz que “é uma vergonha que as pessoas estejam faltando com a palavra comigo. Já passei fome trabalhando pelo desenvolvimento do município e hoje, não ganho nenhum apoio para, no mínimo, me aposentar”.¹⁶⁵

Este sujeito é “membro honorário do Lions Clube”, frequenta jantares, profere discursos e foi incorporado como personagem histórico da cidade de Marechal Cândido Rondon. Portanto, não lhe falta voz! Não lhe falta reconhecimento histórico – pelo menos não o reconhecimento comemorativo. Contudo, essa imagem não parece festiva, assim como revela o próprio semblante proposto pelo Sr. Oswaldo ao posar para a câmera fotográfica do repórter.



O Sr. Oswaldo, em meio século de trabalho, apresentou, tanto quanto problematizou, o propalado “desenvolvimento do município”. Sua experiência ora legitimou e ora contradisse o “progresso social”. Ações empreendidas por um mesmo sujeito, firmadas em momentos e circunstâncias distintas.¹⁶⁶

¹⁶⁵ TÔ de olho. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 09 de maio de 1997, p. 7.

¹⁶⁶ Freitas, lidando com a incorporação de trabalhadores análogos ao senhor Oswaldo em um determinado enquadramento narrativo sobre a história da cidade de Uberlândia-MG – muitas vezes formulado com a promoção da Prefeitura Municipal –, apresentou esses registros em suportes documentais os mais variados (cartilhas, álbuns de figurinhas e pôsteres fotográficos). Sobre essas operações historicistas, a autora argumentou que, “As relações desiguais que propõem determinar a visibilidade e explicação do que é vivido na cidade, não

Essa ambiguidade parece desconcertante, principalmente quando se espera uma trajetória unívoca de contestações por parte de trabalhadores que enfrentaram condições tão adversas. Mas, para o Sr. Oswaldo, a aparente contradição não se manifestava, afinal, coerente com sua trajetória, acusou seus agraciadores de não cumprirem com seus compromissos, sugerindo-os como pessoas pouco honradas.

A quebra de compromissos permitiu ao trabalhador questionar a conduta e a moral dos que não o apoiavam em momentos tão cruciais de sua vida. Nesse instante, o “tempo dos primórdios” reapareceu associado com o “hoje”, sendo que a permanência das dificuldades enfrentadas se constituiu no termo de conexão entre esses distintos momentos.

Assim, o tempo da desigualdade se evidencia na própria materialidade histórica da movimentação social de trabalhadores, indicando que um mesmo sujeito protagoniza episódios que parecem se contrapor, que parecem empreendidos por tipos diferentes de trabalhadores. Tudo isso, torna difícil sua classificação, que parece não se enquadrar nem no bloco dos ideologicamente afetados nem no conjunto dos combativos da classe.

Quando se comemorava o cinquentenário da instituição territorial e administrativa de Marechal Cândido Rondon, a genealogia patronal, em seu historicismo do desenvolvimento social, ignorava os dissensos indicados por trabalhadores como o Sr. Oswaldo, reafirmando o consenso celebrativo, manifesto na consagração generalizante do “destaque aos pioneiros”.

Os discursos dos principais oradores durante o lançamento da festa de 50 anos de Marechal Cândido Rondon deram forte destaque aos pioneiros, aqueles que adentraram a mata virgem, abriram picadas, construíram suas casas sem nenhum recurso e colocaram ali suas famílias, sua esperança e suas próprias vidas [...]

Não é possível imaginar hoje, ainda mais para quem não conheceu esta região sob um denso manto verde que cobria a imensidão dessas terras, o que era abrir uma estrada mato adentro e levar ali, de carroça ou nas costas, sua mudança [...]

Era preciso ser otimista, e nem o maior otimismo possível era capaz de projetar para esta região o desenvolvimento que aqui aconteceu.

Algo fora do normal [...]

A amostra do cinquentenário foi uma festa e a festa dos cinquenta anos será um show, certamente. Muitos viverão momentos lindos do passado,

se simplificam no mérito do que é, ou não, lembrado e incluído na escrita da história da cidade, essa não é mais a questão, e que reconheço que já compôs debates e limitações desse embate no que se chamou ‘inclusão dos vencidos’, dos ‘sem voz’. Entendo que, no momento, o que merece cuidado e atenção são os modos como essas práticas, que se denominam de democratização/inclusão, perpassam tensões por controle e contenção do que é vivido em desigualdade, sugerindo um respeito à diferença e uma noção de busca de qualidade de vida que traduz muito mais um readequar o viver a/na cidade”. Sobre a força instigante de suas observações, ver: FREITAS, Sheille S. de. **Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009, p. 24-25.

lembrarão dos que já foram, das adversidades enfrentadas e do sucesso que construíram.

Cabe a nós acreditar, não só homenagear os pioneiros, mas, sobretudo, dar continuidade aos sonhos que vieram de longe e se realizaram por aqui.¹⁶⁷

A terra das oportunidades emerge de um enredo exaustivamente reafirmado, o qual concatena progressivamente as “adversidades enfrentadas” aos “sucessos que construíram”.¹⁶⁸ Mas, e os fragmentos que falam sobre a fome dos que “trabalhando pelo desenvolvimento do município” não conseguem nem mesmo se aposentar? Que otimismo demonstrariam para com a prospecção sugerida, a de “dar continuidade” às relações que não proporcionaram (depois de mais de meio século) a realização dos sonhos que muitos trouxeram de longe?

Parece claro que “o desenvolvimento que aqui aconteceu”, aclamado como “Algo fora do normal”, não supõe compromissos mais efetivos com trabalhadores como o Sr. Oswaldo, que reivindica mais do que pertencer à lista dos pioneiros homenageados. As expectativas do trabalhador extrapolam o universo das comemorações festivas, da anunciação de eventos pitorescos, adversidades enfrentadas e “momentos lindos do passado”, por mais que essas ocasiões lhe pareçam deleitosas. A promessa de que realizaria seus sonhos na terra que ajudou a desmatar foi contraposta pela afirmação de que, depois de tudo, “é uma vergonha que as pessoas estejam faltando com a palavra comigo”.

Ao considerar essa dinâmica, torna-se evidente reconhecer que as expectativas frustradas não se constituíram em uma particularidade da vida do Sr. Oswaldo. Disso sabia o Sr. Germano, que no final do ano de 2004, encontrava-se com 80 anos. Naquele momento, o proprietário de uma pequena área rural, possuidor de um hectare de terra – no qual, juntamente com sua família, cultivava hortaliças –, sofria a pressão da desapropriação. O que era justificado pela desconformidade com as normas ambientais, que exigiam uma área de mata ciliar maior do que a que ele havia conservado às margens da nascente do riacho que brotava em sua propriedade.

No entanto, a situação por que passava o Sr. Germano fazia emergir um contrassenso, qual seja, pretendia-se desapropriar, por desrespeito ambiental, uma propriedade consagrada como “ecologicamente correta”.¹⁶⁹ Afinal, o Sr. Germano era recorrentemente caracterizado

¹⁶⁷ TRIBUTO aos pioneiros. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de junho de 2010, p. 2.

¹⁶⁸ Sobre essa narrativa triunfante, merece destaque os escritos do Pastor Pawelke, ver: PAWELKE, Pastor J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**: Uma pequena história do Oeste do Paraná especialmente do Município de Marechal Cândido Rondon. Op. Cit.

¹⁶⁹ UMA vida em prol da preservação do meio ambiente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de novembro de 2004, p. 17.

por “seu amor e pregação à agricultura orgânica”, por seu “combate permanente e histórico ao uso dos agrotóxicos”.¹⁷⁰

Em mais de quatro décadas, o modo como cultivava frutas, legumes e verduras fora alvo de premiações municipais, estaduais e nacionais. Foi apontado como “produtor rural destaque”, “agricultor familiar destaque” e “produtor modelo nacional”, do qual se orgulhava ter recebido a premiação das mãos do “então presidente da República, João Batista Figueiredo”.

Assim, o “inimigo dos agrotóxicos” contou com a coerente defesa do jornal *O Presente*, periódico que tantas vezes o destacou a partir das qualificações anteriormente mencionadas.

Na década de 60, quando todos os demais agricultores só queriam ampliar suas terras e utilizar técnicas modernas de plantio, destoca, mecanização e agrotóxicos, ele destocou e, sozinho, sem apoio e sem ajuda de ninguém, implantou sua propriedade utilizando apenas produtos orgânicos.

Germano conseguiu criar seus filhos, dando-lhes educação, e construir uma casa de alvenaria, onde pretendia passar o resto dos seus dias, quando não precisasse mais plantar hortaliças.

Indignado, Germano passou a manifestar um sentimento crítico contra as pessoas encarregadas pela implantação do projeto de recuperação das matas ciliares.

Jamais contestou aqueles que desejam preservar o meio ambiente, mas porque atingir logo ele, que ao longo de sua vida não só fez da agricultura orgânica seu culto, mas pregou a ideia para todos que durante mais de 40 anos visitassem sua propriedade.

Para quem conhece a sua propriedade e sabe que muitas vezes ela foi inundada pelas enxurradas e ele, quase que teimosamente, às vezes passava semanas para recuperar seus cinco mil m² de área cultivável, compreende o que se passa com o velho Germano.

Tanta gente despreocupada com a erosão e os agrotóxicos vão continuar habitando suas propriedades sem jamais terem sido molestados pelas autoridades ambientais, por que ele terá que deixar sua chácara, tão bem cuidada e tão bem preservada?¹⁷¹

O Sr. Germano veio morar em Marechal Cândido Rondon em 1960, deixando para trás a cidade natal de Getúlio Vargas-RS. Mas começou a dedicar-se à “agricultura orgânica” somente em 1962, depois de trabalhar em uma olaria, que acabou falindo. Com a ajuda da esposa e das filhas começou a produzir e vender as verduras que cultivavam em sua área de moradia, tendo nos parques hotéis da cidade um dos seus principais consumidores. Em 2004, momento destacado pelo jornal, comercializava seus produtos em supermercados e em uma

¹⁷⁰ EM defesa de Germano Hardke. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 17 de novembro de 2004, p. 2.

¹⁷¹ Ibidem.

feira da cidade, os quais continuavam sendo cultivados em sua pequena propriedade, invariavelmente explorada com trabalho familiar.¹⁷²

Quatro décadas de trabalho lhe permitiu manter a propriedade e construir uma casa de alvenaria que, apesar da falta de reboco, era uma conquista a ser preservada. Ademais, conseguiu criar os filhos, inclusive “dando-lhes educação”.

Essas realizações lhe pareciam razoáveis, tendo em vista as condições de classe que enfrentou no decorrer de sua trajetória. Portanto, empenhava-se em mantê-las frente à eminência da desapropriação e da possível desestruturação de seus modos de vida.

A proposição de sua imagem como uma espécie de símbolo da cidade, uma vez que foi destacado como “um dos rondonenses mais premiados em todo o Brasil”,¹⁷³ parecia autorizar-lhe “a manifestar um sentimento crítico contra as pessoas encarregadas pela implantação do projeto de recuperação das matas ciliares”. E quando assim se manifestou, procurou os que o agraciavam para veicular a afirmação de que, “os prêmios que recebi são o reconhecimento da sociedade pelo trabalho que venho desenvolvendo há quatro décadas no

¹⁷² Até agora vim insistindo na ideia de que os pequenos proprietários rurais não deveriam ter, ao menos não mecanicamente, suas condições associadas à de trabalhadores (pois que estes últimos não possuiriam seus próprios meios de subsistência, mesmo que limitados) – Mais à frente, ainda apontarei algumas outras desconfianças em relação ao que comumente se chama por produção familiar nessas pequenas propriedades. De todo modo, a essa altura do texto já está claro que as imagens desses proprietários foram, nesta tese, invariavelmente sugeridas como antagônicas e/ou diferenciadas às das imagens atribuídas aos trabalhadores ocupados em suas propriedades. Confesso que me empenhei em apresentar uma visão assim. Mas, e quanto ao senhor Germano?! Por que aparece agora identificado ao senhor Oswaldo? Em favor de minhas classificações, argumento que não estou, de forma existencialista, definindo a posse de uma pequena área rural como sinônimo de exploração; mas antes, como condição de possibilidades para usos que permitam tal exploração. Esse me pareceu o caso de Dona Lodovica, a qual acolhera Claudete em sua propriedade; que em troca de abrigo, comida, folga para ir à escola e uns trocados para tomar sorvete aos domingos, empregava-se na ordenha e nos cuidados com as vacas, assim como se dedicava às atividades destinadas à produção de suínos, tanto quanto ao cultivo de grãos (nem todos consumidos na propriedade, pois parte significativa dessa diminuta produção também era comercializada, voltando-se para as configurações de um mercado interessado em tais produtos). Mesmo ciente de que Lodovica se constituía em uma patroa diferenciada (seja porque trabalhava “lado a lado” com Claudete, seja porque a remuneração não se vislumbrava em um efetivo assalariamento, ou ainda porque cumpria compromissos morais nem sempre observados por outros empregadores), não há porque ignorar o fato da efetiva exploração, ainda que não levada ao paroxismo de sua potencialidade. Onde, voltando ao senhor Germano, cumpre reconhecer as efetivas dimensões e os devidos usos de sua propriedade. Pois, fora o momento em que já se encontrava bastante debilitado fisicamente, portanto impossibilitado de realizar uma ou outra atividade da lida exigida em sua horta (o que por si só tornava bastante questionável a existência de algum lucro, soando assim como a própria inviabilidade de seu negócio), não tenho conhecimento de que empregara e explorara a força de trabalho de outros em seu proveito. Ainda em minha defesa, gostaria de fazer referência às considerações apontadas por Oberg e Jabine, os quais, ao mencionarem as formas de parcelamento e comercialização das terras disponibilizadas pela Colonizadora – referentes à área do município de Toledo, incluindo aí o então distrito de Marechal Cândido Rondon –, apontaram que, “A terra que circunda a parte central ou urbana de cada povoado foi dividida em chácaras com a área média de 2,5 hectares. Lotes desse tamanho são comumente usados para sítios do tipo para subsistência, e às vezes, para fins exclusivamente residenciais. A parte suburbana do povoado é formada pelas chácaras que circundam a área central”. É essa a parcela de terra adquirida por Germano, ainda bem menor do que a própria área média indicada para essas propriedades, talvez compradas como modo de habitar os segmentos mais baratos do território ligado ao núcleo urbano, ou suburbano, como definiu a própria empresa colonizadora. Ver: OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Op. Cit. p. 12.

¹⁷³ UMA vida em prol da preservação do meio ambiente. Op. Cit.

município”.¹⁷⁴ Um trabalho registrado por diversos jornalistas, fossem a serviço da imprensa escrita, radiofônica ou televisiva; sem falar da visibilidade que lhe fora atribuída quando se deram visitas de campo realizadas por alemães, espanhóis, australianos, poloneses, japoneses, colombianos, entre outros.

Ao associar os prêmios recebidos à aprovação social de seu trabalho, cobrou o compromisso dos que até então se apresentavam como seus agraciadores, obtendo por parte do jornal O Presente uma defesa declarada. A defesa, por sua vez, foi formulada nos termos de uma aproximação bastante incisiva, como a de alguém que “conhece a sua propriedade” e “compreende o que se passa com o velho Germano”. Diante da condicionalidade dessa relação, o jornal compôs com o trabalhador a atuação pela defesa de seu patrimônio, ainda que pequeno.

Além disso, posicionar-se pela garantia da propriedade não chegava a ser nenhuma excepcionalidade diante dos compromissos assumidos pelo periódico, mesmo que esse não fosse um grande proprietário (frequentadores assíduos de suas páginas), mas sim o remanescente de um tempo onde não se praticava “técnicas modernas de plantio, destoca, mecanização e agrotóxicos”. Esse traço residual, estabelecido em grande medida pela própria falta de possibilidades de quem trabalha “sozinho, sem apoio e sem ajuda de ninguém”, reaparecia folclorizado, redefinido pela noção idealizada do que seria uma “propriedade ecologicamente correta”.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Apesar de meu tom pouco prestigioso, a quem veja nessas argumentações (por mim caracterizadas como folclóricas) algo bem mais relevante, atribuindo a tais considerações o que seria a força de um projeto político comprometido com melhorias nas condições de vida de sujeitos como o senhor Germano. Tais posições enxergam nesses pequenos proprietários a expressão do que definem em noções como “camponês” e “agroecologia”. Minhas implicações, todavia, não ignoram o fato de suas pautas formularem uma honrosa disposição para a denúncia de uma problemática que impacta (de forma condenável) não apenas a vida desses sujeitos, mas também o conjunto da sociedade brasileira. O que tendo a ver como questionável é tão somente a predisposição analítica em enxergar nesses pequenos proprietários rurais uma identificação automática, seja entre si ou mesmo para com o conjunto do que seriam os demais trabalhadores. O que me soa pouco tangível – por mais respeitável que possam ser suas intenções. Tendo em vista essa preocupação, Freitas e eu formulamos, por ocasião de um debate com professores empregados na rede estadual de educação, nossas próprias impressões sobre as distinções e desigualdades vividas nesse processo de depredação ambiental, o que foi feito privilegiando a última metade do século XX, a partir do reconhecimento da terrível extensão dessa problemática na porção Oeste do Paraná. Sobre as nossas e outras impressões, ver:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (Org.). **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 2 – Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

- _____. **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 3 – Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes. Porto Alegre: ABRASCO, 2012.

- FREITAS, Sheille S. de; SANTOS, Carlos Meneses de S. Campos de vida em terras pulverizadas: imagens de transformações na experiência social de trabalhadores e proprietários rurais – Oeste do Paraná na segunda metade do século XX. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 2, 2º sem. 2014. No prelo.

Menos mal para o Sr. Germano, que pôde se apegar aos desejos de consumidores dispostos a custear e defender uma “agricultura orgânica”, apelando para o que se convencionou chamar pelo nome de “consciência ecológica”. E com isso não pretendo banalizar as condutas do agricultor, que por certo pode, de fato, elaborar seus próprios sentimentos a respeito de seu trabalho e dos produtos que dele provem; pretendo apenas indicar uma mudança no modo de avaliar os sentidos dessa forma de produção.

Uma mudança percebida em sua própria trajetória, a qual fora celebrada três anos depois das ameaças de desapropriação, quando comemorava, juntamente com sua esposa, 45 anos de atividade agrícola. A menção a essa data era associada ao aniversário de 46 anos de Marechal Cândido Rondon. A comemoração articulava o fato de conseguirem permanecer e se sustentar na pequena propriedade com a satisfação de viverem no município, o que foi registrado nos seguintes termos.

A visão que ele tem de produção desde 1960, quando se instalou no município, começa agora a ser compreendida, reverenciada e seguida pela sociedade.

No início, Germano vendia sua produção com um carrinho de mão, percorrendo os principais estabelecimentos comerciais, até que adquiriu um veículo. Hoje ele ainda faz entregas e expõe os produtos na feira, de onde tira o sustento da família. “Valeu a pena ter vindo morar e poder viver todos esses anos da forma como acreditamos ser melhor aqui em Marechal Cândido Rondon”, garante.¹⁷⁶

Com 83 anos, dos quais 47 vividos em Marechal Cândido Rondon, sua fala compunha a comemoração da vida estabelecida na cidade, onde ocupava a posição de fiador do contentamento com as relações alicerçadas neste território. Um percurso em que sua imagem foi deslocada da figura do incompreendido à de personalidade reverenciada; de vendedor ambulante à personagem do “produtor consciente”. Qualificações distintas, mas destinadas a um modo de vida que sofreu alterações bastante limitadas, fixadas por uma condição de classe conhecida por muitos trabalhadores.

Se é duvidoso que tenha vivido da forma que acreditasse ser melhor – declaração que provavelmente buscava indicar a protagonização de seus valores e interesses, mais do que ignorar as pressões que sofreu e os limites que enfrentou –, é certo que, quando de sua morte, não pôde usufruir dos recursos que julgava ser necessário para se manter vivo. As

¹⁷⁶ HÁ 45 anos produtor dá exemplo de produção consciente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2007, p. 15.

circunstâncias em que morreu talvez indique que o trabalhador reverenciado não deixa de ser trabalhador, que sua condição de classe o acompanha, mesmo na hora da morte.

Nesta semana faleceu no Hospital Rondon o pioneiro da agricultura orgânica Germano Hardke. Ele havia sofrido um AVC grave, conforme informou o Hospital, onde deu entrada no dia 28 de setembro. Dia 1º de outubro, às 14 horas, após os exames, foi solicitada sua transferência para a Central de Leitos [operada pelo SUS] com indicação para neurocirurgia. Dia 07 de outubro, Germano faleceu, sem ter conseguido vaga em lugar nenhum do Paraná para receber os cuidados que deveria.¹⁷⁷

Assim, o ponto final não encerra um final feliz. Mas revela, em toda a sua crueza, o peso da desigualdade. A distinção historicista não afasta a condição de classe, a qual se evidenciou tanto nos momentos mais corriqueiros quanto nos excepcionais. Ser reconhecido como “pioneiro da agricultura orgânica” não lhe permitiu contar com um tratamento de saúde potencialmente satisfatório. Sorrateiramente o homenageado trabalhador se despediu da vida, junto dos que, agraciados ou não, encontraram-se e/ou se encontram no terreno comum onde se situam os leitos hospitalares da saúde pública.

O Sr. Germano, tanto quanto o Sr. Oswaldo, não conseguiram se deslocar da posição explorada e/ou opressiva vivida por trabalhadores, nem conseguiram se desvencilhar de muitos dos aspectos que delinearam o que lhes apareceu como seu lugar social. Mesmo sendo proprietário de uma pequena área de terra, o Sr. Germano se defrontou com limites bastante claros, os quais parecem permitir associá-lo a tantos outros trabalhadores, inclusive a “pioneiros desbravadores” como o Sr. Oswaldo, que talvez tivera o inconveniente de conviver mais de perto com as agruras da exploração. Essa associação, por sua vez, não exigiu vínculos institucionalizados, nem ligações formalizadas em grupos vanguardistas.

Contudo, mesmo essa associação, que não exigiu o preenchimento de nenhuma ficha de adesão, talvez tenha sido recusada por muitos, os quais buscaram na condição de patrão o caminho para se desvencilhar de sua condição de trabalhadores. Essa ambição parece cada vez mais aceita, por vezes ansiada, entre os que vivem de seu próprio trabalho, tornando evidente o entendimento de que estariam dispostos a viver do trabalho de outros. Assim, ao considerar esse aspecto da movimentação social de trabalhadores, é significativo evidenciar os sentidos e as condições da expectativa de ascensão de classe.

¹⁷⁷ INCONSISTÊNCIAS do SUS. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 09 de outubro de 2009, p. 2.

3.2 – Ascensão de classe no percurso da exploração

“Mudar de vida”, para determinados trabalhadores, também pode ser algo realizado a partir da disposição em estabelecer circunstâncias que permitam explorar e subjugar outros trabalhadores. Contudo, a materialização dessa possibilidade mantém, na condição de classe de onde partem seus protagonistas, suas próprias improbabilidades; o que faz dessa expectativa casos efetivamente ocasionais. Além do mais, essa é uma movimentação controversa, nem sempre percebida como honrosa, pelo menos não a certas parcelas de trabalhadores.¹⁷⁸

No entanto, essa possível alteração de posição social quase sempre aparece, nos contornos emoldurados pela legitimidade patronal, como recompensas advindas de esforços eivados de valores como “empreendedorismo” e “gratificação pessoal”. Assim, essas experiências de trabalhadores surgiriam como anunciação das potencialidades liberais, animando os enquadramentos da mobilidade social.

Essa moralidade capitalista foi destacada por uma revista produzida na cidade, quando elaborou uma reportagem temática que destacou os “Empreendedores Pioneiros”. Logo em uma de suas frases iniciais, registradas no editorial, declarou que “a perturbação da

¹⁷⁸ Scott, ao discutir o que propôs como “formas cotidianas da resistência camponesa”, evidenciando trabalhadores da Planície de Muda, na Malásia, fez questão de esclarecer seus posicionamentos a partir da seguinte ressalva, “Deve ficar claro que resistência não é simplesmente qualquer coisa que os camponeses fazem para manter a si próprios e as suas famílias. Muito do que eles fazem é compreendido como aquiescência, embora com aversão. Sobreviver como trabalhadores ou produtores de mercadorias em pequena escala pode impelir alguns a salvar sua própria pele às custas das de seus colegas. O trabalhador pobre e sem terra, que rouba arroz de outro homem pobre ou que o sobretaxa não está resistindo no sentido aqui definido. Uma das questões-chaves que devem ser colocadas sobre qualquer sistema de dominação é em que medida ele é eficaz em reduzir a ação dos indivíduos das classes subordinadas a estratégias puramente auto-referentes, destinadas a garantir sua sobrevivência. Certas combinações de atomização, terror, repressão de necessidades materiais podem, de fato, alcançar o mais elevado sonho de dominação: ter os dominados explorando-se uns aos outros”. O cientista social, mesmo disposto a debater com interpretações canonizadas no interior da tradição marxista – colocando em discussão posicionamentos fortemente estruturalistas –, supõe um “sistema de dominação” que precisaria ser confrontado no que seria seus propósitos dominantes, onde, a partir daí, os trabalhadores teriam suas ações alçadas à categorização das resistências, afastando-se do que denominou como “estratégias puramente auto-referentes”. O mais curioso nas observações finais de Scott é que ele mesmo passou as 29 páginas anteriores de seu texto chamando a atenção para a dificuldade em classificar o que seria “puramente resistente” e/ou “puramente auto-referente”. Antes de esclarecer melhor o seu posicionamento, o autor parecia chamar a atenção para o fato de que se um trabalhador subjulgado consegue se movimentar propositivamente, apesar das pressões e dos limites que enfrenta em suas relações, mantendo a si próprios e as suas famílias, isso poderia ser entendido como a própria definição das “formas cotidianas da resistência”. A coisa parece ter se complicado quando reconheceu a possibilidade de que esses sujeitos poderiam “salvar sua própria pele às custas das de seus colegas”. Nesse momento, ao invés de esclarecer o que lhe permitia identificar esses sujeitos como colegas, uma vez que as evidências sugeriam justamente o contrário, resolveu fazer de seus valores, por certo que bastante razoáveis, o ponto final das discórdias e das controvérsias construídas pelos próprios trabalhadores. Desse modo, o autor decidiu abandonar a materialidade da movimentação social de trabalhadores para retornar à noção idealizada de classe proposta pelos cânones da ortodoxia marxista, a qual supõe uma identidade previamente estabelecida ao conjunto dos trabalhadores. Sobre as discussões do autor, ver: SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. Op. Cit. p. 30.

humanidade se dá graças a sua característica de luta pela vida, mesmo que em determinadas situações esta se dê em detrimento ou em desvantagem ao outro e ao meio ambiente”.¹⁷⁹

É preciso reconhecer que muitas das trajetórias mencionadas na reportagem evidenciaram caminhos que conduziram seus protagonistas “de funcionários a patrões”, indicando como peculiaridades certos momentos de dificuldades que lhes foram comuns, ao mesmo tempo em que sugeriu a superação dessas dificuldades como decorrência de uma espécie de personalidade admirável desses sujeitos.

Porém, diante do conjunto das reportagens, nada se disse sobre o “outro”, ou melhor, aqueles que não levaram vantagem, os que, muito pelo contrário, sofreram o “detrimento”. Assim, as realizações dos sujeitos admiráveis foram apresentadas como “exemplos de pequenos, mas ousados, empreendimentos responsáveis pelo desenvolvimento econômico do município”.¹⁸⁰

Nessa perspectiva, evidenciou-se “do eletricitista ao motorista, da ferraria à marcenaria, da padaria à sorveteria, do hotel ao hospital, do boteco ao mercado”. Compuseram-se, página a página, genealogias de sucessos, mesmo que modestos.¹⁸¹

Por certo que, da parte dos “empreendedores pioneiros”, procurava-se, no início da segunda década do século XXI, atribuir visibilidade a seus negócios, assim como a si próprios, constituindo-se em potenciais patrocinadores da revista, a qual, por sua vez, estabelecia um espaço onde seriam (e foram) fortemente lisonjeados. A combinação de interesses e ações que permitia a composição dessa memória indicava os termos de uma relação que buscava ser preservada; sugerindo, inclusive, a aquiescência para com as configurações da desigualdade social.

Essa aspiração presumia a legitimidade do dominante, quiçá seu prestígio e admiração. Uma legitimação que era considerada a partir dos méritos da diferenciação social, a qual se revelou, em certos momentos, bastante ostensiva, assim como é observado em outro editorial, dessa vez elaborado pelo jornal O Presente, em agosto de 2002: “É preciso provar que se é diferente e que a diferença não se situa apenas no plano visual, mas também no plano

¹⁷⁹ SPECK, Lori S. Empreendimentos pioneiros de General Rondon. **Revista Região**. Marechal Cândido Rondon, Ed. nº 101, p. 3, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaregiao.com.br/wf2011>>. Acesso em: janeiro de 2012.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem. Ver, em especial, as seguintes biografias de sucesso empresarial: “História da energia elétrica”, p. 6-7; “O primeiro motorista do transporte coletivo”, p. 8-9; “O fiel funcionário da primeira ferraria”, p. 23-24.

espiritual, moral e porque não dizer, financeiro também. Não haverá empreendedor de sucesso sem resultados financeiros que ressaltem aos olhos”.¹⁸²

Desse modo, a visibilidade desejada exigia que as diferenciações emergissem da própria desigualdade, delimitando o terreno de “onde” e “como” se posicionava o “empreendedor”. Portanto, o sujeito egresso do universo compartilhado por trabalhadores deveria revelar, por meio de sua própria imagem, a mudança que lhe fez passar de trabalhador a patrão, alterando, assim, os aspectos que envolviam sua “luta pela vida”.

Essa alteração foi reconhecida ao Sr. Irio Welp, que, em julho de 2009 – quando ocorriam as comemorações dos 49 anos da cidade –, tinha os 27 anos de sua morte notados pelo jornal *O Presente*, o qual o apresentava como “um dos empresários mais arrojados de Marechal Cândido Rondon para sua época”.¹⁸³ A recorrência dessa imagem associou o seu nome à emergência de empreendimentos industriais, localizados ainda na década de 1960, momento em que chegava ao então distrito de General Rondon. Essa associação foi justificada como motivo para que seu nome fosse atribuído a uma das principais avenidas da cidade, além de nominar premiações de méritos empresariais.

Mas, para além da consagração da imagem patronal, sua esposa Ana (quando abordada por repórteres da revista, a mesma que destacou os “empreendimentos pioneiros de General Rondon”) disse em que circunstâncias conheceu o homem que se tornou o seu marido:

Os pais de Ana se mudaram para Crissiumal, RS, onde eram comerciantes, proprietários de uma loja de secos e molhados. “Vendiam de tudo, desde uma agulha até louças, tecidos e alimento”, comenta Ana.

Ana ajudava seus pais na loja e nessa época conheceu Irio Jacob Welp, com quem se casou em 1955. “Naquela época tinham poucos ônibus e na nossa região vinha uma vez por semana um ônibus de Lajeado, foi aí que conheci o Irio, porque ele era o motorista”, recorda Ana.

Casado, Irio deixou de ser motorista de ônibus para trabalhar na loja do sogro, e juntamente com Ana permaneceram lá durante 5 anos.

A propaganda das boas terras no Oeste do Paraná também chegou até Crissiumal e muitas caravanas se deslocavam para conhecê-las de perto. [o pai de Ana] era um dos que transportava compradores de terra [...] Entusiasmado, [o pai] também comprou colônias, chácaras e vários lotes e no ano de 1960, Ana e Irio resolveram se mudar para General Rondon.¹⁸⁴

Assim, o jovem Irio Welp deixou as funções de motorista de ônibus, tal qual a condição de trabalhador, para compartilhar das atribuições de comerciante, conforme as

¹⁸² EMPREENDEDORES x empreendedores. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, 10 de agosto de 2002, p. 2.

¹⁸³ Há exatos 27 anos, município perdia Irio Jacob Welp. *O Presente*. Marechal Cândido Rondon, julho de 2009, p. 22.

¹⁸⁴ RAINHA do Sertão: a primeira fábrica de café. *Revista Região*. Op. Cit. p. 19.

circunstâncias vividas pela família da esposa. Junto a essa mudança, experimentada nos primeiros cinco anos de sua união matrimonial, parece possível inferir que ainda pôde usufruir das oportunidades proporcionadas pelo sogro, que tudo indica contribuiu com as aquisições de terras na Vila de General Rondon.

A esposa Ana, em uma das tantas vezes que foi convidada a narrar as prodigiosas ações do marido, reconheceu que não era de sua vontade deixar as relações vividas em Crissiumal, argumentando ainda sobre como fora a vida de superação de Irio Welp,

“Ele achava que nosso futuro era nesta região. Eu não queria sair de Crissiumal e morar longe, deixando minha família e irmãos”.

Cerca de quatro anos após chegar à região, Welp comprou o Café Rainha, que estava falido e sequer maquinário possuía. “Meu marido acordava cedo empenhado em reverter este quadro, torrava o café de forma manual e no final do dia saía a vender o que tinha produzido. Foi investindo até que de repente precisou construir um local maior e comprar máquinas para a empresa. Acreditou tanto que deu certo”, relembra a esposa.

Além do café, o jovem empresário investiu também na produção e venda de balas e depois em representações para comercializar chocolates, bolachas e biscoitos. Tudo que achava que poderia ser bom negócio, ele conseguia representação para vender. Com este dinheiro, investia em seus negócios. “Com isso, foi possível comprar o Laticínios Reio do Oeste. Neste caso meu marido também precisou trabalhar muito, porque não havia nada (na empresa). Mais tarde foram abertas filiais em Toledo e Cascavel. Ele investiu ainda em fazenda de gado, vaca leiteira, suínos, lavoura [...]”, menciona Ana.

O pioneiro também foi o fundador da revendedora de automóveis Reveral, que ainda existe.¹⁸⁵

A expectativa de um futuro promissor no Oeste parece ter motivado muitos a se deslocarem em busca de uma vida melhor. Para alguns, como no caso de Irio Welp, tratava-se da ambição de consolidar sua posição patronal, deixando para trás as marcas da condição de trabalhador.

Sua imagem, quase sempre anunciada em terno preto e em semblante austero, talvez sugira os aspectos da visibilidade desejada, qual seja, a sugestão da astúcia administrativa e da determinação recompensadora, traduzidas pela disposição em envolver-se com “tudo que achava que poderia ser bom negócio”.

Aqui, o oportunismo é sugerido como um valor admirável, haja vista que as oportunidades em estabelecer-se como proprietário foram aproveitadas com muita obstinação. Sua conduta foi alçada a uma posição respeitável, destacando sua postura como diferenciada no “plano visual”, no “plano moral” e no “financeiro também”. Esse sucesso foi materializado

¹⁸⁵ Há exatos 27 anos, município perdia Irio Jacob Welp. **O Presente**. Op. Cit.

na capacidade em fazer uma indústria sem máquinas se constituir em um negócio promissor, capitalizando-se em um processo que, apesar do desejo de se firmar como patrão, vivia circunstâncias onde, em seus primeiros investimentos, era patrão apenas de si mesmo, uma vez que realizava pessoalmente grande parte das atividades de produção e comercialização.

Tendo em vista toda essa energia, a esposa Ana parece reconhecer nas ações do marido uma intensa disposição para o trabalho, o que lhe soava como continuidade de um tempo em que vivia com os esforços dos seus próprios braços, sendo que atribuiu às suas conquistas o estatuto de recompensas advindas de seus esforços pessoais, os quais lhe pareciam visíveis desde seu tempo como motorista.

Essa visão lhe permitiu considerar que acordar cedo para torrar o café manualmente, em um espaço que buscava ser industrial, vendendo ele mesmo os produtos de seu trabalho, era algo semelhante a acordar logo pela manhã para gerenciar aqueles que se tornaram os futuros investimentos, fosse nesse ou em outros ramos industriais, comerciais e/ou agropecuários. Portanto, essa seria uma trajetória contínua de trabalho.

O enquadramento dessa visão deixa fora dos limites fixados pelas molduras da moralidade patronal o que escapa à onipotência empreendedora, a qual aparece em expressões que se sintetizam nas seguintes locuções, “Foi investindo até que de repente precisou construir um local maior e comprar máquinas para a empresa. Acreditou tanto que deu certo”.

Mas, e quanto aos outros braços, os que operavam as máquinas? Aqueles que produziam as balas, que torravam e embalavam o café? Os que plantavam, carpiam e colhiam os grãos? O que dizer dos que tratavam os porcos, ordenhavam as vacas e manuseavam o leite? Teria o trabalho desses sujeitos algo a ver com a riqueza de homens de sucesso como o Sr. Irio Welp?!

Costa, apontando para as frustrações de trabalhadores de uma fábrica de lingerie, constituída na cidade na década de 1990, apresentou considerações que parecem significativas ao se evidenciar as relações que possibilitariam trabalhadores se constituírem empresários, uma vez que o proprietário dessa indústria, assim como o Sr. Irio Welp, também se estabeleceu como uma dessas figuras paradigmáticas. Nesse sentido, a autora indicou a fala de uma trabalhadora que ligou o notável crescimento da empresa com o que foi destacado como a flagrante exploração de seus trabalhadores.¹⁸⁶

¹⁸⁶ COSTA, Gilvana M. **Relações de trabalho na indústria de confecção no oeste do Paraná**: um estudo de caso a partir da fábrica Fidelitá em Marechal Cândido Rondon – PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2011.

No início de 2011, Aline, com 22 anos, narrou as avaliações de seu trabalho realizado entre os anos de 2007 e 2008. Não mais empregada na indústria de confecção, declarou abertamente o desinteresse que nutria por aquela atividade, o que ia ao encontro das pretensões da estudante de história, que realizava entrevistas para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, no qual buscou discutir a percepção de trabalhadoras sobre a organização do trabalho que realizavam.

Eu sei que eu ficava frustrada todos os dias, eu via assim uma caixa, duas caixas de sutiã que eu faço por dia eu pago meu salário... porque se nós for analisar o sutiã que, digamos de lycra, a gente não compra a menos de trinta reais né, e vinham vinte sutiãs numa caixa de que eu fazia... aí, multiplicado pelo mês... tudo bem que tem custo né, de produção né, tem custo de mão de obra, só que a mão de obra eu acho que é o menor de todos... Talvez por isso que a empresa tenha crescido em dezesseis anos né, tanto (risos).¹⁸⁷

Costa, interessada em uma abordagem que privilegiasse as declarações de contestação explícita das relações de produção vividas por trabalhadores, apresentou a fala de Aline como uma dessas revelações sobre o que seria encoberto com os discursos de promoção das atividades industriais. Para além das demais caracterizações impingidas a esses sujeitos, o que incomoda neste procedimento é o suposto de que os que não se posicionariam (nestes termos) não compreenderiam o processo de exploração a que estariam submetidos. Portanto, seriam partícipes das relações de exploração que tomam parte enquanto explorados, uma vez que não elaborariam ações e pensamentos condizentes com o que seria a postura mais adequada dos trabalhadores, frente à expectativa pela resistência de classe.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Ibidem, p. 35.

¹⁸⁸ Nestes contornos, tanto trabalhadores quanto pesquisadores muitas vezes se encontram em suas pretensões analíticas. Em um dos diálogos registrados entre Costa e duas das trabalhadoras com quem conversou, torna-se clara a distinção sustentada pelos que se supõem devidamente esclarecidos:

“Gelci – O café é todo dia aquele pão é tão ruim eu não sei como é que pode ser tão ruim um pão francês, meu se fosse qualquer pão menos aquele lá porque é muito ruim daí com margarina ou com doce...”

Cátia – ... o problema é que eles [proprietários da indústria] são tão mão de vaca, tão mão de vaca que agora eles rapam tudo os pote de margarina e socam tudo num e querem que a gente coma aquilo lá, por isso que eu digo eles tratam a gente como lixo, meu, mas como lixo mesmo, se eles puder, acho, que trazer o resto que sobra na mesa deles o Jorge e a Neusa e jogá lá tipo lavagem pra gente comer eles vão fazer isso, eles só ainda não fizeram porque não tiveram a ideia, não mostra isso pra eles (risos).

Gilvana – Mais o fato de eles organizar o café da manhã isso é vendido com que imagem pra vocês?

Cátia – Não, eles se orgulham, falam nossa olha como nós somos bons com vocês que empresa que dá isso... eles se acham o máximo, mas é só uma, é pão e circo... Meu, tem gente que é tão pobre e burro e idiota que ainda é capaz de agradecer...”

Assim, os trabalhadores que não caíam na “imagem que é vendida” se diferenciariam dos que seriam “burros e idiotas”, sendo que estes estariam sofrendo de uma espécie de mistificação que lhes fora imposta pela conveniência da ideologia burguesa. Como tentei indicar no decorrer de todo este trabalho, é duvidoso que essa visão, no que diz respeito às concepções depreendidas por trabalhadores, encontre correspondência com a materialidade de suas movimentações. Ver, COSTA, Gilvana M. Op. Cit. p. 50.

Contudo, a produção da entrevista permite indicar os termos que tornam possível um trabalhador como o Sr. Jorge Osmarini, tanto quanto sua esposa Neusa – proprietários da indústria de confecções –, capitalizarem-se crescentemente, construindo um caminho que lhes permitissem sair da condição de trabalhadores para a posição de patrões, colocando em relação o que a imagem da ascensão social sugere unidimensionalmente a partir das ações empreendedoras – tendo como referência a perspicácia e suas consequentes antevisões.

Ao destacar a relação de exploração, Aline se declarou ciente de que o crescimento da empresa se viabilizava com os lucros advindos de seu trabalho. Ao mesmo tempo em que atribuiu à sua sujeição o reconhecimento de que para explorá-la como trabalhadora o empresário precisava se dispor dos “custos de produção”, indisponíveis a sujeitos como ela.

Sobre a trajetória de ascensão, assim como sobre a aquisição de recursos que permitiram os custos de produção, o casal foi apresentado, no final da década de 1990, como proprietários de um dos empreendimentos industriais que receberiam dinheiro do Governo Municipal para ampliarem suas atividades, tendo em vista o que seria a expectativa de ampliação do parque industrial da cidade.

Naquele momento a imagem que lhe foi atribuída conjugava a capacidade empresarial com a geração de postos de trabalho. Apesar da menção à origem do empreendimento, em que os proprietários atuavam também como operários, no momento da abordagem estavam consagrados na posição de empregadores, tal como se observa na reportagem.

A... [indústria de confecções], do casal Neusa e Jorge Osmarini, existe há sete anos. Começou pequena, apenas com os proprietários e uma costureira. Hoje já são mais de 40 pessoas trabalhando e a intenção é ampliar este potencial e empregar de 50 a 150 funcionários. Para atingir este objetivo, o empresário está aguardando o aprova de seu projeto de ampliação junto à Câmara Municipal. Ele está pleiteando junto ao município um barracão de 640 metros quadrados para poder ampliar suas atividades. A... [indústria] produz toda a linha de lingerie e linha de praia. A produção atual, de aproximadamente mil peças/dia, é comercializada em todo o Brasil e também no Paraguai.¹⁸⁹

Mostrando-se comprometido com a geração de empregos, o casal pleiteava dinheiro público para a constituição de seu empreendimento privado. Ao mesmo tempo em que passava o aceno de suas máquinas aos muitos funcionários que colocavam à disposição de seus negócios; sugerindo, ainda, que essa ampliação seria sua contribuição para com os trabalhadores a serem possivelmente empregados.

¹⁸⁹ FIDELITÁ Lingerie. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, agosto de 1999, p. 4.

Aproveitavam-se da retórica empresarial para consolidarem o patrimônio e a posição patronal. Nesse caminho, o empresário deixou de viver como trabalhador e se tornou presidente da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Acimacar), além de ser agraciado com premiações como a do Mérito Empresarial, a mesma honraria que em algumas edições recebera o codinome de Irio Welp.¹⁹⁰

Com bastante desenvoltura, travestia suas ambições em uma espécie de destino manifesto, anunciado como “o papel do empresário”. Esse papel lhe afirmaria o seguinte script:

O empresário é quem gera emprego e impostos; é ele quem pode mudar a história de um município ou de uma região. Sem empresário não há desenvolvimento e sem empresário não há geração de riquezas [...] Cabe aos empresários definir junto com o poder público as ações de desenvolvimento que se pretende imprimir num município.¹⁹¹

Os trabalhadores Osmarini não questionaram essas clássicas argumentações sustentadas em prol da licitude do domínio social. Pelo contrário, passaram a anunciá-las como revelação dos tempos, afirmando-as como sentido de suas ações. Esse caminho não lhes foi ilusório, conduzindo-os a uma condição de vida bem mais confortável. Um conforto que não foi usufruído por trabalhadores como Aline, conforme a entrevista realizada por Costa nos permitiu observar.

Assim, os que assumiram os acentos das máquinas de costura deixadas pelos Osmarini podem nutrir um sentimento contrário às ações empresariais, qual seja, o de que “em alguns setores da sociedade ainda persiste o dogma de que empresário é sinônimo de corrupção, de ganância, de prepotência e principalmente de explorador de trabalhadores”.¹⁹²

A percepção desse sentimento indica que a legitimidade do domínio empresarial e dos supostos méritos das ações empreendedoras são controversos; e disso sabem os próprios empresários/empreendedores, sejam eles advindos da linhagem burguesa ou egressos das fileiras de trabalhadores que buscaram mudar de vida tornando-se patrões.

Contudo, ainda é preciso reconhecer que sair da condição de vida compartilhada por trabalhadores, passando a usufruir das condições de classe patronais, pode ser algo levado a cabo não apenas por empreendimentos erigidos na cidade, mas também a partir de atividades de produção elaboradas no campo, firmadas por proprietários rurais, inclusive por pequenos

¹⁹⁰ Sobre os aspectos dessa bajulação, ver, FIDELITÁ. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2004, p. 15.

¹⁹¹ O papel do empresário. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 07 de setembro de 2002, p. 2.

¹⁹² Ibidem.

proprietários. Os quais, em determinadas circunstâncias, deixam a exclusividade do trabalho familiar para passar a contratante de trabalhadores.

No entanto, essa passagem nem sempre se revela como tal, persistindo a imagem do proprietário lavrador, aquele que realizaria ele mesmo as rotinas de trabalho de sua propriedade. Desse modo, sustenta-se a visão de uma propriedade familiar autossuficiente, pelo menos no que diz respeito à mão de obra, formulando a ação onipotente desses sujeitos, os quais trabalhariam a terra com seus próprios braços.

Essa ação, ainda aparece envolta a valores fortemente cultivados, sustentados em uma áurea demasiadamente moralista, segundo a qual, “nós temos que andar de cabeça erguida, porque se não fosse a agropecuária nada funcionaria”.¹⁹³

A família Zimmermann chegou ao Paraná em 1º de julho de 1965, vinda de Joaçaba (SC), na tentativa de construir uma vida nas terras vermelhas do Oeste do Estado. A família era formada por Aldo e Gessy Zimmermann, que tinham cinco filhos. Desde o começo eles trabalharam com suinocultura e gado de leite, atividades, que somadas com a agricultura, persistem até hoje. A diversidade é a característica principal da produção rural da família.¹⁹⁴

A família Zimmermann é destacada pelo jornal como paradigma de produção rural familiar, a qual se associou a cooperativas de produção, fornecendo matérias primas para a industrialização, tais como porcos, leite e grãos – fundamentalmente soja, milho e trigo. Nesse sentido, “construir uma vida” com “garantia de sucesso” é algo análogo a sustentar a ação de empreendimentos como frigoríficos, laticínios e cerealistas. Assim, celebra-se a “diversidade” da “produção rural da família”, como se em todo período, que compreende os anos de 1965 a 2004, momento da reportagem, fossem os próprios Zimmermann quem realizassem as atividades de produção.

A valorização da noção de persistência se justificava devido às características necessárias à estabilidade da produção industrial, exigindo a compreensão de que o agricultor “não deve desistir e ficar mudando de uma para outra atividade. O aventureiro nunca ganha dinheiro. As pessoas precisam ter metas e trabalhar para alcançar o sucesso”.¹⁹⁵ No caso da família Zimmermann, o sucesso se apresentava na revelação de sua própria trajetória:

A história dos Zimmermann nem sempre foi ligada às atividades rurais. O patriarca da família, Aldo Zimmermann, era alfaiate, profissão que aprendeu

¹⁹³ FAMÍLIA Zimmermann: Diversidade na produção é garantia de sucesso. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2004, p. 07.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem.

com 16 anos e só deixou de exercer depois de casado. “Ele trabalhou por nove anos como alfaiate, mesmo depois que nós casamos ele continuou fazendo trabalhos como alfaiate. Ele era muito bom nisso”, lembra a esposa Gessy. O trabalho com a terra, Aldo aprendeu com o sogro. “Nós viemos morar no Paraná em terras que o meu pai tinha comprado. Ele vendeu para nós e começamos a trabalhar com esperança de prosperar. No começo a gente tinha dez alqueires, duas vacas e duas bezerras. Esse foi o nosso começo”, conta Gessy.¹⁹⁶

O começo do trabalho com a terra, marcado pelo abandono das atividades de alfaiate, assim como pelos poucos recursos, destacados com a modesta propriedade de duas vacas e duas bezerras, é contraposto pela seguinte prosperidade:

A propriedade conta com 220 suínos em forma de parceria com... [um frigorífico] [...]

O gado de leite passou a ser a atividade principal da família [...] “Em 1984 nós compramos três novilhas que a... [Cooperativa] trouxe do Uruguai”, conta Claudemir, o filho mais novo, que nasceu no Paraná, e assumiu o negócio da família, depois que o pai adoeceu. A atividade leiteira prosperou e hoje conta com 70 vacas de leite, que produzem cerca de 1,5 mil litros de leite por dia, além de 22 novilhas em gestação e oito vacas secas; mais 50 bezerros com idade entre três meses e um ano. [...]

Em 50 hectares de terra planta soja, milho e trigo.

Claudemir está fazendo um investimento em aviário [criação de frangos em parceria com um frigorífico/Cooperativa], que vai se somar às demais atividades que são realizadas na propriedade de 16,5 alqueires.¹⁹⁷

Quatro décadas após o início das atividades rurais o patriarca havia se afastado do controle do que passou a ser chamado pelo nome de “negócios da família”, o qual se apresentava bastante ampliado, justificando, inclusive, essa emergente nomenclatura. Um dos filhos assumira a “administração” das atividades, com ocupações distintas das realizadas pelos demais familiares na década de 1960.

Porém, a reportagem não menciona quem são os sujeitos que atuam na realização dessas diversificadas frentes de produção. Não faz menção sobre quem cuida dos porcos, quem ordenha e assiste as vacas, quem lida nas lavouras ou quem irá manter as tarefas exigidas na sustentação do aviário.

O foco da reportagem se empenha em indicar o “sucesso” alcançado pelos pequenos produtores que se inseriram nas “parcerias” agroindustriais; afirmando, de modo generalizado, a emergência desses processos de industrialização como viabilizadores da “produção familiar”, a qual incitaria a permanência do homem no campo.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

Desse modo, destaca-se o fornecimento de leitões para a engorda, realizada em granjas situadas em propriedades como a dos Zimmermann; assim como o financiamento de novilhas selecionadas pelo seu potencial leiteiro, pensadas como modo de ampliar a oferta de leite destinada à transformação industrial; sem falar dos grãos geneticamente modificados, utilizados como matéria-prima em diversas moendas, produzindo farinhas, féculas, rações e óleos vegetais; não se esquecendo ainda da especialização na engorda de frangos em aviários, afinal, “o frango não deixa ninguém rico, mas oferece um bom padrão de vida”.¹⁹⁸ Apenas restando esclarecer quem usufruiria desse “bom padrão de vida”!

Esta caracterização da produção agropecuária nas pequenas propriedades aponta a atividade familiar como uma espécie de permanência dos núcleos coloniais, apesar da desejada alteração nos processos de produção, principalmente no que se refere ao aumento da produtividade. Essa aparente contradição foi narrada, em outros termos, por um médico-veterinário de uma indústria láctea ligada a uma cooperativa da cidade.

O registro tratou de insinuar os ganhos de produtores que compunham a parceria proposta pela cooperativa, comemorando o “aumento de 650% na produção leiteira” de um dos seus associados.

O associado e produtor de leite da... [Cooperativa], Germano Wiebusch, e sua esposa Alzira, juntamente com os filhos, está na atividade leiteira há muitos anos. Mas até 1998 produziu apenas 60 litros de leite/dia, com 6 vacas. Toda a produção de leite era utilizada para a fabricação de queijo.

Dedicação intensa

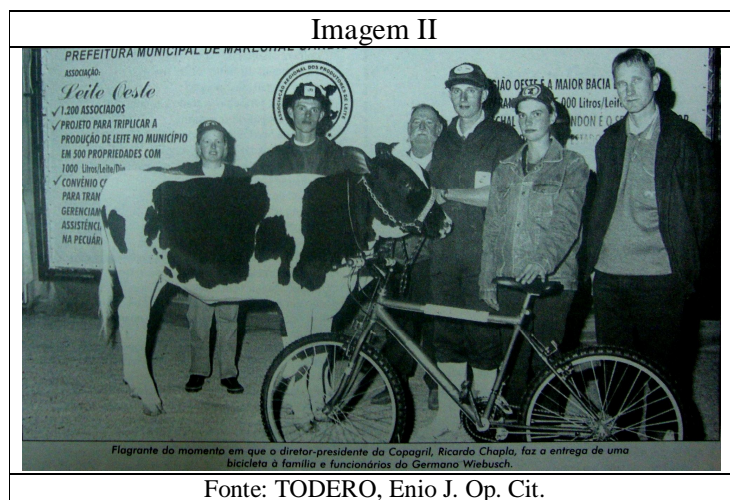
Com o apoio do Departamento Técnico da... [Cooperativa], o produtor começou a dedicar-se mais intensamente na atividade e, apenas em 2 anos, saltou da produção de 60 litros/dia para 450 litros/dia... Germano pretende chegar à produção de 1.000 litros dia em 2 anos.¹⁹⁹

Novamente se observa o silenciamento em relação aos trabalhadores que não compunham o núcleo familiar. Contudo, desta vez foi apresentada uma foto na composição da reportagem – utilizada como ilustração de uma premiação –, revelando, assim, a presença dos sujeitos que parecem ausentes.

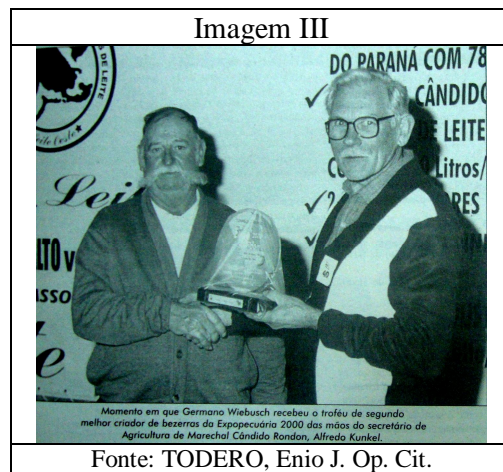
Apesar do destaque atribuído à Cooperativa e ao pequeno proprietário familiar, egresso dos tempos da colonização (assim como sugere o próprio nome do Sr. Germano), surge a menção, mesmo que discretamente anunciada na legenda atribuída à foto, de algo que indica a passagem de produtores de queijos coloniais a “associado produtor de leite”.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ TODERO, Enio J. Aumento de 650% na produção de leite. **Jornal Copagril**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2000, p. 23.



Abaixo da fotografia se registra a seguinte frase, “Flagrante do momento em que o diretor-presidente da... [Cooperativa] faz a entrega de uma bicicleta à família e funcionários do Germano Wiebusch”. É possível presumir que esse mimo, tanto quanto os resultados do aumento da produtividade, não seriam destinados aos trabalhadores sem terra, contratados pelo “pequeno proprietário rural familiar”. O qual parece rememorar o mito da ancestralidade da sociedade colonial, composta por germânicos proprietários de terras.



Ao se personalizar a comemoração da produtividade leiteira à imagem de Germano, generalizava-se a celebração do projeto colonizador dos pequenos proprietários, destacando-se o sucesso da trajetória de supostos lavradores, que, para além de se caracterizarem como padrões que também realizam determinadas atividades de produção, por certo que não tinham e/ou têm nos resultados dos trabalhos desenvolvidos em suas propriedades apenas os valores

advindos de seus próprios esforços.²⁰⁰ Esses proprietários, conforme indicam as imagens acima, cada vez mais se fazem presentes em cursos técnicos promovidos por industriais interessados em suas produções, assim como em exposições que destacam seus produtos; cada vez mais se relacionam com autoridades municipais, além de se fazerem presentes em eventos que lhes homenageiam e os elegem como destaque social.

Intrigado com a elaboração dessa pauta, Laverdi propôs o questionamento do que chamou de “memória oficial”, a qual apontava a cidade como a expressão da atuação de “colonos descendentes de alemães” – no que considerou, a meu ver de forma bastante apropriada, como “perspectivas idealizadoras do passado colonial”. Com essa proposta, procurou repercutir “experiências e sentidos heterogêneos” ao se pensar a “diversidade de itinerários e itinerâncias da migração”.²⁰¹ Nesse ponto, tendo a considerar que o protagonismo dos sujeitos com quem buscou dialogar ganhou mais visibilidade do que em muitas das explicações estruturalistas que o autor buscou se distanciar.

Entretanto, talvez se mostrando respeitoso para com os nomes que compunham a lista canônica de colonizadores pioneiros – haja vista sua atuação no sentido de expandir os “itinerários” e “itinerâncias” dos sujeitos que deveriam passar a compor a listagem (esforço registrado na produção de dezenas de entrevistas) –, argumentou que,

Pode-se dizer que um dos principais pilares de sustentação da memória oficial é a afirmação sobrevalorizada de alguns colonos escolhidos, insistentemente nomeados como pioneiros. E sobre suas vidas, não há, de fato, nada que os desabone em suas trajetórias e árduas empreitadas nos primórdios da ocupação. Contudo, as motivações e os significados de suas trajetórias buscam ser investigados sem o filtro do projeto colonizador, que a tudo tende romantizar e homogeneizar.²⁰²

Mais do que uma ênfase talvez desnecessária, o fragmento acima, principalmente no que diz respeito à elaboração da segunda frase, formula o inconveniente de afastar do horizonte da experiência social o universo compartilhado da exploração. E não porque as frases que a antecede e a segue sejam impertinentes, pois quanto a elas não tenho nenhum desacordo, haja vista que reconheço, tanto na “memória oficial” quanto no “filtro do projeto

²⁰⁰ Quanto a uma discussão mais extensa dessa problemática, ver: FREITAS, Sheille Soares de; SANTOS, Carlos Meneses S. Entre colonos e trabalhadores: Produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná – Segunda metade do século XX e início do século XXI. Op. Cit.

²⁰¹ LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas:** trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Op. Cit.

²⁰² Ibidem, p. 122. Registro que os trechos sublinhados foram destacados por mim – o autor.

colonizador”, o enquadramento classista denunciado por Laverdi (Em muitos momentos desta tese eu mesmo o evidenciei).

Mas é que me parece questionável (e mesmo duvidoso) atestar como irrepreensível determinados aspectos da trajetória de alguns desses “colonos escolhidos”, independentemente dos olhares classistas expressos nas genealogias oficiosas. Ora, a meu ver, fosse nos “primórdios da ocupação” ou nos “tempos atuais” a vida de alguém que tenha se sustentado e que ainda se sustente no trabalho de outros homens e mulheres merece, “de fato”, que se desabone sua trajetória, mesmo que tenha enfrentado, em certos momentos, “árduas empreitadas”. Ao menos que estejamos dispostos a considerar a legitimidade da exploração de classes, tal qual supõe a moralidade patronal.

De minha parte, não vejo, a não ser no pragmatismo de alguns trabalhadores, a aceitação da exploração. Mesmo neste caso, não percebo nenhuma aquiescência, mas, tão somente, o peso da desigualdade.

Assim, espero que esta tese tenha oferecido algumas imagens sobre a vida e valores de trabalhadores que buscaram construir condições que lhes fossem mais satisfatórias, ao mesmo tempo em que lidaram com as ambições patronais empreendidas em atividades comerciais, industriais e/ou agropecuárias, sejam elas regidas por patrões, que buscavam se manter e/ou se firmar como tais, sejam mesmo formuladas por trabalhadores e/ou pequenos proprietários rurais que concorriam à condição de patrões.

Considerações finais

Quanto à movimentação de trabalhadores

É chegado o momento de reunir algumas questões, encaminhando o trabalho para suas considerações finais. E sendo assim, gostaria de ter como prelúdio do fim algumas ponderações levantadas por Ariano Suassuna, onde, uma década após a encenação de sua peça teatral a *Farsa da boa preguiça*, propôs determinadas contra-argumentações a certos sentidos atribuídos àquela produção, sendo que, logo nas primeiras frases de suas explicações, declarou:

Quando da estreia desta peça, em 1961, no Recife, fui muito acusado por certos setores do pensamento – pelos marxistas, principalmente – de estar aconselhando o Povo brasileiro à preguiça e ao conformismo, fazendo o jogo dos que desejavam “impedir e entravar sua luta de libertação”.²⁰³

No decorrer desta tese também esbarrei com o tom crítico dessas enunciações, as quais poderiam ser aludidas a tais ajuizamentos, fundamentalmente a algo insinuado como uma espécie de “elogio ao conformismo”. Ao reconhecer desde já essa problemática, não demonstrarei nem a habilidade nem a sabedoria pacienciosa de Ariano Suassuna. Quero apenas aproveitar este espaço para começar destacando o que sugeri como interdições impostas a aspectos que envolvem a movimentação social de trabalhadores – as quais foram anunciadas lá atrás, desde o momento em que (logo nas considerações iniciais) propus os termos desta pesquisa. Para ser mais específico, quando mencionei Zé do Burro, personagem escrita por outro literato, Dias Gomes – por ocasião de sua peça *O pagador de promessas*, também produzida e encenada no início da década de 1960.

Mas, alguns historiadores mais rigorosos poderiam objetar: tanta licença poética, não tornaria confusa uma tese acadêmica – mesmo sendo esta uma obra historiográfica?! Sobre essa questão, sugiro outra licença poética, igualmente proposta por Ariano Suassuna, onde, em um dos seus muitos gestos de gentileza – imiscuídos a tantos outros traquejos, marcados pela mais áspera polêmica –, desculpava-se com seus leitores, rogando que, “Perdoem-me se passo quase todo o tempo a contar histórias. Sou um contador de histórias, e só sei pensar em torno de acontecimentos concretos”.²⁰⁴

²⁰³ SUASSUNA, Ariano. *Farsa da boa preguiça*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. xvii.

²⁰⁴ Ibidem, p. xxi.

De sua parte, o literato narrou, em seu favor, a seguinte parábola – prenha do que identifico como a sutil e violenta trama das relações de poder vivida dia a dia na sociedade brasileira.

Nunca pude me esquecer da expressão de cólera com que uma senhora rica me contou, em 1960 – ano em que escrevi a Farsa da Boa Preguiça – como ficara, no dia anterior, quase uma tarde inteira, desesperada, angustiada, com seu automóvel enguiçado diante de um posto de gasolina, presa na boleia do carro por uma dessas nossas fortíssimas chuvas de junho, do Recife. A cinco passos dela, abrigado num portal do posto, estava um negro alto, olhando a cena, impassível e sereno. A dona baixou o vidro do automóvel, exibiu aquilo que para o negro era uma boa nota de dinheiro e ordenou-lhe que empurrasse o carro até o posto, para ele ser consertado. Ao me contar a história, ela experimentava, de novo, a raiva que sentira no momento e comentava, furibunda: “O que mais me irrita, era que eu via que ele precisava do dinheiro, pois estava todo esmulambado. Não vinha por preguiça e porque achava que, se eu não estava na chuva, ele também tinha o mesmo direito. Quanto mais eu, humilhando-me, subia a quantia oferecida, mais ele se obstinava, dizendo, tranquilamente, que, se fosse para o meio da rua, ficaria todo molhado”. E a dona do automóvel rematava com a frase tradicional: “É por isso que o Brasil não vai pra frente”. Eu objetei: “Minha cara, é exatamente por isso que o Brasil, um dia, irá para frente. A meu ver, seu erro foi mostrar o dinheiro e ordenar. Se você tivesse pedido simplesmente o favor, provavelmente ele teria vindo, com aquela gentileza sem ressentimentos e sem servilismo que é tão comum no nosso Povo. Sim, porque o que você viu ali foi a fidalga preguiça do Povo brasileiro [...]”.²⁰⁵

Por mais que possamos ser menos assertivos que Ariano Suassuna, desconfiando que talvez não fosse tão provável que o “esmulambado” em questão se prontificasse em socorrer a “senhora rica” (mesmo que ela tivesse simplesmente pedido o favor, ao invés de tê-lo efetivamente afrontado, com sua posição incisivamente classista), sinto-me instigado por sua capacidade de visualizar em imagens assim a densidade de uma relação de poder fortemente interpeladora – haja vista todos os desconsertos advindos da irritação demonstrada pela senhora que lhe narrou o que para ela era um fatídico acontecimento.

De minha parte, estou com o literato, não vejo como é possível ignorar uma visão tão límpida assim, tão corriqueira – e “não por nenhuma lucidez especial”, mas sim pela “própria experiência de vida”²⁰⁶, que pode (ou não) ser enriquecida por habilidades próprias aos trâmites acadêmicos (inclusive o historiográfico). Isso, caso nos desviemos de procedimentos analíticos autoconfirmatórios, que se dedicam a funções ilustrativas, firmadas como dispositivos discursivos – muitas vezes pouco sensíveis a imagens como a sugerida por Ariano Suassuna (as quais exigem observações e comprometimentos que extrapolam

²⁰⁵ Ibidem, p. xxiii.

²⁰⁶ Ibidem, p. xxvii.

determinados marcos conceituais mais generalizantes, sejam eles procedentes dessa ou daquela perspectiva teórica).

Talvez por isso não tenha tido receios em atribuir e/ou confrontar a imagens assim o vocabulário expresso no repertório analítico constituído no interior da diversificada e conflitiva tradição marxista. Ao fazer isso, não reivindiquei nenhuma autoridade interpretativa sobre esse vasto campo de embates – pelo contrário, insinuei que pessoas mais astutas que eu já haviam encetado reflexões mais inspiradoras, inclusive mais penetrantes do que eu mesmo poderia oferecer. Desse modo, reconheci-me devedor de um conjunto de trabalhos em que me apoiei, apesar de não tê-los utilizado como muletas.²⁰⁷

Afinal, aprendi, pelos corredores do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, a reconhecer e considerar uma dificuldade analítica que vinha incomodando a alguns professores, segundo a qual:

Diante da quebra de formas de cooperação e solidariedade coletivas que a produção fabril parecia incentivar, não estamos sabendo lidar, no presente, com as formas de exploração e exclusão que o capitalismo propõe e nem com as possibilidades de resistência e contestação e de inversão de sentidos colocadas no aqui-e-agora. Buscando conhecer e descrever o nosso próprio tempo, a noção de luta de classes sem classes, embora cunhada por Thompson para o estudo de outro momento histórico, poderá inspirar nossas reflexões e indagações sobre formas e sentidos contemporâneos das lutas.²⁰⁸

Esse impulso – que sempre me pareceu exigir a disposição interpretativa expressa em circunstâncias como a narrada na parábola de Ariano Suassuna, tanto quanto na obra ficcional escrita por Dias Gomes, aos moldes da via-crúcis tratada por seu personagem Zé do Burro –, foi bastante sugestivo. Todavia, apesar de instigante, esse impulso nunca fora algo desprovido

²⁰⁷ Ver:

- CARDOSO, Heloísa H. P. Trabalhadores e Movimentos Sociais: Debates na produção contemporânea. In: Antônio de Pádua Bosi e Rinaldo José Varussa (Org.). **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos**. Cascavel: Edunioeste, 2011, p. 99-115.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Op. Cit.
- CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. Op. Cit.
- HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Op. Cit.
- KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. Op. Cit.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). Op. Cit.
- SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Op. Cit.
- _____. Formas cotidianas da resistência camponesa. Op. Cit.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. V. I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º ed. 1987.
- _____. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Op. Cit.
- _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰⁸ CRUZ, Heloisa F. et al. Introdução. In: Laura Antunes Maciel et al (Org.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 18.

de certas reticências e controvérsias. Entre essas, talvez a mais fustigante e indefinida tenha sido a seguinte ponderação.

Atentos à nossa inserção no campo de luta que hoje nos afronta, aceitar o desafio de evidenciar outras formas de luta de sujeitos não organizados e dispersos, sem nos deixarmos aprisionar por algumas escolhas metodológicas que possam levar à mera descrição, ainda que exaustiva, de conjunturas, ou à naturalização da exploração.²⁰⁹

Esse enunciado, por certo que bastante razoável, sobre o qual poucos de nós teríamos objeções, serviu e ainda serve a formulações bastante distintas, para não dizer mesmo desencontradas e/ou confrontantes. No que toca a este trabalho, é imperativo reconhecer este aspecto do problema. Ademais seria pouco compreensível a ênfase denotada em seu próprio título, que assume que os trabalhadores a ele referidos estão em movimento, a despeito de serem comumente denominados na literatura social como “dispersos” e “desorganizados”.

E mais, supõe-se que tal movimentação evidencia certas formas de luta, ainda que elaboradas por sujeitos que alguns de nós insistem em apresentar como pouco atuantes, ora por supor que sejam subjulgados (ao ponto de não conseguirem mais sustentar seus próprios interesses), ora por supor que sejam simplesmente afetados pela degradação moral e intelectual (advinda de sua precária condição de classe).

Pesquisadores que, levando ao paroxismo aquelas reticências, parecem indagar: esses trabalhadores (“impassíveis e serenos”), estejam eles parados ou em movimento, poderiam de fato serem vistos sem as marcas do servilismo e/ou da apatia? De forma análoga às advertências propostas à Ariano Suassuna, talvez indagassem: existiria (mesmo) algo como uma “preguiça fidalga”? Ou não, teria este trabalho apenas feito o jogo dos que desejavam “impedir e entravar sua luta de libertação”?

Em minha defesa, devo declarar que nas posições que assumi, ao me inserir nesse “campo de luta, que hoje nos afronta,” não suponho ter empreendido algo assim – tão subserviente. Portanto, caso seja essa a impressão do leitor, que tenha chegado até o fim deste trabalho (seja ele especialista ou não), isso agora fica por sua conta e risco.

Mas, ainda assim, restam outros inconvenientes, um deles também enunciado como parte da reticência acima mencionada. Refiro-me às adjetivações apontadas com os termos “mera descrição” e “naturalização da exploração”, pouco prestigiosas quando dirigidas à qualificação de qualquer trabalho historiográfico.

²⁰⁹ Ibidem. p. 18-19.

Apesar de não ser um historiador de formação, Ariano Suassuna, ao lidar com suas próprias questões (suscitadas em outra temporalidade e em circunstâncias distintas), também chamou a atenção para algo parecido. Segundo ele, um dos perigos que corremos ao nos atentarmos para as astúcias e os protagonismos “do povo” é sobrevalorizar condutas que, de fato, lidam com limites bastante tangíveis; o que, por decorrência, pode nos levar a “não denunciarmos suficientemente uma situação social injusta”.²¹⁰

Tanto quanto a movimentação de trabalhadores, espero ter evidenciado esses limites na própria constituição das dinâmicas apresentadas, indicando os contornos pressionados de tal noção de movimento, que não pode ser confundida com “autonomia” – ao menos não em seu sentido liberal, por demais apegada à ideia de livre arbítrio. Antes, enfatizei a condicionalidade social das experiências enunciadas, um caminho que, mesmo com essas observações, talvez suscite avaliações que encontrem neste texto um forte apelo descritivo, a meu ver apropriado às demonstrações exigidas, apesar de não considerar que isso seja equivalente à alcunha desprestigiada de “mera descrição”.

Por fim, gosto de pensar que esta reflexão talvez tenha deixado uma mensagem final, dessas capazes de produzir imagens que seguem perturbando seus leitores (tão interpeladoras como as tantas referências que fui dispondo no decorrer deste trabalho, sem as quais certamente não teria repertório para construir a problemática desta tese). E para fechar essa reflexão, gostaria de mencionar uma dessas imagens que provavelmente mais tenha me inquietado.

O Professor Paulo Almeida, discutindo “histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra” (tendo como referência um assentamento constituído em Uberlândia-MG), problematizava a definição de movimento enquanto entidade motriz dos sujeitos nele envolvido. Argumentava que, “Nestas interpretações o movimento ganha força, enquanto os sujeitos perdem a potência; em outras palavras, o movimento existiria independentemente dos sujeitos, porque estes estão sempre no indefinido ‘os trabalhadores sem terra’. Mas, afinal, de quem estamos falando?”.²¹¹

Tal questionamento o fazia recolocar suas preocupações, dirigindo-as para,

... como no interior de um mesmo movimento os sujeitos interagem a partir de suas diversas visões de mundo, por vezes com perspectivas diferentes. Parece evidente que

²¹⁰ SUASSUNA, Ariano. Op. Cit. p. xxiv.

²¹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: Laura Antunes Maciel et al (Org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2003, p. 49.

o movimento é muito mais que simples somatória de experiências individuais, mas há que se reconhecer o quanto estas influenciam na sua dinâmica e organização.²¹²

Suas considerações parecem interpor dificuldades bastante claras à ideia predominante de movimento social, esta largamente operada não apenas na historiografia, mas também em um amplo conjunto de trabalhos empreendidos pelas ciências sociais – isso para não mencionar as muitas organizações não acadêmicas identificadas com essa dinâmica associativa, estruturada quase sempre em termos de quadros, justificados pelo que seria a clara necessidade de centralizar os “sonhos diferentes”, de organizar as tais “tarefas imediatas” (ainda que com a promessa de que desse modo “o movimento” se tornaria mais forte, onde, por decorrência, ganhariam todos os seus coordenados).

Fora esse aspecto organizacional, imperativo na manifestação do teor de sua expressão política, ainda é possível depreender algumas considerações igualmente relevantes, principalmente para os procedimentos em que se sustentaram a produção desta tese. Ao chamar à atenção para a inversão do foco da interpretação sobre as ações de luta empreendidas por trabalhadores – deslocando a centralidade atribuída “ao movimento” para (o que entendo ser) “a movimentação” dos sujeitos envolvidos com tais “organizações” –, o professor instiga a perguntar: e quanto à “movimentação” dos que não se envolveram com os ditos “movimentos sociais”? Não estariam também esses em movimento, lutando por aí (na ordem dia), apesar de não estarem ligados a nenhuma entidade organizativa e/ou coletiva?

Ocupei-me dessa questão. A tese foi a de que esses trabalhadores também estão em movimento, ao menos foi possível visualizar evidências de sujeitos que estiveram e estão abrindo horizontes no território de Marechal Cândido Rondon. Portanto, que os trabalhadores destacados se revelaram mobilizados em torno de seus próprios interesses e valores. O que não quer dizer que o tenham feito ou o façam segundo determinadas concepções de envolvimento e mobilização.

Pareceu-me claro que suas condutas reconheciam a diferenciação, tanto quanto a identificação, de interesses e condições sociais; fossem essas dinâmicas vividas entre trabalhadores ou destes com patrões. Todavia, o peso desses discernimentos em suas condutas foi algo bem mais complicado de acessar, principalmente devido suas dissimulações (nem sempre reveladas e/ou penetradas por um pesquisador universitário, por mais que lhe seja honroso e confortante acreditar que é um trabalhador como qualquer outro).

²¹² Ibidem, p. 44-45.

Por tudo isso (incluindo essas observações), essas foram páginas que apresentaram a visualização dessa dita movimentação. Que nas palavras de Freitas, cunhadas ao falar das “histórias que marcam a cidade”, essas ações podem ser percebidas na produção de um território polifônico, “de sujeitos que compartilham lugares, mas divergem nas condições de vida, nas possibilidades, nos limites e pressões que colocam em questão os valores que identificam e distanciam seus modos de viver”.²¹³

Foi essa a pretensão desta tese. Espero ter composto fileiras com os que buscaram e buscam suscitar a desconfiância de que tais questões merecem uma observação mais aproximada da experiência social dos trabalhadores, mesmo que isso desconcerte e/ou desorganize determinados modelos teóricos. Estou certo de que uma posição assim não é necessariamente prestigiosa; e por isso minha insistência, manifestada também no empenho que torna possível a concretização deste trabalho.

²¹³ FREITAS, Sheille S. de. **Por falar em culturas...**: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG. Op. Cit. p. 15.

fontes

Materiais utilizados e acervos consultados

CADERNOS DE NOVENA:

Salete

- SALETE. [Caderno de Novena]. Novena de Exaltação da Santa Cruz. Santa Helena-PR. Caderno II, 2010.

- _____. [Caderno de Novena]. Novena de São Judas Tadeu. Santa Helena-PR. Caderno III, 2011.

Obs. quanto ao acervo: Essa documentação me foi apresentada pela própria Salete, no momento em que Freitas e eu a entrevistávamos – tendo em vista o interesse pelas questões tratadas nesta tese. A entrevistada, após a exposição de seus escritos, permitiu que eu fizesse cópias do material (que agora integra meu acervo pessoal). Os documentos compõem um conjunto de três cadernos, que fazem referência a uma temporalidade que vai de 2009 a 2011. Acreditando que a revelação pública de seu conteúdo poderia lhe causar constrangimentos, caso fossem ligados à sua identificação pessoal, combinamos em nomeá-la por pseudônimo, esperando que assim pudesse fazer uso das novenas e, ao mesmo tempo, contornar os possíveis desdobramentos que a ela fossem inconvenientes. Circunstâncias como essa, aparentemente inusitadas – ao menos ao se considerar sua imprevisibilidade –, revela o quão interpelador e rico pode ser o diálogo estabelecido no momento de produção das entrevistas orais. As narrativas suplicantes, registradas em novenas de celebrações do cristianismo católico, no caso promovidas através de cerimônias religiosas transmitidas em cadeia de rádio, expõem um conjunto de aspectos que dizem respeito às condições e avaliações de sua vida. A possibilidade de acessar essas problemáticas, as quais diziam respeito a este trabalho, fez com que me interessasse por tal material. Agradeço a atenção que nos foi dispensada por Salete, assim como também agradeço a Tatiane Karine Matos da Silva, quem nos apresentou a então entrevistada.

ENTREVISTAS:

Claudete

Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A gravação foi realizada em 30 de janeiro de 2012, no distrito de São Clemente, cidade de Santa Helena-PR. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, que foi quem apresentou Sheille e eu à entrevistada.

Francisco

Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A gravação foi realizada em 19 de novembro de 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

Márcio e Sandra

Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. Os entrevistados receberam os pseudônimos de Márcio e Sandra – o que foi decidido enquanto condicionante para concessão de nosso diálogo. A gravação foi realizada em oito de

julho de 2012, em um distrito da cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, quem apresentou Sheille e eu aos entrevistados.

Nirva

Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A entrevistada recebeu o pseudônimo de Nirva – o que foi decidido enquanto condicionante para concessão de nosso diálogo. A gravação foi realizada em oito de julho de 2012, em um distrito da cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, quem apresentou Sheille e eu à entrevistada.

Rogério

Entrevista realizada pelo autor, a qual compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A gravação foi realizada em 29 de outubro de 2010, na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR.

Salete

Entrevista realizada pelo autor, que contou ainda com a participação de Sheille Soares de Freitas. O documento compõe o acervo de fontes elaboradas no decorrer do processo de pesquisa. A entrevistada recebeu o pseudônimo de Salete – o que foi decidido enquanto condicionante para concessão de nosso diálogo. A gravação foi realizada em 30 de janeiro de 2012, na cidade de Santa Helena. Agradeço, ainda, o auxílio de Tatiane Karine Matos da Silva, quem apresentou Sheille e eu à entrevistada.

JORNAIS:

Jornal Copagril

Matéria:

- TODERO, Enio J. Aumento de 650% na produção de leite. **Jornal Copagril**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2000, p. 23.

Imagens:

- Imagem II _ TODERO, Enio J. Aumento de 650% na produção de leite. **Jornal Copagril**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2000, p. 23.

- Imagem III _ TODERO, Enio J. Aumento de 650% na produção de leite. **Jornal Copagril**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2000, p. 23.

Obs. quanto ao acervo: Esse material é promovido por uma cooperativa agrícola, sendo destinado à comunicação do que seriam seus feitos, projetos e/ou prospecções. O informativo é produzido e distribuído pela gráfica do jornal O Presente, que assim como a cooperativa também é sediado em Marechal Cândido Rondon. Essa documentação, que possui uma periodicidade oscilante, tem o aspecto de algo como um caderno especial ligado ao O Presente. Desse modo, o acesso aos seus registros foi possível quando da consulta realizada no jornal O Presente, preservado e arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL/UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon.

O Presente

Matérias:

- CONTRASTES... **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 15 de abril de 2008, p. 2.
- EM defesa de Germano Hardke. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 17 de novembro de 2004, p. 2.
- EMPREENDEDORES x empreendedores. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 10 de agosto de 2002, p. 2.
- ESQUINA vira ponto de emprego no centro. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 07 de agosto de 2003, p.7.
- EX-MORADOR rondonense fala sobre experiência nos EUA. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 02 de março de 2004, p. 07.
- FALTA de gente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de maio de 2005, p. 2.
- FAMÍLIA Zimmermann: Diversidade na produção é garantia de sucesso. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2004, p. 07.
- FAVILLE já está gerando 50 empregos em Marechal Cândido Rondon. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 24 de abril de 1998, p. 28.
- FAVILLE responde questionamento da câmara de vereadores. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 24 de setembro de 1999, p. 17.
- FEIDEN, Ana Paula W. Um domingo diferente e muito especial em Quatro Pontes. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 06 de outubro de 2009.
- FIDELITÁ. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, setembro de 2004, p. 15.
- FIDELITÁ Lingerie. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, agosto de 1999, p. 4.
- HÁ exatos 27 anos, município perdia Irio Jacob Welp. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2009, p. 22.
- HÁ 45 anos produtor dá exemplo de produção consciente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2007, p. 15.
- INCONSISTÊNCIAS do SUS. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 09 de outubro de 2009, p. 2.
- MÃES de rondonenses na Áustria vivem angústia. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 15 de fevereiro de 2006, p. 08.
- MÃO-DE-OBRA qualificada ainda é uma carência. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 1º de julho de 2010, p.17.
- MORADORES de Mercedes podem trabalhar no Frigorífico Copagril. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 06 de outubro de 2005, p. 10.
- O papel do empresário. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 07 de setembro de 2002, p. 2.
- PIONEIRO lembra 57 anos da derrubada da primeira árvore. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 08 de março de 2007, p. 9.
- QUEM quer emprego? **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 27 de fevereiro de 2009, p. 2.
- RAPAZ tenta justificar abuso dizendo que também já foi vítima. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 14 de fevereiro de 2009, p.20.
- RONDONENSE se dedica como boia-fria há 40 anos. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2009, p.34.
- RONDONENSES buscam melhorar de vida fora do país. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 12 de dezembro de 2004, p. 7.
- TÔ de olho. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 09 de maio de 1997, p. 7.

- TRABALHADOR, às vésperas de completar 90, demonstra força do rondonense. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, julho de 2011, p.46.
- TRAVESTI chama a atenção da população rondonense. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 1 de agosto de 2006, p.7.
- TRIBUTO aos pioneiros. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de junho de 2010, p. 2.
- UMA vida em prol da preservação do meio ambiente. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 19 de novembro de 2004, p. 17.

Imagens:

- Imagem I _ TÔ de olho. **O Presente**. Marechal Cândido Rondon, 09 de maio de 1997, p. 7.

Obs. quanto ao acervo: Esse material se encontra preservado e arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL/UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. Depois de ser doado pela empresa de comunicação, essa documentação foi higienizada e encadernada, estando disponível para consulta.

PROCESSOS:

Processos Criminais

- PARANÁ. Poder Judiciário. Queixa Crime. Proprietários rurais se queixam de ofensa moral cometida por trabalhador rural. Comarca de Toledo. **Processo Criminal**, [Marechal Cândido Rondon], n°. 08/64, abr. 1964. Registra-se que os nomes atribuídos a requerentes, requeridos e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação da consulta e utilização dessa documentação.
- PARANÁ. Poder Judiciário. Queixa Crime. Proprietário rural se queixa de ofensa moral cometida por trabalhador rural. Comarca de Toledo. **Processo Criminal**, [Marechal Cândido Rondon], n°. 14/65, jun. 1965. Registra-se que os nomes atribuídos a requerentes, requeridos e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação da consulta e utilização dessa documentação.

Obs. quanto ao acervo: Esse material se encontra preservado e arquivado no Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP/UNIOESTE, Campus de Toledo. A documentação conta ainda com um trabalho de catalogação, estando disponível para consulta.

Processos Trabalhistas

- PARANÁ. Poder Judiciário. Reclamação Trabalhista. Comarca de Toledo. **Processo Trabalhista**, [Marechal Cândido Rondon], n°. 2.375/91, dez. 1991. Registra-se que os nomes atribuídos a reclamantes, reclamados e testemunhas se tratam de pseudônimos, conforme compromissos assumidos para a liberação à consulta e utilização dessa documentação. Observa-se, ainda, que devido à constituição da Junta de Conciliação e Julgamento de Marechal Cândido Rondon (em 1993), o Processo Trabalhista foi transferido para a nova Comarca, onde teve sua numeração redefinida, passando a contar com o n°. 233/93.

Obs. quanto ao acervo: Esse material se encontra preservado e arquivado no Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL/UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A documentação atualmente passa por um processo de

digitalização, portanto (ao menos durante esse procedimento), está sujeita a restrições em sua consulta.

PROGRAMAS DE RÁDIO:

Frente Ampla de Notícias

- A desrondonização nas escolas. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 26 de dezembro de 1977.
- A máquina está substituindo o homem. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 21 de dezembro de 1977.
- CASAL de rondonenses ganha em um ano no Japão o que levaria 15 anos no Brasil. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 23 de janeiro de 1993.
- JÁ se encontra na cadeia, matador de empregado. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 29 de abril de 1972.
- LIONS Clube homenageou ontem os pioneiros. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 02 de agosto de 1978.
- MÃO de obra disponível em Marechal Cândido Rondon. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 27 de abril de 1978.
- MORTE brutal leva o chefe de uma família. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 06 de maio de 1969. Documentação consultada no acervo da própria empresa.
- OUTRO fato que também é um alerta. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 09 de fevereiro de 1970. Documentação consultada no acervo da própria empresa.
- WINTER, Elio E. Editorial. **Difusora do Paraná**. Marechal Cândido Rondon, s/d. Documentação consultada no acervo da própria empresa.

Obs. quanto ao acervo: Esse material se encontra preservado e arquivado na sede da própria empresa de comunicação. Essa documentação foi encadernada e está disponível para consulta. Os registros se referem a textos produzidos para serem lidos pelos locutores que apresentavam o programa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2003, p. 44-60.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (Org.). **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 2 – Agrotóxicos, Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012.

_____. **Dossiê ABRASCO** – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Parte 3 – Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes. Porto Alegre: ABRASCO, 2012.

BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamento em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

BALKO, Hugo Ewalt; et al. **Entre Rios do Oeste: fazendo história**. Marechal Cândido Rondon: Gráfica Lider, 2004.

BARREIRO, José Carlos. E. P. Thompson e a historiografia brasileira: Revisões críticas e projeções. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 57-75, out. 1995.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Antonio de Pádua (Org.). **Catálogo da coleção dos Auto Criminais da Comarca de Toledo (1954-1980)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 42, p. 31-47, jan./jun. 2010.

_____. Trabalhadores e Movimentos Sociais: Debates na produção contemporânea. In: BOSI, Antônio de Pádua; VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Trabalho e trabalhadores na contemporaneidade: diálogos historiográficos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 99-115.

CARVALHAL, Marcelo D. O emprego em Marechal Cândido Rondon/PR na dinâmica geográfica do capital. **Pegada**. Revista do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho/UNESP. Presidente Prudente, v. 8, n. 1, p. 77-100, jun. 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência** – Aspectos da cultura popular no Brasil. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____. Prefácio. In: **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 9-16.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Região. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética Invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH & Marco Zero, n. 27, p. 9-26, jan./jun. 1994.

_____. Estruturas Versus Experiência – Novas tendências na História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. **BIB**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 3-16, jan./jun. 1990.

COSTA, Gilvana M. **Relações de trabalho na indústria de confecção no oeste do Paraná: um estudo de caso a partir da fábrica Fidelitá em Marechal Cândido Rondon – PR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2011.

COUTINHO, Eduardo. O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 165-191, abr. 1997.

CRUZ, Heloisa F. et al. Introdução. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.) **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 9-21.

DALMÁS, Sandra R. S. P. et al. Da fronteira agrícola à fronteira agroindustrial: uma análise da concentração das empresas de abate e de processamento da carne de frango no Oeste do Paraná. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, ano IX, n. 16, p.48-60, dez. 2007.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

DUARTE, Geni R.; LAVERDI, Robson. Migrações e outros deslocamentos: perspectivas de investigação. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 171-181, jan./jun. 2008.

DUARTE, Renato Santos; FUSCO, Wilson. Migração e emprego precário em dois contextos distintos: São Paulo e Toritama. **Caderno CRH**. Salvador, v. 21, n. 53, p. 337-347, mai./ago. 2008.

FINKLER, Anna L.; CÊA, Georgia Sobreira S. Atuação dos trabalhadores em frigoríficos da região Oeste do Paraná: as qualificações requeridas. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**. Marília-SP, ano III, n. 5, p. 1-13, 2009.

FREITAS, Sheille S. de. Em pauta, as disputas sociais na cidade: notas sobre imprensa e memória em Uberlândia. In: Fabiana de Souza Fredrigo et al (Org.) **Escritas da história: política, identidades e imaginários**. Goiânia: Ed. UCG, 2009, p. 209-227.

_____. **Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009

_____. SANTOS, Carlos Meneses de S. Campos de vida em terras pulverizadas: imagens de transformações na experiência social de trabalhadores e proprietários rurais –

Oeste do Paraná na segunda metade do século XX. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 18, n. 2, 2º sem. 2014. No prelo.

_____; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre colonos e trabalhadores: Produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná – Segunda metade do século XX e início do século XXI. **Escritas**. Araguaína. Em Submissão.

_____; SANTOS, Carlos Meneses de S. Entre pretensões e percalços agroindustriais: Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. **Caminhos da História**. Montes Claros. 2014. No prelo.

_____; SANTOS, Carlos Meneses de S. Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização – Oeste do Paraná na segunda metade do século XX e início do século XXI. **Antíteses**. Londrina, v.7, n. 14, jul./dez. 2014.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Dias. **O pagador de promessas**. 36º ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

GREGORY, Valdir et al. **Mercedes**: uma história de encontros. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2004.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). 3º ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre História Operária. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editora Presença, 1973.

KAYE, Harvey J. **Los historiadores marxistas británicos un análisis introductorio**. Zaragoza: Universidad, Prensas Universitarias, 1989.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: história e historiografia. In: VARUSSA, Rinaldo José (Org.). **Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel: Edunioeste, 2009, p. 123-140.

_____. Historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, Laura Antunes et al (Org.) **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006, p. 22-43.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: Déa Ribeiro Fenelon et al (Org.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004, p. 116-138.

_____. Narrativas orais na investigação da história social. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, p. 79-104, Jul. 2001.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, p. 43-56, out. 1995.

LAVERDI, Robson. Narrativas interseccionais de gênero e classe nas experiências de mulheres migrantes. In: VII Seminário Fazendo Gênero. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 28 a 30 de agosto 2006. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Robson_Laverdi_17.pdf>.

_____. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no extremo-oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON. **Linha Guará** – “Nas Trilhas da História”. Marechal Cândido Rondon: Secretaria Municipal de Educação/Projeto Lembranças Vivas, 1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 7, p. 7-31, jan./jun. 2012.

OBERG, Kalervo; JABINE, Thomas. **Toledo**: Um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Edições SSR – Estudos N°. 3, 1960.

PAGLIARINI, Raphael. **O “colono” na cidade**: memórias e viveres ruralurbanos em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná, 1970-2009). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2009.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.

PAWELKE, Pastor J. **Ficando rico no Oeste do Paraná**: Uma pequena história do Oeste do Paraná especialmente do Município de Marechal Cândido Rondon. 2º Ed. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2008.

PETERSEN, Silvia R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História & Perspectivas**. Uberlândia, n. 6, p. 25-44, jan./jun. 1992.

PFLUCK, L. et al (Org.). **CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA LUTERANA “CRISTO”**. 50 Anos de vida em Cristo. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 53-72, dez. 1996.

_____. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 7-24, fev. 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SAATKAMP, Venilda et al. **Desafios, lutas e conquistas**: história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

SANTOS, Carlos Meneses de S. Apontamentos sobre valores e interesses de trabalhadores ao se viver a cidade: Uberlândia em fins do século XX e início do século XXI. In: I Simpósio de Graduação e Pós-Graduação em História. **Anais...** Uberlândia: EDUFU, 07 a 11 de maio de 2012. p. 67-78.

_____. Horizontes Abertos em caminhos de trabalhadores: sobre localidade, regionalidade e globalização. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder – Sociedade Civil. **Anais...** Uberlândia: UFU, 20 a 22 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snp/docs/032.pdf>>.

_____. **Ser Trabalhador na Cidade**. Relações de Classe em Uberlândia. Fins do Século XX e Início do Século XXI. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.

_____. Sobre condições comuns e alternativas distintas: trabalhadores buscando espaços e construindo histórias – Uberlândia em fins do século XX e início do século XXI. **História & Perspectivas**. Uberlândia, v. 25, n. 46, p. 283-328, jan./jun. 2012.

_____. Sobre narrativas e movimentação social dos trabalhadores: Uberlândia no final do século XX e início do século XXI. **Diálogos**. Maringá, v. 16, n. 1, p. 281-303, jan./abr. 2012.

_____. Uberlândia, cidade em disputa – Relações classistas em fins do século XX e início do século XXI. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 1, jan./jun. 2010, p. 189-217.

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara E. Migração, Inserção Produtiva e Urbanização da Fronteira Agrícola: Um estudo sobre a Região Oeste do Paraná (1940 a 2000). **Tempo da Ciência**. Toledo-PR, v.15, n. 29, p. 73-95, jan./jun. 2008.

SCHLOSSER, Marli S. **Nas ondas do rádio**: a visualização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. **Os senhores da terra**: Produção de consensos na fronteira (Oeste do Paraná, 1946-1960). Curitiba: Aos quatro ventos, 2002.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 217-243, jan./jul. 2011.

_____. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SEIBERT, Carlos A.; KOLING, Paulo J. A construção do complexo agroindustrial de carne suína no extremo oeste do Paraná (1970-1990): estratégias empresariais e o fazer-se dos

trabalhadores. **Anais Eletrônicos** – VII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campinas, 2006.

SILVA, Gabriel R. **A pobreza e a dinâmica espacial do trabalho nos frigoríficos de aves no oeste paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2010.

_____.; CARVALHAL, M. D. Pobreza, Trabalho e Dinâmica Territorial em Marechal Cândido Rondon - PR. In: VI Seminário do Trabalho – Trabalho, Economia e Educação no século XXI. **Anais...** Marília: UNESP, de 26 a 30 de maio de 2008.

SILVA, Tatiane Karine M. da. **Trabalhadores e Proprietários na “Terra das Águas”**: conflitos, desapropriações e expectativas sobre os modos de viver em Santa Helena-PR (1960-2013). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2013.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicologia e Sociedade**. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003.

SUASSUNA, Ariano. **Farsa da boa preguiça**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**: ou um planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. V. I, II, III. 3º. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TILLY, Charles. Acción colectiva, en apuntes de investigación. In: **CECyP**. Buenos Aires, año IV, n. 6, nov. 2000, p.9-32. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59967244/Tilly-Charles-Accion-colectiva>>. Acesso em 21 de setembro de 2011.

VARUSSA, Rinaldo José. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (Década de 1980 a 2000). **Diálogos**. Maringá, v.13, n.2, p. 441-460, 2009.

_____. Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações. **Tempo da Ciência**. Cascavel, n. 25, p. 145-156, set. 2006.

_____. **Trabalhadores e a construção da justiça do trabalho no Brasil**: (décadas de 1940 a 1960). São Paulo: LTr, 2012.

ZIMMERMANN, Jadir. **Arlindo Alberto Lamb**: Uma história que merece ser contada. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2006, p.101.